

THOTH

ESCRIBA DOS DEUSES

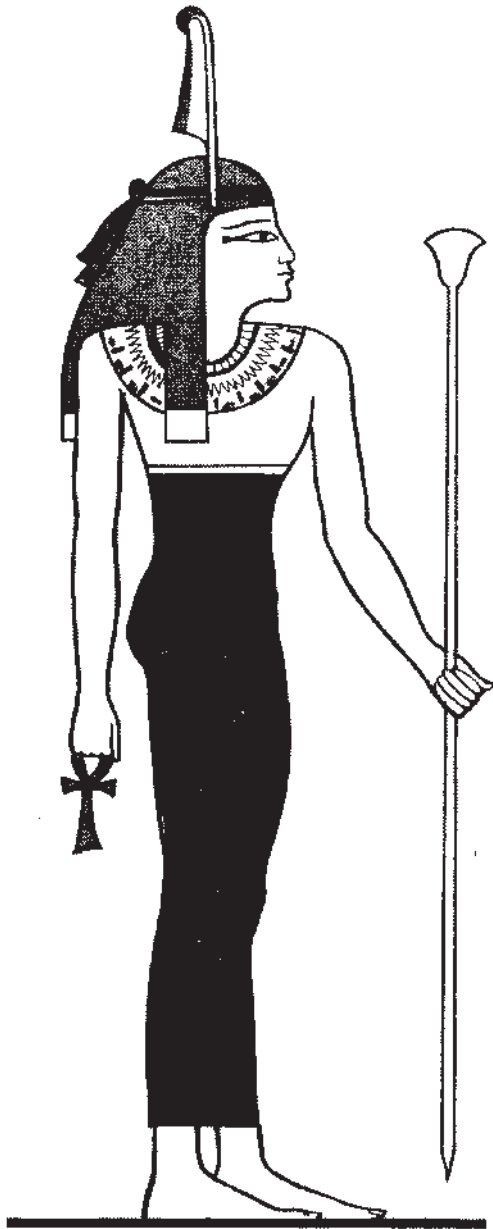


PENSAMENTO DOS POVOS AFRICANOS E AFRODESCENDENTES

THOTH



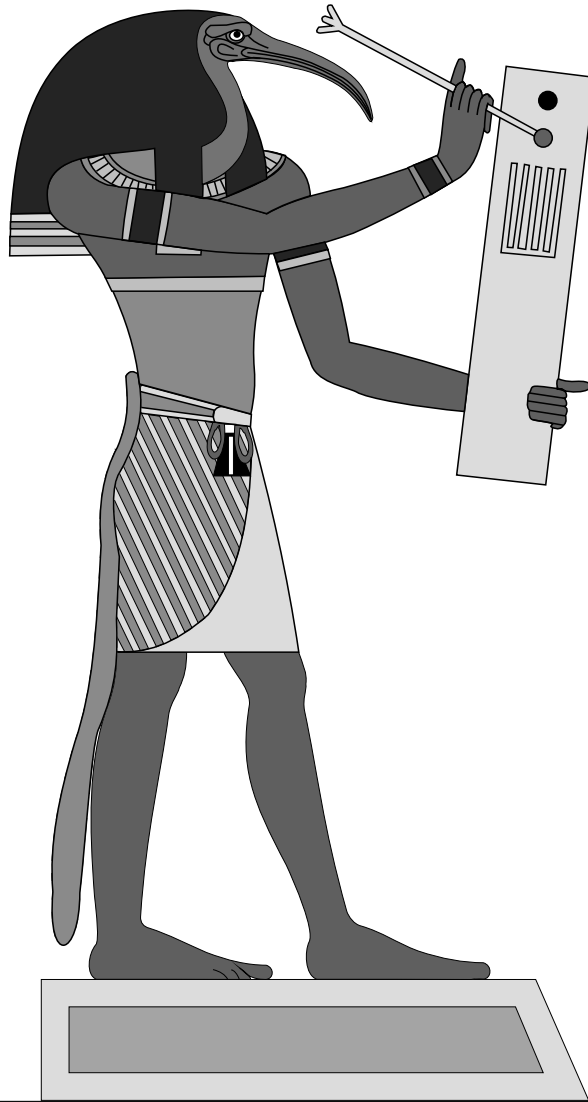
4



Deusa Ma'at

THOTH

ESCRIBA DOS DEUSES



PENSAMENTO DOS POVOS AFRICANOS E AFRODESCENDENTES

Gabinete do Senador Abdias Nascimento

Toth

nº 4 janeiro/abril 1998

Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Toth, Brasília, nº 4, p. 1 - 239, jan/abr 1998

Thoth

Informe de distribuição restrita do Senador Abdias Nascimento

4/1998

Thoth é prioritariamente um veículo de divulgação das atividades parlamentares do senador Abdias Nascimento. Coerente com a proposta parlamentar do senador, a revista não poderia deixar de divulgar informações e debates sobre temas de interesse à população afro-descendente, ressaltando-se que os temas emergentes dessa população interessam ao país como um todo, constituindo uma questão nacional de alta relevância. *Thoth* quer o debate, a convergência e a divergência de idéias, permitindo a expressão das diversas correntes de pensamento. Os textos assinados não representam necessariamente a opinião editorial da revista.

Responsável: Abdias Nascimento

Editores: Elisa Larkin Nascimento
Carlos Alberto Medeiros
Theresa Martha de Sá Teixeira

Redatores: Celso Luiz Ramos de Medeiros
Éle Semog
Paulo Roberto dos Santos
Oswaldo Barbosa Silva

Computação: Denise Teresinha Resende
Honorato da Silva Soares Neto
Thais Caruso Amazonas da Silva

Revisão: Gilson Cintra
Carlos Alberto Medeiros

Impresso na Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Diretor Executivo: Claudionor Moura Nunes

Capa: Theresa Martha de Sá Teixeira sobre desenho do deus Thoth do livro de Champollion - *Le Panthéon Égyptien* Contracapa: deusa Ma'at do livro de E.A Wallis Budge - *The Gods of the Egyptians*.

Endereço para correspondência:

Revista *Thoth*

Gabinete do Senador Abdias Nascimento

Senado Federal - Anexo II - Gabinete 11

Brasília - DF - Brasil

CEP: 70165 - 900

Tels: (061) 311-4229 311-1021
311-1121

Telex: (061) 311-1357 311-3964

Fax: (061) 323-4340

E-mail: abdias@senador.senado.gov.br

Thoth/ informe de distribuição restrita do senador Abdias Nascimento / Abdias Nascimento
nº 4 (1998) - Brasília: Gabinete do Senador Abdias Nascimento, 1998

Quadrimestral (janeiro - fevereiro - março - abril)

V., 25 cm

ISSN: 1415-0182

1. Negros, Brasil. I. Nascimento, Abdias.

CDD 301.45196081

SUMÁRIO

Apresentação.....	11
Thoth	13

DEBATES

Crônica da Cuba Vermelha <i>Abdias Nascimento</i>	21
--	----

ATUAÇÃO PARLAMENTAR

Projetos

Projeto de Ação Compensatória Discussão na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.....	39
Abdias denuncia posição brasileira nas Nações Unidas.....	63

Pronunciamentos

Relatório Especial da ONU sobre Direitos Humanos no Brasil.....	69
Homenagens do mundo artístico e cultural de São Paulo ao pintor Nelson Nóbrega.....	75
Homenagem póstuma a Darcy Ribeiro.....	79
Lançamento da última obra do poeta Gerardo Mello Mourão, intitulada <i>Invenção do mar</i>	89
Homenagem ao centenário de falecimento do poeta Cruz e Sousa.....	97

DEPOIMENTOS

Os 100 anos da morte de João da Cruz e Sousa <i>Oswaldo de Camargo</i>	109
Diário de um negro atuante (1974-5) <i>Ironides Rodrigues</i>	121
As exclusões da globalização: pobres e negros <i>Milton Santos</i>	147
O legado de Osíris <i>Elisa Larkin Nascimento</i>	161

Projeto Odô-Ya <i>José Marmo</i>	177
Yara, uma arte fora da baixa cultura <i>Éle Semog</i>	185
Pan-africanismo e pedagogia <i>Manthia Diawara</i>	197
 SANKOFA: MEMÓRIA E RESGATE	
Teatro negro brasileiro no Festac 77: uma notável ausência <i>Abdias Nascimento</i>	211
 MOVIMENTO NEGRO HOJE	
Padre Glyn Jemott: lutando pelos direitos dos afro-mexicanos <i>Lula Strickland</i>	229

Abdias Nascimento visita o arquiteto da paz mundial



Foto: UN/DPI Photo by Evan Scheider

Em visita à sede das Nações Unidas, em Nova York, como membro de uma delegação do Congresso Nacional, o Senador Abdias Nascimento, acompanhado por sua esposa, Elisa Larkin Nascimento, foi recebido pelo secretário-geral daquela organização, o ganhês Kofi Annan. No encontro, o Secretário-Geral revelou ao senador sua intenção de visitar o Brasil ainda este ano.

Funcionário de carreira da ONU há mais de três décadas, Annan, herdeiro da rica e milenar cultura fanti, tem ganho o respeito e a admiração do mundo por sua inteligência e habilidade em conduzir o jogo de xadrez da política internacional. Essas qualidades ficaram plenamente comprovadas pelo êxito que obteve nas delicadas negociações da última crise iraquiana, em que mostrou seus reais talentos de negociador e deu nova relevância às Nações Unidas como instrumento de preservação da paz.

Além de lhe garantir a projeção no plano pessoal, “a perspicácia, o entendimento dos interesses e das situações de que o secretário-geral tem dado prova”, afirma um comentarista, “aparecem aos observadores como qualidades intrínsecas de seu povo, de sua cultura negra, dos africanos. (...) No fim do milênio, Kofi Annan e Nelson Mandela dão a conhecer ao mundo inteiro o perfil eminente dos africanos que contrasta com a visão de violência, sofrimento e pobreza tradicionalmente atribuída ao Continente Negro. Algo que não deixará de ter impacto no Brasil, pátria da maior população negra existente fora do Continente Africano.”

APRESENTAÇÃO

A rotina de trabalho parlamentar é um desgastante exercício de paciência, determinação e perseverança, qualidades exigidas na elaboração, apresentação e acompanhamento de iniciativas e projetos, num processo em que não poucas vezes se esbarra na incompreensão ou na malícia. Para um militante de longa data, que traz em si a indignação secularmente acumulada dos filhos da África sequestrados para construir o Brasil, esse processo é ainda por cima demasiado lento, sinuoso, um rio espreguiçando-se pela planície para descansar no mar, a tal ponto que nos faz questionar a validade da nossa presença num Parlamento cuja grande maioria dos membros representa – até quando não se dá conta disso – os interesses, explícitos ou mascarados, dos grupos beneficiários do racismo e da discriminação contra os afro-brasileiros. Pois minha experiência na Câmara e no Senado é mais um testemunho da eficácia da “democracia racial” como estratégia de dominação, o que se revela especialmente quando vemos serem utilizados contra nós até mesmo princípios constitucionais, como o da igualdade, aqui invertido para abortar qualquer perspectiva de lhe dar concretude. É o primado da retórica imobilizadora, da verborragia como substituta da ação, da visão da lei como freio à mudança social. Tudo isso às vezes desanima o velho militante.

É um alívio, portanto, e uma injeção de otimismo, quando se consegue furar essa rígida retranca montada pelo conservadorismo e concretizar mesmo que um pequeno item de nossa imensa agenda de reivindicações, inflada de tantas e tantas necessidades prementes. Na última semana, foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, em caráter terminativo – o que significa não ser necessário levá-lo ao plenário –, meu

projeto de lei que amplia a possibilidade de se recorrer à chamada ação civil pública para a defesa da honra e dignidade de grupos raciais, étnicos e religiosos. Uma das principais inovações desse meu projeto – com algumas emendas do Senador Josaphat Marinho que o aperfeiçoaram do ponto de vista jurídico – é facilitar, quando transformado em lei, a atuação das entidades afro-brasileiras em casos dessa natureza, facultando-lhes o direito de se habilitarem, como autoras ou litisconsortes, em defesa dos interesses coletivos de nossa comunidade. Com isso, ficará mais simples a atuação do movimento negro em casos como o do palhaço-cantor que ofendeu a todos nós, e a todos os democratas e libertários genuínos, ao gravar uma canção em que “homenageava” sua companheira negra utilizando “carinhosos” epítetos extraídos do arsenal de ofensas com que o racismo branco costuma contemplar a mulher negra. Espero que o Movimento Negro se utilize dessa nova e importante ferramenta à sua disposição para enfrentar o racismo no plano simbólico.

Outra pequena, mas significativa vitória foi o sucesso do Prêmio Cruz e Sousa, iniciativa minha em parceria com o Senador catarinense Espiridião Amin. Confesso que os 65 trabalhos enviados para apreciação superaram em muito, dado o prazo exíguo de que dispunham os candidatos, nossas melhores expectativas. Coroaram-se, desse modo, os esforços no rumo de homenagear e divulgar a figura ímpar de um afro-brasileiro nascido na escravidão que atingiu – infelizmente, apenas depois de morto – as culminâncias do reconhecimento, em âmbito nacional e internacional, como um dos maiores poetas de todos os tempos, de todos os lugares e de todas as raças. A cerimônia de premiação, que ocorrerá em Sessão Especial do Congresso Nacional, servirá como um desagravo, tendo emblematicamente como palco o espaço que congrega a elite política do País.

Além de tudo isso, na próxima semana estará sendo inaugurada, no Salão Negro do Senado, uma exposição de 53 pinturas de minha autoria, nas quais emprego elementos pictóricos e filosóficos da rica cosmogonia africana e afro-brasileira para reafirmar os valores milenares de nossa tradição cultural. Muito mais que a realização individual de um artista negro conduzido pelo destino para o terreno da política, encaro essa mostra como mais um signo das conquistas que os afro-brasileiros tem obtido, nos últimos anos, em função de nossa luta coletiva. Que ela possa ajudar a cimentar esse caminho de sucesso, sensibilizando meus colegas parlamentares a receberem com mais simpatia e compreensão as propostas do movimento negro organizado, das quais tenho procurado ser, com a colaboração de minha equipe, um veículo eficiente e dedicado.

Brasília, maio de 1998

Abdias Nascimento

Thoth



Após o tricentenário de Zumbi dos Palmares, em 1995, marcado pela Marcha Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida e por inúmeros acontecimentos de âmbito nacional e internacional em todo o País, verificamos que a questão racial no Brasil atinge um novo estágio. Setores da sociedade convencional reconhecem o caráter discriminatório desta sociedade, e o debate passa a focalizar as formas de ação para combater o racismo, ultrapassando o patamar que marcou a elaboração da Constituição de 1988: a declaração de intenção do legislador dá lugar à discussão de medidas concretas no sentido de fazer valer tal intenção.

Nesse contexto é que o Senador Abdias Nascimento assume, em março de 1997, sua cadeira no Senado Federal, na qualidade de suplente do saudoso Darcy Ribeiro, intelectual sem par que sempre se manteve solidário com a luta antirracista. O mandato do Senador Abdias, como sua vida ao longo de uma trajetória ampla de luta e de realizações, dedica-se prioritariamente à questão racial, com base numa verdade que o movimento negro vem afirmando há anos: a questão racial constitui-se numa questão nacional de urgente prioridade para a construção da justiça social no Brasil, portanto merecedora da atenção redobrada do Congresso Nacional.

Além de representar o veículo de comunicação do mandato do Senador Abdias Nascimento com sua comunidade e seu País, a revista *Thoth* surge como fórum do pensamento afro-brasileiro, na sua íntima e inexorável relação com aquele que se desenvolve no restante do mundo. Seu conteúdo pretende refletir as novas dimensões que a discussão e elaboração da questão racial vêm ganhando nesta nova etapa, inclusive o aprofundamento da reflexão sobre as dimensões históricas e epistemológicas da nossa herança africana, para além dos tradicionais parâmetros de samba, futebol e culinária que caracterizam a fórmula simplista e preconceituosa elaborada pelos arautos da chamada democracia racial.

Nesse sentido, cabe um esclarecimento do significado do título da revista, que remete às origens dessa herança civilizatória no antigo Egito, matriz primordial da própria civilização ocidental da qual o Brasil sempre se declara filho e herdeiro. Os avanços egípcios e as conquistas africanas no campo do conhecimento humano formam as bases da cultura greco-romana. Entretanto, as suas origens no Egito ficaram escamoteadas em função da própria distorção racista que nega aos povos africanos a capacidade de realização humana no campo do conhecimento.

Nada mais apropriado para expressar a meta de contribuir para a recuperação dessa herança africana que a referência, no nome da revista, ao deus Thoth. Na tradição africana, o nome constitui mais que a simples denominação: carrega dentro dele o poder de implementar as ideias que simboliza. Thoth está entre os primeiros deuses a surgir no contexto do desenvolvimento da filosofia religiosa egípcia: autoprocriado e autoproduzido, ele é uno. Autor dos cálculos que regem as relações entre o céu, as estrelas e a Terra, Thoth incorpora o conhecimento que faz mover o universo. O inventor e deus de todas as artes e ciências, senhor dos livros e escriba dos deuses, Thoth registra o conhecimento divino para benefício do ser humano. Sobretudo, é poderoso na sua fala; tem o conhecimento da linguagem divina. As palavras de Thoth têm o dom da vida eterna; foi ele que ensi-

nou a Ísis as palavras divinas capazes de fazer reviver Osíris, após sua morte. Assim, esperamos que a revista *Thoth* ajude a fazer reviver para os afro-descendentes a grandeza da herança civilizatória de seus antepassados, vilipendiada, distorcida e reduzida ao ridículo ao longo de dois mil anos de esmagamento discriminatório.

Tendo uma cabeça do íbis, pássaro que representa na grafia egípcia a figura do coração, Thoth era cantado como coração de Rá, deus do Sol (vida, força, e saúde). Na mitologia egípcia, o coração era o peso a ser medido na contrabalança da vida do homem, no momento de sua morte, medindo sua correspondência em vida aos princípios morais e éticos de Ma'at, filosofia prática de vida da civilização egípcia. Thoth assim constitui-se no mestre da lei, tanto nos seus aspectos físicos como morais.

A deusa Ma'at encarna essa filosofia de vida moral e ética, o caminho do direito e da verdade. Constituindo uma espécie de contraparte feminina de Thoth, ela representa uma característica relevante da civilização egípcia: a partilha do poder, tanto no plano espiritual como material, entre a autoridade masculina e a feminina. Os faraós tinham o seu poder temporal complementado por um poder feminino exercido por soberanas e sacerdotisas, assim seguindo o primordial e simbólico exemplo de Osíris e Ísis. Sem ser compartilhado entre feminino e masculino, entre homem e mulher o poder careceria de fecundidade, seria estéril.

Ma'at e Thoth acompanhavam o deus-sol Rá, na sua embarcação, quando ele surgiu pela primeira vez sobre as águas do abismo primordial de Nu. Era Ma'at quem regulava o ritmo do movimento da embarcação de Rá, ou seja, o seu ciclo de nascer e se pôr sobre o horizonte, bem como sua trajetória diária do leste ao ocidente. Ela corporificava a justiça, premiando cada homem com sua justa recompensa, e encarnava o mais alto conceito da lei e da verdade dos egípcios.

Como deus da sabedoria e inventor dos ritmos cósmicos, Thoth dominava também a magia. Patrono do aprendizado e das artes, a ele se creditavam muitas invenções, inclusive a própria escrita, a geometria e a as-

tronomia, áreas do conhecimento que fundamentaram o florescimento da milenar civilização egípcia. Entretanto, sem ser socializado, o conhecimento não produz resultados concretos, pois ninguém sozinho consegue colocá-lo em prática. Faz-se necessário um agente de comunicação, e Thoth se responsabiliza também por exercer esse papel. Passando sua sabedoria para os seres humanos, como o passou para outros seres divinos, a exemplo de Ísis, Thoth amplia seu papel no mundo espiritual e material, tomando-se ainda o elo de transmissão do conhecimento e do segredo divino entre um domínio e o outro. A invenção da escrita se revela, então, como decorrência do papel de Thoth, originador do conhecimento em si: formular uma nova forma de transmissão desse conhecimento.

Os gregos denominavam Thoth de Hermes Trismegistus (Thoth, Três Vezes Grande), nome também dado aos livros que registravam a sabedoria metafísica herdada do antigo Egito, centrada na ideia da comunidade entre todos os seres e objetos, e cuja autoria era atribuída a Thoth¹. Assim, Thoth se identificava com Hermes, mensageiro dos deuses gregos e aquele que conduzia as almas a Hades. Hermes, para os gregos, era o deus das estradas e dos viajantes, da sorte, do comércio, da música e dos ladrões e trapaceiros. Os romanos o chamaram de Mercúrio.

Tais atributos de Thoth e de Hermes nos remetem nitidamente à figura de Exu na cosmologia africano-brasileira. Conhecido popularmente como mensageiro dos deuses, Exu constitui o princípio dinâmico que possibilita o fluxo e intercâmbio de energia cósmica entre os domínios do mundo espiritual (Orum) e o mundo material (Aiyê). Conhecedor das línguas humanas e divinas, Exu é a comunicação em si, além de se apresentar como o deus das estradas, da sorte, da brincadeira e da malandragem.

Os paralelos e as semelhanças entre Thoth, Hermes e Exu não se reduzem a identidades absolutas, mas as linhas gerais de suas características apontam para

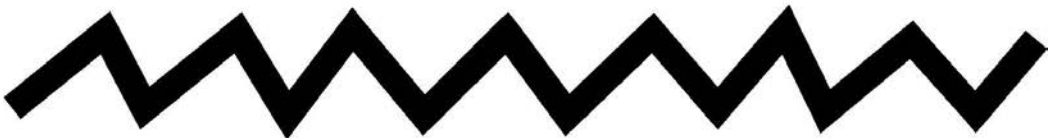
¹ Esses tomos tratam de muitos assuntos, entre eles a astronomia, a magia e a alquimia, e exerceram uma enorme influência sobre os neoplatônicos do século III na Grécia, bem como na França e na Inglaterra do século XVII

uma unidade básica de significação simbólica. Por isso, nada mais adequado, tratando-se de uma revista *Thoth* lançada no Brasil, que uma primeira invocação a Exu, de acordo com a tradição religiosa afro-brasileira, que abre todos os trabalhos espirituais com o padê, a oferenda a Exu de uma prece digna de todo o peso milenar da arte africana da oratória.

Thoth representa, junto com Ma'at, o conhecimento, a ciência e filosofia, a religiosidade e a ética na mais antiga civilização africana. Assim, constituem referência básica para o resgate de uma tradição africana escamoteada à população brasileira enquanto verdadeira matriz de nossa civilização, e também para o resgate da ética na política, questão emergente no Brasil de hoje. Assumindo o nome Thoth, dentro da postura africana em que o nome ultrapassa a denominação, esta revista tem o objetivo de contribuir, de alguma forma, para os dois resgates, afirmando ainda que o primeiro faz parte imprescindível do segundo.




DEBATES



Crônica da Cuba vermelha

Abdias Nascimento



Abdias Nascimento, homem de teatro brasileiro, visitou Cuba e teve a gentileza de escrever para T.I. as impressões que publicamos adiante. Escrever para T.I. quer dizer: para os seus colegas de profissão e, de passagem, para os homens de cor. Abdias do Nascimento é um apaixonado pela sua raça negra. Não luta Abdias pela assimilação do negro pelos brancos, forma adotada como de “justiça social”. Não quer ele que a raça negra “se dilua na branca como um pouco de café no pote do leite”. Isso, sim, seria o genocídio indolor da raça negra. E é o que os “evoluídos”, de um e outro lado, vêm pedindo, incoerentemente. Em Cuba os olhos do articulista voltaram-se para a situação do negro nessa nova sociedade. As ilustrações e as legendas são também de Abdias. Mas vamos ao que ele nos conta:

Embarquei no Galeão com um propósito: apagar da memória as ideias que tinha sobre a Revolução Cubana. Desejava partir intocado como um anjo. Livre da influência do noticiário da imprensa e das imagens pré-fabricadas. Uma Cuba nua e pura – eis o que meus olhos ambicionavam surpreender. Os julgamentos apriorísticos – sempre interessados – pesam, incomodam, perturbam a nossa isenção. Nesse estado de ânimo – um teólogo chamaria de inocência angélica – subi aos céus num aparelho da Braniff.

O avião sobrevoou a ilha em certa manhã de inverno. Olho pela janelinha: lá embaixo o “crocodilo verde” emerge lentamente da neblina. Moitas de palmeiras – ou coqueiros? – se destacam, aumentam rapidamente de tamanho à medida que o aparelho desce. Observo agora a esplêndida tonalidade verde que se revela em crescente nitidez. Prenúncio do que em 1492 Colombo definira como “a mais bela terra que os olhos humanos contemplaram”? Veremos.

Em terra, da parede do edifício do aeroporto avançou, em alto relevo, um letreiro: “Cuba – Territorio Libre de América”. À pacatez, em termos brasileiros, essa primeira manifestação do clima revolucionário produz um impacto. Dentro em pouco, instalado em luxuosa limusine do Instituto Cubano de Amistad con los Pueblos, atravesso ruas da cidade: amplas, arborizadas, limpas. Espio o asfalto, não vejo buracos. Havana amanhece formosa e perfumada. Evoco nossa “Cidade Maravilhosa” e sinto a primeira inveja dos cubanos.

Desembarco no Hotel Habana Libre. Alojamo-me no apartamento 1305 no internacionalmente conhecido ex-hotel Hilton onde, antes da Revolução, sabia que negro jamais entrara sequer como faxineiro. Observo as tabelas de preço (as antigas ainda permanecem fixadas nos aposentos): diária de uma pessoa, sem refeições: 40 dólares (cerca de oito mil cruzeiros no câmbio de 200 cruzeiros por dólar); diária atual (pós-revolução): seis pesos uma pessoa, casal oito pesos (1.200 e 1.600 cruzeiros, aproximadamente).

Sabemos que uma revolução não dorme, seu preço exige vigília e tensão permanentes. A Revolução Cubana tinha, para agravar sua tensão, uma sobrecarga dramática: a ameaça de iminente invasão do País por forças norte-americanas. Enquanto tomava banho, me perguntava se por isso a vida da cidade, a vida da Nação não estaria paralisada. Estava ansioso por verificar essas coisas, por isso não quis descansar.

Visitantes do mundo inteiro acorreram à ilha a fim de participar dos festejos do segundo aniversário da vitória da Revolução. O *hall* do hotel regurgitava como um formigueiro, colorido e trepidante como uma feira. Africanos, asiáticos, latino-americanos, hindus e até norte-americanos, brancos e negros, irmanados numa delegação única. Cumprindo os planos que fiz de ver por mim mesmo, diretamente e sem intermediários, abdiquei das prerrogativas de convidado oficial do Governo Revolucionário. Evitei os roteiros oficiais, as visitas coletivas. Provavelmente terei sido um



Aqui Guatemala, xilogravura de Carmelo Gonçalves, representa a solidariedade da Revolução Cubana a todos os povos oprimidos

convidado imperfeito: estive ausente de quase todos os atos programados por entidades ou autoridades. Queria me aventurar sozinho, caminhar, ver, sentir, viver. Não conhecia ninguém, não sabia nada de nada. Haveria algum perigo com a situação excepcional que o país atravessava? Melhor que houvesse: eu me perderia ou me encontraria nos caminhos da Revolução...

Impressões da mulher cubana

Sem direção definida, meio perdido, caminhei devagar pelas *calles* próximas ao hotel. Primeira verificação: o povo cubano é muito espontâneo e cordial. À moda carioca, ele possui um jeito simpático, informal, de puxar conversa e fazer amizade. Povo mesclado: brancos, pretos e mulatos se confundem nas calçadas, nas casas de comércio, nos ônibus, nas forças armadas. Soldados da Milícia Nacional Revolucionária, armados de metralhadoras portáteis (fabricação tchecoslovaca), montam guarda em edifícios públicos, hotéis, bancos, estações de rádio e televisão etc. Há pelotões femininos cruzando as ruas. Metralhadora sob o braço, passo militar e muita feminilidade. Uma ginga de quadris, a coqueteria no uso do gorro, cabelos despenteados de Brigitte Bardot, são evidentes sinais de coqueteria que a farda não consegue reprimir. Entretanto, moças e senhoras – constatei mais tarde – não se exibem apenas. A tarefa da Milícia Feminina é tão pesada e responsável quanto a dos demais corpos armados: o

Exército Rebelde, a Milícia Nacional Revolucionária, os Jovens Rebeldes. Não se alarme o tímido verde-amarelo: vi garotas delicadas e formosas – aqui estariam no Sion ou no Sach's – de pá e picareta na mão abrindo trincheiras ao redor do Capitólio. As mulheres cubanas comandam tropas, são camponesas e operárias da indústria, são líderes políticos e altos dirigentes governamentais. Por exemplo: uma mulher ocupa a pasta de Ministra do Bem-Estar Social; outra é o diretora do Departamento Nacional de Cultura; Haydée Santamaria, heroína de Sierra Maestra, é a diretora da Casa de las Américas, órgão cultural do Ministério de Relações Exteriores; Mirta Aguirre dirige o Departamento de Arte Dramática do Teatro Nacional, e assim por diante.

Quando eu visitava certa tarde os jardins do Hotel Nacional, deparei com uma jovem miliciana de sentinela. Fitava avidamente o mar que se perdia no infinito pré-crepuscular. Estaria sonhando? No regaço da moça a metralhadora parecia um objeto estranho e inútil. Interroguei:

– Triste ou cansada?

– Nem uma coisa, nem outra: estou na expectativa – falou sorrindo para mim e reforçando as palavras com encantador movimento de cabeça.

Jânio, Prestes e “paredón”

Aquele estado de alarma, de expectativa, segundo definiu a miliciana, não paralisou a vida da cidade. Procu-

rei mesmo com insistência surpreender um justificado temor a qualquer receio pelo que pudesse acontecer. Não encontrei nada disso. Vi uma população alegre e confiante. Muito mais feliz do que a nossa, ou do que a população triste da Cidade do México que eu visitei depois.

No meio da população civil, o verde-oliva empresta toques marciais à cidade. Uma senhora, à qual pedi informações, ao saber minha nacionalidade, me bombardeia de perguntas. Quer saber como se vive no Brasil, o que as mulheres vestem, preço de alimento, o que penso de Jânio Quadros. Não se tratava de bisbilhotice, mas de honesta curiosidade por tudo o que se refere ao nosso País. Além de afeto, de amizade, esperança e confiança nos brasileiros.

Em momentos como os que passei, a gente verifica que não tarda a hora do nosso País se tomar realmente uma potência de primeira grandeza. Basta que o Brasil não continue se omitindo nos grandes problemas internacionais que agitam o mundo, que não dê as costas aos povos que nele esperam encontrar um aliado de fato: os povos asiáticos, os africanos, os latino-americanos, enfim, os povos colonizados ou semi-colonizados como nós. No momento em que redijo estas maltraçadas linhas, parece que o Presidente Jânio Quadros vai acabar com a subserviência brasileira em matéria de política exterior. Para início de conversa, prometeu acabar com essa história do Itamarati barrar o ingresso do negro, como se fosse uma África do Sul ou uma Alemanha racista. Até já enviou o Ministro Afonso Arinos

às festas da independência do Senegal e convidou o cardeal africano de Tanganyika para officiar a missa do próximo dia 7 de setembro. São eloquentes manifestações de apreço aos povos africanos, com os quais promete iniciar imediatas relações diplomáticas e culturais. Firmou o Presidente Jânio uma nítida posição anticolonialista, fez declarações favoráveis à autodeterminação de Cuba.

Tomo um ônibus e o regresso me aproxima a um mulato escuro, de cabeça grisalha, demonstrando mais de sessenta anos de idade. Sabia de memória uma porção de coisas a respeito do Brasil. Mencionou o nome de todos os estados e de suas capitais; mencionou as principais cidades, estradas de ferro, produção agrícola, indústrias... Teria êxito seguro no programa: O céu é o limite. Atingimos o centro comercial da cidade, eu ia saltar. Ele então me pediu notícias de Luís Carlos Prestes: "Acompanho a vida desse homem desde 1924". Da calçada fiquei observando aquele comunista que sabia a respeito do Brasil mais do que muitos brasileiros pretensiosos. O ônibus seguiu caminho.

Em determinado trecho a calçada se achava bloqueada por uma multidão. Policiais e bombeiros enchiam o meio da rua. Fui informado que terroristas haviam incendiado o grande Magazine La Época, de cujas janelas, no alto do edifício, vi saírem chamas e fumaça. Súbito, um grito se ouviu: "*paredón!*" Me afastei para ver melhor, outras vozes se uniram à primeira: "*paredón!*", o vozeiro cresceu rápido: "*paredón!*" ...



O Senador Abdias Nascimento e seu filho Osiris, em visita a Havana (Cuba) no período de 6 a 13 de abril último, caminham pela colorida praça histórica onde se encontra a bela matriz católica dos tempos coloniais. Toda a praça é modelo exemplar de arquitetura barroca das igrejas dos séculos passados

Mudei de itinerário e continuei minha ronda. Vitrinas bem arrumadas exibem roupas femininas e masculinas. Tecidos variados em gênero e qualidade. Não havia muita diferença dos mostruários de Gonçalves Dias-Ouvidor ou do comércio de Copacabana. E como o “charme” das cubanas é bem cultivado! Em relação a sapatos, por exemplo, a coisa impressiona. Muita fantasia nas formas audaciosas, elegantes. Os preços se equiparam aos daqui. Apenas os artigos de procedência norte-americana são escassos e mais caros. Tive a experiência quando necessitei adquirir uma caneta Parker. Brinquedos chineses e japoneses, bonecas cubanas se derramavam de longas mesas instaladas nas calçadas. Um comércio improvisado, de emergência.

Os pretos no mundo que a Revolução criou

Almocei na cafeteria do hotel: coquetel de fruta (nossa salada de frutas figura correntemente como o prato inicial do cardápio cubano), arroz, batatas coradas e uma espécie de carne em conserva lembrando come-bife. Em Havana não comi carne verde. Há grande consumo de carne de porco, aves – como preparam bem o frango assado! – cereais, legumes. Tive ocasião de visitar o mercado e vi berinjelas enormes, do tamanho de abóboras. Grande variedade de frutos regionais, legumes viçosos, peixe em quantidade. Um mercado farto.

Depois de comer, saí novamente. Tomei um táxi e pedi: Ministério das Relações Exteriores. Puxo conversa com o motorista: se melhorou ou piorou seu salário, se está satisfeito com a Revolução. O homem me responde como quem se sentisse injuriado:

– Claro que estou satisfeito. Se pertenço até à milícia. Deixo o táxi às 6 da tarde, vou em casa jantar e ver a família, e às 9 pego o plantão.

Mas eu estava, como se diz, a fim de provocar o cidadão:

– Quer dizer que Fidel tem tudo e vocês não têm o direito nem ao descanso depois do trabalho?

– Fidel tinha tudo. (O motorista me olhou condescendente: estrangeiro não sabe mesmo de nada. Em seguida, despejou um verdadeiro discurso) Fidel tinha terras, tinha fazendas, e dividiu tudo com os camponeses. (Palavras de Monsenhor Evelio Díaz, bispo católico: “Acreditamos que nossa atual reforma agrária, em seu nobre propósito, entre de cheio dentro do espírito e do sentido da justiça social cristã, tão claramente proposta e definida pelo pontificado romano, sobretudo desde Leão XIII em sua encíclica *Rerum Novarum*). *Mira* – prossegue o chofer – antes da Revolução eu pagava de aluguel 70 pesos por mês (cerca de 14 mil cruzeiros) e ganhava 100 pesos. Hoje pago 15 pesos de mensalidade, com uma diferença: o aluguel, com a reforma urbana, se tornou a prestação da minha casa própria. Meu salário é o mesmo, mas agora dá para a gente viver. Quer saber? Para mim, Fidel é um Jesus Cristo. (Olhei bem para

a cara do homem: tive a certeza que não era um débil mental. Noutras ocasiões ouvi a mesma afirmativa de gente simples, porém sensata).

No Ministério do Exterior pedi à secretária que me anunciasse ao diretor do Departamento Cultural. Não conhecia o Sr. Vigoa. Enquanto esperava, observei a vivacidade e a informalidade de funcionários e diplomatas. Que diferença dos nossos emproados e equívocos itamaratianos!

– Quer falar comigo?

Surgiu à porta um negro alto e sorridente. Eu estava distraído, me assustei, pensei que estava dando um passo em falso:

– Desejo falar ao diretor, o Sr. Vigoa.

– Tenha a bondade de passar ao meu gabinete. (Fez um gesto de extrema gentileza e compreensão. Eu tinha certeza de que ele sabia a razão da minha surpresa, mas nada dissemos sobre o assunto).

O Sr. Vigoa desculpou-se por me haver feito esperar. Não me levava ali nenhum assunto específico. Queria apenas conversar, me informar a respeito de coisas e assuntos de arte. Em certo instante o diretor pega o telefone, disca e me põe em contato com Nicolás Guillén, velho e querido amigo. Guillén é o poeta nacional de Cuba. Andei com ele pelas ruas e em qualquer lugar ele é abraçado, é festejado, por gente humilde e estudantes, políticos, escritores e milicianos. À saída da estreia do filme *Histórias da Revolução*, o povo que se

aglomerava à porta do cinema aplaudiu e gritou o seu nome.

Abandonei o Ministério do Exterior meditando. “Então é mesmo possível que pretos e brancos se integrem, sem que essa integração signifique o desaparecimento do negro ou a sua permanência somente nas posições inferiores da sociedade?” Vi mulheres negras comandando pelotões e dirigindo serviços; os trabalhadores da indústria do açúcar têm um mártir: o negro Jesús Menéndez, assassinado pelos antigos monopolistas do produto; outro negro, inteligente, sensível e culto, Odilio Urfé, ocupa a direção do Instituto Nacional de Investigaciones Folklóricas. O mulato Juan de Almeyda ocupa o mais alto posto no Exército Rebelde. Antonio Maceo, general negro, e o branco José Martí são as figuras máximas da História de Cuba. O povo lhes dedica profunda veneração. A mãe dos Maceo (outro irmão de Antonio, também general), negra, é a patronesse da Milícia Feminina Revolucionária.

Quem conhece minha vida pública compreenderá por que esse aspecto da Revolução Cubana foi para mim a experiência mais forte e importante.

O segundo aniversário da Revolução

Para mim, as festas de aniversário foram as três solenidades a que compareci: 1 – início do Año de la Educación, em Ciudad Libertad, a 31 de dezembro; 2 – desfile militar, na Praça Cívica, a 2 de janeiro; 3 – recepção do Presidente

da República, Dr. Osvaldo Dorticós Torrado, no Palácio do Governo.

Lá pelas 22 horas, cheguei à Cidade Liberdade, ex-Campo de Colúmbia e principal centro bélico do tirano Fulgencio Batista. Transformada em escola, a fortaleza tomou o nome sugestivo de Cidade Liberdade. No momento em que Fidel Castro entregava o Campo de Colúmbia ao Ministro da Educação (1959), em discurso-diálogo com os escolares, perguntou: “Para que queremos uma fortaleza aqui rodeando a cidade? Para que queremos quartéis, se o que faz falta são escolas, se o que faz falta são campos desportivos, se o que faz falta é que todo o mundo viva sem medo, para que todo o mundo viva em paz?” Caracterizando ainda mais o sentido civil e popular do seu governo, acrescentou: “Agora há mais soldados que antes, porque todos são soldados da Revolução. Agora em vez de dez mil, vinte mil ou trinta mil, temos seis milhões de soldados para a Revolução, porque a defendem as crianças, os velhos, os camponeses, os operários, os estudantes, os professores, todos; todo o povo é soldado da Revolução.” Cada casa, cada lar cubano – confirmei mais tarde – se transformou num quartel, em arsenal particular da família.

Esse fato propõe uma meditação. Como é que alguém pode incriminar Fidel Castro de ser um ditador se ele, em vez de uma tropa que o defenda, arma o povo, entrega ao povo armado a segurança e a defesa da sua “ditadura”? Bem, aquele “ditador” só poderia ser derrotado com a repetição da tragédia de

Hiroshima. Uma bomba atômica – ou de hidrogênio é melhor, senhores imperialistas? – matando seis milhões de uma vez, arrasando o território da ilha, aí, sim, seria possível liquidar aquela Revolução que cada pessoa defendia como coisa sua, pessoal e intransferível. Para nós, brasileiros, cuja evolução histórica foi relativamente calma, na base de flores, é difícil compreender que aquele povo não está apenas fazendo bravatas. Mas é só consultar os fatos históricos daquele país para verificar que o sangue é uma constante. As lutas, as batalhas pela independência de Cuba são peijas de ferocidade, de morte, de sangue. Cuba vermelha, banhada em sangue – eis a imagem que a história nos transmite.

Nos imensos campos da Cidade Liberdade a multidão – 20 mil, 50 mil, 100 mil pessoas? – entusiasmada e ordeira se instalara ao longo de compridas mesas. Foi servida uma ceia condicionada higienicamente em caixas de papelão: galinha frita, carne de porco assada, biscoitos, uvas e meio litro de vinho espanhol. Vaguei pelos quatro cantos. Senhoras envergavam toaletes caras, *soirés* roçavam a grama. Tudo em homenagem ao Año de la Educación, como aquele que findava fora o Año de la Reforma Agraria.

Fidel Castro assomou numa plataforma, aproximou-se dos microfones. Começou a falar, os alto-falantes ampliaram sua voz que era ouvida desde longe. Sombras interferiam no jato de luz do projetor que o iluminava. O líder máximo da Revolução me deu uma impressão curiosa de irrealidade. A mul-

tidão, o tablado, a imagem de Fidel discursando formavam para mim um todo incrível, fantástico. Ou seria exaltação dos meus sentidos, da minha imaginação? Entretanto, Fidel, apesar da barba de nazareno, nada tinha do Jesus Cristo do motorista. Me ocorreu outra definição dos cubanos a respeito de Fidel: *El Caballo*. Possivelmente a origem do epíteto não estava apenas no seu volume atlético de dois metros de altura. Haveria algo mais. Com atenção e pretensão, julgo ter decifrado a significação do *Caballo*: me pareceu um ser bipolar, a um tempo homem e cavalo. Um ser estranho, formidável e invencível, herói mitológico que milagrosamente ressurgiu de uma epopeia grega.

Ao primeiro minuto de 1961, Fidel anuncia o início do Año de la Educación. Mobilização total de todos os cidadãos para acabar, em 12 meses, com o analfabetismo no território nacional. O povo assumiu com ele o compromisso solene. Mais de mil professores voluntários, procedentes do interior, ali se achavam presentes. A comemoração atingira seu ponto culminante. Todo o mundo cantou e dançou, as pessoas, mesmo desconhecidas entre si, se abraçavam e se beijavam. Pensei nos 50 milhões de brasileiros que não sabem ler e escrever. Invejei novamente.

Durante a parada militar do dia 2, na Praça Cívica, pude observar Fidel mais de perto. Ele estava situado sob a enorme e bela escultura representando José Martí. O sol caía em cheio sobre o palanque oficial. Fidel se agitava, ria, feliz como um garoto brincalhão. Sem a

menor cerimônia, qualquer um chamava o primeiro-ministro simplesmente de Fidel; ele respondia com naturalidade. Uma forma de tratamento íntima e carinhosa, o que, obviamente, não exclui o respeito. Fidel é sempre o camarada, o amigo. Guia pessoalmente seu carro e, quando menos se espera, o primeiro-ministro salta numa rua, numa praça, conversa com o povo, toma notas. Em seguida decide, na base do conhecimento direto das necessidades e dos interesses coletivos. Fidel e seus companheiros de liderança fazem uma revolução de ação, ágil, de uma vivacidade de causar espanto. Eles não se preocupam em produzir uma teoria da sua revolução, muito menos com a teoria da revolução produzida por outros povos. A identificação da Revolução Cubana, por exemplo, com o comunismo é algo que corre por conta de quem a faz.

Desfilou o Exército Rebelde tendo à frente o comandante-em-chefe Juan de Almeida. Não tinha aspecto brilhante, nem nos uniformes nem no garbo. Mas se adivinhava a luta e o heroísmo daqueles soldados – no passo trôpego, na farda desigual e por vezes amarfanhada. Um desfile tocante, muito diferente das paradas dos exércitos profissionalizados. A Milícia Feminina, passo altivo, garboso, em formação impecável, precedeu o discurso de Fidel, os poemas declamados por Pablo Neruda e Nicolás Guillén. Encerrando a solenidade, foi exibido um foguete, reconstruído por técnicos locais, lançado pelos Estados Unidos. O teleguiado caiu em território cubano e matou algumas galinhas. Foi recebido por uma gargalhada geral.



A música é um dos produtos mais significativos da cultura cubana. De autoria de Carmelo Ganzález, esta xilogravura se intitula *Concierto Nocturno*

Nada de especial na recepção do Presidente Dorticós. Sociedade cubana, convidados estrangeiros e, naturalmente, os “barbudos”. Felicitei o Presidente Dorticós pelo exemplo de democracia racial que seu governo estava dando ao mundo. Um exemplo principalmente para o Brasil, onde os brancos negam a existência do preconceito, mas negro não consegue ser nada. Antes que me tocasse a vez de cumprimentar Fi-

del Castro, o primeiro-ministro recebeu uma notícia e se retirou incontinentemente da recepção: os Estados Unidos acabavam de romper as relações com Cuba.

Teatro, artistas e vida noturna

Pretendo, em nota posterior, falar do teatro em Cuba. Assim, rapidamente, direi que os autores mais anunciados nas

várias salas de espetáculos são Tchecov e Bertold Brecht. Assisti a *Medea en el espejo*, autoria de um jovem, e tanto texto como direção (Morín) e interpretação (papel-título: Asseneh Rodriguez) me agradaram.

Vi dois ótimos espetáculos de folclore na Sala Covarrubias do Teatro Nacional. Tais espetáculos foram organizados por Argeliers León, diretor do Departamento de Folclore do Teatro Nacional, que tem ainda os seguintes departamentos: de Música, de Arte Dramática (dirigido por Mirta Aguirre) e de Danças Modernas. Este último departamento, sob a responsabilidade de Ramiro Guerra, produz um trabalho do mais alto valor para a criação de uma dança cubana.

Há, em Havana, enorme interesse pelo nosso teatro. Fiz uma exposição de fotografias do Teatro Experimental do Negro na Biblioteca da Casa de las Américas, e na inauguração pronunciei uma conferência. No Departamento de Arte Dramática, também falei sobre o nosso teatro, e finda a palestra, com os alunos do seminário, realizou-se um debate.

Instituição da mais alta importância cultural é o Instituto Nacional de Investigaciones Folklóricas, que funciona numa velha igreja reconstruída (Iglesia de Paula). Seu diretor é Odilio Urfé, um apaixonado da matéria. Mantém um museu folclórico precioso, e foi nesse ambiente, tresandando às fortes tradições cubanas, que ouvi o mais belo gênero da música popular do país: o *danzón*. Na véspera do meu regresso, Urfé reuniu alguns “cobras”: violino,

flauta, contrabaixo, guitarra, cuíca, ele ao piano. Uma gostosura aquela música que tem a um tempo o rendilhado, a delicadeza da contradança francesa, da qual é filha legítima, e o ritmo *criollo* – intenso, cálido, maravilhoso.

Não encontrei nas livrarias de Havana obras brasileiras. Somente algumas traduções de romances de Jorge Amado. Nem livros, nem discos. Reencontrei o nosso Caymmi, a nossa Araci de Almeida, o ritmo de nossas escolas de samba na residência do casal Hélio Dutra – Gina Cabrera. Ele brasileiro, dirigente de um laboratório farmacêutico; ela cubana, atriz consagrada do teatro e da televisão. Gina já esteve de férias em nosso País. Viu nossos espetáculos de teatro e boate. De volta a Havana, fez uma documentada conferência sobre teatro brasileiro e alimenta um desejo: representar uma peça brasileira (*Vestido de noiva*, de Nelson Rodrigues, talvez).

Num espetáculo do Tropicana, vi um quadro bem realizado com a música de Tom e Vinícius de Moraes “Manhã de carnaval”, do filme *Orfeu*, que lá obteve grande êxito. Com a interpretação da “Serafina” desse filme, Léa Garcia ganhou cartaz em Cuba. A vida noturna de Havana é intensa. Visitei, em companhia do arquiteto Robaina, subdiretor da Casa de las Américas, restaurantes típicos, como La Carreta, um bar-restaurante superesnobe chamado significativamente Monsenhor, o pontão de Regla (pequena cidade a que se vai de barco, assim como Niterói). Em Regia, vi como se dança verdadeiramente um bolero, uma rumba-colúmbia ou um chá-

-chá-chá. Uma riqueza de movimentos, passos complicados, plena invenção. O ambiente, mais pobre, lembra nossas gafieiras, tanto no fervor coreográfico dos dançarinos como na “bossa” e no gosto por mulher.

Nicolás Guillén me levou à Bodega del Medio para conhecer as bebidas da terra: *daiquiri* e *mojito*. Provar as comidas típicas (inclusive *plátanos a punetazos*). A freguesia é recebida por Carlos Puebla, compositor popular, que de guitarra em punho saudou num som:

*Mil veces se ha repetido
que aquí los que vengan quedan
que lo piensen mientras puedan
no después de haber venido.*

De novo a bordo de um avião, agora rumo ao México. Hélio Dutra me acompanhou ao aeroporto. Meus amigos, meus irmãos cubanos ficaram. Comigo trouxe a Revolução.

(Artigo publicado na revista
Teatro Ilustrado, outubro, 1961)



ATUAÇÃO PARLAMENTAR



**Discussão do
Projeto de Ação
Compensatória
na Comissão de
Constituição
e Justiça do
Senado Federal**

Sessão de 11 de março de 1998

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião para relatar o projeto. A preferência foi votada em homenagem ao nosso colega Senador Abdias Nascimento.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Sr. Presidente, o projeto do Senador Abdias Nascimento dispõe sobre medidas de ação compensatória para a implementação do princípio da isonomia social do negro.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Qual é o item da pauta, Senador?

O SR. ROBERTO REQUIÃO – É o item nº 36, à pág. 429 do anexo.

O presente projeto de lei, de autoria do Senador Abdias Nascimento, tem por escopo exigir que todos os órgãos da Administração Pública direta e indireta, as empresas

públicas e as sociedades de economia mista sejam obrigados a manter, nos seus respectivos quadros de servidores, 20% de homens negros e 20% de mulheres negras em todos os postos de trabalho e de direção – art. 1º.

As empresas privadas passariam a ser obrigadas, de acordo com o art. 2º do projeto, a executar medidas de ação compensatória, com vistas a atingir, no prazo de cinco anos, a participação da referida percentagem de homens e mulheres negros em todos os níveis de seu quadro, empregos e remunerações.

Pelo art. 3º, o candidato negro teria preferência sobre o branco na admissão a emprego, caso demonstradas entre os dois idênticas qualificações profissionais.

Com a finalidade de aumentar o número de candidatos negros qualificados em escalões superiores profissionais, o art. 4º da iniciativa determina que o Ministério do Trabalho e os organismos de treinamento de mão de obra executem programas de aprendizagem.

O seu art. 5º prevê a inclusão na Lei Orçamentária Anual dos recursos necessários para o desenvolvimento de estudos a respeito do ensino e do aperfeiçoamento técnico das medidas de ação compensatória.

No art. 6º, destinam-se a estudantes negros 40% das bolsas de estudo concedidas em todos os níveis de ensino.

O art. 7º incumbe ao Ministério da Educação a implementação de medidas propostas por grupos de trabalho, com vistas a uma série de objetivos, dentre os

quais incorporar ao conteúdo dos cursos de História Geral o ensino das contribuições positivas das civilizações africanas e eliminar dos currículos e livros escolares qualquer referência preconceituosa ou estereotipada ao negro.

O art. 8º obriga as forças policiais a incluírem nos currículos de seus cursos orientação que vise a impedir qualquer comportamento de discriminação étnica.

Finalmente, o art. 9º estabelece que a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística está obrigada a incluir o quesito cor em todas as pesquisas, estatísticas e censos.

Na sua justificação, o nobre autor da proposta enfatiza o árduo trabalho dos negros na construção do Brasil, sem que fossem por ele minimamente compensados. Sofreram toda espécie de atrocidades e, por todas essas razões, é preciso que a Nação salde essa grande dívida que tem para com eles, justificando-se, assim, a ideia da isonomia pela compensação, no sentido de indenizar o trabalho não remunerado do negro escravizado.

O princípio do art. 5º da Constituição, segundo a justificação, ainda não se constituiu num verdadeiro direito para o negro brasileiro, fazendo-se necessária, assim, uma atitude concreta para implementar o direito constitucional de igualdade. Dessa forma, o projeto visa a aumentar as oportunidades de trabalho, aperfeiçoar a educação dos negros e também o tratamento policial para com estes. Como não se pode esperar o espontâneo desaparecimento da discriminação nação depois de tanto



Senador Roberto Requião, relator do Projeto de Ação Compensatória

tempo em que ela se verificou, necessário se faz o estabelecimento das metas legais aqui visadas. O projeto enfatiza, também, a desigualdade no tratamento entre negros e brancos pela polícia.

Em resumo, as medidas de ação compensatória da escravidão e discriminação estabelecidas pelo projeto de lei proposto instituem maiores oportunidades para o negro integrar, em proporção relativamente análoga à da participação branca, as esferas da vida nacional, das quais ele tem sido excluído por tempo demasiadamente longo.

O projeto não encontra óbices de natureza constitucional e jurídica. Ao contrário, encontra amparo no verdadeiro sentido da isonomia, consagrado no art. 5º da Lei Maior, que se traduz em tratar desigualmente os desiguais. Para tanto, é necessário que o Estado seja dotado de normas, a fim de que, na prática, a igualdade perante a lei seja verificada.

Transformada em lei, a presente proposição será um instrumento básico para se superar de fato a discriminação racial contra a população negra, até o presente impermeável às normas proibitivas. O fato de, no Brasil, diferentemente de outros países, a discriminação racial não ser sancionada em lei desde a abolição do regime escravocrata tem contribuído sensivelmente para a clássica visão da “democracia racial”. Todavia esse mito não resiste ao exame das estatísticas relativas à posição do negro no sistema de ocupações da economia brasileira – a diferenciação salarial comparativamente ao trabalhador branco, as diferenças de níveis educacionais e de

acesso à escola entre negro e branco, tão bem expostas pelo autor na justificação do projeto em exame. A esta altura, já não há como aceitar a tese de que essas desproporções se devem às extremas desigualdades socioeconômicas existentes no País.

Os estudos disponíveis sobre a matéria demonstram, já, as formas escamoteadas das práticas discriminatórias da sociedade brasileira, as quais, todavia, não resistem à crueza das estatísticas oficiais. Por isso não causa surpresa o perfil do presidiário brasileiro, resultante do censo realizado em 1993, pelo Conselho Nacional da Política Criminal e Penitenciária, órgão do Ministério da Justiça. De acordo com tal pesquisa, a quase totalidade dos presos é absolutamente pobre: 68% têm menos de 25 anos, 76% são analfabetos ou semialfabetizados e dois terços são mulatos e negros.

Os negros e mulatos, que representam em torno de 45% da população brasileira, estão sempre sobrerrepresentados nos números relativos às piores situações socioeconômicas, e infimamente representados nas melhores posições dos indicadores sociais. Naturalmente, a discriminação contra os negros não é algo patenteadado apenas pelos números das estatísticas, como atestam as mais diversas formas do preconceito cotidiano de que eles são vítimas. À maneira de algo que já se tornou habitual com o homem comum, a imprensa praticamente se refere apenas às manifestações que envolvem pessoas famosas, sempre negadas por seus autores quando o fato adquire repercussão.

A discriminação racial está enraizada na cultura brasileira de uma forma bastante peculiar, pois, correntemente, discrimina-se, escamoteia-se, nega-se e ignora-se a discriminação como se tais práticas não fizessem parte das relações sociais que conformam a Nação. Esse padrão de relacionamento entre brancos e negros tem-se mostrado impermeável às mudanças propostas pelas normas legais proibitivas. É chegada a hora de iniciativas que definam ações a serem impositivamente praticadas pela sociedade, com o fim de cristalizar novas formas de convivência social e superar a discriminação que condena os negros às posições socialmente menos valorizadas.

A chamada ação afirmativa surge no nosso tempo justamente para que possa ser construído um novo sentido da igualdade jurídica, reparando grave injustiça, sedimentada no passado, e que ainda se verifica no mundo atual. Daí sua perfeita consonância com o citado princípio magno e que representa a necessidade de se pensar a igualdade jurídica como igualação jurídica, que se faz constitucionalmente no compasso da história, no instante presente e de perspectiva vislumbrada em dada sociedade. A igualdade posta em movimento, em processo de realização permanente, a igualdade provocada pelo direito, segundo o sentido próprio a ela atribuído pela sociedade. (Carmem Lúcia Antunes Rocha, “Ação afirmativa. O conteúdo democrático do princípio da igualdade jurídica” *Revista de Informação Legislativa* nº 131, p. 287).

Opinamos, Sr. Presidente, pois, pela aprovação da iniciativa, que, se transformada em lei, representará uma alavanca para a ascensão econômica e social da população negra e sua compensação tão merecida e necessária pelas injustiças sofridas ao longo da história.

É o Relatório.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A matéria está em discussão.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres para discutir a matéria.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, peço vista do projeto, pois tenho dúvidas sobre a sua constitucionalidade. Sr. Presidente, digo isso com a tranquilidade de quem nunca foi, não é e nunca será racista. Nunca discriminei as pessoas pela cor. Tenho amigos entre negros e outras raças.

Sr. Presidente, tenho dúvidas sobre a constitucionalidade. Não sei em que medida, entre pessoas com o mesmo nível de qualificação, se possa dar preferência a umas ou outras em razão da cor, não sei se isso não fere a Constituição. Há um problema de ordem prática num país de mestiços como o Brasil. Quem é negro e quem não o é? Como pessoas mestiças podem ser qualificadas? São brancas? São negras? Qual o grau de mestiçagem existente? Isso se dará quando houver predominância de características africanas em relação às características européias? Na prática, isso será impossível. Como isso poderá ser deter-

minado num país onde não há duas populações definidas, como, por exemplo, nos Estados Unidos, onde se é negro ou branco, onde a mestiçagem é muito pequena? Haverá uma dificuldade enorme e, talvez, incontornável, Sr. Presidente.

Quanto à cota racial de 20% de mulheres e de homens negros para admissão na Administração Pública direta e indireta, só se admite ingresso no serviço público, nas autarquias e na administração direta, mediante concurso público. Como isso será colocado em prática? Será realizado um concurso para brancos e outro para preencher a cota exclusiva de negros? Ou será feito um concurso exclusivamente para negros, mas permitindo que os negros também concorram com os brancos?

Sr. Presidente, compreendo que esse projeto de lei do Senador Abdias Nascimento é novo, mas penso que, talvez, ele possa vir a motivar a ocorrência de conflitos raciais e de grandes e sérias incompreensões entre negros e brancos. Quero examinar esse assunto com cuidado e, portanto, peço vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência defere a vista e pede que os Srs. Senadores fiquem atentos, porque, na próxima reunião, a matéria será colocada em discussão e em votação.

Sessão de 18 de março de 1998

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES
– Sr. Presidente, Senhoras e Senhores

Senadores, o presente projeto de lei tem por escopo determinar, segundo o seu art. 1º, que “todos os órgãos da Administração Pública direta e indireta, as empresas públicas e as sociedades de economia mista são obrigadas a manter, nos seus respectivos quadros de servidores, 20% de homens negros e 20% de mulheres negras, em todos os postos de trabalho e de direção”. Esse é o dispositivo principal que norteia o objetivo da iniciativa.

Destacamos também o seu art. 3º, segundo o qual “assegura-se a preferência na admissão do candidato negro sempre que ele demonstrar idênticas qualificações profissionais às do candidato branco”. Embora digno de encômios, ao revelar uma justa preocupação com relação à melhoria das condições da raça negra no Brasil, o projeto, a meu ver, fere o art. 5º da Constituição Federal, no seu *caput*, que assim reza:

“**Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes (...).”

Dessa forma, é impossível deixar de reconhecer o vício de inconstitucionalidade de que está eivada a proposição, dada a clareza do mandamento maior. Não se pode, sob o argumento de alavancar a condição de uma minoria secularmente desassistida, fato que ninguém desconhece, praticar uma verdadeira discriminação às avessas, equívoco no qual muitos incorrem ao inter-

pretar o citado Preceito Magno, na sua concepção clássica de tratar desigualmente os desiguais, na medida em que se desigualam.

“O projeto, tal como está redigido, constitui distorção do princípio de igualdade, sediado na Constituição Federal. Há outros caminhos que podem levar à busca da isonomia social do negro, sem ferir a Lei Maior. E aqui, oportuno é citar que, nos Estados Unidos, país que primeiro cuidou da ação compensatória, as políticas de ação afirmativa não podem, nem como artifício de simplificação, ser definidas como políticas de cotas.” Cito Rosana Heringer, pesquisadora da Universidade de Maryland.

Portanto, é importante salientar que, diferentemente do que se possa pensar, na nação norte-americana, a medida de favorecimento das minorias raciais é temporária, destinada a reverter situação de desigualdade firmada ao longo do tempo, e não se assemelha à forma que o presente projeto pretende adotar.

A propósito, citamos caso concreto editado na *Gazeta Mercantil*, de 23 de janeiro de 1997, analisado por Bob Drumond, que corrobora os argumentos aqui contidos:

A Suprema Corte dos Estados Unidos pediu à administração federal que apresente uma súmula, resumindo seus principais pontos de argumentação em recurso pendente sobre uma potencial disputa, que será um marco divisor no controvertido debate nacional a respeito da política de preferências raciais.

Trata-se de processo no qual dois professores com a mesma qualificação apresentaram-se para um único cargo, e o Conselho Escolar, em Nova Jersey, decidiu ficar com um instrutor e demitir o seu colega branco, apenas para aumentar o *mixing* racial no corpo docente do secundário.

A Corte Suprema pediu ao Governo Clinton que descreva, em linhas gerais, qual a sua opinião quanto à possibilidade de empregadores poderem, em certas circunstâncias, favorecer candidatos a empregos pertencentes a minorias sociais, para promover a diversidade no trabalho. A professora Sharon Taxman entrou com um processo, dizendo que foi demitida injustamente porque é branca. Ela venceu, e o Tribunal de Recursos da Filadélfia manteve essa vitória.

O caso também ameaça a capacidade de uma escola ou faculdade citar o valor educacional da diversidade quando projeta programas de admissão destinados a aumentar as matrículas das minorias.

“Argumentos a respeito dos benefícios gerais da diversidade ou do impacto retardado de preconceitos sociais mais amplos não são suficientes para sobrepujar as leis federais, que tornaram ilegal a discriminação contra negros e brancos, e, da mesma forma determinou, o Tribunal Federal de Recursos.”

No Brasil, a melhor doutrina interpreta o art. 5º da Constituição nos mesmos moldes dos comentários do renomado jurista José Cretella Júnior, abaixo reproduzido:

“Se o critério é discriminar qualquer pessoa em razão da cor, comete-se, além do ilícito civil ou patrimonial, crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão nos termos da lei. Se houver admissão ou seleção para o emprego, deverá prevalecer como critério, o princípio de igualdade, segundo o qual todos são selecionados sob os mesmos padrões e avaliados sob o mesmo critério.”

Do comentário exposto, podemos até mesmo concluir que o projeto padece também de vício de injuridicidade, porque, caso seja aprovado, gerará verdadeira incongruência no nosso ordenamento jurídico como um todo e no trato da questão.

Existe outra razão que nos leva a concluir pela inconstitucionalidade da iniciativa, ou seja, aquela que diz respeito à sua eficácia. A eficácia vem a ser um dos elementos que respaldam a norma jurídica, sem a qual esta não pode sobreviver, por não produzir efeitos jurídicos concretos, não gerar condições de aplicabilidade e não encontrar eco no mundo do direito. Ora, lei sem eficácia não é lei, por não ser dotada de um dos elementos primaciais: a força de coerção.

O projeto analisado acarretaria, caso aprovado, dificuldade de eficácia pelas razões que passamos a expor. No Brasil, país que se destaca por intensa miscigenação, é quase impossível separar as diversas raças. Quem seria considerado negro e quem não o seria? Poder-se-ia afirmar que os mulatos o sejam, pois a comunidade negra assim os considera. Porém, mesmo entre eles, há diversidade grande de cor. O mulato

bisneto de negro, que apresenta mais características da raça branca do que da negra, por exemplo, como poderia ser definido? Ele estaria incluso na cota do projeto? E não é só. Como ficaria a situação dos índios, que não são nem brancos nem negros, mas são também secularmente discriminados? Mesmo entre os índios, há miscigenação.

Assim, ainda que a emenda fosse aprovada para incluir determinada cota para sua raça, haveria dificuldade de aplicabilidade, pelas mesmas razões expostas, com relação à definição exata do elemento negro.

Senador Bernardo Cabral, e se se quisesse contemplar os índios, que também são discriminados, que também são minoria racial, num Estado como o Amazonas? Como V. Ex^a sabe, no interior do Amazonas, quem é índio, caboclo e branco no beiradão dos nossos municípios? Seria muito difícil aplicar a lei ou, então, não se aplicaria aos índios e estaríamos sendo profundamente injustos com eles.

A eficácia seria bastante dificultada também em alguns estados brasileiros, notadamente no sul do País, em que a percentagem de negros é mínima em relação aos brancos, ou em estados do Norte, em que o elemento indígena é o predominante. Não haveria, nesses estados, condições de tornar diploma legal com esse teor eficaz por absoluta falta de elemento humano, no sentido quantitativo, para preencher a quota determinada.

Repetimos, dada a sua importância, que a eficácia é característica indis-

pensável para a validade da lei, característica que “diz respeito às condições fáticas, axiológicas e técnicas da atuação da norma jurídica. A eficácia vem a ser a qualidade do preceito normativo vigente de produzir os efeitos jurídicos concretos, supondo não só a questão da sua condição técnica de aplicação, observância ou não pelas pessoas a quem se dirige, mas também de sua adequação, em face da realidade social por ele disciplinada e aos valores vigentes nessa sociedade. A análise eficaz importará em se saber se os destinatários da norma ajustam, ou não, seu comportamento às prescrições normativas, aplicando-as, ou não”. (Tércio Sampaio Ferraz Júnior, Maria Helena Diniz e Rita Stevenson Georgakilas, em *Constituição 1989 – legitimidade, vigência, eficácia e supremacia*).

Portanto, um dos pilares sobre os quais deve firmar-se a norma legal é a sua eficácia, que lhe garante aplicabilidade no mundo jurídico.

Interpretar de outra forma o art. 5º da Constituição, sem considerar a sua substância, seria vulnerar a ordem política estabelecida no Texto Maior, por desconsiderar a finalidade contida na referida norma. Pertinente aqui ao ensinamento de Carlos Maximiliano sobre hermenêutica constitucional interpretam-se restritivamente os dispositivos que instituem regras gerais firmadas na Constituição. “Assim, entenda-se os que favorecem algumas profissões, classes ou indivíduos, excluem outros, estabelecem compatibilidade, asseguram prerrogativas ou cerceiam, embora tempora-

riamente, a liberdade e as garantias de propriedade”.

Além das razões já expostas quanto à ineficácia do projeto, no que se refere à difícil definição das raças e à sua aplicabilidade nos estados em que o elemento negro é escasso, vislumbramos também embaraços no que diz respeito à realização de concursos públicos. Reservar 40% das vagas para o negro, tão-só em virtude da cor, seria desprezar a avaliação da capacidade, tão relevante para o funcionamento da máquina estatal.

A verdadeira isonomia no concurso consiste em selecionar os mais capazes independentemente de raça, sexo, etc. Esse foi o espírito norteador do legislador constituinte ao inserir no corpo da Carta Magna o preceito contido no inciso II do art. 37, segundo o qual “a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargos de comissão”.

A Carta atual, no tocante à essa questão, é mais rigorosa do que a anterior, pois esta falava em obrigatoriedade do concurso para a primeira investidura no serviço público, dando ensejo, então, para a ascensão funcional, critério duvidoso de seleção tão em voga na época. Agora, não só a primeira investidura quanto todo e qualquer ingresso no serviço público dar-se-á somente mediante concurso público.

Assim, tanto seria inteiramente inconstitucional a reserva de 40% das vagas para candidatos negros aprovados

em concurso público, independentemente de sua classificação, como também o seria se essas vagas, para se aplicar o projeto, tivessem que ser preenchidas independentemente de concurso público. É diferente o caso do percentual constitucionalmente estabelecido no serviço público para os deficientes físicos. Além de constituir exceção à regra geral, firmada no próprio corpo da Lei Maior, tal percentual encontra amparo no princípio de tratar desigualmente os desiguais, na medida em que se desiguam, já que a condição de deficientes por si só dificulta o ingresso no mercado de trabalho, dada a sua inferioridade física.

Manoel Gonçalves Ferreira Filho tece brilhante comentário ao princípio constitucional da isonomia, que reproduzimos aqui por oportuno e pertinente ao assunto sob comento:

“A necessidade de desigualar os homens em certos momentos para estabelecer, no plano fundamental, a sua igualdade cria problemas delicados, que nem sempre a razão humana resolve adequadamente. O imperativo do tratamento desigual dos que estão em situação desigual, na medida em que se desiguam, impõe, por exemplo, ao legislador o estabelecimento de leis especiais que protejam determinadas categorias. Para isso, editam-se leis destinadas a amparar os economicamente fracos, os trabalhadores, os mal-alojados, os inquilinos e assim por diante. Ocorre, porém, que a apreciação dessas desigualdades que devem ser comparadas ou reparadas é sujeita a critérios políticos. Desse modo, certas minorias política-

mente fortes se avantajam, criando-se, em seu benefício, não apenas regras que ponham termo a uma desigualdade, mas que, muitas vezes, passam a beneficiá-las de modo a torná-las verdadeiramente privilegiadas. Está nisso, sem dúvida, um desvio. O legislador há de estabelecer tratamento desigual para situações desiguais, mas, se tratar desigualmente situações que não são desiguais, o que sucede é que beneficia desarrazoadamente determinadas categorias e incide em inconstitucionalidade.

“Por outro lado, o princípio da igualdade que, como se viu, se impõe ao próprio legislador *a fortiori* obriga o Judiciário e a administração na aplicação que dão à lei. Da consagração constitucional e de isonomia, resulta a regra hermenêutica de que sempre se deverá preferir interpretação que iguale não a que discrimine.”

Finalmente, temos a observar, também, que o projeto, se transformado em lei, pode vir a gerar injustiça. Imaginemos a situação em que um candidato branco muito pobre e, portanto, necessitado daquele emprego para o qual se habilitou por meio de concurso público, classificando-se nos primeiros lugares, perdesse sua vaga para um candidato negro, de boas condições financeiras, que, embora aprovado no mesmo concurso, houvesse obtido classificação inferior.

O Sr. Pedro Simon – O que seria 1% dos casos.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sim, mas não gosto de injustiça, mesmo que em mil se atinja um. Se pudesse evitar injustiça, evitaria.

Sr. Presidente, farei um comentário à parte. Existe, bem ou mal, embora com muito atraso, uma ascensão social dos negros. Já encontramos, hoje, muitas famílias de classe média. O exemplo que estou citando não é de 1%. Pode acontecer de um estudante branco da periferia ser aprovado com nota sete ou oito em um concurso e um candidato negro, de classe média, que obteve nota inferior, seis ou sete, ser aproveitado em detrimento desse candidato que mostrou um desempenho melhor, punido pelo fato de ser branco. Seria uma discriminação às avessas e injusta não apenas por desconhecer o sistema de mérito, como socialmente também, porque o branco, neste caso, era mais pobre do que o negro.

O Sr. Pedro Simon – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES – Permito.

O Sr. Pedro Simon – V. Ex^a sabe do carinho, do respeito e da admiração que tenho por V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES – É recíproco.

O Sr. Pedro Simon – Digo que, sob o ponto de vista jurídico, o parecer de V. Ex^a é irretocável. Tenho o maior respeito por ele, mas, na realidade em que estamos vivendo hoje no Brasil, ele pode até ser irretocável juridicamente, mas, na verdade, o que sentimos no Brasil é totalmente contrário àquilo que V. Ex^a está afirmando.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Senador Pedro Simon, V. Ex^a poderia

ser breve, porque terá oportunidade para discutir o assunto?

O Sr. Pedro Simon – Somente meio segundo. Juridicamente tenho que votar com V. Ex^a. E V. Ex^a haverá de dizer que esta é a Comissão de Constituição e Justiça. O parecer de V. Ex^a é nota dez, não há o que mudar, mas, olhando o Brasil afora, com toda a sinceridade, creio ser ele um pouco diferente do que podemos imaginar.

Receba, com respeito e carinho, o meu aparte.

Meus cumprimentos ao parecer de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Jefferson Péres, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Levando-se em conta que uma das finalidades da norma jurídica é realizar a justiça e o bem comum, a indagação neste caso seria óbvia, no sentido de se saber se a lei, no caso, estaria a cumprir satisfatoriamente essa finalidade.

Considerando-se, assim, os argumentos expostos neste parecer com relação à inconstitucionalidade e injuridicidade da iniciativa, resolvemos elaborar o presente voto, em separado, pela rejeição, divergindo, portanto, do parecer apresentado pelo ilustre relator da matéria, Senador Roberto Requião, em que pese aos bons propósitos do autor do projeto, o não menos ilustre Senador Abdias Nascimento.

Para concluir, Sr. Presidente, extraparecer, como sou absolutamente insuspeito para opinar, não tenho de

longe nem remotamente resquícios de racismo, porque sempre tive entre meus companheiros de infância e de juventude e colegas de trabalho na universidade negros, aliás, pessoas da melhor categoria. Quando conheci o Senador Abdias Nascimento, embora S. Ex^a talvez não se lembre de mim, naquela época era estudante no ISEB*, no Rio de Janeiro, onde S. Ex^a aparecia frequentemente, já desde então cuidando do Teatro Experimental do Negro. Sempre tive admiração pela luta do Senador Abdias Nascimento. Mas não poderia deixar, em hipótese alguma, nem mesmo em homenagem ao Senador Abdias Nascimento e aos meus amigos negros, de dizer o que a consciência me está recomendando.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A Presidência assegurará a palavra ao Senador Abdias Nascimento ao final.

Chamo a atenção dos eminentes colegas que o processo é terminativo, com votação nominal.

Concedo a palavra ao nobre Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Sr. Presidente, sou contra todo o preconceito de raça e de cor. De maneira que sou favorável às providências que visem a garantir a exata igualdade entre os seres humanos, independentemente dessas condições. Não posso, porém, votar o projeto nos termos em que está elaborado, em que pese à sua alta inten-

ção. É que devo respeito à Constituição. Estabelecer a obrigatoriedade do aproveitamento de determinado número de pessoas por serem negras em repartições ou empresas é fazer discriminação. A Constituição, expressamente, declara que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. E não fica aí a exigência constitucional. No mesmo art. 5º, inciso XLI, ela estabelece: “XLI – A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais”.

E, para não permitir o uso de artifícios ou de outras medidas que possam de qualquer modo conduzir à diferenciação entre as pessoas por efeito de raça ou cor, a Constituição ainda declara: “XLII – a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”.

Vale dizer que a Constituição proíbe que se possam adotar medidas como as previstas no projeto de lei.

Por outro lado, para evitar que, apesar da proibição constitucional, haja desrespeito a essas normas, já há pelo menos duas leis destinadas a coibir tais abusos. Há a Lei Afonso Arinos, nº 1.390, de julho de 1951. Como essa lei tem um alcance relativamente limitado, porque se refere mais à recusa por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza de hospedar, servir, atender ou receber clientes, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de cor, sobreveio a Lei nº 7.716, de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A chamada Lei Caó.

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Essa lei declara, em seu art. 1º: “Serão punidos, na forma desta lei, os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor”. No art. 3º: “impedir ou obstar o acesso de alguém devidamente habilitado a qualquer cargo da Administração direta ou indireta, bem como das concessionárias de serviços públicos, implica pena de reclusão de dois a cinco anos”.

Mas o legislador foi adiante, para alcançar as empresas privadas. Art. 4º: “Negar ou obstar emprego em empresa privada. Pena de reclusão de dois a cinco anos”.

Assim, para dar exata segurança à proibição constitucional de se fazer discriminação, a legislação já estabelece as medidas adequadas. Aqui, sim, aplicando-se pena a quem fizer a discriminação, a legislação está assegurando a igualdade de tratamento das pessoas, independentemente de raça ou de cor.

Essas são as normas capazes de garantir a regra da igualdade de tratamento para impedir qualquer discriminação por efeito de raça ou de cor. Se o nobre autor do projeto tiver forma de ampliar essa legislação que proíbe a discriminação, terá o meu apoio. Estabelecer, porém, a obrigatoriedade de número, de aproveitamento de determinado número de pessoas negras na repartição ou em estabelecimentos comerciais parece-me uma violação do princípio da igualdade estabelecido na Constituição.

Por essas razões, aprovo o voto dissidente do nobre Senador Jefferson Péres para reconhecer a inconstitucionalidade do projeto.

O Sr. Lúcio Alcântara – Permite V. Exª um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Com prazer, ouço V. Exª.

O Sr. Lúcio Alcântara – Qual é a opinião de V. Exª sobre a lei eleitoral no que diz respeito à cota reservada às mulheres?

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Eu votei contra, exatamente por achar inconstitucional que se desse privilégio a determinado número de mulheres na formação de chapa eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Votamos contra. V. Exª já terminou Senador Josaphat Marinho?

O Sr. Josaphat Marinho – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, já havia concordado com o voto do ilustre Senador Jefferson Péres. Portanto, também não vou deixar de concordar com a brilhante, completa e perfeita exposição do nosso mestre, Senador Josaphat Marinho.

Sr. Presidente, temos que constatar um fato: “todos são iguais perante a lei”. Há um outro artigo na Constituição que diz que todo cidadão tem direito à saúde, que é uma obrigação do Estado. Há outro artigo na Constituição que diz que todo cidadão tem direito ao trabalho e deve receber uma remuneração que

dê condições mínimas de alimentação, saúde etc. para a sua sobrevivência, a de sua mulher e a de seus filhos. Tudo isso está na Constituição, mas não está sendo cumprido. Aqui não vejo ninguém cobrar o cumprimento da Constituição. Há pessoas que trabalham e não ganham o salário que deveriam ganhar; outras estão necessitando do sistema de saúde, garantido pela Constituição, e não o tem. Porém todos são iguais perante a lei. Mas há uma realidade da qual não podemos fugir: ao compararmos os índices de injustiças sociais, num presídio, numa favela, os negros estão em primeiro lugar. Os percentuais nas universidades demonstram que os negros estão em último lugar. Penso que, em vez de ficarmos nesta tese de que o artigo, como está, é inconstitucional – reconheço que é –, pediria que se suspendesse a votação dessa matéria, porque vou fazer um requerimento perguntando a V. Ex^a Senador Bernardo Cabral, que é o presidente desta Comissão, o que temos feito no sentido de impedir as violações à Constituição, que são praticadas diariamente, no que tange a artigos importantes e de grande significado que não são cumpridos, inclusive com a nossa omissão e com o nosso consentimento silencioso.

Concordo com este projeto. Mas penso que o seu autor, o seu Relator, o ilustre Senador Jefferson Péres, autor de voto em separado, e o Senador Josaphat Marinho poderiam pedir a suspensão dessa votação a fim de debatermos, discutirmos e analisarmos essa matéria. Agora, o que não pode é amanhã sair nas manchetes dos jornais que a Comis-

são de Constituição, Justiça e Cidadania rejeitou projeto de um senador que dava direitos e preferências a negros na faculdade porque é inconstitucional.

O Sr. Josaphat Marinho – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON – Como não poderia permitir? Claro que sim.

O Sr. Josaphat Marinho – Quero apenas acentuar a V. Ex^a que muitos de nós, inclusive V. Ex^a, temos votado, em diferentes momentos, contra projetos que violam a Constituição. Eu o tenho feito repetidamente, inclusive com relação às mensagens presidenciais. Por outro lado, relembro a V. Ex^a que, no curso do meu modesto voto, acentuei que, se o nobre autor do projeto encontrar forma de ampliar a legislação já existente, compatibilizando sua proposta com a Constituição, tem o meu apoio.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, o Senador Josaphat Marinho propõe o mesmo que eu: em vez de decidirmos aqui, sim ou não – como não sou jurista, sou um simples advogado; os Senadores Josaphat Marinho, Jefferson Péres e também V. Ex^a, Sr. Presidente, o são – e vejo esta Constituição ser rasgada todos os dias, vejo o Supremo Tribunal Federal dizer que medida provisória pode ser repetida quantas vezes quiser, embora a Constituição diga que é uma vez só.

É muito difícil votar esse projeto, é muito difícil! É inconstitucional, quer dizer, as coisas que estou vendo, as violências brutais que estão acontecendo no campo social ocorrem com a minha

omissão – com a minha, do Pedro Simon, omissão.

Como é que um negro pode ser da classe média, entrar na faculdade, e um branco, que é pobre, não entrar? Não pode! A imensa maioria é negra na classe pobre, uma minoria é branca.

Portanto, creio que essa proposta, no sentido de concordarmos em sustar o processo e debatermos inclusive uma fórmula para solucionarmos o problema, seria a grande saída.

Lembro a V. Ex^a, Sr. Presidente, que, quando as mulheres pediram para votarmos o texto da lei, no sentido de que 25% seriam vagas garantidas às mulheres, nos diretórios e nas candidaturas inclusive a ilustre Deputada Marta Suplicy –, dissemos que estávamos de acordo. Foram falar com V. Ex^a e se surpreenderam, porque V. Ex^a foi contra. “Mas V. Ex^a, Senador Bernardo Cabral, que tem uma admiração tão grande pelo sexo feminino, ser contra”? V. Ex^a disse: “Admiração tenho, mas a lei tenho de cumprir. A Constituição diz que todos são iguais perante a lei”.

Lembra-se V. Ex^a que apresentei uma proposta como solução. Eu disse: “Tem razão!” E até a Deputada Marta Suplicy disse: “O Senador Cabral tem razão”. Mas podemos resolver essa questão. Como? Votando que cada sexo terá 25%. Em vez de determinar que as mulheres tenham direito a 25%, cada sexo terá direito a 25% das vagas. E ainda acrescentei: não só a proposta que estou fazendo é jurídica, mas já estamos votando em causa própria, porque, daqui a 30 anos, quando as mulheres tomarem

conta deste Congresso, não teremos que apresentar uma proposta solicitando que 25% das vagas sejam para homens. Elas já estarão garantidas.

Lá, a proposta era uma saída jurídica; aqui, pode-se encontrar uma saída. Vamos debater, vamos analisar. É a proposta que faço, em vez de resumirmos em “sim” ou “não”.

Enquanto V. Ex^a votar “não”, porque é um grande jurista, e o Senador Josaphat Marinho votar “não”, porque é um grande jurista, eu me considero um advogado sério, responsável, mas votarei “sim”. Estou vendo a Constituição ser rasgada todos os dias no que tange à fome, à miséria, às injustiças sociais. Não creio que seja este o momento de se dizer “cumpra-se a Constituição aqui”, quando ninguém se preocupa com isso, pois milhões de brasileiros vivem com fome e na miséria.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Pedro Simon, a Presidência acolhe a proposta de V. Ex^a, no sentido de se desenvolver um estudo maior sobre a matéria, mas a coloca em discussão.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra, devidamente inscrito; depois, ao Senador Bello Parga.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, acompanho mais ou menos a linha da proposta do Senador Pedro Simon.

O problema é que estamos diante de um parecer que aprova o projeto na sua totalidade e de um voto, em sepa-

rado, que rejeita o projeto na sua totalidade.

Concordo plenamente com o argumento levantado pelo Senador Jefferson Péres, da própria dificuldade da aplicação de quotas em relação à raça no Brasil, em função da miscigenação. Mas entendo que algum tipo de ação compensatória seja possível fazer no Brasil.

Creio que o projeto, da forma como está, coloca as quotas numa série de pontos que, concretamente, não se tem instrumentos de cultura e prática para fazer com que venham a ter eficácia, como disse o Senador Jefferson Péres.

Tendo a ser simpático a algum tipo de ação compensatória do ponto de vista social. No Brasil, a questão social está muito ligada à questão racial. Se se fizer uma pesquisa sobre os menores salários, sobre o número de presos nas cadeias, vai-se constatar que são de pessoas pobres e que a grande maioria é negra.

Vejo muita dificuldade em alguns casos, como, por exemplo, no art. 2º, a obrigatoriedade de as empresas privadas estabelecerem quotas para a população negra. Na prática, vão-se estabelecer regras trabalhistas diferenciadas. Obrigatoriamente, a empresa deverá ter um grau de estabilidade para poder manter essa quota, até porque a substituição não é tão simples. Assim, vamos ter regras de estabilidade diferenciadas para negros e brancos.

Eu veria com muita simpatia, por exemplo, um projeto que estabelecesse algum tipo de cota nas universidades públicas. Creio que estaríamos dando um passo no sentido de que, a partir do

momento em que houvesse um maior número de negros formados pelas universidades, isso iria contribuir para aumentar a renda do negro, para diminuir a discriminação, para possibilitar maior aprovação de negros nos concursos.

O Sr. Ramez Tebet – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Pois não.

O Sr. Ramez Tebet – Creio que V. Exª aborda muito bem a questão. Talvez pudéssemos iniciar mesmo pelas universidades públicas.

Falou-se agora mesmo sobre a cota reservada às mulheres para a disputa dos cargos eletivos. Lembrei-me de um artigo que li recentemente, demonstrando o avanço social das mulheres na sociedade mundial e na sociedade brasileira.

Com relação às universidades, Senador José Eduardo Dutra, não é preciso reservar nada às mulheres, porque os exames vestibulares estão demonstrando que o número de mulheres aprovadas é muito maior do que o de homens.

Nas universidades públicas, há uma grande contradição: o rico, em virtude das suas condições sociais, tem mais acesso às universidades públicas de que o pobre, que é desprotegido, desnutrido.

Talvez V. Exª tenha razão, no que diz respeito a esse argumento, que é muito forte, Sr. Presidente, no meu entender. Não votaríamos a matéria hoje, a fim de que pudéssemos encontrar uma solução ideal, do ponto de vista constitucional, político e social.

V. Ex^a me tirou a dúvida, porque eu estava disposto a julgar a matéria politicamente, nos precisos termos daquilo que falou o Senador Pedro Simon – e acredito que assim foi também o parecer do Senador Roberto Requião. Todavia, juridicamente, não há dúvida nenhuma de que o Senador Josaphat Marinho e o Senador Jefferson Péres têm inteira razão. Se suspendêssemos por hoje, conciliaríamos a parte jurídica com a parte política e social.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet.

Para concluir, no sentido de reforçar minha sugestão: é lógico que isso dependeria de uma concordância entre o relator, o autor do projeto e o autor do voto em separado. A sugestão que dou é no sentido de que se tente encontrar alguma ação compensatória, que combine inclusive o caráter social com o caráter racial. Isso poderá ser tratado junto com a questão das universidades públicas. Como não sou jurista, nem advogado, eu não teria nenhuma obrigação de votar teoricamente do ponto de vista jurídico. Do ponto de vista político, eu não votaria no projeto como está em função desse aspecto que levantei da questão das cotas para trabalhadores da iniciativa privada, que gera um problema concreto, em minha opinião.

O Sr. Lúcio Alcântara – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Eu já vou concluir. Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Lúcio Alcântara – Se for aceita a sugestão, um caminho para trabalhar, por exemplo, é dar uma cota nas universidades públicas para a escola pública. Porque as estatísticas estão mostrando. Recentemente, a *Folha de S.Paulo* fez um amplo levantamento, mostrando que, em São Paulo, o grosso dos alunos que ingressam na universidade pública veio da escola primária particular. Então, se fosse dada uma cota para alunos egressos da escola pública, aí, talvez, essa discriminação de alguma maneira seria amenizada. É uma ideia. Não estou dizendo que...

O SR. RAMEZ TEBET – Senador Lúcio Alcântara, o debate é tão salutar que, nesse sentido, já estou pensando em encomendar e apresentar um projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Bom, concluindo agora, em função dessas sugestões: não quero me abster em um projeto como este, mas não quero votar do ponto de vista estritamente jurídico, embora concorde com os argumentos do Senador Jefferson Péres. E não tendo a votar da forma como está, meramente do ponto de vista político, como levantou o Senador Pedro Simon, em função desses pontos. Então, volto a dizer, se houver concordância do autor, do relator, no sentido de algum tipo de ação afirmativa que comece aos poucos, acho que se poderia contornar esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Continua em discussão a proposta do eminente Senador Pedro Simon.

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Para um esclarecimento. Quando dei o meu voto, assinalei que não poderia deixar de reconhecer a inconstitucionalidade do projeto. Mas reconhecia que há preconceitos de raça e de cor no Brasil e sugeri que o próprio autor da proposição poderia, retirando ou não...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Ampliar, ampliar a lei.

O SR. JOSAPHAT MARINHO – ... ter a iniciativa de modificar o conteúdo de sua ideia, talvez até modificando a Lei nº 7.716, que é a que define os crimes resultantes de preconceitos de raça e de cor. Assim, a sua ideia seria aproveitada sem que se lhe retirasse a iniciativa da medida.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Bello Parga, V. Ex^a quer discutir a proposta Pedro Simon? Está V. Ex^a inscrito.

O SR. BELLO PARGA (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Não é a matéria. É a proposta no sentido de que possa ser adiada, para melhor estudo, dentro das sugestões apresentadas pelos Senadores Josaphat Marinho...

O SR. BELLO PARGA – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Ex^a concorda com o adiamento.

Senador Roberto Requião, na qualidade de Relator, tem a palavra.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Sr. Presidente, recebi de V. Ex^a esse projeto para relatar. Esse projeto ficou nas minhas mãos por alguns meses. Um projeto polêmico, há a considerar inconstitucionalidades. Mas procedi muito menos como jurista, uma vez que a minha formação é de advogado; procedi como jurado, tentando interpretar o sentimento do povo nesse processo.

O Senador Abdias Nascimento, líder e militante do Movimento Negro há décadas, tomou uma iniciativa que se caracteriza como ação positiva, ação afirmativa contra as discriminações raciais. O projeto é bom. É discutível sob o ponto de vista das filigranas e da constitucionalidade, mas é um projeto bom.

E o Senado tem passado por cima de inconstitucionalidades com enorme frequência. Inconstitucional é o projeto que privilegia os deficientes físicos. Do ponto de vista ético e moral, no entanto, é um projeto absolutamente defensável, tanto que foi aprovado e a cota dos deficientes faz parte da legislação brasileira.

Inconstitucional – absolutamente inconstitucional – é o projeto que deu 25% de vagas para as mulheres nas chapas dos partidos políticos. No entanto constituiu-se numa ação afirmativa e positiva da melhor qualidade, a ponto

de haver, nas últimas eleições municipais, mais do que dobrado o número de vereadoras e de mulheres na chefia de prefeituras municipais.

Inconstitucional, absolutamente inconstitucional, é a reeleição, ainda mais quando o presidente se candidata a ela no exercício do cargo, mas uma servente de escola que pretender candidatar-se ao cargo de vereadora tem que se desincompatibilizar.

Absolutamente inconstitucional, do ponto de vista da igualdade de direitos, é a possibilidade de os parlamentares se candidatarem a cargos executivos sem se licenciarem ou se desincompatibilizarem do mandato que estão exercendo, utilizando as facilidades do gabinete, de locomoção e as próprias imunidades parlamentares. Então, essa questão da inconstitucionalidade do projeto é semelhante à de tantos outros projetos que foram aprovados pelo Congresso Nacional.

Estudei o projeto do Senador Abdias com carinho. Concluí que deveria manifestar-me a favor das suas razões. Continuo com a mesma posição, mas não precisamos afirmar uma posição ou fazer uma declaração pública de horror ao racismo. Essa declaração é de todos nós; é dos senadores, inclusive, que se opuseram à aprovação do projeto.

O que nos interessa é a ação afirmativa, positiva. É dar um passo a mais. Penso que, talvez, se atenuássemos o rigor lógico do tratamento dado pelo Senador Abdias, pudéssemos chegar a um consenso. Por exemplo, que esse projeto não fosse permanente, mas que

fosse como o projeto da participação das mulheres nos partidos; um projeto para dar um *start* no aumento da participação dos negros na vida política e econômica brasileira. Que atingisse a universidade, que abrangesse a questão de outras minorias, como os índios, e que fosse melhor estudado por uma comissão de senadores, encabeçada pelo Senador Abdias Nascimento, para não correremos o risco de soterrarmos, numa rápida votação numa manhã de quarta-feira, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma ação afirmativa que culmina a carreira de um militante de décadas em favor do fim da discriminação racial no País.

Não é uma homenagem que quero prestar ao Senador Abdias Nascimento, mas é uma visão pragmática e que, na verdade, traduz-se concretamente como uma ação afirmativa. Não vamos enterrar esse projeto. Vamos procurar um consenso e dar o passo que for possível no sentido de reprimir e evitar a discriminação racial. Toda caminhada começa com o primeiro passo, e o primeiro passo será sempre o possível, viabilizado pelo consenso na Comissão e no plenário do Senado.

Gostaria que o Senador Abdias se manifestasse a respeito dessa tese levantada pelo Senador Simon e complementada por mim, no sentido de criarmos uma subcomissão que encarasse o problema do racismo, da discriminação das minorias e tentasse viabilizar o projeto possível neste momento político, no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, concordo inteiramente com a proposta que acaba de ser feita pelo Senador Roberto Requião, porque tenho consciência do problema da população negra no Brasil. Sei também, perfeitamente, que não bastam as ações negativas, as leis que punem discriminação ou preconceito racial. Há necessidade também de ações afirmativas, ações positivas, desde que, evidentemente, não firam a Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência, antes de conceder a palavra ao Senador Abdias, acha que interpreta o pensamento do plenário. O plenário acolhe a sugestão do Senador Pedro Simon, com as achegas já manifestadas pelos Senadores Jefferson Péres, Josaphat Marinho e Roberto Requião, e designa uma subcomissão, sugerida pelo eminente Senador Roberto Requião, composta pelos Senadores Abdias Nascimento, autor da proposta; Senador Jefferson Péres, voto discordante; Senadores Pedro Simon, coordenador e autor da proposta, e Roberto Requião para coordenar o projeto. De logo, devo esclarecer que o eminente Senador Roberto Requião, que me havia antecipado seu voto antes de trazê-lo, falou-me da sua inquietação porque queria fazer sua manifestação política e a fez, mostrando que não podemos desperdiçar a ideia do Senador Abdias Nascimento, de resto, seguida por todos, inclusive pelos eminentes Senadores Jefferson Péres e Josaphat Marinho.

Constituída a Comissão, concedo a palavra ao eminente Senador...

O Sr. (Não Identificado) (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Prazo de três reuniões, que são 21 dias, na semana seguinte a um mês.

Senador Abdias Nascimento, por gentileza, já por delegação também desta Presidência, cobre do Senador Pedro Simon a reunião sob a coordenação de V. Ex^a. Porque o Senador Abdias Nascimento não é membro da Comissão; se fosse membro, já a integraria.

Senador Pedro Simon, V. Ex^a pediu preferência para os itens 23 e 28, mas acontece que o Senador Lúcio Alcântara já havia pedido antes. Peço a V. Ex^a, já que não temos número, que aguardemos um pouco mais.

Senador Lúcio Alcântara, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, antes de relatar e serei breve, Senador Pedro Simon,...

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Sr. Presidente, pela ordem.

O Senador Abdias Nascimento estava inscrito para se manifestar sobre seu próprio projeto. Acho que seria uma deselegância negar a palavra a ele.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Ex^a quer ainda usar da palavra? A Presidência garante a V. Ex^a sem dúvida nenhuma. Em seguida terá a palavra o Senador Lúcio Alcântara.

O SR. ABDIAS NASCIMENTO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu tenho que confessar...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Peço atenção para o Senador Abdias Nascimento e som para o seu microfone.

O SR. ABDIAS NASCIMENTO – Eu desejo manifestar, não a minha surpresa, mas o meu contentamento de ver aberta aqui no Senado uma discussão sobre problema tão fundamental para o futuro deste País.

Na verdade, a questão racial é decisiva para a nossa própria identidade, porque até hoje este País se tem recusado a assumir essa identidade por meio de muitos subterfúgios, de uma porção de máscaras, inclusive a chamada “democracia racial”. Assim, este alto órgão da vida pública brasileira assumir a discussão desse tema é um avanço, porque jamais se quis discutir esse assunto. É um tabu no Brasil a discussão do problema racial.

Queria, nesta oportunidade que o Presidente desta Comissão me concedeu, dizer que a proposta do Senador Pedro Simon vem ao encontro de um desejo, ou seja, o de que este assunto não morra nesta única reunião do Senado. Queria dizer também que as avaliações do Senador Josaphat Marinho merecem todo o acato e respeito, e, nesta Comissão que V. Ex^a acaba de anunciar, naturalmente elas serão estudadas e aproveitadas.

Gostaria de dizer ao Senador Jefferson Péres que não me recordava de V. Ex^a no ISEB, mas nesta Casa aprendi a admirá-lo pela sua competência e integridade. Daí, uma surpresa colheu-me durante a exposição de V. Ex^a. Primeiro,

a distorção ou a colocação equivocada do assunto sob um prisma racial. Ora, no Brasil ou no mundo, quando se fala em negro ou em raça, está-se falando sempre num conceito histórico cultural, e nunca biológico, como S. Ex^a fez crer durante a sua exposição. Assim, essa conotação biológica, quando se fala em negro, não está, absolutamente, de acordo com a expressão do meu projeto de lei. Na palavra negro, já se sabe, há uma conotação histórica, sociológica e cultural, e nunca biológica, que está morta e enterrada há muito tempo. Também me causou estranheza, dada exatamente essa conduta sempre muito correta e honesta de V. Ex^a, quando V. Ex^a citou o art. 3^o do meu projeto, dizendo que o negro, colocado em segundo lugar, tomaria o lugar do branco, que foi classificado em primeiro lugar no concurso. Ora, é exatamente o contrário do que está no meu projeto. Assim como V. Ex^a colocou, transmite uma ideia falsa do meu projeto. Isso, realmente, causou-me estranheza. Não esperava isso de V. Ex^a.

O Sr. Jefferson Péres – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ABDIAS NASCIMENTO – Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Jefferson Péres – Senador Abdias Nascimento, alguém está equivocado: eu ou V. Ex^a. O que eu disse é que num concurso público, para se preencherem obrigatoriamente 40% das vagas com candidatos da raça negra, obviamente vai ocorrer das duas, uma: ou se realizam dois concursos; um concurso apenas para negros, a fim de serem

preenchidas todas as vagas com candidatos negros – seria uma solução –, mas se for realizado um único concurso – veja bem, se V. Ex^a me contestar, ficarei muito satisfeito se conseguir me convencer –, e evidente que, para serem preenchidas obrigatoriamente 40% das vagas com candidatos negros, poderá acontecer que muitos candidatos brancos com notas inferiores às do negro não sejam aproveitados. Ou não acontecerá isso? Parece-me que sim.

O SR. ABDIAS NASCIMENTO – Alguns brancos com notas inferiores às do negro?

O Sr. Jefferson Péres – Sim, se for um único concurso, devido à cota. Veja bem, Senador Abdias Nascimento, eu não disse que V. Ex^a está preconizando isso; estou dizendo que pode vir a acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Abdias Nascimento, V. Ex^a continua com a palavra.

O SR. ABDIAS NASCIMENTO – Para concluir, Sr. Presidente, o que eu gostaria de dizer é que me apoio nas palavras do Senador Roberto Requião e do Senador Pedro Simon para dizer o seguinte: está-se aqui raciocinando em termos de uma justiça formal. Aí, nesse ponto, estou de acordo com os Senadores Josaphat Marinho e Jefferson Péres. Mas, aqui, está-se procurando uma igualdade substancial, uma igualdade buscando o futuro, o vir a ser deste País, que não pode alimentar esta desigualdade cruel, gritante e anticonstitucional; esta, sim, é anticonstitucional, porque o art. 5º diz: “É um direito inalienável

do brasileiro a igualdade”, mas aqui não há igualdade. Os negros, os afrodescendentes, não exercem a cidadania plena neste País. Só quem não quer não percebe isso. O projeto tem o propósito de efetivar o princípio da isonomia social, inscrita no art. 5º da Constituição. O projeto é constitucional.

Só espero que os enredos jurídicos não continuem enredando a vida de milhões de brasileiros de ascendência africana, como tem acontecido até hoje. Durante todo o Império, houve uma série de rabugices, de leguleios, de aspectos jurídicos, e o negro ficou sempre escravizado. Foram elaboradas a Lei do Ventre Livre e a Lei dos Sexagenários, mas tudo isso serviu para manter a dominação escravagista sobre a raça negra.

Depois da Abolição da Escravatura, foi feito o mesmo. Primeiramente, foi dito que, antigamente, o analfabeto votava e que, a partir dali, este não votaria mais. É claro que os afrodescendentes tiveram de aprender a falar uma língua estrangeira; eles tinham suas línguas, mas estas foram esmagadas, o que representou outro crime cometido neste País. Assim, eles continuaram prisioneiros desse tipo de legislação.

Até mesmo o Código Penal instituiu a lei da vadiagem para aqueles que não tinham emprego e não tinham onde morar e como alimentar a sua família, que eram exatamente os escravos recém-libertos, já que estes não encontravam emprego no tal mercado livre. Assim, por meio dessas chicanas da nossa juridicidade, o negro, cada vez mais,

tornou-se marginal, favelado, criminoso e pária da sociedade.

Sr. Presidente, este é um apelo que faço ao Senado para ajudar a darmos um passo à frente. Estou aberto a todas as modificações e discussões, para fazermos o projeto de acordo com o paladar do Senado. Não tenho nada contra isso, absolutamente. Não sou uma pessoa impermeável à discussão e ao avanço. Espero que esta Comissão faça um projeto que atenda a essas exigências dos Srs. Senadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço a todos que contribuíram para esta discussão.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O pronunciamento de V. Ex^a será registrado em Ata, para que conste dos Anais da Casa.

Reunião da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, sessão de 18 de março de 1998.

Nascimento denuncia posição brasileira nas Nações Unidas

Lula Strickland

Em recente visita a Nova York, como observador parlamentar junto às Nações Unidas, o Senador afro-brasileiro Abdias Nascimento criticou, durante a 52ª Assembleia Geral das Nações Unidas, a delegação brasileira, totalmente composta por brancos, e suas declarações “hipócritas” sobre a eliminação do racismo e da discriminação racial no Brasil.

Nascimento, 83 anos de idade, líder dos direitos civis no Brasil há mais de sessenta anos, e sua esposa Elisa protestaram perante sessão do Conselho Econômico e Social, abordando assuntos relacionados aos itens 110 e 111: “Eliminação do Racismo e da Discriminação Racial” e “Direitos dos Povos à Autodeterminação”.

Na abertura dos trabalhos, um representante brasileiro declarou: “De sua parte, o Brasil está inequivocamente comprometido a contribuir com a luta [pela erradicação do racismo] como condição prévia de igual acesso a todos os benefícios da cidadania,

assim como ao pleno gozo dos valores democráticos. A sociedade brasileira está fundamentada em uma genuína diversidade de raças e origens étnicas que contribui para o seu enriquecimento.”

Ouvindo essa declaração, bem como as dos representantes de 16 outras nações, Nascimento mostrou-se consternado. “Minha reação foi de justa indignação”, disse ele, “ao testemunhar mais um show de hipocrisia e ambiguidade da elite governante brasileira, pois eles disseram que o Brasil é uma sociedade multirracial onde diferentes raças e identidades étnicas coexistem [em harmonia], mas não disseram que os afro-brasileiros têm sido historicamente relegados à base de nossa pirâmide social. O que [a delegação] não disse é que o Brasil tem mantido os afrobrasileiros no fundo do poço desde a escravidão!”

O Senador Nascimento observou que, tal como a delegação norte-americana, que discorreu entusiasticamente sobre a pretensa igualdade de direitos para os negros e outros cidadãos nos Estados Unidos, a delegação brasileira repetiu as mesmas falsidades. Está nessa linha a declaração de que a “discriminação racial é considerada um crime pela Constituição Brasileira”.

Em uma entrevista, o Senador desmentiu essa afirmativa: “Eles mencionaram a lei e o artigo da Constituição Brasileira contra a discriminação racial, mas não mencionaram que essa lei foi promulgada em 1988, portanto recentemente, enquanto a comunidade afro-brasileira continua lutando para que ela seja implementada. A lei é fruto

de uma longa luta dos afro-brasileiros, e não a dádiva benevolente de uma classe governante democrática”.

O indignado Senador – que é também notável escritor, teatrólogo e artista plástico – ressaltou que, se o Brasil fosse verdadeiramente democrático, como se estava postulando perante aquele foro internacional, “em vez de ser composta totalmente por descendentes dos fazendeiros e dos proprietários de escravos do Brasil, a delegação brasileira incluiria descendentes de africanos escravizados que poderiam falar de suas próprias experiências como negros em nossa sociedade racista”.

“Essa democracia e essa harmonia racial de que falam no Brasil”, prosseguiu o político negro, “é somente a versão distorcida veiculada pelos mesmos setores da classe governante que têm explorado os africanos no Brasil desde que existe este País”.

Nascimento esteve em Nova York por duas semanas, como observador do Congresso brasileiro, a fim de estudar procedimentos internacionais nas Nações Unidas. Durante a reunião da Assembleia Geral, ele se recusou a sentar com a delegação brasileira e, em vez disso, optou por observar os procedimentos de outro local na grande sala de reuniões. Enquanto isso, a conferência continuava.

“Os desafios e problemas que ainda afetam nossa sociedade estão sendo administrados por um grupo interministerial que tem definido e implementado políticas públicas em muitas áreas, tais como emprego, educação, saúde,

informação e comunicações”, disse o representante brasileiro.

Mas a Sr^a Elisa Larkin Nascimento, ela própria uma ativista, rebateu mais tarde essa declaração, opinando: “Esse grupo de trabalho foi constituído em resultado da luta do povo afro-brasileiro contra o racismo e, embora tenha feito algumas sugestões, ele não tem meios de executar nenhuma política e, de um modo geral, tem sido usado para apresentar uma falsa imagem de combate ao racismo, quando, na realidade, se trata de um órgão impotente, pois não tem infra-estrutura”.

A impetuosa Sr^a Nascimento é conhecida por seu trabalho na área da História Africana e da Diáspora, bem como por seu papel na luta pelos direitos da população afro-brasileira.

O Senador Abdias Nascimento afirmou que, embora o Brasil seja um país predominantemente negro, a presença negra é desproporcionalmente pequena na arena política brasileira, fato que ele atribui ao racismo. Ao final da entrevista, Abdias, sem papas na língua, tornou a enfatizar seus sentimentos quanto ao relatório da delegação brasileira: “Fiquei extremamente indignado”, reafirmou ele, “por ver a representação totalmente branca de um País de maioria africana dando sua costumeira demonstração de desprezo e desrespeito pelos africanos no Brasil”.

Publicado originalmente no jornal
Daily Challenge, de Nova York,
edição de 10 de dezembro de 1997.
Tradução de Gilson Cintra e
Carlos Alberto Medeiros.



O Senador Abdias Nascimento, ao lado da senadora Emília Fernandes, ouve atentamente o discurso do ex-Governador Leonel Brizola na cerimônia de filiação da aguerida Parlamentar gaúcha ao Partido Democrático Trabalhista (22-9-97), em Porto Alegre, RS

Pronunciamentos

**Discurso proferido no Senado Federal em
6 de fevereiro de 1991**

*Relatório Especial da ONU sobre Direitos
Humanos no Brasil.*

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores,

Sob a proteção de Olorum, inicio este pronunciamento.

Uma das principais manchetes dos grandes jornais brasileiros nas últimas semanas do ano passado foi aquela referente ao relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, vinculada à Organização dos Estados Americanos (OEA), a respeito da situação dos direitos humanos no Brasil. Publicado no dia 9 de dezembro último, em Washington, sede da Organização, o informe, de 170 páginas, preparado por uma comissão que percorreu o País com autori-

zação do Governo, apresenta um Brasil muito diferente da imagem edulcorada tradicionalmente apresentada por nossa diplomacia: um país desigual, violento e racista, onde a discriminação racial é responsável, entre outras coisas, por uma significativa diferença de salários médios entre pessoas de origem africana e europeia.

Na verdade, esse relatório da OEA é apenas mais um documento preparado por organismos internacionais a denunciar a realidade do racismo e da discriminação prevaletentes em nossa sociedade. Soma-se, assim, à denúncia feita cinco anos atrás pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que se referia ao descumprimento, pelo Brasil, da Convenção 111, referente à discriminação de raça e de gênero no mercado de trabalho. Também se acresce a outro relatório, que nos foi apresentado em nossa recente passagem pelas Nações Unidas, como membro da delegação do Congresso brasileiro em visita àquela Organização. Esse documento foi redigido por um relator especial da ONU, Maurice Glèlè-Ahanhanzo, que visitou o Brasil em 1995, quando teve a oportunidade de travar contato com uma série de organizações e personalidades – negras e brancas – dos mundos político, intelectual e artístico, bem como de verificar as condições de vida da população de origem africana, em comparação com a população branca, no que se refere principalmente a educação, emprego, moradia e meios de comunicação.

Após uma introdução que fornece o contexto histórico, político e econômi-

co em que se desenvolveram as relações raciais no Brasil, o Relator apresenta a versão oficial, que lhe foi repassada por diversos funcionários de agências do Governo, assim como por parlamentares brancos, de que a discriminação racial inexistente neste País, devendo-se atribuir as desigualdades existentes unicamente a problemas de classe. Para nós, que vivemos essa questão no dia a dia, chega a ser patética a afirmação de um funcionário do Ministério da Educação de que a expressão “negro” não tem conotações negativas, e de que as crianças são ensinadas a reconhecer e respeitar a população afro-brasileira – que nem sequer aparece nas ilustrações dos livros didáticos ...

Mas o Relator Especial da ONU não se deixou iludir pelas declarações oficiais. Ao contrário, pode perceber claramente que, embora se faça questão de mantê-los “invisíveis” no Brasil, racismo e discriminação racial são fenômenos “presentes nos campos político, econômico, acadêmico e científico”, cuja manifestação se dá na vida diária, na educação, no emprego, na moradia e na administração da justiça. Em especial, chamaram-lhe a atenção a violência policial, a situação das mulheres negras, a violência contra crianças e adolescentes e o problema do acesso à terra para as populações indígenas e para as comunidades descendentes de quilombos.

“Os brasileiros” – diz o relatório – “são considerados livres de preconceito racial, embora aparentemente tenham uma aguda consciência de cor, o que se reflete numa atitude ambivalente em re-

lação à miscigenação e apenas esconde uma certa *preferência ideológica pela brancura*. A miscigenação, que contém uma mensagem integracionista (...) e constitui ao mesmo tempo uma base para a exclusão, aparece como uma extensão da negação da presença negra. As palavras ‘negro’ ou ‘preto’ são ofensivas e é cortês tratar as pessoas como se fossem mais brancas do que realmente são. (...) Negros e mulatos são virtualmente ausentes da iconografia e da mídia brasileira (...).”

“Além disso” – prossegue o documento –, “a correlação entre estratificação social e diferentes tonalidades de pele é tão estreita que não pode deixar de ser significativa. De outro modo, como se poderia avaliar o fato de, num país cujas autoridades afirmam ser ‘o segundo país negro do mundo, depois da Nigéria’, e no qual as pessoas de origem mista constituem a maioria, o relator especial não haver encontrado negros ou mestiços em posições de responsabilidade, exceto no Parlamento (há um total de 11 deputados afro-brasileiros entre 513) e na Fundação Cultural Palmares, cujo propósito é exatamente restaurar a imagem dos negros e combater a discriminação por estes sofrida?”

“Há no Brasil” – continua o documento – “uma hierarquia de cor, e parece não haver dúvida de que uma cor muito escura constitui um obstáculo à mobilidade social. É difícil para um negro tornar-se um servidor público de nível superior; ser-lhe-ão exigidos mais talento e esforço do que se sua pele fosse mais clara. (...) O racismo e a discriminação

racial do dia a dia assumem a forma de atos de molestamento que acentuam a inferioridade dos negros. Por exemplo, em prédios e condomínios de luxo, exige-se dos negros que usem as entradas e saídas de serviço. Uma revista em quadrinhos produzida pelo Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado da Bahia mostra como os negros podem ter seu acesso negado a lugares públicos como boates ‘de alta classe’; em supermercados, são frequentemente suspeitos de roubo; podem ser barrados em hotéis de luxo. Se uma patrulha da polícia surpreende um negro numa área residencial, imediatamente lhe pede para apresentar seus documentos de identidade e para justificar sua presença no local, pois se supõe que os negros vivam apenas nas favelas e áreas periféricas das cidades. (...) Negros são frequentemente molestados por policiais militares e civis ou por outros agentes da lei. (...) Tais práticas podem ser explicadas pela imagem geralmente negativa dos negros na sociedade brasileira. Ser negro é sinônimo de ser pobre ou criminoso, o que é em si mesmo discriminatório. A disparidade entre os centros das cidades, onde vivem os brancos, e as periferias (...) e favelas onde a maioria dos habitantes é negra, atesta um certo tipo de segregação espacial. A sutil natureza dos métodos de subordinação e controle social também permite a preservação de relações sociais desiguais que as populações marginalizadas aparentemente interiorizaram e aceitaram como contendo uma espécie de inevitabilidade fatal. O fato de não terem acesso à moderna educação os

tem privado de instrumentos intelectuais com os quais poderiam afirmar-se”.

As desigualdades raciais no setor educacional foram adequadamente percebidas pelo Relator Especial da ONU: “A discriminação vivenciada pelos afro-brasileiros na educação é parte do círculo vicioso de pobreza em que a maioria deles está envolvida e que assume a seguinte forma: pobreza material – baixo nível educacional, fracasso escolar, falta de treinamento, desemprego ou trabalho não especializado, baixos salários (...); o sistema brasileiro de educação não leva em conta a presença, a história e a cultura dos afro-brasileiros e tende a lhes passar um sentido de inferioridade. Atribui-se isso, em parte, ao fato de os materiais didáticos não retratarem os afro-brasileiros de maneira favorável: estes são apenas mencionados como escravos, serviçais ou trabalhadores braçais. Em resultado, as crianças negras não conseguem identificar-se com a educação que recebem e não têm satisfação em frequentar a escola. Há uma tendência a prepará-las para o futebol, a música e as artes, áreas em que, somos prontamente informados, elas se distinguem. Sendo assim, por que tentar prepará-las para qualquer outra coisa?”

Não escapou ao Relator Especial a grave situação dos afro-brasileiros no mercado de trabalho: “O emprego é uma área em que a discriminação racial é ostensiva. Há virtualmente uma divisão racial do trabalho que afasta os negros (...) da prática de certas profissões. A sabedoria popular sustenta que um negro só pode ser bem-sucedido como sambis-

ta ou jogador de futebol. Em resultado, as posições superiores e intermediárias (tanto na administração pública quanto nas empresas privadas) são ocupadas por brancos, seguidos de pessoas de origem mista e de negros, os quais, dependendo do grau de clareza de sua pele, são gerentes, recepcionistas, caixas, garçons, zeladores, empregados domésticos, motoristas de ônibus ou taxistas. (...) Ainda que tenha a mesma qualificação de um branco, um afro-brasileiro será discriminado; expressões como a exigência de ‘boa aparência’ em anúncios de emprego também constituem formas indiretas de excluir afro-brasileiros de certas funções. Além disso, em termos de salários, o trabalhador branco ganha 2,5 vezes mais que um trabalhador negro [de sexo masculino] e quatro vezes mais que uma trabalhadora negra”.

A condição das mulheres afro-brasileiras mereceu destaque no documento do Relator Especial: além de receberem salários médios equivalentes a um quarto daqueles que são pagos aos homens brancos, “são empregadas nos locais mais insalubres, enfrentam uma tripla jornada de trabalho e são três vezes mais discriminadas. Por essas razões, as mulheres negras são um barômetro da sociedade brasileira: o grau de evolução política [dessa sociedade] está diretamente relacionado às conquistas políticas das mulheres negras. (...) [Sua ampla maioria] é de empregadas domésticas (...), enfermeiras e dançarinas de samba empregadas em boates. Elas constituem a maioria no setor informal (...). Muitas empregadas domésticas são maltratadas por seus patrões e sofrem

violência física e moral. As mulheres negras têm o mais baixo nível de instrução. Em resultado de sua falta de qualificação, mas também da discriminação racial no mercado de trabalho, (...) muitas delas se tomam prostitutas. Também se descobriu que as mulheres negras são esterilizadas em número maior que as brancas. Alguns acreditam que esse método de contracepção ou planejamento familiar contribui para o gradual embranquecimento da população brasileira”.

O relatório menciona a desigualdade racial na questão da moradia – “a maioria dos afro-brasileiros vive em áreas e distritos insalubres, sem esgoto, água corrente ou eletricidade” – e na mídia: “Em regra, a publicidade e a mídia apresentam e mostram apenas pessoas brancas. Nos canais de televisão, a ampla maioria dos jornalistas é branca, em contraste com a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, onde os canais de TV têm a prática da participação multiétnica e multicultural”.

O documento dedica uma ênfase especial à questão da violência contra crianças e adolescentes, bem como à exploração do trabalho infantil e ao problema das crianças de rua, apontando que as vítimas desses males sociais pertencem desproporcionalmente ao segmento afro-brasileiro.

Em sua conclusão, o Relator Especial das Nações Unidas menciona como promissoras as mudanças que têm sido observadas na área de relações raciais no Brasil desde os anos oitenta. Dentre elas, o reconhecimento da importância de nossa diversidade étnico-

-racial, tanto quanto a preocupação das autoridades brasileiras, expressa na Constituição de 1988, em “promover o bem-estar de todos, sem preconceito com base na origem, raça, sexo, cor, idade ou qualquer outra forma de discriminação”. Que é longo o caminho a ser percorrido nesse sentido, atesta-o outro documento, apresentado às Nações Unidas por ocasião de sua última Assembleia Geral: a declaração da delegação brasileira sobre a “Eliminação do Racismo e da Discriminação Racial”. Nesta se percebe nitidamente que os propósitos declarados do atual Governo – indiscutivelmente o primeiro a reconhecer a existência de racismo neste País –, que chegou a criar grupos de trabalho, no âmbito dos Ministérios da Justiça e do Trabalho, para a promoção da população negra e a eliminação da discriminação no mercado de trabalho, estão longe de se concretizar, quer no plano prático, quer no simbólico. Pois ali se encontram, disfarçados sob novas plumagens, os mesmos argumentos em favor de uma suposta singularidade brasileira em matéria de relações raciais, com o País sendo apresentado como uma nação que reconhece e valoriza sua diversidade étnica – o que constitui o exato oposto de nossa realidade.

Sr. Presidente, em face de toda essa situação real exposta por esses investigadores da Organização dos Estados Americanos e das Nações Unidas é que apresentei vários projetos a esta Casa. Faço um apelo aos Srs. Senadores para que os examinem com muita atenção, porque é uma forma de colaborar para a extirpação, para a derro-

gação total dessa grande injustiça social e desse fato muito desabonador à imagem do Brasil no estrangeiro e à grande maioria da população brasileira, que é constituída de descendentes africanos.

Axé!

**Discurso proferido no Senado Federal
em 11 de fevereiro de 1998**

*Homenagens do mundo artístico e
cultural de São Paulo ao pintor
Nelson Nóbrega*

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Senadores,
Sob a proteção de Olorum, início
este pronunciamento.

Desejo trazer a esta Casa, para que conste dos Anais, o pesar e as homenagens do mundo artístico e cultural de São Paulo ao grande pintor Nelson Nóbrega, desaparecido na última semana. Morreu no ano em que alcançaria seu centenário de vida. Os que frequentam o mundo das artes neste País sabem que com ele perderam não apenas um dos maiores pintores brasileiros, mas também o mestre consumado das artes plásticas, venerado, conhecido e consagrado pelos nomes mais altos da pintura brasileira. Dele dizia Portinari, seu companheiro de estudos e de aventuras plásticas, que era o único mestre-pintor do

País cuja opinião se habituara a solicitar e respeitar.

Do pintor quase centenário que seus amigos e admiradores acabam de sepultar no cemitério de São Paulo, pode-se repetir o que dele disseram, por ocasião de seus funerais, o poeta Gerardo Mello Mourão e o poeta Paulo Bonfim, na Academia Paulista de Letras: “Passou a vida inteira com seus pincéis na mão. Deles só se desembaraçou uma vez, ao longo de seus 99 anos, para empunhar um fuzil em defesa de São Paulo, no exército da Revolução Constitucionalista, que levou às trincheiras a juventude paulista, na luta gloriosa de 1932, a qual assegurou ao País a restauração do Estado de Direito”.

Seu colega na devoção às artes plásticas, fui também seu companheiro de armas na Revolução Constitucionalista e nas batalhas a que a voz inflamada do tribuno Ibrahim Nobre arrastou os jovens de nossa geração para a defesa da liberdade.

Tivemos a felicidade de sobreviver aos sangrentos entreveros da luta armada a que nos lançamos, mas nunca esquecemos os jovens heróis que vimos morrer ao nosso lado, um deles em meus próprios braços, o jovem tenente do Exército Sílvio Fleming, cujo corpo ensanguentado e agonizante pude reconduzir a nosso campo, para ali receber a honra dos clarins fúnebres de nossa tropa.

A bravura daquele pequeno rapaz que era, então, o pintor Nelson Nóbrega foi distinguida pelo Estado de São Paulo, até o dia de sua morte, com a hon-

ra de uma pensão simbólica dada a alguns combatentes da heróica Revolução Constitucionalista. Creio significativo informar aqui que era ele o último sobrevivente entre os pensionistas da insurreição de 32.

Pelo simbolismo da homenagem prestada aos combatentes de São Paulo, sugiro ao Governador daquele Estado que a mantenha, em favor da viúva de Nelson Nóbrega, como um testemunho da fidelidade aos que souberam honrar o espírito cívico da gente de Piratininga.

Poucos eleitos, na história das artes neste País, mantiveram vida tão exemplar no culto de sua vocação privilegiada. Cercado do prestígio que lhe ofereciam os nomes mais ilustres da pintura brasileira, recusou-se, sistematicamente, a taldar a pureza de seu trabalho com o exercício do imediatismo comercial. Viveu e morreu modestamente, fora das luzes da grande publicidade, devotado apenas à perfeição e à beleza de sua obra plástica. Como sua admirável mulher, também pintora, extraordinária Lúcia Gouveia de Barros Carvalho – Suané no meio artístico –, irmã do saudoso Senador Barros Carvalho, de passagem tão marcante por esta Casa, transformou sua residência, no centro de São Paulo, num verdadeiro ateliê renascentista, que fazia lembrar as oficinas de pintura de Michelangelo, de Leonardo ou de Cimabue.

Sabia tudo de pintura, como o artista-artesão do grande século florentino: sabia fabricar as tintas, aparelhar as telas, armar as esquadrias e, sobretudo, pintar. Centenas, talvez milhares de

vezes, pintava um quadro estupendo e, depois de contemplá-lo por dois ou três dias, cobria de branco a superfície, para fazer de novo, até chegar aos últimos limites da perfeição.

Foi aluno e amigo de Visconti, tendo estudado na Escola de Belas-Artes do Rio de Janeiro, único período em que viveu fora de São Paulo. Contemporâneo e companheiro dos irmãos Bernardelli, foi colega de turma de Manuel Santiago e Cândido Portinari. Conta-se dele uma história pitoresca e significativa sobre a grandeza de Portinari. Reunidos os dois em Brodowski, com um grupo de pintores, surgiu a proposta de que os dois, Nóbrega e Portinari, pintassem um mural na cidade e depois se fizesse uma votação entre os mestres presentes para a escolha do melhor trabalho. Com os aplausos de Portinari, numa cena digna de Vasari sobre a disputa de Michelangelo e Leonardo, foi consagrado em primeiro lugar o mural de Nelson Nóbrega. Mas ele próprio, tempos depois, para desgosto de todos, sobretudo de Portinari, promoveu a destruição de seu mural. Não teria alcançado aquela perfeição suprema que desejava.

A primeira exposição de Nelson Nóbrega, logo ao terminar a Escola de Belas-Artes, em 1925, foi na Galeria Casa e Jardim, em São Paulo. Desde então, dedicou-se para sempre à pintura e à formação de pintores. Nos últimos 70 anos, passaram por suas mãos gerações de discípulos que figuram entre os melhores artistas plásticos de São Paulo e Brasil. Frequentou o grupo de Rebolão Gonçalves e pertencia à roda de Mário

Zani, Volpi, Mário de Andrade, Tarsila do Amaral e Noêmia Mourão. Sua amizade íntima com Di Cavalcanti traduzia uma intensa e rara admiração recíproca. Guignard, que pintaria seu maior e mais famoso afresco na mansão do cunhado de Nelson, o Senador Barros Carvalho, foi particularmente atendo às escrituras pictóricas que aprendera com Nelson Nóbrega. Mário de Andrade, pintado pelos maiores pincéis do País, teve também um famoso retrato pintado por Nelson Nóbrega. Depois de apreciá-los todos, o grande Pedro Nava concluiu: “o melhor retrato de Mário é o que foi pintado pela sabedoria e o lirismo do pincel de Nelson”.

Foi Diretor da Escola de Arte e Artesanato do Museu de Arte Moderna de São Paulo. Criou e foi Diretor dos Cursos Livres de Arte da Fundação Álvares Penteado. Foi membro do Conselho Curador do Patrimônio Artístico e Histórico de São Paulo. Sua última exposição foi no Ciclo Bienal da Dan Galeria, em São Paulo, com surpreendentes aberturas de sua perene renovação e com grande êxito de crítica e demanda de quadros. Demanda tanto maior quanto mais reduzidas se faziam as ofertas de vendas das obras do pintor.

Antes, expusera no Museu de Arte Contemporânea de Londres, em 1985, onde foram disputados e vendidos todos os quadros a uma das mais exigentes clientelas do mundo. Tem quadros em prestigiosas coleções de Nova York e de Londres. De sua clientela estrangeira, conta-se mesmo a história pitoresca de um xeque da Arábia Saudita

que, fascinado por um de seus quadros, adquiriu uma peça da série de Banhistas que o artista apresentara. Temeroso, depois, de não poder entrar com a imagem da mulher nua na alfândega de seu país fundamentalista do Islã, o xeque pediu ao pintor que cobrisse o quadro com uma placa de tela ou de madeira e pintasse no verso outra figuração qualquer para ser exibida à fiscalização das leis religiosas de seu país. Nelson Nóbrega aplicou, então, ao verso do original, a preciosa aguada de uma paisagem paulista. No recinto de sua casa, o xeque vira o quadro na parede, de acordo com as visitas que recebe.

Esse é apenas um breve registro com que desejo fique depositado nos anais desta Casa a homenagem devida a um dos maiores artistas plásticos do País. Fora da grandeza de sua arte, era um homem comum, um homem do

povo, modesto e pobre, embora viesse de velhos troncos quatrocentões de São Paulo. Pois, nascido em Piracicaba, em 1889, no ano da Proclamação da República, era neto de um dos mais poderosos chefes políticos da cidade, o famoso coronel José Ferraz de Camargo, chamado no século passado o Adão Paulista, porque se casara quatro vezes e deixara 47 filhos. Em sua casa hospedou-se o Imperador Pedro II, recebido em célebre banquete, que os cronistas registram, ao qual compareceu toda a sociedade paulista, em torno das baixelas de prata e das porcelanas egrégias do coronel. O tempo derreteu as baixelas de prata e quebrou as porcelanas. Mas os quadros, as tintas, as imagens, as expressões de beleza do artista, hão de viver para sempre e são patrimônio maior da cultura de São Paulo e do Brasil.

Axé!

**Discurso proferido no Senado Federal
em 4 de março de 1998**

*Homenagem póstuma a
Darcy Ribeiro por ocasião do
primeiro aniversário de seu
falecimento.*

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Senadores,
Sob a proteção de Olorum, inicio
este pronunciamento.

É com orgulho e emoção que assumo hoje esta tribuna para reverenciar uma das figuras mais ilustres e brilhantes de nossa história política e cultural contemporânea. Orgulho por ser seu sucessor nesta cadeira do Senado, de onde me esforço para honrar seu espírito luminoso e combativo. Emoção por estar aqui lembrando, não uma figura que conheci pelos registros da história, mas uma pessoa com a qual tive a oportunidade de compartilhar alegrias, sofrimentos, esperanças, no caminho de construirmos, ao lado de tantos outros companheiros, uma alternativa, uma possibilidade de futuro para o povo deste País. Refiro-me ao intelectual, ao

político, ao educador, ao humanista, ao Senador Darcy Ribeiro, cujo primeiro aniversário de falecimento transcorreu aos 17 dias de fevereiro último, com quem manteve uma relação amiga e de cooperação intelectual desde a década de 1950 até a sua morte.

Nascido na então bucólica Montes Claros, em 26 de outubro de 1922, Darcy Ribeiro absorveu em sua infância a rica cultura do interior mineiro, impregnada das influências matriciais europeias, africanas e indígenas, que mais tarde, reelaboradas pelo seu gênio de poeta-cientista, o transformariam num dos cofundadores da verdadeira identidade nacional. Aos três anos de idade, ficou órfão de pai – o que mais tarde, em suas saborosas Confissões, viria a considerar “muito confortável, já que não houve quem me domesticasse”. Criado pela mãe, Dona Fininha, mestra querida e mãe dedicada, viveu, em seus primeiros anos, uma vida de pobreza digna, que o aproximaria definitivamente dos segmentos excluídos de nossa população.

Em 1939, Darcy deixou para trás a cidade natal, rumo a Belo Horizonte – “um meninão boboca de pequena cidade do interior, precisando ser desfeito para ser feito”, nas suas próprias palavras. Ia estudar Medicina, desejo de há muito acalentado por ele mesmo e por sua mãe, seguindo o exemplo do tio Plínio, “o homem mais culto da cidade”. A Belô de então era, a seus olhos, “enormíssima e belíssima”, “aberta em avenidas e ruas de largas imensas”. Eram os tempos em que o prefeito Juscelino Kubitschek

edificava o conjunto urbano da Pampulha, a cargo de Oscar Niemeyer, cujas obras nascentes encheram os olhos do jovem estudante. Nesse ambiente efervescia também uma cultura que iria produzir toda uma geração de escritores, intelectuais e políticos de enorme proeminência na vida brasileira. Não surpreende, assim, que, pouco atento às aulas de Medicina, ministradas durante o dia, Darcy passasse as noites em discussões, nos bares, com colegas que lhe mostravam a crueldade da ditadura do primeiro Getúlio, as lutas da democracia contra o Eixo, o reacionarismo do Estado Novo, a demagogia dos corais de Vila-Lobos, a nova literatura nacional de Jorge Amado, José Lins do Rego e Graciliano Ramos, que o encantou. Como o encantou também o primeiro contato com o ideário socialista, vilipendiado e cruelmente perseguido nestas terras, mas vitorioso no Velho Mundo, onde, após a batalha de Stalingrado, a União Soviética se consagrava na luta contra o nazi-fascismo. As marcas desse contato não se esvaneceriam. Mais tarde, diria ele: “Não sou comunista, nem marxista sou, mas sou discípulo, herdeiro de Marx, que vejo espantado como denominador comum de todas as ciências do homem”.

A atividade político-estudantil colocou o jovem Darcy em contato com o sociólogo norte-americano Donald Pierson, que com ele visitou as cidades históricas do interior mineiro, assombrando-se com a riqueza da cultura barroca. Surgiu daí a oferta de uma bolsa de estudos para a Escola de Sociologia e Política de São Paulo, oferta que Darcy, após ser dispensado do serviço



Darcy Ribeiro

militar, acabou aceitando. Foram, então, anos de agitação estudantil – Darcy era militante de carteirinha da UNE –, mas também de profícuos estudos e contatos no ambiente muito especial criado na cidade e universidade por sábios franceses, ingleses, alemães, italianos e norte-americanos. Luminares como o próprio sociólogo Pierson, o alemão Emille Willems, antropólogo, e Herbert Baldus, etnólogo e poeta, os sábios franceses Levi-Strauss e Roger Bastide, o inglês Radcliffe Brown ... Uma plêiade em que também brilhavam nomes de brasileiros como o historiador Sérgio Buarque de Holanda.

Em 1946, após obter o diploma em antropologia, Darcy faz uma opção de carreira que causa estranheza aos seus amigos e familiares: vai ocupar o cargo de etnólogo no então Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Vai passar também, segundo ele, os melhores anos de sua vida, quando, dedicando-se ao estudo dos indígenas do interior da Amazônia, ganha prestígio como intelectual brasileiro de pensamento absolutamente original. Sua família, e sobretudo sua mãe, só percebeu que o filho não fracassara quando este, em 1950, ganha o Prêmio Fábio Prado de ensaios pelo livro *Religião e mitologia kadiwéu*. “Foram os jornais, chegando a Montes Claros com o meu retrato, que convenceram minha gente de que eu não era um caso totalmente perdido.”

Anos depois, Darcy se indagava: “(...) por que me meti no mato com os índios? Por que lá permaneci, atrelado à natureza e a eles por tanto tempo? Sei

lá. Curiosidade intelectual, me incentivando uma carreira de pesquisador profissional? Essa bem podia ser minha motivação principal. Insatisfação que se oferecia a mim, em São Paulo, ganhando dinheiro, ou na boa vida do Rio? Também podia ser. Creio que todas essas coisas funcionaram, mas o que me reteve lá anos e anos foi, acho agora, o encantamento pelo Pantanal e depois pela Amazônia, um deslumbramento com a humanidade índia, tão ínvia e tão essencial.”

Dois anos depois, em 1952, Darcy Ribeiro assume a direção do Setor de Estudos do Serviço de Proteção ao Índio, com o apoio do Marechal Cândido Rondon, então Presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Nessa qualidade, foi responsável pela fundação, em 1953, do Museu do Índio, que a Unesco destacou como o primeiro do mundo a ser criado com o propósito de quebrar o preconceito contra os indígenas. Era preocupação de Darcy que a antropologia brasileira deixasse de ser uma “primatologia” ou “barbarologia”, que só olha os índios como fósseis vivos do gênero humano, como se esses só importassem como objeto de estudo. O acúmulo de experiências e vivências de Darcy mostrou-lhe os indígenas como gente, capaz de dor, de tristeza, de amor, de gozo, de desengano, de vergonha. “Gente que sofria a dor suprema de ser índio num mundo hostil, mas ainda assim guardava no peito um louco orgulho de si como índios. Gente muito mais capaz que nós de compor existências livres e solidárias. (...) Assim foi que

aprendi a olhar os índios com os olhos deles mesmos.” Assim disse Darcy.

Conduzido pela mão amiga de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro passa a se dedicar à educação, tanto primária quanto superior. A partir de uma central no Rio de Janeiro, que era o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, monta-se uma rede desses centros junto a universidades e grupos intelectuais em São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Curitiba e Porto Alegre. A empreitada reunia gente como Thales de Azevedo, Gilberto Freyre, Abgar Renault e Fernando Azevedo. A ideia básica era interessar a universidade brasileira e a intelectualidade, de maneira geral, em integrar a educação no seu campo de estudos, como se fazia em medicina e engenharia. Em 1955, com a eleição de Juscelino Kubitschek à Presidência da República, é convidado a auxiliar Anísio Teixeira, agora presidente do Inep, na elaboração das primeiras diretrizes e bases da educação nacional, a qual aperfeiçoamento continuaria se dedicando décadas mais tarde. Um dos pontos fulcrais do debate da proposta no Congresso foi a questão da formação do magistério primário. Seus opositores, a direita, queriam, em nome da liberdade de ensino, transferir o concurso de ingresso no curso normal do princípio dele para o fim. Com isso pretendiam deixar livre quem quisesse criar escolas normais. Com a aprovação da lei, isso acabou se convertendo num negócio que multiplicou geometricamente o número de cursos normais, na mesma medida em que degradou a formação do professorado de maneira irreparável.

“O que se debatia, em essência” – diria Darcy mais tarde –, “era, por um lado, o caráter da educação popular que se devia dar e, por outro lado, como destinar ao ensino popular os escassos recursos públicos disponíveis para a educação. Não nos opusemos jamais à liberdade de ensino no sentido do direito, de quem quer que seja, a criar qualquer tipo de escola às suas expensas, para dar educação do colorido ideológico que deseje. Nos opúnhamos, isso sim, em nome dessa liberdade, a que o privatismo se apropriasse, como se apropriou, dos recursos públicos para subsidiar escolas confessionais ou meramente lucrativas.” O ideal de Anísio Teixeira, abraçado por Darcy, era o de uma escola pública democrática, tal como aquela pensada por Dewey, destinada a abrir uma porta para que o povo brasileiro ingressasse na civilização moderna, fundada numa cultura letrada. Uma escola capaz de interromper o perverso processo de multiplicação que tem renovado, desde sempre, a população brasileira, mantendo-a igual a si mesma, ou seja, ignorante e faminta. Mas devotada ao trabalho, servil ou livre, sempre temente a Deus, conformada com seu triste destino sobre a Terra.

Em 1959, Darcy Ribeiro recebe um de seus mais importantes encargos: criar a Universidade de Brasília. Amplamente discutido com a cúpula da SBPC e com os principais intelectuais brasileiros, o projeto de Darcy pretendia criar uma universidade que não repetisse o modelo existente, mas que, ao contrário, inovasse o ensino superior brasileiro. Nas palavras de Darcy, em vez de uma

universidade-fruto, inspirada nos velhos modelos, uma universidade-semente.

A implantação da UnB foi caracterizada, como não poderia deixar de ser, pelo conflito entre as forças reacionárias, que nela enxergavam, e com razão, mais uma ameaça à posição de que desfrutavam, e aqueles que viam na universidade democrática uma porta para o futuro. Com a renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart, em 1961, Darcy Ribeiro é nomeado, em agosto de 1962, para um de seus mais altos cargos na vida pública, o de Ministro da Educação. Viviam-se um dos períodos mais conturbados de nossa história recente, encerrado pelo golpe militar de 1964, que obrigou Darcy a buscar o exílio no Uruguai. Mal chegado a Montevideu, foi imediatamente contratado como professor de Antropologia da Universidad de la República, posteriormente encarregado de presidir o seminário de reformas da universidade – segundo ele, a tarefa mais gratificante de sua vida. Foi, de fato, um período fecundo, em convivência com intelectuais uruguaios, com os quais Darcy produziu uma bela e lúcida *Enciclopédia da cultura uruguaia*. Foi também nesse período que ele começou a escrever seus *Estudos de antropologia da civilização*, série composta por seis livros fundamentais para a antropologia brasileira, em que tenta interpretar globalmente o processo de formação dos povos americanos. Entre 1968 e 1977, passa pela Venezuela, o Chile e o Peru. Visita o Brasil algumas vezes, mas seu retorno definitivo seria em 1978, em plena “distensão” comandada por Ernesto Geisel. Dedicou-se, en-

tão, a uma paixão antiga, promovendo inúmeras campanhas em defesa dos povos indígenas. No ano seguinte, ao lado de inúmeros outros brasileiros, é beneficiado com a assinatura da lei de anistia a todos os punidos pelo movimento de 1964.

Fortalecida durante os anos de exílio, a amizade com outro *retornado*, Leonel Brizola, marcaria a volta de Darcy ao Brasil:

Reintegrados no quadro político graças à anistia, nosso primeiro objetivo foi reconquistar a velha legenda do Partido Trabalhista Brasileiro, legenda historicamente nossa, e que só nós podíamos conduzir com dignidade. Ainda no exílio, Brizola promoveu duas reuniões em Lisboa, com o objetivo de definir o programa do futuro PTB. Escrevi os estatutos do novo PTB e entramos em luta judicial em Brasília contra uma aventureira, Ivete Vargas, que, associada ao General Golbery, disputava a mesma legenda. Ela ganhou. (...) Pouco depois, Douzel de Andrade me procurava para escrever um novo estatuto. Agora para o Partido Democrático Trabalhista, que seria a nossa trincheira. Com essa legenda, voltamos à vida política.

Eleito, com Brizola, vice-governador do Rio de Janeiro, em 1982, Darcy Ribeiro lançou o mais amplo e ambicioso projeto educacional que o Brasil já conheceu: o Programa Especial de Educação, responsável pelos tão fa-

mosos quanto injustiçados CIEPs. Com eles, cristalizava-se, pela primeira vez no Brasil, aquilo que é comum ao ensino público de todo o mundo civilizado: escolas de tempo integral para alunos e professores, dotadas das condições indispensáveis para que as crianças oriundas de famílias pobres, que não tiveram escolaridade prévia, possam progredir nos estudos e completar o curso fundamental. Para Darcy e seus colaboradores, assegurar isso a todas as crianças é o único modo de integrar o Brasil à civilização letrada, dissolvendo as imensas massas marginalizadas de brasileiros analfabetos.

Por acreditar nesses ideais, foi para Darcy o maior golpe de sua vida ver esse programa ser abandonado, em plena realização, por puro sectarismo político, pelo governo seguinte. Assim, 360 mil crianças, quase todas de áreas pobres, foram tiradas do regime integral e devolvidas à rua, ao lixo, à delinquência. Sem equipamentos, sem professores, sem manutenção, os 500 CIEPs construídos no programa de Darcy Ribeiro constituem tristes monumentos à miopia política e cultural, bem como ao reacionarismo de nossas elites, interessadas em manter o povo ignorante para dominá-lo com maior facilidade.

Outra realização educacional de Darcy Ribeiro em associação com Leonel Brizola é a Universidade Estadual do Norte Fluminense. Edificada e implantada na cidade de Campos, num conjunto universitário projetado por Oscar Niemeyer, Darcy a via como a “Universidade do Terceiro Milênio”.

Embora problemas políticos persistam atravancando sua efetiva implantação, Darcy morreu acreditando que os males que a afligem são apenas passageiros, pois “uma universidade feita para viver nas décadas e nos séculos deles se lavará com um banho de lixívia”.

Eleito para o Senado, Darcy Ribeiro não permitiu que a doença, que com ele travava uma luta de morte, o impedisse de lutar pelos valores em que sempre acreditou. Sua maior satisfação nesta Casa foi ver aprovada a sua nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, fruto de mais de dois anos de trabalho árduo e contínuo. Igualmente emocionante foi ver aprovada a lei sobre doação de órgãos, da qual foi coautor e responsável pela principal inovação – a chamada doação presumida.

Mesma sorte não tiveram outros projetos de mesma relevância, como o que prevê a introdução de repelentes na cola de sapateiro, para evitar que crianças a cheirem, ou seu projeto de reforma agrária, tema de magna relevância que ele sequer pôde ver discutido em nossa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Foram essas, contudo, apenas derrotas circunstanciais na trajetória de um homem vitorioso, autor de uma prosa caudalosa como um rio amazônico, com livros traduzidos em uma variedade de idiomas e publicados em mais de 20 países. Entre eles, *O processo civilizatório*, *Os índios e a civilização*, *Suma etnológica brasileira*, *Maíra* e *Utopia selvagem*. Um homem que viveu, na plena acepção desse verbo.

Que amou profundamente, que lutou em defesa de seus ideais, que propôs novos caminhos para a solução de antigos problemas. Um brasileiro imprescindível, que dedicou sua vida à causa dos menos afortunados. Mas que soube fazê-lo com alegria e bom humor, frutos de uma imensa generosidade e de uma infinita compaixão pela sorte de seus semelhantes!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda como uma homenagem a Darcy Ribeiro, que certamente estaria solidário se estivesse vivo, solicito a transcrição de um documento daqueles infelizes que foram vítimas de um desabamento na cidade do Rio de Janeiro.

Ainda chocada com a tragédia da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, em que oito pessoas faleceram, vítimas, sobretudo da certeza da impunidade com que agem alguns setores de nossa classe dominante, a sociedade brasileira cobra das autoridades uma ação incisiva. Sobretudo de nós, membros do Congresso, para que um estatuto democrático em sua essência, como a imunidade parlamentar, não se transforme em abrigo de criminosos vestidos em representantes do povo.

Com esse objetivo, peço que seja transcrito nos Anais desta Casa o texto abaixo, que me foi enviado pela Sociedade Civil Comunitária Barralerta.

Sr. Presidente, eram estas as minhas homenagens ao querido companheiro de PDT Senador Darcy Ribeiro.

Axé, Darcy Ribeiro!

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. ABDIAS NASCIMENTO EM
SEU PRONUNCIAMENTO:**

BARRALERTA

Rio de Janeiro, 3 de março de 1998

Exmo Sr.
Senador Abdias Nascimento
Congresso Nacional
Brasília-DF
CEP: 70.160-900
Fax: (061) 323.4340

A Sociedade Civil Comunitária Barralerta por seus Conselhos Diretor e de Planejamento vem à presença de V. Ex^a para expor e afinal requerer quanto segue:

1 – Barralerta tem em seus quadros representantes de todos os segmentos da sociedade civil da Barra, inclusive empresários e autoridades da 24^a Região Administrativa da Prefeitura;

2 – não pode, portanto silenciar diante da tragédia que se abateu sobre os moradores do prédio construído pela Construtora Sersan de propriedade do Deputado Sérgio Naya, e que, por absoluta incompetência, negligência ou imperícia dos seus engenheiros responsáveis, foi implodido por falta de segurança para seus moradores;

3 – outros prédios construídos na mesma área – Rua Jornalista Henrique Cordeiro – encontram-se sob suspeita, sendo periciados por técnicos da Prefeitura e da Defesa Civil;

4 – desnecessário dizer do enorme prejuízo causado pela Construtora Sersan aos adquirentes das unidades, alguns dos quais perderam entes queridos no desabamento parcial do prédio, ocorrido em 22 de fevereiro passado;

5 – os laudos técnicos estão direcionando para a má qualidade dos materiais usados na construção do edifício implodido, além de falhas na estrutura e fundações do Palace II;

6 – 176 famílias ficaram, pelos atos criminosos do Sr. Sérgio Naya, privadas da totalidade de seus bens e sete pessoas morreram na catástrofe;

7 – o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro aventa até a hipótese de enquadramento dos engenheiros responsáveis no art. 121 do Código Penal parágrafo 2º (Homicídio qualificado);

8 – ocorre que o Sr. Sérgio Naya, signatário das plantas da construção do edifício Palace II, covardemente, já declarou que “não abrirá mão de sua imunidade, uma vez que ela pertence à Câmara dos Deputados”;

9 – esquece ou finge esquecer o Sr. Sérgio Naya que o instituto da imunidade foi criado para dar proteção aos parlamentares por seus atos e ações praticados no legítimo exercício do mandato popular, e não para dar guarida a criminosos comuns;

10 – o cidadão em causa vai permitir que seus prepostos sejam proces-

sados e condenados, enquanto ele pretende ficar escondido e impune pela sua alegada imunidade parlamentar;

Sr. Parlamentar,

Estamos nos dirigindo a V. Ex^a por ter sido eleito e representar a população do Rio de Janeiro nessa ilustre Casa, cujo prestígio deve ser resguardado.

O cidadão Sérgio Naya conspurcou a classe dos engenheiros, desacreditou as empresas construtoras honestas e pretende que a Câmara dos Deputados se torne valhacouto de um criminoso comum.

Alardeia, o referido cidadão, que possui bens para cobrir o prejuízo das vítimas, mas não toma nenhuma providência nesse sentido. Esconde-se no Parlamento e declara desejar viver em Miami, onde a mão da Justiça terá mais dificuldade em alcançá-lo;

A sociedade brasileira espera dos Srs. Parlamentares uma postura altaneira e digna cassando este deputado ou, pelo menos, autorizado seja o mesmo processado com seus comparsas pelo crime de morte de sete brasileiros, além de outros delitos que estão sendo denunciados pela imprensa.

Subscrevemos-nos: Ney Tinoco, Diretor Administrativo, Presidente do Conselho de Planejamento – Kleber Machado, Presidente do Conselho Diretor – Orlando Raso, Diretor Financeiro.

**Discurso proferido no Senado Federal
em 6 de março de 1998**

*Lançamento da última obra
do poeta Gerardo Mello Mourão,
intitulada Invenção do mar.*

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Senadores,
Sob a proteção de Olorum, inicio
este pronunciamento.

Esta semana está marcada por um dos maiores acontecimentos da vida cultural e da história da literatura brasileira: a Editora Record e a Livraria Argumento, do Rio de Janeiro, promoveram, no dia 3 deste mês, o lançamento da última obra do poeta Gerardo Mello Mourão, que tem o título de *Invenção do mar*.

Não estranhe o Senado que se traga à tribuna desta Casa a celebração de um acontecimento poético. Já ensinaram os mestres da história que tudo o que permanece e resiste à destruição do tempo é aquilo que foi fundado pelos poetas. A própria glória do poder político é efêmera e duvidosa. As gerações guardam os nomes do Dante e do

Shakespeare, de Virgílio e de Camões, e assim por diante, mas ignoram solenemente os nomes dos que presidiram senados e gabinetes ministeriais à época em que aqueles poetas fundavam a verdadeira história de seus povos. E quando cito o nome desses poetas ao tratar de Gerardo Mello Mourão, não faço mais do que repetir o juízo de alguns dos mais altos críticos do País e da Europa, para os quais é a essa linhagem dos criadores do espírito, neste milênio, que pertence o poeta brasileiro.

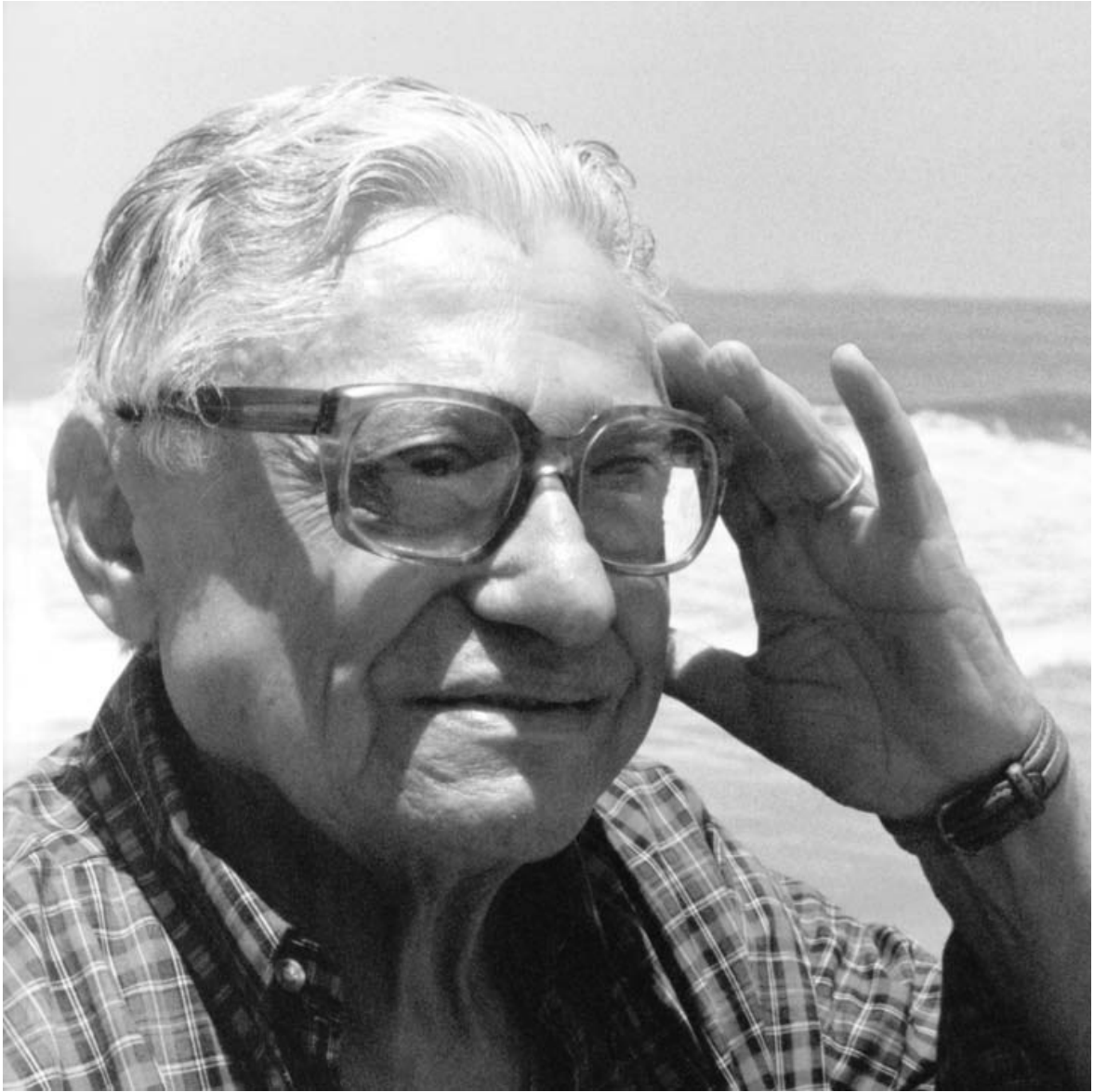
Já quando do aparecimento da trilogia poética de Gerardo Mello Mourão, *Os Peãs*, que reúne três livros fundamentais de nossa literatura, a crítica nacional e internacional o saudou como um acontecimento memorável. O escritor Antônio Olinto, que então pontificava na crítica do jornal *O Globo*, que exerceu por cerca de vinte anos e da qual ainda tem saudades os que se ocupam com as coisas das letras, diria: “no meio de muitas correntes da poesia brasileira de hoje, é Gerardo Mello Mourão um estranho e um solitário. Nada há que se lhe assemelhe. Nenhum fazedor de versos desta parte do mundo tem com ele parentesco.”

O mestre Tristão de Athayde escreveu a propósito do épico de *O país dos Mourões*: “Jamais, em nossa história literária, se colocou a poesia em tão alto pódio.” E concluía seu ensaio sobre a poesia gerardiana: “Gerardo Mello Mourão é um poeta planetário. O único poeta planetário na história da literatura brasileira.”

O saudoso poeta Augusto Frederico Schmidt escrevia: “Estamos diante de um poeta cuja obra é tão rara, tão autêntica e tão marcada como suas ásperas raízes no país dos Mourões e como a espantosa trajetória de sua residência na terra, uma existência pungida de rica e patética aventura e de enfiada beleza humana.”

Meu saudoso amigo Guerreiro Ramos, a quem seus discípulos no Brasil e nos Estados Unidos se habituaram a chamar “O Divino Mestre”, o príncipe maior dos sociólogos deste País, dizia, em artigo famoso, que os estudos brasileiros deviam criar uma nova cadeira e uma nova disciplina na Universidade: a gerardologia. E é ainda o mestre Guerreiro, em artigo no velho *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, que escrevia, depois da publicação dos primeiros grandes poemas do autor de *Os Peãs*: “Agora podemos morrer. Nossa geração e nosso País estão justificados, com a poesia de Gerardo Mello Mourão.”

O poeta Carlos Drummond de Andrade escreveu: “*O país dos Mourões* merecia edições contínuas, em escala nacional, para que nele o Brasil se apreendesse a ferro e fogo e palavra indestrutível (...). *Peripécia de Gerardo* é outro épico esmagador. Leio, releio, me entusiasmo a cada momento. É um poeta que não se pode medir a palmo, e conseguiu o máximo de expressão usando recursos que nenhum outro empregou ainda em nossa língua. Declaro-me possuído de violenta admiração por esse imenso, dramático e vigoroso painel,



Poeta Gerardo Mello Mourão

que atestará sempre a grandeza singular e a intensidade universal de sua poesia.”

Na França, na Inglaterra, na Alemanha e assim por diante, a poesia de Gerardo Mello Mourão é considerada um monumento de nosso tempo, assim como seu famoso romance *O valete de espadas*, com várias edições no Brasil e no exterior, e que críticos franceses, alemães e eslavos situam ao lado da obra de Jorge Luis Borges ou de Franz Kafka.

O poeta Robert Graves, titular então, da cátedra de Poesia da Universidade de Oxford, diz: “com Gerardo Mello Mourão, esse poeta brasileiro, seu País e seu continente alcançam, pela primeira vez, a voz da grande poesia e da grande poética universal. “

Seria necessário um volume inteiro para consignar as referências importantes da obra de Gerardo Mello Mourão, como a consagração de Ezra Pound, considerado geralmente o pai da poesia contemporânea. Diz ele: “Em toda a minha obra, o que tentei foi escrever a epopeia da América. Creio que não consegui. Quem conseguiu foi o poeta de *O país dos Mourões*.”

O poeta que agora oferece *Invenção do mar* vem confirmar aquilo que nele já identificara o grande Octavio Paz, ao dizer: “os dois primeiros livros de sua trilogia, *O país dos Mourões* e *Peripécia de Gerardo*, me levaram a descobrir um mundo – que me prometo mais e mais – que não é tanto uma geografia e uma história, mas, no verdadeiro sentido da palavra, uma genealogia americana”.

Pois é essa genealogia, de certo modo a genealogia de toda a América, mas especialmente a genealogia deste País chamado Brasil, que compõe o painel espantoso de *Invenção do mar*.

Metáfora da aventura dos navegadores, dos colonizadores, dos bandeirantes, dos padres jesuítas, dos índios que habitavam a terra em suas tribos inumeráveis, dos milhões de africanos escravizados que pagaram com sua liberdade, seu sangue e seu suor a construção da riqueza nacional, a epopeia não é um livro de história. Mas a palavra “invenção” deve estar aí em seu primeiro sentido: inventar significa achar. Os navegantes acharam o mar. O poeta acompanha todos os momentos dessa invenção. Começa com a memória de outro poeta, o rei D. Dinis, a quem chama de Dionísios, poeta e rei, o Dionísios dos gregos, o Osíris do Egito africano que plantou os pinhais, para inventar as tábuas, com que se inventaram as caravelas. O infante inventou os sabedores do mar alto. E o mar inventou o Brasil. Já se disse que a ficção de Tolstói no romance *Guerra e paz* expressa a história da Rússia e das guerras napoleônicas melhor que qualquer compêndio de história. Esse poema é, assim, um marco, talvez o marco maior, da posse e do conhecimento da história do Brasil, contada, cantada e iluminada pela metáfora de seu achamento, de sua colonização, de seu desbravamento, das guerras em que morreram centenas de milhares de fundadores da terra, índios e brancos, portugueses, franceses, holandeses, ingleses, padres e principalmente negros da África, protagonistas todos da cria-

ção de uma geografia, de uma genealogia e de uma história, que se tornaram possíveis a partir da expulsão dos holandeses do Nordeste – episódio culminante da crônica dessa empresa de fundação deste país até também de brancos, mas sobretudo de negros e mestiços.

No século XVI, no século XVII, transfigurando em versos a nota dos cronistas, diz o poeta que o Brasil era Pernambuco, e Pernambuco era o açúcar, e o açúcar era o negro. Depois, o Brasil seria Minas Gerais, e Minas seria o ouro, e o ouro era o negro. Mais tarde, o Brasil era São Paulo, e São Paulo era o café, e o café era o negro.

Não cabem nesta epopeia limpa as imposturas históricas que nos impingiram ao longo dos séculos. Nesse poema fundador, são cantados todos os protagonistas da invenção do mar, que inventou o Brasil. Os que mataram e os que morreram para fazer o País. Protagonistas foram os padres missionários, que guardaram a língua dos índios, e que às vezes morreram de fome, como o padre Manuel da Nóbrega, ou assados e comidos com farinha de pau pelos índios antropófagos. Protagonistas da fundação foram os guerreiros que prearam índios e expulsaram invasores flamengos. Protagonistas foram os capitães das capitânicas hereditárias, que quase todos saíram do governo mais pobres do que entraram, e alguns morreram na indigência, passando penúria e fome, e se finaram sem ter um lençol para envolver o corpo na sepultura em que foram enterrados. Protagonistas foram os índios devoradores de gente,

devorados pela crueldade implacável dos genocídios da história.

Mas protagonistas foram, sobretudo, os negros, arrancados violentamente de seus reinos na costa da África, e que aqui construíram com o próprio sangue o país que não haviam escolhido. Criaram os alicerces da riqueza nacional e criaram a raça a que pertence realmente o povo brasileiro. Fala-se muito dos heróis fazedores de pátria. Mas, como lembra o poeta, o primeiro documento da história deste País em que aparece a palavra pátria, em que o Brasil é chamado de pátria, foi escrito e assinado por um negro: o capitão Henrique Dias, na carta soberba em que repele as tentativas de suborno do governo holandês, dizendo: “meus soldados têm pouca letra e muita espada. Com ela expulsaremos os invasores, porque esta é a minha pátria. E respondo igualmente pelo capitão Felipe Camarão, porque esta é a pátria dele também.”

Foi, assim, embora com seus irmãos de origem acorrentados no eito ou empunhando armas nos quilombos, foi graças à bravura do governador geral dos negros e mulatos, como se assinava o capitão Henrique, que o País se transformou em Pátria, criou a segurança do litoral e deu condições aos exploradores para a aventura das bandeiras, da conquista do Centro, do Oeste e do extremo Sul.

O que esse poema ilumina é a expressão da beleza inaugural da história, da geografia e da genealogia de que foram capazes negros, índios e brancos. Com amor, com furor, com crueldade.

Dessa nutrição antropofágica foram feitos os ossos e as veias do Brasil. E também os ossos e as veias desse poema.

Ao ler o livro de Gerardo Mello Mourão ainda no original, o grande filósofo e escritor português Afonso Botelho diria que “com ele, a poesia de língua portuguesa passou a sustentar-se sobre quatro pilares: Camões, Pessoa, a Carta de Caminha e Gerardo.”

Entre as matérias de jornal já publicadas sobre *Invenção do mar*, vale a pena destacar longo artigo, verdadeiro ensaio, ocupando mais de meia página do jornal *O Estado de São Paulo*, do escritor e filósofo Miguel Reale. Nele diz o antigo reitor da USP: “Portugal prepara-se fervorosamente para abrir a Expo98 – Os Oceanos, um patrimônio para o futuro – com magnífico acervo de edificações e de pesquisas históricas, ao mesmo tempo em que a Unesco declara 1998 o ano internacional dos oceanos. Os portugueses têm razão de festejar com tanto entusiasmo a época das grandes descobertas marítimas, porque, assim como se fala em ‘milagre grego’, no plano do pensamento, das artes e da investigação científica, não haveria exagero em falar em ‘milagre português’ no campo das experiências e expedições marítimas como de Bartolomeu Dias e Vasco da Gama, tendo seus navegadores, conforme se lê em estudos históricos recentes, antecipado o conhecimento de novas terras a oeste, o que levou a Coroa lusa a apressar a fixação, com a da Espanha, das novas fronteiras do mundo, antes com o Tratado de Alcáçovas (1479) e, depois, com o Tratado de

Tordesilhas (1494). É nesse amplo contexto que se situa o descobrimento do Brasil em 22 de abril de 1500 ou, como já se prefere dizer, apenas ‘descoberta formal’, por se tratar de terras sobre as quais Portugal já possuía informações seguras, o que desfaz a tola versão de um encontro por acaso. Não obstante estarmos a apenas dois anos da chegada de Pedro Álvares Cabral a Porto Seguro, não me consta” – continua Miguel Reale – “que o Governo brasileiro ou nossas instituições públicas e privadas já estejam dedicando a devida atenção à comemoração de tão relevante evento, a não ser que haja historiadores e cosmógrafos pátrios empenhados silenciosamente em tais estudos, e nos venham surpreender com eles.

Foi por esses motivos que recebi com surpresa e imensa alegria o belo poema que Gerardo Mello Mourão acaba de publicar sob o título *Invenção do mar – Carmem Saeculare*, em sete densos cantos, um volume de 367 páginas. Trata-se de uma obra que nos redime do descaso reinante, nos habilitando a comparecer a Lisboa com algo de valioso nas mãos. Não é de estranhar que um poeta se tenha antecipado nessa meritória e necessária participação, pois a poesia é sempre uma invenção primeira, uma intuição primordial.”

Não preciso repetir a brilhante e entusiástica apreciação de Miguel Reale sobre o poema. Mas quero marcar a grandeza única da contribuição do poeta brasileiro às comemorações do Quinto Centenário. E faço daqui um apelo ao Departamento Cultural do Ministério

das Relações Exteriores, onde o atento e competente ministro que o dirige parece empenhado em incorporar projetos expressivos para celebrar esse marco de nossa história, para que o poema de Gerardo Mello Mourão seja uma referência maior de nossa presença em Lisboa. O Departamento Cultural está no dever de dar relevo a um projeto para que esse poema secular – *secular* no sentido em que assim se chamou o *camem romano* do poeta Horácio – seja divulgado, celebrado e consagrado, em edições comemorativas, seja na imediata montagem de um CD ou de um CD-ROM que leve aos centros culturais do mundo o texto inigualável de *Invenção do mar*.

Apelo semelhante faço aos senhores Ministros da Educação e da Cultura, e ao próprio o Presidente da República, por meio de sua Secretaria de Comunicação, que deve funcionar mais para assuntos como este do que para a propaganda do Governo.

O Congresso Nacional não pode omitir-se também do dever cultural que

nos é sugerido por essa obra ímpar da poesia brasileira. Vale a pena lembrar que o poeta passou também pelas bancadas do Congresso, como deputado federal por Alagoas, e que prestou ainda relevantes serviços a este Senado, cuja história, mandada editar pelo Presidente José Sarney, na última legislatura, com texto do professor Vamireh Chacon e sua equipe de estudantes, foi elaborada rigorosamente dentro do projeto de trabalho organizado pelo ex-Parlamentar, o poeta Gerardo Mello Mourão.

Espero, Senhor Presidente, que minhas palavras cheguem aos ministros acima referidos e ao Departamento Cultural do Itamaraty, enquanto me preparo para oferecer à Casa projeto de lei que inclui versões escritas e audiovisuais de *Invenção do mar* nos programas culturais e no currículo das escolas de segundo e terceiro grau do País, como referência obrigatória nos exames vestibulares.

Axé!

**Discurso proferido no Senado Federal
em 19 de março de 1998**

*Homenagem ao centenário de
falecimento do poeta Cruz e Sousa*

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Senadores,
Sob a proteção de Olorum, inicio
este pronunciamento.

Talvez eu jamais tenha ocupado esta tribuna, trêmulo de tanta emoção, pungido pela tristeza mais dilacerante. Mas também nunca antes e nem depois deste momento um sentimento de orgulho e de dignidade humana teve ou terá o poder de elevar tão alto minha autoestima, sintonizada com o orgulho e a autoestima do povo afrodescendente a que pertencço. Pois não é algo que aconteça frequentemente na história de um povo o surgimento de um gênio do porte desta figura gigantesca que estamos reverenciando no centenário de sua morte: João da Cruz e Sousa.

Corria o ano de 1861. Vivia então o Brasil um raro período de paz interna

e relativa liberdade – sem banimentos nem prisões por motivos políticos, sem censura à imprensa –, período esse que se estenderia por cerca de quatro décadas. O País constitucionaliza-se, ensaia um regime representativo, participa do mercado internacional, adota o navio a vapor, o trem de ferro, o consumo do ferro e do carvão, o romance e o drama romântico e, depois, naturalistas. Todo esse surto de progresso tecnológico e cultural não conseguia ocultar, porém, as divisões profundas que cindiam a Nação de alto a baixo. Fermentadas durante décadas pelos adversários do regime, em sua variada coloração política, essas clivagens acabariam provocando importantes transformações em nossa sociedade, afetando profundamente, pelo modo como ocorreram a vida de todos os brasileiros, vivos e por nascer.

Uma delas era o problema eleitoral. O controle da máquina pelo ministro da Justiça, num sistema em que o voto não era secreto, propiciava toda sorte de pressões e manipulações, fazendo da fraude a regra, e não a exceção. Esse fato alimentava uma corrente que começara diminuta, por vezes se expressando em frustradas insurreições, mas que acabaria por se tomar um interlocutor importante e respeitado na arena política: os republicanos.

A outra contradição fundamental da época dizia respeito às relações entre o Estado e a Igreja. Com o catolicismo como religião oficial, os não católicos constituíam uma cidadania de segunda classe, impedida de professar livremente as suas crenças divergentes e fre-

quentemente obrigada a se ocultar sob o manto da hipocrisia. Era um impasse que a sociedade imperial jamais conseguiria resolver.

Mas a principal contradição da sociedade brasileira naquele início da década de 1860 era a de uma sociedade que se pretendia liberal, mas abrigava, ao mesmo tempo, a instituição da escravidão. Mais do que isso, o sustentáculo, o pilar de sua economia, então fundamentalmente agrária e extrativista, era o trabalho forçado dos africanos e seus descendentes, que constituíam a quase totalidade da mão de obra na lavoura e na mineração. Constituíam também a maioria absoluta de uma população ainda concentrada no campo, numa faixa de terra que acompanhava os contornos de nosso litoral. Sua presença, assim – como não poderia deixar de ser –, era um traço marcante da vida brasileira, caracterizando esta sociedade aos olhos do mundo, o que então significava aos olhos europeus. Aos do conde Gobíneau, diplomata francês, teórico do racismo e amigo íntimo do Imperador Pedro II, parecia o Brasil um conjunto de “florestas virgens habitadas por mestiços degenerados”, com uma “população toda mulata, com sangue viciado e feia de meter medo”.

Nesse contexto, não podia parecer muito promissor o destino de um menino nascido escravo, naquele ano de 1861, na vila de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis, filho de um casal de negros que ganharia a alforria alguns anos depois, quando seu senhor, o marechal de campo Gui-

Iherme Xavier de Sousa, partiu para a Guerra do Paraguai. Mas a sorte, que mais tarde se revelaria tão mesquinha, sorriu na infância daquele menino. Talvez por um humanitarismo inato, quem sabe alimentado numa guerra em que os descendentes de africanos lutaram, sobretudo, para mostrar seu valor como homens, contribuindo para que os militares viessem a rejeitar a escravidão, o marechal e sua família tomaram-se de afeição pelo menino negro. João da Cruz e Sousa ganhou deles não apenas o sobrenome, mas uma educação esmerada, quase aristocrática. Pôde, assim, estudar os clássicos, aprender línguas estrangeiras, ter até mesmo como professor um naturalista alemão, de nome Fritz Muller, que se correspondia com Darwin. Essa formação permitiu que se expressassem seus extraordinários dotes de inteligência e sua irresistível vocação para as letras.

Com todo esse preparo, o jovem Cruz e Sousa abraçou de início, o magistério, lecionando na capital e interior da Província. A marca de sua origem, no entanto, não o deixará seguir uma pacata carreira de mestre escola. A identificação com a sorte de seus irmãos de raça, submetidos a urna escravidão que já fora extinta em quase todo o mundo ocidental, por pressão da resistência negra, dos nascentes movimentos sociais e de urna triunfante Revolução Industrial, transformaria Cruz e Sousa num paladino da Abolição. Já em 1882 – aos 21 anos, portanto –, funda, numa primeira colaboração pública com seu colega e amigo Virgílio Várzea, o jornal abolicionista *Tribuna Popular*. Ganha, assim,

ao mesmo tempo o respeito de uma minoria esclarecida e progressista, mas o ódio mortal das elites conservadoras, que consideravam a escravidão indispensável à manutenção de um modo de vida parasitário, cuja galopante obsolescência não conseguiam – ou não queriam – perceber.

Com efeito, a classe dominante ignorou, o quanto pôde, o problema do chamado “elemento servil”. Nem mesmo a proibição do tráfico, expressa em 1850, por pressão britânica, na chamada Lei Eusébio de Queiroz, conseguira conscientizá-la da inevitabilidade de se pôr um fim à instituição escravista. Não só por ser esta imensamente cruel e desumana, mas por se constituir num elemento chave a atravancar o progresso de uma sociedade que se aproximava do século XX com os pés fincados numa instituição retrógrada, ineficaz e antieconômica. O melhor retrato desse reacionarismo espelha-se na abordagem gradualista com que se deu a Abolição no Brasil, incluindo uma Lei dos Sexagenários cujo verdadeiro resultado foi libertar os senhores da obrigação de sustentar escravos anciãos.

Não pode surpreender, contra esse pano de fundo, a irada reação das elites do Desterro à ousadia daquele negro que, definitivamente, não conhecia o seu lugar. A hostilidade branca impele Cruz e Sousa a deixar a terra natal, o que faz na qualidade de secretário e ponto de uma companhia teatral em tournée de Norte a Sul do País. No Rio de Janeiro, trava contato com a jovem intelectualidade de então, cuja vanguarda buscava

livrar-se dos cânones asfixiantes que a prendiam ao passado. De volta ao Deserto, integra-se ao movimento abolicionista, pela imprensa e pela tribuna. Publica em 1885, em coautoria com o amigo Virgílio Várzea, seu primeiro livro, *Tropas e fantasia*. Numa combinação estilística de veia parnasiana e condoreira, Cruz e Sousa compôs, nessa fase inicial, notáveis poemas abolicionistas, como este belo e enérgico Escravocratas, possivelmente escrito poucos anos antes da Abolição:

*Oh! Trânsfugas do bem que sob o manto régio
manhosos, agachados – bem como um crocodilo
Viveis sensualmente à luz dum privilégio na pose
bestial dum cágado tranqüilo.*

*Eu rio-me de vós e cravo-vos as setas
ardentes do olhar – formando uma vergasta
dos mil raios do sol, das iras dos poetas
e vibro-vos a espinha – enquanto o grande basta*

*O basta gigantesco, imenso, extraordinário
da branca consciência – o rútilo sacrário
no tímpano do ouvido – audaz me não soar.*

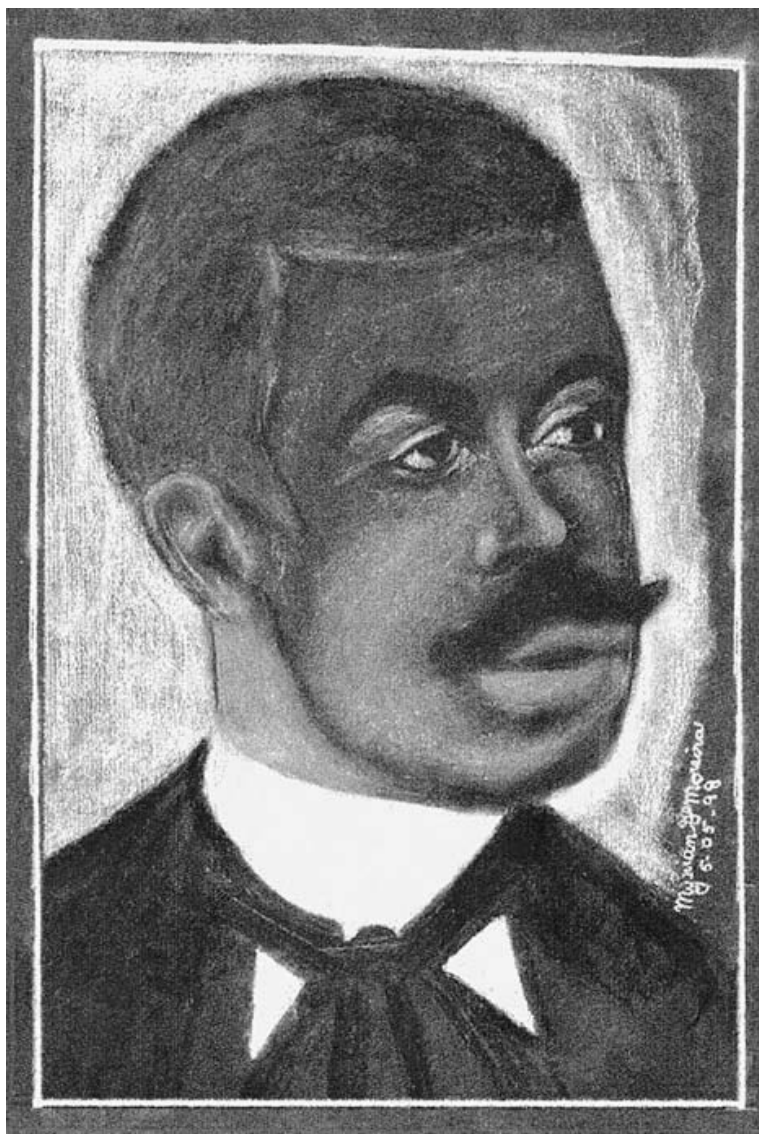
*Eu quero em rude verso altivo adamastórico,
vermelho, colossal, d'estrépito, gongórico,
castrar-vos como um louro – ouvindo-vos urrar!*

Se causavam ódio entre a elite reacionária, as posições de Cruz e Sousa, e sobretudo seu talento e ousadia em defendê-las, também lhe conquistavam aliados. Em 1886, é surpreendido por uma triunfal recepção em sua chegada ao Rio Grande do Sul, momento de rara euforia numa vida marcada muito mais pela frustração e pela revolta. Estas se

manifestam uma vez mais quando, indicado para o cargo de promotor público na cidade de Laguna, no litoral catariense, tem sua nomeação barrada por pura e simples discriminação racial. Vai então para o Rio de Janeiro, onde viverá a fase mais profícua de sua carreira literária.

Em matéria de poesia, a década de 1880 fora dominada pelo Parnasianismo, estilo caracterizado pelo culto à forma perfeita, ao helenismo, à impassibilidade diante do mundo e da vida. Por volta de 1890, contudo, novos ventos chegam ao Brasil, soprados da Europa, tendo em Medeiros e Albuquerque o seu principal divulgador. Sob o nome de “decadentismo”, trazem a mensagem de Baudelaire, Mallarmé, Nerval, Huysmans e outros poetas europeus. A nova tendência logo se constitui em polo aglutinador de jovens escritores, que em 1891 publicam no jornal carioca *Folha Popular*, seu primeiro manifesto. Eram signatários B. Lopes, Oscar Rosa, Emiliano Perneta e Cruz e Sousa. Nasce o Simbolismo no Brasil. Dois anos depois, em 1893, dois livros de Cruz e Sousa marcariam pela primeira vez a concretização dessas ideias neste País: *Missal* (prosa poemática) e *Broquéis* (poesia). Embora ambas as publicações passassem praticamente despercebidas aos contemporâneos, Cruz e Sousa trazia algo de novo, tanto em prosa quanto em poesia, à literatura brasileira – uma alta e luminosa novidade, hoje universalmente reconhecida.

O poeta tinha agora 32 anos, e o mundo à sua volta passava por impor-



Cruz e Sousa, na visão de Myrian T.M. Moreira. Inspirada pela notícia do prêmio instituído pelo Congresso Nacional em homenagem ao Poeta Negro, a autora – que tem 65 anos de idade e mora em Sorocaba, SP – pintou o quadro reproduzido acima e o enviou, num gesto de espontânea beleza, ao Senador Abdias Nascimento (maio de 1988).

tantes transformações. Cinco anos antes, o Governo Imperial, rendendo-se às evidências da política e da economia, extinguiu a escravatura, pondo fim a quase quatro séculos de brutal exploração da mão de obra negra. Isso, porém, não significara a redenção da população de origem africana, como sugere o cognome historicamente fixado à princesa que assinou a lei. Muito pelo contrário. Sem terras nem outros meios de enfrentar com êxito um mercado de trabalho em que seu único dote – a força de seus braços – estava longe de ser escasso, os afro-brasileiros, agora “trabalhadores livres”, ingressavam em mais uma etapa sombria de sua história sofrida. Em que pese à sua reconhecida inteligência e ao seu requintado preparo, Cruz e Sousa compartilharia plenamente esse terrível destino.

Outro evento significativo ocorrido pouco tempo antes – e em estreita correlação com o primeiro – fora a Proclamação da República. A queda da Monarquia, depois de 50 anos de reinado de Pedro II, sem que esta opusesse resistência alguma, pode na verdade ser entendida como um momento da história brasileira em que as elites alcançavam um acordo que, fundamentalmente, preservava seus privilégios – econômicos, sociais e políticos. Os acontecimentos de 15 de novembro de 1889, a ausência de participação popular e a formação do Governo Provisório demonstram o verdadeiro caráter da transformação republicana. Com a República e o Federalismo, consolidavam-se os privilégios do latifúndio, livre agora de dom Pedro II e dos mecanismos do Estado Imperial que, segundo um historiador, dificulta-

vam a transformação da *res pública* em coisa privada. Estava aberto o caminho para a consolidação do coronelismo, o aprofundamento das desigualdades regionais e a hegemonia política dos estados do Sudeste, amplamente favorecida pelo Governo central.

Apesar de seu imenso talento de escritor, Cruz e Sousa só encontrou má vontade nos órgãos de imprensa em que trabalhou – os periódicos *Folha Popular*, *Novidades* e *Cidade do Rio*. Não conseguindo firmar-se num emprego mais à altura de sua formação, é obrigado a aceitar a humilde e mal remunerada função de amanuense na Central do Brasil. Não por acaso, a mesma sorte que teria, poucas décadas mais tarde, um outro gênio negro de nossa literatura, um outro amanuense que o talento tomaria imortal: Afonso Henriques de Lima Barreto. Casado com a bela negra Gavita, Cruz e Sousa imerge num terrível calvário, obrigado ao convívio com a miséria e a doença. Não para, contudo, de produzir. Pelo contrário, extrai de sua dolorosa experiência de vida a motivação e os temas de uma poesia que consegue casar, com infinita beleza, a expressão simbolista com as vivências ancestrais, como exemplifica esta comovida e profética “Litania dos pobres”:

Os miseráveis, os rotos
São as flores dos esgotos.

São espectros implacáveis
Os rotos, os miseráveis.

São prantos negros de furnas
Caladas, mudas, soturnas.

(...)

*Ó pobres! o vosso bando
É tremendo, é formidando!*

*Ele já marcha crescendo,
O vosso bando tremendo ...*

*Ele marcha por colinas
Por montes e por campinas*

*Nos areais e nas serras
Em hastes como as de guerras.*

(..)

O simbolismo de Cruz e Sousa é, além de atitude estética, uma necessidade superior de atingir, por meio da síntese do mundo, as verdades essenciais – o que não só lhe confere autenticidade no movimento, mas também o projeta, no tempo e no espaço, como um dos maiores poetas da literatura brasileira. Partindo de um estado de aguda tensão interior, do seu drama íntimo, gerado pelo desajuste com uma sociedade racista e até recentemente escravocrata, com a incompreensão e a inveja dos meios literários dominantes, Cruz e Sousa é levado a uma poesia de tendência espiritualizante e transcendentalista.

*Este caminho é cor de rosa, é de ouro
Estranhos roseirais nele florescem
Folhas augustas, nobres reverdescem
De acanto, mirto e sempiterno louro.*

Sai em busca de um mundo de ideias puras, de formas aladas, verdadeira válvula de escape de suas angústias e compensação para suas insatisfações. A

forte interiorização do mundo exterior traduz-se na tendência plástica de exprimir a natureza por meio de símbolos dominantes, como o branco, o cristal, a caveira. Em vez de “extroversão do complexo de ‘poeta negro’”, como pretendem alguns críticos, trata-se antes de formas de exprimir realidades exteriores, deformadas pelo poeta. É uma poesia de intensa emoção, singularmente expressa no metafórismo, no jogo vocabular, na música das palavras, na matização de cores e na força encantatória, tudo isso que o alçaria aos píncaros do lirismo. Uma poesia também presente em sua prosa:

Esse luto, essa noite, essa treva é o que eu desejo. Treva deliciosa que me anule entre a degenerescência dos sentimentos humanos. Treva que me disperse no caos, que me eletrifique, que me dissolva no vácuo, como um som noturno e místico de floresta, como um voo de pássaro errante. Treva, sem fim, que seja o meu manto sem estrelas, que eu arraste indiferente e obscuro pelo mundo afora, arredado dos homens e das coisas, confundido no supremo movimento da natureza, como um ignorado braço de rio, que através de profundas selvas escuras vai sombria e misteriosamente morrer no mar.

Mortos o pai, a mãe e dois de seus quatro filhos, e depois de ver a esposa enlouquecida pela miséria, Cruz e Sousa sucumbe, ele próprio, a uma tuberculose violenta. Vai tratar-se na cidade mi-

neira de Sítio, onde os poucos recursos da medicina da época não conseguem evitar-lhe o falecimento, aos 37 anos, a 19 de março de 1898. Não sem antes ter lançado, naquele mesmo ano, seu último livro publicado em vida: *Evocações*. Dois outros ainda sairiam, em edições *post mortem*: *Faróis* (1900) e *Últimos sonetos* (1905).

A primeira repercussão da obra de Cruz e Sousa no estrangeiro ficou demarcada pela conferência do poeta simbolista boliviano, naturalizado argentino, Ricardo Jaimes Freyre, realizada no Ateneo de Buenos Aires ainda em 1889. Seu impacto nos meios literários portenhos foi tão grande a ponto de os influentes Juan Más y Pi e Julio Noé verem em Cruz e Sousa a fonte inspiradora de Leopoldo Lugones, considerado o maior poeta argentino. Já Roger Bastide o situa ao lado de Mallarmé e Stefan George, vendo neles a tríade suprema do movimento simbolista universal – mas dando visível preeminência a esse gênio afro-brasileiro. Para outros críticos ainda, como é o caso de Ventura Garcia Calderón, além dos citados Pi e Noé, Cruz e Sousa é simplesmente um dos

maiores poetas do mundo, em qualquer tempo e lugar. Dele diria a inspirada poetisa Cecília Meirelles: “Que outros poetas viessem sofrendo, desde os tempos clássicos, nada mais evidente dada a continuidade do sofrimento humano. Mas nenhum tivera esta linguagem deslumbrada diante da dor, acolhendo-a como a um dom de fecundas promessas: ‘Vê como a dor te transcendentaliza.’”

O centenário de falecimento de Cruz e Sousa ensejou minha parceria como o ilustre Senador Esperidião Amin, conterrâneo do grande poeta, na elaboração de projeto de resolução, aprovado por esta Casa e pela Câmara dos Deputados, criando o Prêmio Cruz e Sousa de Monografia, cuja premiação está prevista para o próximo mês de junho. Espera-se com isso reverenciar a memória desse grande escritor, desse grande negro, desse grande brasileiro, desse grande homem, para que sirva de exemplo da capacidade humana de triunfar na adversidade e de transformar o sofrimento em matéria-prima das mais sublimes realizações.

Axé, João da Cruz e Sousa!



DEPOIMENTOS



Os 100 anos da morte de João da Cruz e Sousa



Oswaldo de Camargo*

Os miseráveis, os rotos são as flores dos esgotos. São espectros implacáveis os rotos, os miseráveis. São prantos negros de furnas caladas, mudas, soturnas. São os grandes visionários dos abismos tumultuários.

(Fragmentos de *Litania dos pobres*)

É preciso falar de João da Cruz e Sousa, poeta negro simbolista, porque é o centenário de sua morte. Mas, por mais que se propale seu nome, neste ano de 1998, muito do que se fizer soará oco se não se realizar concomitantemente a leitura ou a releitura de seus livros. Tentar descobrir por que *Broquéis* só poderia ser escrito por um negro sem mescla. Porque o livro dele *Faróis*, flameja tanto, de tão belo. Por que *Litania dos pobres* é um dos seus mais perfeitos poemas. Belíssimo, opina Zahidé L. Muzart no estudo *Defesa e luta: a poesia de Cruz e Sousa*, acrescentando ser um poema que é preciso

ler e reler. Um longo e estranho poema. E que há interpretações que o ligam à revolta, à preferência pelos miseráveis, a um certo engajamento no social.

Tentar descobrir também como foi que, na sua miserabilidade e fitando a espessura da noite e da agonia que sitiavam sua vida, ele escreveu, abrindo um clarão: “Vê como a dor te transcendentaliza!” Vale dizer: “Vê como a dor *me* transcendentaliza!”

É bom observarmos que Cruz e Sousa, nascido na cidade de Nossa Senhora do Desterro, hoje Florianópolis, capital da província, hoje Estado de Santa Catarina, no dia 24 de novembro de 1861, e morto a 19 de março, em Sítio, Estado de Minas Gerais, para onde partira três dias antes, é o primeiro e formidável “absurdo” negro na literatura brasileira. Um transbordamento negro, sobretudo no Rio de Janeiro do último decênio do século XIX.

Não existem prenúncios de Cruz e Sousa na obra de afro-descendentes nos séculos anteriores. Nem em Manuel da Silva Alvarenga, nem em Domingos Caldas Barbosa, nem em Teixeira e Sousa, nem em Luis Gama... Explicamos: um traço estético que Cruz e Sousa pudesse retornar no seu tempo, como vários autores negros retomam hoje acercando-se da obra de Solano Trindade, por exemplo.

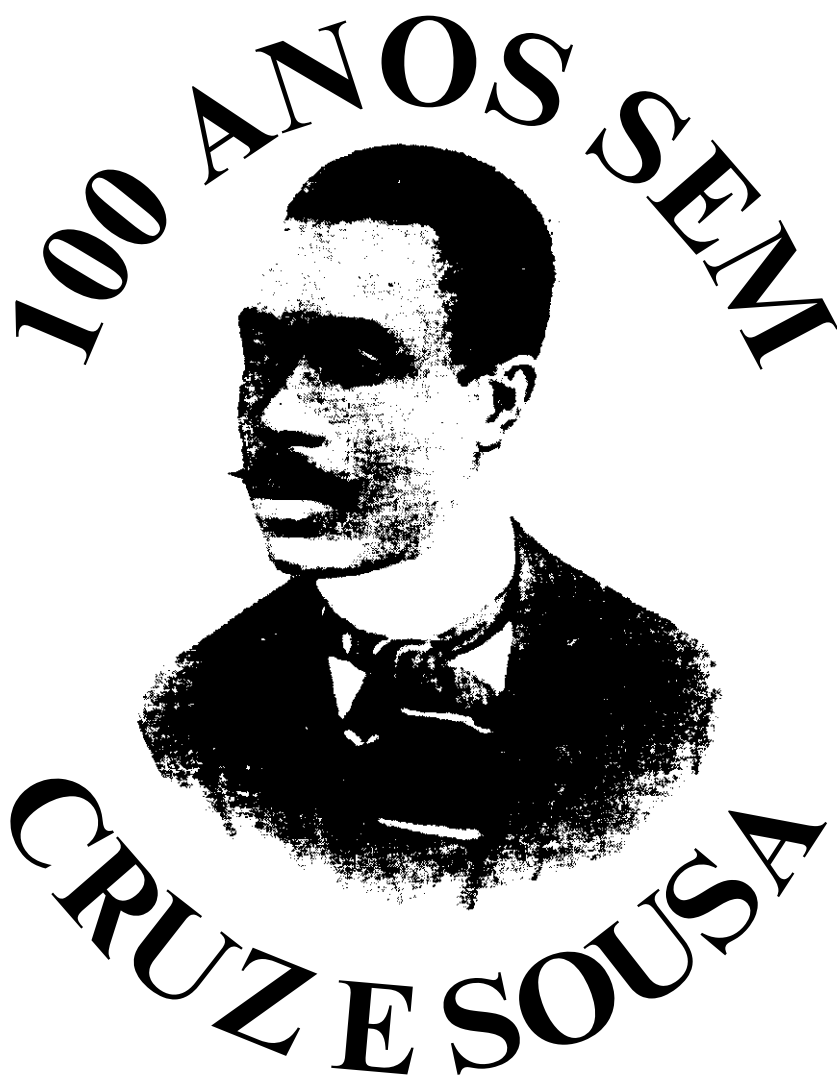
O poeta deve sim, e muito, às leituras que fez de Shakespeare, Baudelaire, Edgar Allan Poe, Villiers, Verlaine, do português Guerra Junqueiro, poeta de *Os simples*, mas o que importa é o que ele engendrou com tais leituras, pois

“todo texto é absorção e transformação de uma multiplicidade de outros textos, a intertextualidade desmitificando a virgindade original de qualquer obra” (J. Kristeva, cit. por Zahidé L. Muzart).

Mas que peso teve, desde o início, a obra de Cruz e Sousa? De Araripe Jr., crítico contemporâneo do poeta, a Paulo Leminski, que editou em 1983 o seu *Cruz e Sousa*, a obra do vate de *Faróis* ganha variegada face. A crítica de Araripe Jr. “é presa ainda a teorias de caráter racial e individual, salientando ser Cruz e Sousa o primeiro negro sem mescla que se torna notório pelo talento (...). A partir de Araripe cristaliza-se o tema do poeta negro ‘puro’ talentoso” (Zahidé L. Muzart, in *Defesa e luta: a poesia de Cruz e Sousa*). Necessário citar também o crítico e amigo Nestor Vitor, a quem se deve a conversão de Sílvio Romero em admirador do Poeta Negro.

Fundamentais, no entanto, para a mudança da direção da crítica, praticamente cristalizada nos conceitos de Araripe Jr., serão os *Quatro estudos sobre Cruz e Souza*, do professor francês Roger Bastide, editados em São Paulo em 1943.

No primeiro deles, *A nostalgia do branco*, Roger Bastide escreve: “A arte, em todos os lugares e em todos os tempos, tem sido sempre um meio de classificação social. Isso seria demonstrável para a Europa, estudando-se a origem dos artistas, com a ajuda do método de Sorokin. Porém, não é esse o objeto do presente estudo. O que nos interessa é o Brasil e a ascensão do homem de cor. Ora, se a ascensão da mulher de cor se



PRÊMIO CRUZ E SOUSA

HOMENAGEM NO CENTENÁRIO DA SUA MORTE

1898 - 1998

CONCURSO DE MONOGRAFIA

INFORMAÇÕES: TEL.: (61) 311-4229 FAX.: (61) 323-4340

PROMOVIDO PELO
CONGRESSO NACIONAL

faz pelo amor físico e pela utilização de sua beleza exótica, a do homem ocorre, antes de tudo, em virtude de seus dons artísticos. É pela música, a escultura ou a poesia que ele se eleva na escala social.”

A seguir, Roger Bastide tenta explicar qual seria o motivo de o maior representante da escola simbolista no Brasil ser um descendente de africanos, “um filho de escravos, um negro que encontrou sempre pelo seu caminho, para detê-lo, o preconceito de cor”. Ora, segundo Bastide, “se há uma poesia essencialmente nórdica, essa será exatamente a poesia simbolista”; daí o paradoxo, que só se pode explicar pelo caráter “classificador” do Simbolismo.

Esse estudo e os seguintes, com os títulos *A poesia noturna de Cruz e Sousa*; *Cruz e Sousa e Baudelaire (estudos de literatura comparada)* e *O lugar de Cruz e Sousa no movimento simbolista*, são, talvez até hoje, as análises cruzeousianas que mais repercutiram sobre a visão já um tanto estereotipada focando o poeta de *Broquéis*. Merecem leitura e meditação atentas.

A vida de Cruz e Sousa, é sabido, foi miserável, pontilhada de humilhações extremas. Morrendo dez anos após a Abolição, carregou a miserabilidade de escravo que, aliás, prosseguiu sendo a condição da maioria dos “libertados” em 13 de maio de 1888. A cor negra, após 1888, continuou sendo, no corpo, o sinal que indicava, com rigor, o território em que devia permanecer o homem escuro: o mesmo de antes da Abolição. Leve-se em conta que Cruz e Sousa de fato se intrometeu, picado por entusias-

mos e fé em si mesmo, no território estético cujo dono era o escritor branco, no geral filiado ao Parnasianismo, ou o afro-descendente embranquecido, como Machado de Assis, Olavo Bilac, Alberto de Oliveira ...

Por muitos anos após a morte de Cruz e Sousa, sobretudo saída da boca e da pena de escritores negros e mulattos, vigia a expressão “torre de marfim”, dentro da qual se teria refugiado o grande Poeta Negro.

Fernando Goes, estudioso cruzeousiano atilado, foi um dos que mais fizeram percutir essa crítica, sobretudo com a divulgação de seu texto *Cruz e Sousa ou o carrasco de si mesmo*, introdução à edição da poesia completa por ele organizada.

Diz ele neste fragmento: “Bem sei que a poesia verdadeira, a poesia que se preza, não tem momentos, nem hora. É de todos os instantes, de sempre. Mas o que eu quero dizer é que Cruz e Sousa não cantou em seus poemas, nenhum daqueles temas que fizeram de Castro Alves um poeta tão amado, o nosso poeta social. Não cantou e, antes, conservou-se sempre com um desprezo, um ar distante nada simpático, longe daquilo que de há muito tem feito não só a glória dos conquistadores, mas a dos poetas também – a luta.

Nesse sentido, vendo em Cruz e Sousa um abstencionista, um legítimo habitante da torre de marfim, que punha a arte acima da humanidade, nesse sentido é que o reaparecimento dele, nestes dias de tão trágicos sacrifícios [Nota: Fernando Goes se refere aos dias tor-

mentosos da Segunda Guerra Mundial], me inquieta por demais.”

Correto?

Afirmção difícil de ser rebatida até a edição de *Cruz e Sousa – obra completa*, organizado em 1961 por Andrade Muricy, aliás edição do centenário de nascimento do poeta. “Mas” – citamos Benedito Antunes, no livro de nossa autoria *O negro escrito* – “nem Fernando Goes é tão culpado desse transvio, pois que sua opinião foi lançada antes da edição das poesias completas (Livraria Aguilar), em 1961. E é lá que se encontram, pela primeira vez, produções essenciais para a reinterpretação social de Cruz e Sousa. Contrapondo-se a *Emparedado* – um negro clamando entre muros –, poemas como *Escravocratas*, *Na senzala*, *Grito de guerra*, ou, em prosa, *Dor negra* e *Consciência tranquila*, cumes aceitos hoje na obra de Cruz e Sousa e que desmentem, por serem antiescravidão, por sua participação no processo social do seu tempo, a torre de marfim atribuída a Cruz e Sousa.”

Por outra face, se dessa “torre de marfim” se pode ver a vida ou cingí-la com muitos poemas de *Broquéis*, *Faróis* ou *Últimos sonetos*, saiu transfigurada a vida... Missão, também, e autêntica de um verdadeiro poeta simbolista.

O centenário da morte de Cruz e Sousa é oportuna ocasião para se reavaliar, hoje, com novos olhos e novo enfoque, a esplêndida obra do Poeta Negro, que morreu a 19 de março de 1898.

A coletânea de textos que a seguir publicamos pretende apenas levantar o véu sobre a poesia de ação ou de observação social de Cruz e Sousa. Queremos, com eles, apontar, de preferência, parte do ângulo racial e social do poeta de *Emparedado*.

* Oswaldo de Camargo é jornalista e escritor. Publicou entre outros livros, *O negro escrito – apontamentos sobre a presença do negro na literatura brasileira*.

Quatro Textos Engajados de Cruz e Sousa

ESCRAVOCRATAS

(De *Poesias completas*)

*Oh! trânsfugas do hem que sob o manto régio
manhosos, agachados – bem como um crocodilo,
viveis sensualmente à luz dum privilégio na pose
bestial dum cágado tranquilo.*

*Eu rio-me de vós e cravo-vos as setas
ardentes do olhar – formando uma vergasta
dos raios mil do sol, das iras dos poetas,
e vibro-vos à espinha – enquanto o grande basta*

*O basta gigantesco, imenso, extraordinário –
da branca consciência – rútilo sacrário
no tímpano do ouvido – audaz me não soar.*

*Eu quero em rude verso altivo adamastórico,
vermelho, colossal, d'estrépito, gongórico,
castrar-vos como um touro – ouvindo-vos urrar!*

CRIANÇAS NEGRAS

*Em cada verso um coração pulsando,
sóis flamejando em cada verso, e a rima
cheia de pássaros azuis cantando,
desenrolada como um céu por cima,*

*Trompas sonoras de tritões marinhos
das ondas glaucas na amplidão sopradas
e a rumorosa música dos ninhos
nos damascos reais das alvoradas.*

*Fulvos leões do altivo pensamento
galgando da hera a soberana rocha,
no espaço o outro leão do sol sangrento
que como um cardo em fogo desabrocha.*

*A canção de cristal dos grandes rios
sonorizando os florestais profundos,
a terra com seus cânticos sombrios,
o firmamento gerador de mundos.*

*Tudo, como panóplia sempre cheia
das espadas dos aços rutilantes,
eu quisera trazer preso à cadeia
de serenas estrofes triunfantes.*

*Preso à cadeia das estrofes que amam,
que choram lágrimas de amor por tudo,
que, como estrelas, vagas se derramam
num sentimento doloroso e mudo.*

*Preso à cadeia das estrofes quentes
como uma forja em labareda acesa,
para cantar as épicas, frementes
tragédias colossais da Natureza.*

*Para cantar a angústia das crianças!
não das crianças de cor de ouro e rosa,
mas dessas que o vergel das esperanças
viram secar, na idade luminosa.*

*Das crianças que vêm da negra noite,
dum leite de venenos e de treva,
dentre os dantescos círculos do açoite,
filhas malditas da desgraça de Eva.*

*E que ouvem pelos séculos afora
o carrilhão da morte que regela,
a ironia das aves rindo à aurora
e a boca aberta em uivos da procela.*

*Das crianças vergôntes dos escravos
desamparados, sobre o caos, à toa
e a cujo pranto de mil peitos bravos,
a harpa das emoções palpita e soa.*

*Ó bronze feito carne e nervos, dentro
do peito, como em jaulas soberanas,
ó coração! és o supremo centro
das avalanches das paixões humanas.*

*Como um clarim a gargalhadas vibra,
vibra também eternamente o pranto
e dentre o riso e o pranto te equilibras
de forma tal, que a tudo dás encanto.*

*És tu que à piedade vens descendo.
Como quem desce do alto das estrelas
e a púrpura do amor vais estendendo
sobre as crianças para protegê-las.*

*És tu que cresces como o oceano, e cresces
até encher a curva dos espaços
e que lá, coração, lá resplandesces
e todo te abres em maternos braços.*

*Te abres em largos braços protetores,
em braços de carinho que as amparam,
a elas, crianças, tenebrosas flores,
tórridas urzes que petrificaram.*

*As pequeninas, tristes criaturas
ei-las, caminham por desertos vagos,
sob o aguilhão de todas as torturas
na sede atroz de todos os afagos.*

*Vai, coração! na imensa cordilheira
da dor, florindo como um loiro fruto,
partindo toda a horrível gargalheira
da chorosa falange cor do luto.*

*As crianças negras, vermes da matéria,
colhidas no suplício à estranha rede,
arranca-as do presídio da miséria
e com teu sangue mata-lhes a sede!*

LITANIA DOS POBRES

*Os miseráveis, os rotos
são as flores dos esgotos.*

*São espectros implacáveis
os rotos, os miseráveis.*

*São prantos negros de furnas
Caladas, mudas, soturnas.*

*São os grandes visionários
dos abismos tumultuários.*

*Às sombras das sombras mortas,
cegos, a tatear nas portas.*

*Procurando o céu, aflitos
e varando o céu de gritos.*

*Faróis à noite apagados
por ventos desesperados.*

*Inúteis, cansados braços
pedindo amor aos espaços.*

*Mãos inquietas, estendidas
ao vão deserto das vidas.*

*Figuras que o Santo Ofício
condena a feroz suplício.*

*Arcas soltas ao nevoento
dilúvio do esquecimento.*

*Perdidas na correnteza
das culpas da natureza.*

*Ó pobres! Soluços feitos
dos pecados imperfeitos!*

*Arrancadas amarguras
do fundo das sepulturas.*

*Imagens dos deletérios,
imponderáveis mistérios.*

*Bandeiras rotas,
sem nome das barricadas da fome.*

*Bandeiras estraçalhadas
das sangrentas barricadas.*

*Fantasmas vãos, sibilinos
da caverna dos Destinos!*

*Ó pobres! o vosso bando
é tremendo, é formidando!*

*Ele já marcha crescendo,
o vosso bando tremendo ...*

*Ele marcha por colinas,
por montes e por campinas.*

*Nos areais e nas serras
em hostes como as de guerras.*

*Cerradas legiões estranhas
a subir, descer montanhas.*

*Como avalanches terríveis
enchendo plagas incríveis.*

*Atravessa já os mares,
com aspectos singulares.*

*Perde-se além nas distâncias
a caravana das ânsias.*

*Perde-se além na poeira,
das Esferas na cegueira.*

*Vai enchendo o estranho mundo
com o seu soluçar profundo.*

*Como torres formidandas
de torturas miserandas.*

*E de tal forma no imenso
mundo ele se torna denso.*

*E de tal forma se arrasta
por toda a região mais vasta.*

*E de tal forma um encanto
secreto vos veste tanto.*

*E de tal forma já cresce
o bando, que em vós parece.*

*Ó Pobres de ocultas chagas
lá das mais longínquas pragas!*

*Parece que em vós há sonho
e o vosso bando é risonho.*

*Que através das rotas vestes
trazeis delícias celestes.*

*Que as vossas bocas,
de um vinho prelibam todo o carinho ...*

*Que os vossos olhos sombrios
trazem raros amavios.*

*Que as vossas almas trevosas
vêm cheias de odor das rosas.*

*De torpores, d'indolências
e graças e quintessências.*

*Que já livres de martírios
vêm festonadas de lírios.*

*Vêm nimbadas de magia,
de morna melancolia!*

*Que essas flageladas almas
reverdecem como palmas.*

*Balanceadas no letargo
dos sopros que vêm do largo ...*

*Radiantes d'ilusionismos,
segredos, orientalismos.
Que como em águas de lagos
bóiam nelas cisnes vagos ...
Que essas cabeças errantes
trazem louros verdejantes.
E a languidez fugitiva
de alguma esperança viva.
Que trazeis magos aspeitos
e o vosso bando é de eleitos.
Que vestes a pompa ardente
do velho Sonho dolente.
Que por entre os estertores
sois uns belos sonhadores.*

EMPAREDADO

(fragmento de *Evocações*)

Eu não pertencço à velha árvore genealógica das intelectualidades medidas, dos produtos anêmicos dos meios lutulentos, espécies exóticas de altas e curiosas girafas verdes e spleenéticas de algum maravilhoso e babilônico jardim de lendas...

Num impulso sonâmbulo para fora do círculo sistemático das fórmulas preestabelecidas, deixei-me pairar, em espiritual essência, em brilhos intangíveis, através dos nevados, gelados e peregrinos caminhos da Via Láctea...

E é por isso que eu ouço, no adormecimento de certas horas, nas moles quebreiras de vagos torpores enervantes, na bruma crepuscular de certas melancolias, na contemplatividade mental

de certos poentes agonizantes, uma voz ignota, que parece vir do fundo da imaginação ou do fundo mucilaginoso do mar ou dos mistérios da noite – talvez acordes da grande lira noturna do inferno e das harpas remotas de velhos céus esquecidos, murmurar-me:

–Tu és de Cam, maldito, réprobo, anatemizado! Falas em abstrações, em formas, em espiritualidades, em requintes, em sonhos! Como se tu fosses das raças de ouro e da aurora, se viesses dos arianos, depurado por todas as civilizações, célula por célula, tecido por tecido, cristalizado o teu ser num verdadeiro cadinho de ideias, de sentimentos – direito, perfeito, das perfeições oficiais dos meios convencionalmente ilustres! Como se viesses do Oriente, rei!, em galeras, dentre opulências, ou tivesses a aventura magna de ficar perdido em Tebas, desoladamente cismando através de ruínas; ou a iriada, peregrina e fidalga fantasia dos medievos, ou a lenda colorida e bizarra por haveres adormecido e sonhado, sob o ritmo claro dos Astros, junto às priscas margens venerandas do Mar Vermelho!

Artista! Pode lá isso ser se tu és d'África, tórrida e bárbara, devorada insaciavelmente pelo deserto, tumultuando de matas bravias, arrastada sangrando no lodo das civilizações despóticas, torvamente amamentada com o leite amargo e venenoso da angústia! A

África arrebatada nos ciclones torvelinhantes das impiedades supremas, das blasfêmias absolutas, gemendo, rugindo, bramando no caos feroz, horrído, das profundas selvas brutas, a sua formidável dilaceração humana! A África laocôntica, alma de trevas e de chamas, fecundada no sol e na noite errantemente tempestuosa como a alma espiritualizada e tantálica da Rússia, gerada no degredo e na neve – polo branco e polo negro da dor!

Artista?! Loucura! Loucura! Pode lá isso ser se tu vens dessa longínqua região desolada, lá do fundo exótico dessa África sugestiva, gemente, criação dolorosa e sanguinolenta de satãs rebelados, dessa flagelada África grotesca e triste, melancólica, gênese assombrosa de gemidos, tetricamente fulminada pelo banzo mortal; dessa África dos suplícios, sobre cuja cabeça nirvanizada pelo desprezo do mundo Deus arrojou toda a peste letal e tenebrosa das maldições eternas.

A África virgem, inviolada no sentimento, avalanche humana amassada com argilas funestas e secretas para fundir a epopeia suprema da dor do futuro, para fecundar talvez os grandes tercetos tremendos de algum novo e majestoso Dante negro!

Dessa África que parece gerada para os divinos cinzéis das colossais e prodigiosas esculturas, para as largas e fantásticas inspirações convulsas de Doré – inspirações inflamadas, soberbas, choradas, soluçadas, bebidas nos infernos e nos céus profundos do sentimento humano.

Dessa África cheia de solidões maravilhosas, de virgindades animais instintivas, de curiosos fenômenos de esquisita originalidade, de espasmos de desespero, gigantescamente medonha, absurdamente ululante – pesadelo de sombras mArcadas – visão valpurgiana de terríveis e convulsos soluços noturnos circulando na Terra e formando, com as seculares, despedaçadas agonias da sua alma renegada, uma auréola sinistra, de lágrima e sangue, toda em torno da Terra ...

Não! Não! Não! Não transporás os pórticos milenários da vasta edificação do Mundo, porque atrás de ti e adiante de ti não sei quantas gerações foram acumulando, acumulando pedra sobre pedra, pedra sobre pedra, que para aí estás agora o verdadeiro emparedado de uma raça.

Se caminhares para a direita baterás e esbarrarás ansioso, aflito, muna parede horrendamente incomensurável de egoísmos e preconceitos! Se caminhares para a esquerda, outra parede de ciências e críticas, mais alta do que a primeira, te mergulhará profundamente no espanto! Se caminhares para a frente, ainda nova parede, feita de despeitos e impotências, tremenda, de granito broncamente se elevará ao alto! Se caminhares, enfim, para trás, ah! Ainda, uma derradeira parede, fechando tudo, fechando tudo – horrível! – parede de imbecilidade e ignorância, te deixará num frio espasmo de terror absoluto...


E, mais pedras, mais pedras se sobreporão às pedras já acumuladas, mais pedras, mais pedras ... pedras destas

odiosas, caricatas e fatigantes civilizações e sociedades ... Mais pedras, mais pedras! E as estranhas paredes não de subir, subir, subir, mudas, silenciosas,

até às estrelas, deixando-te para sempre perdidamente alucinado e emparedado dentro do teu sonho ...

Diário de um negro atuante 1974 – 5

Ironides Rodrigues



Guardo uma recordação não tanto amarga do ano de 1974.

Foi um momento de grandes esperanças para mim, pois foi nesse instante de imensa agitação emocional e de tantos trabalhos no Ministério que consegui completar o meu curso jurídico, a 9 de dezembro de 1974.

A formatura caiu numa segunda-feira e até sexta-feira nenhum aluno tinha as notas completas da prova; desse modo, ninguém sabia se estava promovido em todas as disciplinas. A angústia era imensa pelos corredores da veneranda Faculdade Nacional de Direito da Rua Moncorvo Filho, onde outrora funcionou o Senado Federal, local de fortes agitações populares, da Rua do Areal, na época em que, no Governo de Wenceslau Brás, se pretendia a intervenção federal no Estado do Rio, quando Nilo Peçanha sucedeu, no Estado fluminense, os Governos de Alberto Torres e Quintino Bocaiúva.

O clima era de expectativa no Teatro Municipal naquela noite, com os formandos todos de beca, circulando por entre cortinas e cenários no mais belo teatro brasileiro. Enquanto se aguardava o culto ecumênico, com o coral já entoando melodias na boca de cena do majestoso teatro, procurava com os olhos, pelas galerias, balcões e camarotes, onde se assentara o meu estremecido bororó, e não conseguia divisá-lo naquela mole compacta de gente gesticulando, a falar, num burburinho ensurdecido de vespas assustadas num bosque longínquo.

De vez em quando uma voz distante de fotógrafo vinha nos tirar de nosso enlevo de moços deslumbrados ante a enunciação dos nomes dos bacharelados, na voz eloquente e musical do Dr. Barroso, um professor bacana de Direito Comercial, bom e benevolente para com os seus alunos, principalmente numa matéria árdua como essa, da qual, nos velhos tempos da Nacional, o Dr. Castro Rebelo foi um mestre carrancudo e temido. O Dr. Barroso, com sua face de galã do cinema mexicano, alegre, esportivo e com tanta ternura na alma, até estava a citar, um por um, os nomes de colegas meus que jamais ouvi pronunciá-los, a não ser de uns 15, no máximo, que eu conhecia e que, daqui por diante, iria repeti-los com aquela emoção que nos fica após citarmos as pessoas que foram tudo em nossas vidas.

Numa ária de Bach, um canto mais lírico e sentido de Villa Lobos ou uma “Aleluia” ressecante de ritmo onomatopéico de Händel, havia em todo o ambiente festivo do Municipal um háli-

to de inefável expectativa quando olhávamos o nosso destino com apreensão, medo ou certo otimismo juvenil.

Lembrava-me daqueles que tanto me incentivaram a terminar meu curso de Direito, que estão debaixo da terra apodrecendo, para darem maior esplendor às floradas dos cemitérios desconhecidos. Aqui no meu subúrbio distante de Bento Ribeiro, olhando os trens que correm e passam pelas estações que culminam nos confins do universo, passo a evocar um por um naquele espanto que as sombras dos mortos proporcionam aos olhos abertos dos vivos apavorados.

Solano Trindade, poeta do trem da Leopoldina, que tem gente com fome, é o primeiro a me aparecer neste apartamento silencioso da Rua Picuí, povoado de cinco mil volumes, quadros e discos de música antiga. Solano, magro, banguela e de sorriso irônico e escarminho, é o primeiro a aparecer, a zombar dos dez anos que passei longe da vetusta faculdade: “Quando é que você termina este curso, hein, maroto? Quer passar por estudante crônico, como o Hugo Leite?”.

Hugo Leite foi um estudante da Escola de Belas-Artes, talentoso e que escrevia peças de teatro do gênero que imortalizou Bernard Shaw. Não se sabia do tempo em que Hugo Leite estudara. Ele e Jerusa Camões já perdiam o tempo em que militavam na política estudantil da UNE. Jerusa era da Escola Nacional de Música, quando não participava ativamente do Teatro Universitário, representando, no antigo Teatro Fênix, peças de teor humorístico e popular como

WeekEnd de Noel Coward ou, quando no Teatro Municipal, participava, com sua garra de artista nata, em *Gonzaga* ou a *Revolução de Minas*, de Castro Alves, ou fazendo a ama simpática no *Romeu e Julieta*, de William Shakespeare. Como me esquecer da Jerusa que patrocinava as Festas da Juventude, que, no Municipal, nos fez ver uma deliciosa comédia romântica de Coelho Neto, *Quebranto*, ou quando se iniciou a sua carreira de artista e líder estudantil, com a peça, montada no Teatro Ginástico, *O Mano de Minas*, em que apareceu pela primeira vez em cena teatral essa imensa atriz Wanda Lacerda?

Havia uma casa de fachada austera em que a pintura envelhecida estava descansando. Ficava na esquina da Rua Buarque de Macedo com a Praia do Flamengo. Ali, todos os dias eu ia dar minhas aulas de ginásio ou vestibular de Direito para Walter, mineiro uberlandense de olhar penetrante de índio, de tribo extinta do interior goiano. Quando alguém abria a porta para mim, já uma jovem bonita dava aulas particulares de piano para uma garota loura e de laço de fita na cabeça. Em outra sala, uma jovem de sapatilha dançava balé clássico, ao som de uma *romanza* de Schwan ou Weber.

Foi depois que vim a saber que a moça do piano era Wanda Lacerda. A esvaecente mocinha que lançava suas *pirouettes desfouetés* em passos mágicos de dança é a atual esposa de Fernando Pamplona, hoje um cenógrafo de mão cheia que embeleza a cidade cario-

ca, ornamentando suas ruas e avenidas pelos carnavais.

Pamplona, magro e de olhar desconfiado, se move no salão nobre da UNE com a desenvoltura de um endiabrado saci cosmopolita. Junto dele, Hugo Leite, tipo popular saído da Praça Onze, traçando rumos maravilhosos para os seus irmãos estudantes. A UNE, nessa época, era uma efervescência cultural muito grande, com as direções exímias de Ernesto Bagdócimo, Genival Rebelo e Hélio de Almeida, que ali estava todos os dias, ainda não esperando ser o grande engenheiro dos nossos dias.

Lembro-me da noite, miraculosa para mim, em que Bagdócimo recebeu no salão nobre um velho já estropiado, de muletas, a mancar como um remanescente aleijado de guerra. Tratava-se de George Bernanos, grande escritor católico de minha paixão, que escrevera dois livros de meu perpétuo encantamento: *Sob o sol de Satã* e *Diário de um pároco de aldeia*. Para receber tão ilustre visitante, estava outro escritor de minha paixão e de quem fui amigo muitos anos, Jorge de Lima.

Não tive coragem de visitar meu amigo na Casa de Saúde São Sebastião, na Rua Bento Lisboa. Sabia que aquela moléstia que o prostrou ali, por tantos meses, não poupava ninguém. Já havia dizimado um Afrânio Peixoto, uma Cecília Meirelles, um Villa Lobos, e agora espreitava a hora oportuna para carregar meu amigo para as regiões dos que vão e não voltam. Soube que ele estava uma sombra do que fora. Pouco falando, a sua voz parecia vir de longe, distante

como um eco inconcebível ou voz desfigurada. Quantos anos eu lhe segui a trajetória de médico bondoso, atendendo, solícito, a gente pobre em seu consultório da Cinelândia carioca. Ali me recebera com seu avental branco, seu indefectível sorriso pleno de humanidade e ternura. Nas paredes do consultório, quadros em que anjos esvoaçam no espaço, tocando rabecas e violinos. Mulheres níveas, com vestes brancas e imaculadas, alavam pelo espaço infinito, mal roçando as nuvens que se desfazem, embranquecidas, no céu. Ali, esse grande poeta e romancista alagoano ofertou-me os grandes livros de sua lavra: *Calunga*, *O anjo*, *Guerra dentro do beco*, *Mulher obscura*, assim como seus livros de poemas como *Miracelli* ou *A invenção de Orfeu*. Parece que foi ontem que pela primeira vez fui apresentado a Jorge de Lima por Anísio Rocha, deputado goiano. Com aquela bondade que lhe despontava em todos os gestos, recebeu-me com alegria, pondo à vontade o rapaz acanhado e triste que eu era. Havia rabiscado umas tantas frases em *O combate*, de Anísio Rocha, sobre a personalidade do poeta de “Essa nega Fulô” e lhe levava, com aquele medo de submeter os nossos mais íntimos refoelhos d’alma à apreciação de um escritor experimentado e já consagrado. Para minha surpresa, ele gostou do artigo e me incentivou com palavras calorosas e simpáticas. Se não me engano, ele presidia a Câmara de Vereadores da cidade e andava sempre atarefado, na pressa inconcebível de um homem que tinha o tempo e as horas mArcados.

Lembro-me de quando eu e o Van Jafa trocávamos ideias sobre *A invenção de Orfeu*, seus aspectos sibilinos e a beleza de muitos trechos desse poema ciclópico, em que, em alguns versos, os vocábulos mal lhe exprimem o tom bárbaro e um tanto barroco.

Perto de Van Jafa, o poeta Tasso da Silveira já havia falado sobre o estilo gongórico de Jorge de Lima nesse poema que, de algum modo, abriu caminhos à poesia brasileira. Van Jafa retrucou o aedo de *Retorno à origem*, dizendo achar muitos claros a mensagem e o espírito poético de *A invenção de Orfeu*. Tasso, ainda muito forte e disposto, embora a cabeleira branca que lhe dava um ar de Rafundranath Tagore indígena, era chefe de um escritório comercial da Cruzeiro do Sul. Foi ali que eu, um dia, fui buscar uma foto sua para ilustrar um artigo meu sobre um grande romance tassiano, *Silêncio*.

A morte, com sua sem-cerimônia em levar meus melhores amigos pela calada das sombras imprecisas, sem me deixar ao menos um vestígio ou caminho de onde eu possa encontrá-los, foi carregando, sem me consultar, aqueles que ainda podiam dar muito de si, pelos gênios criadores de que foram dotados: Santa Rosa, o pintor dos banguês, dos negros líricos do Nordeste e de todo o povilêu anônimo das ruas ignoradas; Jorge de Lima, com seu aspecto de que-rubim seráfico, mais ser celeste que habitante desta terra de tantos crimes e pecados; Tasso da Silveira, alma puríssima sem pecado, a discutir comigo sobre Farias de Brito num restaurante popular

da Rua São José; Adelino Magalhães, com seu chapéu-coco, o terno impecável de cor cinza e vistoso colete, sempre a olhar o antigo relógio que ele tirava de um bolso da calça de quina, feita impecavelmente. O olhar mortiço e parado contrastava com a sua conversa alegre e vivaz, pondo a gente à vontade a contar casos pitorescos e engraçados. Assentado, assumia o ar circunspecto de homem à antiga, tomando a postura digna de um barão do Império. Era a mesma coisa em seu casarão de Santa Teresa, rodeado pelas lombadas encadernadas de livros familiares e pelo silêncio indevassável que vinha dos belos aposentos de sua casa tão bonita. Quando eu organizei uma festa em homenagem a Murilo Araújo, o poeta de “Banzo”, chegou atrasado à recepção que estava marcada para a antiga sede do Serviço Nacional de Teatro, na Avenida Getúlio Vargas.

Adelino Magalhães, sempre de relógio em punho, com o rosto contrariado pelo mal-estar, contava as horas e os minutos do atraso de Murilo Araújo. A assistência que lotava o auditório já estava impaciente. Adelino, aborrecido, falou categórico como o homem correto que presidia a sessão: “O Murilo mais uma vez não chega na hora. Sempre atrasado, como das outras vezes. O jeito é começar a sessão sem ele”. Fiquei um tanto apreensivo de iniciar as solenidades sem a figura do homenageado. Quando ia demover o Adelino desse intento insensato, eis que chega o Murilo Araújo, todo apressado, com terno preto muito vistoso, de chapéu cinza e um cravo escandalosamente escarlate na lapela do paletó. “Desculpe o meu atraso.

É que o tráfego das ruas não está fácil.” Adelino, com o rosto severo e contrariado: “Demorasse mais e nós começaríamos a cerimônia sem você”.

Não sei por que a incompreensão da crítica em face de Adelino Magalhães. Até um luminar lúcido da análise literária como Tristão de Athayde mostrou-se obtuso a uma obra de tanta sutileza psicológica como a de Adelino. Como ficar indiferente às modulações rítmicas dos “Violões”, “Um prego mais outro prego” e “Íris”, com aqueles monólogos dilacerantes dos personagens que intercalam ou interrompem os longos devaneios desse intimista maravilhoso. Que emoções sutis perpassam por essas sonoridades diferentes, de diálogos musicais e requintados. É verdade que Adelino, por vezes, toma para modelo de sua obra-prima *O suicídio da engole homem*, a Lapa turbilhante de uns 40 anos passados, com seus gigolôs ostensivos, suas hetaíras negras e mulatas, desfilando pelas adjacências da Joaquim Silva, da Rua Taylor e Beco das Carmelitas, numa mistura de obscenidade e pecado, poluindo de luxúria o ar poético da noite pojada de mistérios e lendas.

Adelino emprega o linguajar malandro da Lapa, fiel à literatura popular que Tristão e outros críticos desconhecem. Só o que vive no meio do povo, sentindo o pulsar do seu coração sofrido, é que pode imaginar a emoção do artista retratando os tipos que viu e amou, na turba, com a ressonância e beleza que o poviléu toma ao penetrar, intempestivamente, nos escritores do povo.

Veja-se a delicadeza e poesia com que MacOrlan fala dos pintores de Montmartre, naquela fauna noturna de apaches e *grisettes* que dominam as madrugadas cinzentas da Cidade Luz. O ladrão, a prostituta, o gigolô, o leão de chácara, o gari, o motorista de táxi, o estudante, o coronel que sustenta as hetaíras caras, todos têm o seu linguajar característico de cujos neologismos bizarros só vamos nos dar conta per-lustrando as obras de forte conteúdo de plebe de um Marques Rebelo (*Marafa*), Benjamin Constallat (*Gurya, Mistérios do Rio, A virgem da macumba e Mademoiselle Cinema*), Antônio Fraga (*Desabrigo*) etc. João do Rio immortalizou os vultos dos bulevares numa linguagem artística, retratando os cafés, centros religiosos e a vida dos boêmios noturnos do Rio antigo em *A alma encantadora das ruas e religiões do Rio*, numa prova de amor fiel aos tipos populares que deambulavam pela cidade no início do século.

O Rio dos anos 40, que eu peguei, ainda continha o casario antigo que veio abaixo para abrir a Avenida Presidente Vargas. Ainda havia o corso na avenida, os confetes, as serpentinas, o Dr. Jacarandá com sua indefectível casaca negra e lustrosa, a negra Perua açulada pelos moleques de rua com vaias e assuadas, os bondes tardos e lerdos percorrendo trilhos encravados no asfalto das ruas silenciosas do centro e do subúrbio.

Havia mais humanidade nesse Rio que começava a se tornar grande metrópole com a construção desordenada de tantos edifícios e arranha-céus.

Todo o casario envelhecido dos lados da Central do Brasil foi derrubado para dar mais espaço para futuras construções modernas. Foi quando o Trio de Ouro, pela voz de ouro de Dalva de Oliveira, cantou para o universo atento o “Bom-dia, Avenida Central”, lembrando um diálogo inexistente entre a grande artéria que se construía e a Avenida Rio Branco, que, majestosa, corre de um ponto a outro do mar.

Derrubam casas velhas e seus escombros levantam uma nuvem de poeira nos transeuntes. Do casario vetusto só restam ruínas e montes de pedra e cal. A tudo a picareta do tempo dissolve em sua iconoclástica indiferença. De todo esse terremoto inconsequente de destruição e inconcebível modernismo, salvou-se a Praça Onze dos sambas-canções ardentes de malícia e encantamento.

Uma voz de preto lustroso, com o apito na boca, grita para o universo umedecido: “Não acabaram com a Praça Onze, não!” Na voz desse Laurindo que desceu do morro até este recanto da cidade, onde os seus irmãos negros vão disputar a beleza do ritmo e coreografia de suas escolas, no protesto do irmão Laurindo reponha todo o lamento de uma raça espoliada, que perdeu tudo o que era seu: liberdade, oportunidade de vencer, iniciativa e até o amor de viver. O negro, em sua apatia secular, espera um líder para sacudir-lhe o jugo incômodo de uma escravidão velada, de uma aparente democracia.

Quando o dinheiro acabava e eu não podia pagar a pensão e a hospedaria, ia dormir nos barcos que ficavam guar-

dados sob uma espécie de marquises do Pavilhão Mourisco. Eram locais indevassados da polícia que os malandros ou gatunos de Botafogo procuravam para descansar de suas peripécias diurnas. Quando a chuva caía inclemente sobre a cidade indiferente, o jeito era dormir no bonde até o ponto final, quando não tinha que disputar a minha canoa-leito com algum marginal mal-encarado.

O sobrado amarelo de Dona Guiomar, uma senhora de Minas, da cidade de Oliveira, com seu piano desafinado, tocando *Sonata ao luar* de Beethoven. Era aí uma pensão de estudantes onde eu limpava, além dos quartos, uma enorme escada em caracol que ia da sala de visita até o andar de cima. Os rapazes me olhavam com indiferença, talvez por causa de meu olhar humilde e do serviço um tanto humilhante que fazia. Um dia a Teresinha, filha de Dona Guiomar, preparava uma tradução de francês e, a certa hora, perguntou à mãe quais as traduções dos vocábulos *bossu* e *lointain*. Dona Guiomar, que tocava um prelúdio qualquer ao piano, respondeu que não sabia. Depois disse, em tom humorado: “Creio que não é preciso perguntar ao Ironides, que ele não deve saber também”. “Claro que sei!”, respondi a tirar a poeira da mesa, dos quadros e das portas. *Bossu* se traduz por corcunda e *lointain* é distante, longe, longínquo.” Teresinha olhou pra mim admirada: “É isso mesmo. Há uma gravura de um corcunda na página”. Dona Guiomar, com o ar benevolente daquelas matronas antigas, perguntou-me: “Você, Ironides, deve ser um homem inteligente que está escondendo seu jogo para mim. Afinal,

até que ano você estudou?” “Fiz todo o curso ginásial em Uberlândia. Vim ao Rio fazer o meu vestibular para ingressar na Faculdade Nacional de Direito.” “Onde vai você fazer esses preparatórios?” Respondi-lhe que no Colégio Universitário, estabelecimento renomado que ficava na Praia Vermelha e que competia com o Colégio Pedro II no gabarito dos professores, no ensino esmerado e na afluência dos alunos das melhores famílias da cidade. “Já que você é um rapaz tão competente, não vai fazer mais esses serviços de gente inculta. Vai dar aulas pra Teresinha. Vou ver se lhe arranjo outros alunos com gente de minha convivência.” Assim, pude ter lugar para comer e dormir e levar uma vida menos agitada do que na época em que meu dinheiro acabou e meu dileto colega de infância, Dr. Oswaldo Godoy, me socorreu, dando-me o dinheiro necessário para me hospedar no Hotel Avenida, que ficava ali onde se ergue hoje o imponente edifício da Sears.

Enquanto os meus colegas de formatura vão e vêm pelo palco imenso da formatura com suas becas negras, vou olhando professores e alunos que se cruzam, junto à mesa do centro. Depois é o discurso do orador, cheio de redundâncias e de um lirismo de garoto sonhador, contrastando com a oração do paraninfo, que atacou os regimes fortes que tiram a liberdade de ação e a iniciativa cultural de todos os artistas livres e altivos. Nós que fizemos o juramento, ainda há pouco, de sermos fiéis à liberdade e de não abraçarmos nunca as causas de conteúdo suspeito e antinacionalistas, ouvimos o ímpeto rebelde dessas palavras

ardentes que nos chamavam a atenção para as próprias pugnas da democracia a que tanto aspiramos e que sumiu, tragada num regime de tantos atos inconstitucionais.

Não ouvi sua voz, Celene, me chamando, talvez das altas profundezas estelares. Falou-me num tom tão baixo e magoado que pensei de algum anjo perdido que, ao cochilar, caiu distraído, a dormir, de alguma estrela bem luminosa e longínqua. É verdade que curti a sua ausência em Florença por uns bons quatro anos. Agora avalio como pude suportar a falta de sua figura diáfana e esvanescente, tocando-me, ao piano de sua sala antiga, *Plus que lente*, *Le Jardin sur la pluie*, *L'après midi d'un faune*, do meu amado Debussy, em que você dava toda a sua alma de artista jovem e atormentada. Depois ficávamos olhando o álbum de uma artista estranha de olhos magnéticos, boca de ar sensual e, por vezes, pura, a longa cabeleira no ombro e o rosto transmitindo angústia, medo, ternura e mistério que você contemplava a dizer: “E pensar que toda essa beleza um dia vai perecer. Essa voz de tanto dulçor cristalino vai emudecer, comida pela terra. Esses braços, que se moveram qual Duse e Sarah Bernhardt, serão destruídos implacavelmente pelo tempo voraz. Um dia (que tristeza haverá pelo universo inteiro) toda essa enciclopédia de arte e beleza, de fascínio e mistério, será um eco longínquo e passado. Mas tenho certeza de que esse nome, esse gênio da arte de representar, esse rosto de múltiplas aparições e de clássica beleza aparecerão, com os contornos definidos de maior artista do seu século. Greta

Garbo aparecerá, então, na sua verdadeira feição de mito e lenda, de mulher sem igual e incomparável, de fulguração, de arte rutilante e sem par”.

Folheava o álbum alheada, com o rosto compenetrado de angústia e apreensão: “Quantas vezes cruzei com ela por Florença, lá no Fiezone e pela Via del Vecchio. Ela a de sempre, de olhos negros, com o rosto sempre coberto para não ser reconhecida pelo mundo que tanto a venera. Como não conhecer sua efígie de feições do grego clássico que tanto nos deslumbrou em *A dama das camélias*, *Rainha Cristina*, *Romanço*, *O beijo*, *A carne e o diabo*, *Grande Hotel*, *Matta Hari*, *Ninotchka* ou *Como me queres*, *Ana Christie* e *Inspiração*? Ela passou hierática e indiferente dentro daquele mistério que lhe aureola a fama de mulher bizarra e indiferente às adulações e aplausos do mundo.

Carrega, em suas viagens e cruzeiros internacionais a sua insegurança emocional pela perda de seu mecenas, Maurice Stiller. Talvez oculte uma dor tão grande que quer que a mesma seja desconhecida pelo resto dos mortais, numa altivez e desdém próprios das deusas Juno e Minerva. Em Paris foi o mesmo enigma dela fugindo dos jornalistas e se ocultando sob umas roupas masculinas estranhas e colocando seus olhos de cílios incomparáveis sob a obscuridade gritante de uns longos óculos escuros. Naquele café do subúrbio parisiense onde penetrei um dia, vi aquela mulher que entrou com longo vestido de seda branco, cinto prateado e luzidio e assentou-se naquela mesa do centro,

junto de dois rapazes circunspectos. Seu olhar passou pelos frequentadores, parecendo não ver ninguém. Foi quando a orquestra, parecendo esperar pela entrada dessa estranha mulher, tocou o *Apenas um coração solitário*, de Tchaikowsky. Ela ficou uns instantes ouvindo a música e, em seguida, tomou a vodca de um cálice que estava sobre a mesa. Chamou, disfarçadamente, os garçons e lhes deu polpudas gorjetas. Fiquei embasbacada, sem me mover. Não descobrira quem era aquela mulher, cuja efígie me era familiar, mas cujas feições agora não me era possível identificar. Ela chegou perto da florista que trazia um ceguinho e lhe comprou todas as violetas, distribuindo-as aos circunstantes. A florista murmurou, como numa prece religiosa: “*O que tem de boa tem também de beleza. É a mulher mais bela do mundo*”. O ceguinho murmurou, para dentro de si mesmo: “Que pena, mãe, que meus olhos não possam enxergá-la!” O que não daria para apreciar tão decantada beleza.

E eu, mais intrigada ainda, quando vi a estranha mulher e seus companheiros apanharem o fiacre próximo, perguntei à florista que olhava o fiacre se dirigir para a rua dos álamos amarelentos, caindo no outono: “Quem é essa mulher de branco que saiu daqui há pouco e que tenho certeza de haver conhecido em algum lugar, mas cujo nome minha memória falha me esconde de quem seja?” “Que é isto, garota néscia e infeliz? Como ousa ignorar o nome da maior e mais bela atriz do seu século? Como se atreve, numa ignorân-

cia irreparável, a desconhecer a eterna e insuperável Greta Garbo?”

Minha antiga paixão pelos circos que percorriam a cidade com seus sortilégios de *ecuyères*, palhaços, domadores, trapezistas e engole-fogo, o toldo de lona esburacado cobrindo o longo mastro. De fora se viam as arquibancadas cheias de crianças, seguidas de suas famílias, olhando o espetáculo curioso de que só tínhamos notícia pelo clangor humorista da charanga tocando um dobrado. Um ou outro garoto mais afoito passava “por debaixo do pano” e penetrava no palácio mágico das ilusões da amazona cavalgando, de pé, o cavalo branco que corria pelo picadeiro.

O Circo Dudu ficava ali pela Figueira de Melo, na região bem pobre da Leopoldina. Todos os dias ali afluíam multidões de seres em busca de sonho, procurando, sôfregas de emoções e encantamento, a graça eterna, as pantomimas e a arte inexcedível do riso do palhaço Benjamin de Oliveira. Com seu rosto negro alvaiadado de branco, seu indefectível pinho, sua riquíssima indumentária de *clown* original, Benjamin cantava os seus interessantes lundus, maxixes e chulas, e dava muita alegria a seu público proletário que o idolatrou em mais de 60 anos de picadeiro. Introduziu o palco no circo, nos chamados circos-pavilhões, e levou muitas revistas, comédias e burletas pelo picadeiro, como *Viúva alegre*, opereta de Franz Lehar, em que fazia o endiabrado Negus; fez *Os pescadores*, bela peça de sua autoria, em que interpretava o velho pescador que assistia, silencioso, à trai-

ção que a mulher de um pescador fazia ao marido. Benjamin era insuperável nessas interpretações de padre velho e guloso em *Diabo no convento*, do homem atormentado em *Remorso vivo* ou quando dançava a chula de modo irreprensível, nos seus 70 anos e ainda carregando Cacilda Gonçalves, fazendo o público delirar com a força física do grande palhaço e imenso ator negro. Um na plateia gritou depois do lance:

– Você não é mais homem para estas proezas, Benjamin!

Ao que ele retrucou de pronto a requebrar-se, numa chula de letra maliciosa:

– Bananeira velha também dá bom cacho.

Em seu camarim, pintando as pálpebras de tinta branca, carregando mais o alvaiade do rosto para melhor enfrentar as luzes dos refletores, Benjamin vai ouvindo um moço preto a ler-lhe as piadas e graçolas escritas num caderno, que Benjamin depois repetia, recriando-as, no imenso picadeiro da vida. O interessante é que esse homem que não sabia ler ditava peças de alto conteúdo dramático, era respeitado por grandes literatos da cidade, como Catulo da Paixão Cearense e Artur Azevedo, levando ao Circo Spinelli, do Boulevard de São Cristóvão, o que havia de mais requintado para se aplaudir: *O chofer e a viscondessa*, com a aplaudida atriz Lili Cardona, que eu conheci já envelhecida e que, quando jovem, era artista de mérito, com uma voz inconfundível, a gorjear as mais belas árias da opereta *Viúva alegre*, de Franz Lehar. A própria esposa de Benjamin, Dona Vitória, par-

ticipou, com êxito, de muitas peças do Circo Spinelli.

Olhando-se a trajetória de Benjamin, por mais de 60 anos de triunfos, sem conhecer decadência, vê-se a sua superioridade sobre outros *clowns* de latitudes diferentes, como os irmãos Fratellini ou o consagrado Grock, o palhaço do Porto, de Portugal. Havia um outro palhaço, Polidoro, que gozou de crédito imenso na época de Benjamin e que pegou a evolução do circo brasileiro de 1890 e tanto até perto de 1950, quando morreu. O circo da *Belle Époque* era povoado de cançonetas francesas, das canções brejeiras de Ernesto Nazareth e daquelas melodias de Catulo que o Baiano, com seu vozeirão seresteiro, cantava no teatrinho ao ar livre do Passeio Público. Lá por 1940 e tanto, Benjamin vivia com Rosalina, moçoila mulata bem bonita com quem morava numa casinha simples e ensolarada de Vigário Geral. A ela Benjamin ensinava as modinhas mais sentidas de Catulo da Paixão Cearense e Anacleto de Medeiros. Contra a vontade dos filhos, Benjamin uniu-se a essa mulata sedutora que cantava com voz belíssima, contagiando até mesmo um homem exigente como Catulo. Este disse a Benjamin, certa vez: “Arranjaste um canário, meu nobre palhaço, um verdadeiro canário”.

A vida de Benjamin transmudou-se num verdadeiro paraíso, com Rosalina incentivando-lhe a carreira, sempre a acompanhá-lo no Circo Dudu, dando-lhe um certo apoio moral com sua beleza e juventude irrequieta. Um dia, Rosalina desaparece, sem explicação, da vida

do palhaço, deixando-lhe mágoa imensa no coração sofrido. Nunca mais Benjamin foi o que era antes. Participava, com sucesso, de vários circos com a mesma consagração dos outros tempos, pois, se o sentimento do homem mudara com recente caso passional, a sensibilidade artística não se alterou. Palhaços do porte de Chicharrão e Piolim, grandes *clowns* que alegraram toda a criançada de São Paulo, ou esta cornucópia de alegria geral que é Carequinha, deram ao circo dimensões novas, mas nenhum deles, nem mesmo o interessante palhaço Dudu, teve aquele gênio da inventiva e da interpretação de Benjamin, quando, pela arte imensa, ultrapassava o âmbito do circo para atingir os limites da grande interpretação dramática do teatro universal. Daí, um marechal Hermes ou um Floriano Peixoto sempre ter um tempo para aplaudir o inspirado ator negro, indo sempre abraçá-lo no camarim com palavras do mais lisonjeiro respeito.

Discutiu-se na Câmara se se deveria dar ou não uma pensão vitalícia a Benjamin de Oliveira, com o que, assim, o Brasil saldaria uma dívida de honra a esse *clown* excepcional, pelo muito que alegrou a criançada deste País, em mais de 60 anos.

José Américo, o estilista de *A bagaceira*, deu o seu parecer lapidar: “Ele merece esta pensão porque fez rir a todo o povo triste”.

Em Paris, o circo é encarado com o respeito que o povo mais culto do mundo tributa às grandes criações do espírito humano. Lá o Cirque d’Hiver é vitalício, recebendo até homenagens de Jean Coc-

teau, Max Jacob e de um escritor de espírito aberto como Ramón Gomes de La Sema, que, em seu picadeiro, em cima de um elefante, fez uma preleção de grande beleza plástica e musical que vem publicada num livro ilustrado do mestre espanhol, *O circo*, obra que retrata os circos ou pavilhões de lona através dos tempos, glorificando tudo que os Grocks, os Guggusses e os irmãos Fratellini fizeram pela alegria da humanidade, cansada de tantas guerras e misérias.

Fui fazendo meu vestibular de Direito como podia. No Colégio Universitário, no primeiro ano, as aulas de latim de Marcos Leite eram apreciadas por todos os alunos, pois o mestre tinha um método de ensino que penetrava na cabeça do mais renitente discípulo. Mas preferia o Guilherme de Azevedo dar essas aulas, com aquele seu entusiasmo tão conhecido, inflamando-se ante os trechos mais sugestivos da Eneida de Virgílio, em que sempre repetia um verso que tanto encantava sua seleta sensibilidade: “*Tubes, regina, renovare do larem infandum?*”. O pio Enéias, combalido de tantos sofrimentos na peregrinação dos mares, relata à rainha Dido, atenta e amorosa, toda a sua odisseia marítima, sacudido na frágil nau pelo vento encapelado e pelo mar enfurecido, agitado por Netuno, instigado pela irada Juno, que não gostava de Enéias, o qual, em compensação, era apoiado por Vênus, que certa feita lhe apareceu lirialmente branca e de nudez casta e indevassável...

Aos sábados, tanto nas aulas da manhã como nas da tarde, havia sessões literárias. Pela manhã, Dona Maria de

Lourdes Nogueira, que era também poetisa, convidava os alunos para declamarem seus poemas ou lerem seus contos e ensaios. Leônidas Porto Sobrinho aí brilhava, com seus escritos de penetrante inteligência. Leônidas e Vicente Porto, seu irmão, além de escreverem depois uma bem didática gramática do castelhano, também fizeram uma elogiável gramática latina, com trechos selecionados de Eutrópio e de Júlio César, numa explanação es-correita dos grandes mestres que são.

Leônidas, após longa vida de magistério, morreu, deixando um nome respeitado e a saudade de quantos conviveram com sua fúlgida inteligência. O sobradinho em que morava na Rua Bento Lisboa, 131, era uma verdadeira meca de mestres e alunos que ali iam buscar, além das preleções eruditas dos irmãos Porto, a bela acolhida da mãe e avó dos dois professores, que sempre recebiam os visitantes com um delicioso vinho espanhol. Vicente depois dirigiu *A Época*, revista da Faculdade Nacional de Direito, que gozou de intensa influência cultural no mundo universitário brasileiro e que, depois, o obscurantismo político fechou.

Dona Maria de Lourdes, ilustre progenitora do crítico musical Eurico Nogueira França, dava aula de Literatura Geral, com sua voz mansa e de terna musicalidade. Quando argumentava sobre literatura grega, demorava-se em Safo e em Alceu, repetindo os versos da maior poetisa da Hélade, que falavam em “Filha de Jove, que tem altares! Em cem lugares, diva falaz! Ah! Poupa mágoa a quem te adora! A quem te implora favor e paz!”

Na literatura francesa, arrebatava-se ao falar da genial George Sand, de Victor Hugo. Pela Renée Chateaubriand tinha uma certa predileção, sempre relatando o enredo de *Atala e Renée*. Declamávamos nossos poemas nessas tertúlias que, muitas vezes, eram presenciadas por um jornalista ou escritor de renome. Eu sempre era o pão de ló da festa, com meu indefectível *O estudante alsaciano*, a bater sempre no peito o eterno refrão do francês insultado pelo alemão arrogante: “É aqui dentro, é aqui que está a França”. Um poema de Dona Maria de Lourdes, reproduzido no *Correio da Manhã*, correu mundo, declamado em todas as tertúlias da cidade:

*“Minh’alma inquieta anseia
Quisera novos ares, novo ambiente,
Ser como a águia, quando o vôo alteia
Livres, sem leis, sem nada que a atormente.*

*Quisera ser apenas um grão de areia
A rolar, a rolar na água corrente,
Ser neblina que fulge e se engazeia,
Subindo enorme e fluídica serpente.*

*No mar, no ar, na serra
Uma tristeza imensa dimana:
Viver a gente assim, apegada à terra,
No prosaísmo da existência humana.*

Pela manhã era a sessão literária da Dr^a Maria Rita, hoje uma juíza circunspecta, mas de nobre e bondoso coração. Sua tese de professoranda foi sobre a mulher na literatura universal. Dr^a Maria Rita se impunha como uma mestra exigente e de muito amor a seus alunos. Dona Maria de Lourdes, com seu

chapéu, luvas, colar de pérola, dava as suas aulas de modo solene. Por vezes vinha o professor Delaura, de polainas, nos sapatos impecáveis, o fraque que lhe dava um ar majestosamente professoral. Lecionava Literatura Geral, sendo até o catedrático da matéria. O professor de Psicologia, Dr. Lins e Silva, falava baixinho, de modo imperceptível, mas que grande sabedoria em suas palavras! Ao fazer uma conferência sobre Joaquim Nabuco, levou, para assistir a ela, a filha do abolicionista pernambucano, Dona Carolina Nabuco. O professor Lins e Silva era um escritor correto e modelar, como se pode ver num livro quase definitivo que deixou publicado na Edição Leitura, *Atualidade de Nina Rodrigues*, em que olha o africanista maranhense sob o ângulo de iniciador dos nossos estudos afro-brasileiros e do estudioso preconceituoso do negro no Brasil, vendo tudo com a falsa ciência de um Charcot e da pior escola de antropologia do tempo, percebendo inferioridade racial onde havia falta de oportunidade de ascensão social para o negro. Foi por essa falsa visão de Nina Rodrigues que seus discípulos, como Afrânio Peixoto e Edson Carneiro, desvirtuaram toda uma análise lúcida que deveriam ter os estudos afro-brasileiros. Só um Artur Ramos, um Roger Bastide, um Florestan Fernandes e, mais que eles, um Guerreiro Ramos puderam colocar em seu devido lugar o conceito justo de que não se deu a devida importância do nosso racismo disfarçado, que tolheu os movimentos da gente negra, não lhe dando a educação adequada após a abolição da escri-

vatura. Joaquim Nabuco encarou essa parte do problema com muita acuidade e visão sociológica em *O abolicionista*. Nina, pelo reacionarismo da ciência do seu tempo, foi obtuso em perceber a verdade, além de produzir conclusões reacionárias tão semelhantes às do douto Sílvio Romero. Guerreiro Ramos assim viu, num lance de grande destreza mental, em *Cartilha de um aprendiz de sociologia*, quando se insurgiu contra as asseverações racistas de Sílvio Romero e Nina Rodrigues, taxando o negro de raça inferior, não vendo aí uma falta de oportunidade de ultrapassar o seu *status* social, porque o branco fez a sua abolição, mas não lhe deu os meios de educar e evoluir. Na América do Norte ainda houve um Booker T. Washington que, fundando colégios em Tuskegee, atraiu a gente negra para os estudos culturais e para aprender um ofício, por mais humilde que fosse. Depois foi a vez do cientista Carver, que também pensou em elevar a sua gente pelo ensino, pelo trabalho, a fim de que o branco americano a respeitasse mais.

Após um ano no Colégio Universitário – não sei que inveja ou estranha politicagem conseguiu fechar esse grande estabelecimento, o melhor do Rio em seu gênero –, passamos para o Colégio Pedro II, que era também um padrão do ensino geral. As aulas de História da Filosofia do Professor Nelson Romero, filho do grande crítico de nossa literatura, Sílvio Romero... Álvaro Lins, apesar de iconoclasta em suas opiniões facciosas sobre Coelho Neto, Tasso da Silveira, Afrânio Pei-

xoto ou Ribeiro Couto, foi consumado mestre de Literatura nas aulas da tarde. Pela manhã, as aulas eram ministradas por Manuel Bandeira. Os volumes do nosso mestre, como *Jornal de crítica* ou a *História literária de Eça de Queiroz*, andavam de mão em mão. Lembro-me da celeuma que se levantou em torno da conferência de Álvaro Lins sobre um crítico frio e rígido como José Veríssimo. Álvaro tentava supervalorizá-lo, em excesso, acima de Sílvio Romero, quando é o contrário. Sílvio tinha uma excelente bagagem cultural e científica que faltava a José Veríssimo. Este olhava o fato literário pela própria criação em si, sem notar o meio e a formação psicológica do autor. Todos os escritores que Sílvio Romero elogiou ou de que traçou o perfil estão mais vivos do que nunca. Ao traçar a análise sobre Cruz e Sousa, Luís Delfino, Bernardo Guimarães, Tobias Barreto, Nestor Vitor ou o novel sociólogo negro, precocemente desaparecido, Tito Lívio de Castro, Sílvio crispava-se de fagulhas divinas, esbravejava de entusiasmo e beleza, como um possesso, arrebatado pela mágoa do analisado.

O seu discurso de recepção na Academia a Euclides da Cunha honra o pensamento brasileiro. Ninguém mais pode dizer que conhece Martins Pena sem ler o ensaio penetrante e exato de Sílvio sobre o fundador do teatro popular no Brasil. Alcides Gentil, ensinando sociologia, estava muito aquém do homem que escreveu um livro sobre o ideário político e sociológico de Alberto Torres. Não gostava que os alunos consultassem compêndios: que fizessem a

prova tirando todo o assunto das próprias ideias. Daí o alarmante número de notas ruins, aliado ao fato de que Alcides Gentil não dava aula que atraísse os alunos... O próprio Delgado de Carvalho, de renome brasileiro e internacional, depois nos deu aulas de Sociologia, desajudado por pronúncia defeituosa. As aulas de Geografia eram dadas pelo Dr. Mário Porto, que na minha terra, Uberlândia, deixou um nome respeitável pela efervescência cultural no seu Ginásio Mineiro, nos idos de 1928 a 1933, contendo um professorado que faria o orgulho de qualquer estabelecimento de ensino do Brasil: Dr. Luís Rocha, Domingos Pimentel de Ulhoa, José Aparecido Teixeira, Eurico Silva, Nelson Cupertino, Alfredo de Freitas Macedo, João Gonzaga, Cônego Eduardo, Pedro Bernardo Guimarães e Elisa Marquês. O Professor Milton Porto, irmão do Dr. Mário, ali fundou o Liceu Osvaldo Cruz, que muito contribuiu para o engrandecimento cultural de minha Uberlândia, aceitando, além dos alunos que moravam no centro da cidade, os que vinham das vilas mais longínquas.

Essas as reminiscências que vou relatando, enquanto se passam os festejos de minha formatura. Ainda não se iniciou a entrega simbólica dos diplomas e nem um colega leu o juramento que todo advogado de vergonha deve cumprir. Nos balcões, galerias e poltronas, as mães de alguns colegas, companheiros, amigos gritam por seus nomes, lá do alto do teatro: Teresinha! Paulo! Lia! Expedito! Dacle! Mafran! Regina!, numa euforia que dá bem

ideia do que foi aquela efeméride de 9 de novembro de 1974, que caiu numa segunda-feira ensolarada e com uma noite de estrelas de fazer inveja à cinzenta Albion.

Os exames na Nacional de Direito não foram fáceis em 1943. Mas, para quem cursou o vestibular no Colégio Pedro II e no Colégio Universitário, nada havia a temer. Fiz as provas com a cara e a coragem, depois de estudar pelas madrugadas afora, com os olhos vermelhos de insônia e cansaço.

Um pequeno incidente com o examinador de português, Clóvis Monteiro, quando lhe expus meu ponto de vista sobre o padre Antonio Vieira, ao chamá-lo de gongórico. O mestre ficou uma onça: “Que é isto, filho? O padre Vieira gongórico? Não há escritor mais puro e cristalino em todo o nosso idioma”. Depois, simpatizando comigo, tentou arranjar-me algum emprego no Externato Pedro II, de São Cristóvão. Ia lá todos os dias à procura de mestre Clóvis, embalado por suas promessas, mas depois vi que ele nada conseguiria. Minha fome e o dinheiro do aluguel do quarto não podiam esperar... Raja Gabaglia, com seu vozeirão meio enrouquecido, me arguiu, junto de Nelson Romero, sobre História da Filosofia. O ponto que caiu não era de se deslindar imediatamente, mas acontece que eu gostava demais da matéria, pois só tirava 100 com Nelson Romero. Dissertei como pude sobre Kant, Bergson e Platão.

Tenho a impressão de que mestre Raja deve ter ficado um tanto surpreso ao ver um preto lá dos rincões de Mi-

nas falar com tanta segurança sobre o imperativo categórico da moral kantiana e sobre a crítica da razão prática do mesmo Kant, tudo isso de permeio à intuição bergsoniana, que se contrapõe ao conhecimento por estudos e altas especulações filosóficas. A intuição faz a pessoa aprender tudo por si mesma, pela própria inteligência, sem que tenha cursado altos estudos para isso. Depois foi a vez do divino Platão, quando falei da *República*, de *O banquete* e da *Apologia de Sócrates*.

O exame de latim, que é uma de minhas matérias preferidas, foi o melhor possível. Um trecho das *Catilinárias*, de Cícero, um da Eneida, de Virgílio, outro da *História*, de Tito Lívio, sem contar o fragmento de Horácio em que ele pede ao mar Jônio que leve, incólume e sem perigo, o seu Virgílio pelo oceano afora em busca de paz e reconhecimento, aparentemente numa jornada sem retorno. O examinador pegou a frase *demidium meae animae* e, com ela, pediu-me a análise e a interpretação de “Metade de minh'alma”.

Quem foi que disse que há, na poesia de Horácio, uma imensa vulgaridade? Que nos assuntos de suas odes ou poemas satíricos a futilidade domina como os vagalumes cintilantes pelos prados mineiros ao entardecer?

Eu, por mim, tenho uma predileção toda especial ao sentido canto do eterno Horácio: “*Ad navem qua vehebatur Virgilius Athenas proficiscens*” (Ao navio que levava Virgílio para Atenas). O tom do poema é sentido e lírico, pare-

cendo uma elegia tristonha. Nele Horácio extravasa seu medo de que Virgílio não regressasse da longa viagem que encetara. Invoca a Vênus, tão venerada, em Chipre para cuidar do feliz itinerário do poeta: “*Sic diva potens Cypri* (Oxalá a deusa poderosa de Chipre), *sic fratres Helenae* (oxalá os irmãos de Helena), *sidera lucida* (astros brilhantes) *que pater ventorum* (e pai dos ventos), *obstrictis a liis* (encarcerados os outros), *proeter Yapyga* (exceto o Iapyge), *regat te, navis* (te dirija ó nau), *quae (nobis) debes Virgilius* (que (nos) debes Virgílio), *creditum tibi* (confiado a ti), *red das incolumen, precor* (devolva incólume, peço) *et serves demidium meae animae* (e conserva a metade de minh’alma), *finibus at ticus* (até os confins da Ática)”.

A mitologia está presente aí na invocação de Vênus como a deusa ou diva poderosa de Chipre. O pai dos ventos (*pater ventarum*) aí é Éolio que, na Eneida de Virgílio, dá o ar de sua graça alvoroçada e temível. Para chamar um vento favorável à viagem virgiliana, Horácio apela para o Iapyge, o vento brando que nem aura bonançosa. Ao falar nos irmãos de Helena, que são Cástor e Pólux, que foram amigos inseparáveis até a morte, Horácio quis significar, nessa alegoria fraterna, a sua louca amizade por Virgílio.

Pareço até um homem fora do mundo, falando assim de *Ovídio* como um contemporâneo meu, comentando um poema dos *Tristia* como algo sensível tirado de mim e exposto aos olhos indiferentes do universo. O exílio de Ovídio, que talvez tenha presenciam

do algo de indecoroso e impúblicável acontecido com Augusto, a ponto de esse mecenas das letras ter de bani-lo do país. Daí, um lamento de elegia chorosa que vem dos versos sublimes de Ovídio, lamentando, num recanto ignorado, além do Danúbio, o desterro inconcebível que recebeu por parte do amado Augusto: “*Cum subit tristissima imago* (Quando me vem à mente a tristíssima imagem) *illius noctis* (daquela noite), *quae fuit mihi supremum tempus* (que foi para mim o último instante) *in urbe* (na cidade – em Roma), *cum repeto noctem qua reliqui* (quando recordo a noite em que deixei) *tot cara mihi* (tantas coisas caras a mim), *labitur quoque nunc* (corre ainda agora), *gutta ex meis oculis* (uma lágrima dos meus olhos)”. É uma elegia bem diferente das de Propércio ou Anacreonte, porque vem de dentro d’alma de Ovídio, provocando-lhe uma comoção dolorosa, um soluço dorido que a sensibilidade genial do poeta não pôde sublimar.

Os críticos e filólogos da latinidade estudaram tanto a parte épica de Virgílio que até esqueceram o belo poeta bucólico que tantas poesias belas inspirou. Como um mimo de pulcritude campestre, “Melibeu e Títilo” é dos poemas ou églogas mais sugestivos das *Bucólicas* e lê-lo é como tomar água fresca que cai da fonte, nas mãos fechadas em concha, num vale perdido, em meio a canto de pastores, sonorizado por soluçante avena: “*Tityre, tu recubans sub tegmine patulae fagi* (Títilo, tu deitado à sombra de frondosa faia) *meditaris musam silves trem te nui avena* (modulas uma cantiga rústica com a pequena flauta),

nos linquimus fines patriae et arva dulcia (nós deixamos os territórios da pátria e os (seus) campos amenos)”.
Esse diálogo de dois pastores, um, Melibeu, expulso de suas terras, que se encontra com outro pastor, Títiro, tranquilo e calmo, deitado a sonhar, à sombra de opulenta faia. Em face da adversidade de Melibeu, Títiro convida-o para repousar em sua casa. Títiro é mais feliz, pois não foi banido dos pátrios lares e por isso tem tempo de, “tranquilo à sombra da faia (*lentus in umbra fagi*), ensinar as florestas a repetir (o nome da) bela Amarilis” (*lentus in umbra, doces silvas resonare formosam Amaryllida*). Amaryllida aí, como em toda poesia bucólica que se preza, é um acusativo. Vê-se nesse diálogo de pastoral onde nosso Cláudio Manuel da Costa foi buscar inspiração para sua Nize e também onde Tomás Antônio Gonzaga, em sua Arcádia de efeito encantador, foi buscar motivo para *Marília de Dirceu*.

Fazemos tantos planos para depois tudo terminar em nada, tal qual a folha inconsciente que o vento leva, ao léu do mistério indecifrável do destino. Tanta luta e sacrifícios anônimos para um fim mesquinho e inglório, deitado num caixão de ínfima classe, os braços cruzados ao peito, os olhos arregalados de espanto ante o último fracasso de um drama, em seu epílogo inesperado e humilhante.

Em 1941, a Faculdade Nacional de Direito tinha apenas aulas de manhã e à tarde, e o aluno pobre que porventura ali ingressasse e tivesse que trabalhar

não poderia fazer um curso regular. Foi o que aconteceu comigo. Mesmo com esses contratemos, ainda tirei notas distintas em Teoria do Estado, Introdução à Ciência do Direito e Economia Política.

Na segunda série, lembro-me que tive uma forte turra com o professor Amoldo Medeiros, que, numa prova de Direito Civil, tentou amesquinhar-me ao me comparar com o Dr. Jacarandá, um famoso rábula negro que, na época, soltava muitos réus presos incorrigíveis. Respondi-lhe, ríspido, que era muita honra parecer-me com o Dr. Jacarandá, pois esse preto velho e rábula do fórum carioca pelo menos era um benemérito libertando tantos presos que, por outro modo, mofariam nos distritos e nos presídios. Muitos anos depois descobri que esse mestre de Direito Civil não suportava pessoa de cor, a tal ponto que fez o possível para prejudicar certo professor formado em Direito na Itália e que teve de revalidar o seu diploma no Brasil. Ao prestar outro curso, na Nacional de Direito, teve notas de bom a ótimo, mas, quando chegava à vez daquele mestre, encontrava uma barreira intransponível. Mas este acabou dando a nota que o tal professor negro merecia...

Abandonei a Nacional por muitos anos. O interessante é que por esse tempo eu preparava legiões de alunos para ingressar na minha Faculdade ou na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, situada no Catete. Todos foram aprovados nas matérias que lhes ministrava: Francês, Latim, Literatura Universal, História da Filosofia ou História

Geral e Sociologia. Estudei tanto essas disciplinas que acabei por lhes conhecer o mais íntimo conteúdo, pois os cursos que consegui fazer deram-me uma ampla visão de cultura geral que muito me ajudou no meu ganha-pão cotidiano.

Aqueles professores irascíveis e iconoclastas em suas atitudes dúbias e deselegantes privaram-me um pouco do meu entusiasmo costumeiro. Fiquei anos com minha matrícula trancada, com uma forte dor na alma, desiludido ante tantas incompreensões humanas. Os professores irreverentes não sabem o mal que podem causar a uma vocação definida, agindo de modo a contrariarem essas inclinações poderosas. Muitos alunos deixaram os estudos, desiludidos, ante a fêrula de professoras primárias de gestos tão histéricos como desumanos. Na escola superior é a mesma incongruência pedagógica que nada tem dos ensinamentos divinos dos Sarmientos, Pestalozis ou Dons Boscós. A História da Educação está eivada desses professores que erraram a vocação, que nasceram para domar potros e éguas bravias e não para lidar com alunos de carne e osso. Como estamos longe do ensino da natureza do *Emílio*, de Jean Jacques Rousseau, ou das aulas amenas que Sócrates dava, conversando amavelmente com os alunos, discutindo com eles os problemas mais transcendentales, fazendo-os ver os erros dos sofistas, ora conseguindo que pensassem por si mesmos, ora fazendo-os cair em contradição para melhor esclarecer a verdade. Os sábios ensinamentos de Rodó à juventude americana no *Ariel* ou as aulas dadas a

caminhar (*perípare*) por Aristóteles e que tanto modificaram o pensamento universal.

Em *Crítón*, *A República*, *Apologia de Sócrates* ou *As leis* de Platão, o que vemos é o espírito luminoso da Hélade, conceitos de uma vida harmoniosa e sadia que dava aos gregos uma inefável e deliciosa postura humana diante dos fatos e de todos os contratempos da existência. Pegando Tales e sua filosofia eivada de orientalismo, Empédocles e mesmo os eleatas, o que vemos é um forte conteúdo moral, marcando o verdadeiro homem dentro de uma ética de que ele não podia fugir, sob pena de mergulhar no mais profundo atro de decepções. A concepção nietzscheiana da atitude dos seres, a moral kantiana tão bem expressa em sua *Crítica da razão pura*, o misticismo poético e ingênuo do positivismo de Augusto Comte, tudo é forte coerção moral sobre os habitantes da Terra, a fim de que os nossos sonhos e pensamentos não caiam no mais nefando báratro do niilismo vital.

Em toda a minha vida humilde, nada mais fui que um professor. Em conferências, escritos, aulas e conversas particulares, fui apenas um mestre que orientou tantas gerações jovens. Uma vida banal que passei, por mais de 50 anos a fio, junto de meus livros inseparáveis. Só os livros me deram aquela “fetícia” inefável que o contato dos humanos não pode dar. Só junto deles encontro aquela segurança e o esplêndido encantamento de quem me dá tudo de venturoso e não me decepiona com

promessas falazes. São mais de quatro mil volumes, distribuídos, desordenadamente na biblioteca improvisada. Alta noite de insônia, gosto de apalpá-los, amorosamente, como se faz à pessoa de nossos anelos, ou devorá-los pela madrugada adentro, num convívio mais puro e ardente que o amor corporal, mais exclusivista que todos os amores ardentes do mundo.

Ler Montaigne, nos *Essais*, é mergulhar no mais límpido passado heleno, no que a Hélade tinha de mais puro e cristalino. A própria negatividade ou pessimismo de muitas páginas é um epicurismo que vai modelar as páginas satíricas do Voltaire de *O ingênuo*, o Anatole France do *Jardim de Epicuro*, da *Rotisserie de la reine pédauque* e do Sr. Bergeret em Paris e mesmo do Eça de Queirós mais diabólico e negador de *Os Maias* e *Correspondência de Fradique Mendes*, assim como o diabolismo bem brasileiro do nosso Machado de Assis em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São escritores de aparência serena e de estilo ameno e melodioso, mas que por trás apresentam tanta facilidade estilística quanto profundidade de ideias e intenções. Pega-se um Tristão da Cunha em *A beira do Stix*, Mário de Alencar em *Contos e impressões*, um Álvaro Moreira em *As amargas não*, quantas verdades vêm à tona na limpidez diáfana de um estilo fluente. O idioma é aí manejado de forma escorreita e pura, com o pensamento do autor fluindo suavemente, como um córrego cristalino correndo por entre os cerrados mineiros.

Em André Gide, quer na *Escola de mulheres*, *Moedeiros falsos*, *Subterrâneos do Vaticano* e *O imoralista*, encontramos uma clareza que pode enganar o leitor menos atento às sutilezas e diabolismos da iconoclastia gideana. Aí a vacilação da fé em Deus, o pessimismo em face da queda do homem pelo pecado original ou até sua descrença em relação ao amor, tudo borbulha num tumulto de ideias pagãs que culminariam numa profissão de fé à beleza masculina de Apolo, no breviário de estética clássica *Corydon*. Objetação, como o conselheiro Acácio, que isso é um atentado à natureza, o que responderei como Ronald de Carvalho em *O espelho de Ariel*: “O mundo existe porque é belo. Somente a Beleza, que é uma invenção generosa de Ariel, justifica o minuto de sofrimento que vivemos sobre a Terra. A moralidade das coisas é uma resultante da sua formosura. Só a fealdade é imoral”.

Siá Perciliana, que deu os primeiros rudimentos de cultura popular à minha Uberlândia, onde descansará agora, após lecionar durante toda a vida a tantas gerações de crianças da antiga São Pedro de Uberabinha? E Honório Guimarães, sisudo, sábio e generoso, participante do movimento inicial de cultura de minha terra, por que vale de estrelas luminosas andar agora? Ele que foi o primeiro mestre de meu pai, Augusto, será que se encontraram, lá no mundo do silêncio eterno, ou entabularão o diálogo sem fim que iniciaram quando suas frágeis vidas deambularam num recanto humilde do Universo? Sempre a deusa dos olhos velados, levando, indiferente,

os talentos mais capazes, aquelas pessoas de fibra que deram o melhor de si mesmas para o maior aperfeiçoamento ético dos homens. O professor sempre morre pobre e esquecido, enriquecendo a mente de tantos discípulos que não dão o valor devido ao impulsionador de suas inteligências.

Dona Maria de Lourdes Nogueira, tão esforçada e dedicada ao ensino, orientadora segura de todos os alunos, descansa num túmulo branco do Cemitério São João Batista, assim como o mestre Dr. Mário Porto, que foi advogado, jornalista e poeta, sendo, acima de tudo, mestre devotado de tantos rapazes e moças do Brasil. Descansam das lides inglórias que travaram, mas que os anos mostraram serem obras de grandes idealistas, cujos feitos as gerações vindouras reconhecerão, agradecidas.

Subir, pelos trens suburbanos, todos os dias, até meu Bento Ribeiro, olhar essa gente pobre que enfrenta uma condução penosa e fatigante. Lavadeiras com trouxas de roupa à cabeça, estudantes, velhos, moços, mães carregadas de filhos, baleiros, vendedores de amendoins, o homem que oferece livro de modinhas e que canta melodias de Roberto Carlos e Waldick Soriano, e até os pingentes que enfrentam a morte oscilando pelas portas escancaradas, no abismo oscilante, enquanto a voz roufenha de um cego, guiado por menino de pé no chão, vem cantando em sua viola de corda “Se você jurar”, de Ismael Silva.

Se os nossos ministros viajassem de trem e conhecessem o sofrimento

da gente anônima que afronta a condução das seis horas da tarde, na Central e na Leopoldina. À hora do *rush*, numa aglomeração de amedrontar um Hércules, vê-se gente correndo, empurrando e lançando-se em fúria por portas e janelas, numa ânsia incontida de animais furiosos, que se investem, aloucados, na primeira pessoa em frente, quando espavoridas ante o ribombar de um trovão ensurdecedor. E a calma e paciência da velhinha que está de pé, do velho que segura a pasta e da mocinha que empunha os cadernos de aula. Quando vou para Bento Ribeiro é quando o trem se enche de estudantes do Piedade e da Gama Filho, trocando ideias sobre seus pontos de Direito e Medicina, ou quando é um humilde rapaz do Senac, com seu macacão azulado, que lança um olhar triste à paisagem suburbana que passa ante o andar veloz do trem.

Um velho que lê *O Dia*, para a leitura e olha desalentado para Quintino: “Isto não vai pra frente. São só casas baixas, aquele coreto velho na praça e uma ou outra casa comercial para o consumo da pequena população de trabalhadores anônimos”. Um outro senhor, de olhar humilde como de cão espancado, retruca: “O subúrbio também conhece o progresso. Veja o conjunto residencial que construíram em Osvaldo Cruz. Quanta gente sem recursos foi morar ali, pagando uma mensalidade irrisória?” Aparentemente, Sampaio, Riachuelo e São Francisco Xavier pararam no tempo e no espaço, mas olhando-se bem se vê um certo pulsar de desenvolvimento em suas casas de pequena altura. Graças a Deus os edifícios lá do centro não nos

vieram tapar o sol do dia. A poluição dos numerosos carros, só no Méier ou na portentosa Madureira. Fiquei espantado, ante a quietude quase bucólica de Bento Ribeiro, em saber que houve um assalto na padaria da Rua Picuí e outro, em pleno dia, no Banco Boa Vista. Isso é acontecimento esdrúxulo, sabendo-se que em Copacabana, Tijuca ou Ipanema o número de roubos, assaltos e morte à mão armada escapa à vigília de uma estatística severa e atenta.

Esta rua que vai dar na estação já foi esburacada e poeirenta. Hoje, nela se levanta o conjunto residencial em que moro, com suas linhas nobres de grande beleza. A Rua Picuí sai do Largo do Sapê, nas confluências da Estrada do Portela, Madureira, e vai terminar perto da linha férrea. O povo, em seu parcimonioso meio aquisitivo, derrubou uma parte do muro das estações de Bento Ribeiro e Osvaldo Cruz e por ele atravessa a gare, pulando por cima de trilhos e mata-burros, para viajar nos trens suburbanos, de graça, não sem enfrentarem uma morte imprevista e repentina.

Só com a inauguração do conjunto residencial é que se inauguraram as padarias e os armazéns, já que a Rua Picuí é habitada por gente da camada mais pobre e trabalhadora, encontrando-se também nela estudantes, militares, motoristas de táxi, domésticas, lavadeiras, etc. Um riacho de águas turvas corre no meio da Picuí, sendo que, em épocas de chuvas torrenciais, ele transborda pelas casas circunvizinhas, como rio de boa estirpe que é. Estão plantando amendoeiras no trajeto da via a fim de nos

darem uma boa sombra acolhedora nos dias de estios insuportáveis. Na grama verde que cobre uma parte da rua, um cavalo branco saído da pintura bizarra de Gauguin pasta tranquilamente, convidando algum bêbado ou mulher mais alegre para uma viagem quimérica à Citérea de Wateau e Beaudelaire.

De um lado a outro do rio, mamonas, hortas e mangueiras. Urubus voejam em bando, em busca de carniça próxima. Por falta de educação popular, ainda não convenceram os moradores adjuntos, de que eles devem manter o rio sempre limpo, sem jogarem colchões, lixo e outros apetrechos em suas águas, entupindo a corrente que corria livremente e ocasionando no rio, por vezes, inundações danosas às casas limítrofes, que causam certo pânico aos humildes moradores. Limitando-se com Bento Ribeiro está outro subúrbio promissor: Rocha Miranda. Um lindo curso de trilhos perigosíssimos separa o meu bairro de Rocha Miranda, que é bem populoso e progressista e cujas ruas têm nomes de pedras preciosas e pássaros. Uma artéria larga e curiosa se vê na viagem que se faz de ônibus até a cidade: Avenida dos Italianos.

Nessas casinhas de quintais, com portões semiabertos, mocinhas românticas conversam com rapazes sonhadores, acácias amareladas caem em frente a saletas antigas, onde se veem quadros à parede, mobília simples e nova, enquanto James Brown berra a todos os pulmões, numa vitrola portátil. Nos passeios, jovens cabeludos e de *black-power* estão assentados, enquanto na

vitrola a voz de Roberto Carlos é um convite ao amor e poesia. D. Neném, a mãe do jornalista da esquina, já está bem cedo no seu lugar de honra, na banca de jornal, oferecendo aos fregueses os matutinos mais em voga no bairro. Como floresceu o flamboyant que fica em frente ao botequim do Toninho. Suas flores escandalosamente escarlates lançam no espaço um vivo protesto de perfume olorante e de viva policromia rubra em suas pétalas de um vermelho vivo, quase humano.

O meu universo, de agora em diante, até que me veja prostrado num caixão incolor e triste, descansado de tantas mágoas e dissabores, é esta paisagem calma e compensadora da Rua Picuí, olhando esses trens que passam correndo, correndo para o sem fim, com esses passageiros que espreitam das janelas a paisagem efêmera e rápida das estações suburbanas. Meus olhos, que aguardam a próxima jornada do mistério inefável, perscrutam essas pessoas simples e boas que sobem e descem ao longo da rua cheia de sol, e fico a meditar: até quando terei uma convivência demorada com elas? Daqui a muitos anos não estarei aqui para contemplar este flamboyant de vermelho crispante ao sol, não ouvirei o zinir lírico destas cigarras gritando de melancolia nas acácias amarelas, em flor, num chillar melancólico e magoado, a fazerem inveja às cigarras cantadeiras de Anacreonte. Meu Bento Ribeiro acorda sempre cheio da mais plena alegria, com crianças soltas pelas relvas, empinando as mais vistosas e multicores pipas, a ponto de inspirarem quadros de funda beleza

do pintor e poeta suburbano Iolandino Maia, que também é outro encantado da pureza poética de Bento Ribeiro.

Aquelas imagens ainda me ficaram na memória, através destes anos todos, após 1943. Nessas três décadas muitos fatos se passaram. Saímos de uma guerra mundial tremenda. O Brasil lutou contra a aliança suicida dos países totalitários, com as nações aliadas vencemos os países do Eixo. De lá até aqui houve notável evolução em nossos pensamentos políticos e na vida e econômica e ética da pátria brasileira.

Dando um balanço nas lembranças mais destacadas de minha vida, vejo o povo, em massa, olhando o corpo de Carmen Miranda, pela última vez, no saguão principal da Câmara dos Vereadores. O público ia contemplar, pela última vez, a face bela e emotiva daquela que levou, com sucesso, os ritmos brasileiros mais excitantes. Vejo Carmen cheia de pedrarias pelo cabelo, num sorriso triste, na ABI, sendo entrevistada por Eneida, Aurora Miranda e outros jornalistas. Ela tremia, meio apavorada, como se tivesse medo de algo imprevisível. Depois a vi sair, triunfante, do Teatro Dulcina, junto de Marlene e Luís Delfino. No Teatro Serrador, recebe a homenagem sincera de Renata Fronzi. No Teatro Carlos Gomes, na revista musical, com Salomé, o povo ovacionou-a, com delírio, quando ela no palco fazia aqueles gestos espalhafatosos, mas tão bem ritmados e brasileiros, ao som de “O que é que a baiana tem?”.

O Rio estava chuvoso para receber os despojos da Princesa Isabel que

vinham da Europa para descansarem para sempre em terras brasileiras. As irmandades negras, o povo todo se aglomerando na Avenida Rio Branco, à espera da urna funerária que trazia as cinzas da minha princesa. Até os escravos com mais de cem anos, com pretas velhas em seus trajes típicos africano, desfilaram, em longa procissão, acompanhando, em passos lentos, o grande itinerário do fêretro da princesa.

O seu espírito ficaria sorrindo ao ver a semente suprema que seu gesto sublime, na Lei Áurea, semeou em todos os corações da negritude. Enquanto a banda toca a “Marcha fúnebre” de Chopin e se lê, em todos os semblantes, uma tristeza profunda e indisfarçável, penso nessa boa filha dos Braganças, regente mais de uma vez de um grande Império, sua ternura comovida para com o conde D’Eu, a quem chamava de Gaston, seu cuidado para com Santos Dumont, em Paris, quando mandou chamar o Pai da Aviação em seu castelo e lhe deu um São Benedito para protegê-lo lá nos ares, quando fazia suas experiências no espaço com seus balões lendários. Sua frase para o visconde de Ouro Preto, ao saber que ele vinha recentemente de viagem de sua pátria até a França: “Visconde, como está o nosso Brasil?”, com a voz embargada pelos soluços, chorando com saudade da sua terra que a exilou. Nesse caleidoscópio de múltiplas sensações, vejo-a dançando com André Rebouças, quando as moças racistas do Cassino Fluminense recusaram-se a dançar com o negro genial. O carinho que a família imperial tinha a Patrocínio, recebendo-o de braços abertos no palácio, e a feia

ingratidão que o tribuno negro fez a D. Pedro II, debandando para o lado dos republicanos...

Resta o gesto discutível de Patrocínio, beijando os pés da Redentora, na tarde luminosa e profética em que a princesa Isabel assinou a lei que redimiu toda uma raça oprimida. A frase de Patrocínio reboou por toda a vastidão do grande Império: “Meu Deus, já não há mais escravo no Brasil”.

Quer Dinah Silveira de Queiroz ou Hermes Vieira, em suas biografias da minha princesa, eles mal dão uma ideia precisa e sincera daquela grande mulher, a quem minha raça venera e respeita. Conta-se que Assis Chateaubriand um dia, ao visitar o castelo em que foi morar em Paris a família imperial, lá encontrou vários bilhetes da princesa e do conde D’Eu, dando ordens para ofertar certas quantias a todos os pobres que lhes dirigissem pedidos de esmolas. Não recusavam nenhum auxílio à gente sem recursos. Por essas provas de caridade nos recusamos a acreditar no que propalavam sobre o esposo de Isabel, de que era um refinado pão-duro e que, nas casas que alugavam para os lados de São Cristóvão, dava duro nos que atrasavam o pagamento da moradia, não perdendo um vintém sequer que faltasse no contrato. A lei emancipadora de uma raça, ela o fez levada pelo seu excelente coração. Ninguém a obrigou ou coagiu a reforçar uma lei que lhe tirou o trono, que por direito era seu, sucessora de D. Pedro II. Embora sabendo que seria banida da pátria, que os fazendeiros da Monarquia lhe retirariam o apoio no

próximo reinado que não chegou a realizar-se, ela ficou do lado dos negros oprimidos, não ouvindo nem os conselhos sensatos, mas reacionários, de Cotegeipe.

Tenho o preconceito racial na carne. Lembro-me de que certa vez soube, já no fim de meu curso ginásial, que certo professor teve que imiscuir-se na eleição para orador da turma, impedindo-me que fosse eleito, para que a cidade, “com a minha eleição, não pensasse que só um negro tinha competência para falar em nome de seus colegas de turma”. Isso me entristeceu a tal ponto que me recusei a participar das festividades “bacharelícias”, em 1942. É verdade que muitos professores que honram a sua formação liberal aconselharam-me a não dar importância ao episódio racista, mas aquele episódio me ficou gravado n’alma. Esta minha índole combativa a todos os preconceitos do mundo me vem de muitos anos atrás.

Em Uberlândia, eu e o Chico Pinto, irmão de Grande Otelo, tínhamos um jornalzinho, *A Raça*, em que debatíamos que a única esperança para tirar o negro da miséria econômica e cultural em que ele está mergulhado é a educação. Um pugilo de homens de cor, com decisão e denodo, se reunia para traçar programas depois que saía cansado da longa atividade diurna. Esses negros admiráveis esqueciam seus problemas domésticos para pensarem na desgraça nacional de seus irmãos de raça. Relembro todos eles com carinho e amor, embora quase todos estejam dormindo profundamente. João Benedito Brasil (o Bené), organizando seus famosos préstitos

carnavalescos com Diná, a eterna porta-estandarte da cidade; Bené organizando seções culturais, em sua entidade antirracista, quando não homenageava as pessoas gradas que aportavam à minha terra; Alceu Marcelino, operário humilde que junto de Doca, sua mulher, oferecia a casa simples e hospitaleira para esses fins; Anísio; até Chico Pinto, naquele longínquo 1933, já pensava num teatro só de negros, numa época em que era difícil fazer até o teatro usual.

Chico Pinto, lutando contra todas as reações inimagináveis, conseguiu montar “*Kalu – o príncipe de alma branca*”, com artistas negros e brancos. Levada no Cine Teatro Avenida, Chico mostrou, com essa peça musical e belamente plástica, até onde se podia contar com o poder de interpretação espontânea do artista negro. Mais de trinta artistas passando e representando pelo palco a história de um príncipe negro que os brancos, com engodo e evasivas, retiram de sua ilha e levam para a escravidão da cidade tentacular. O efeito do espetáculo foi de espanto. Uberlândia não estava ainda preparada para tão tremendo impacto. Chico já havia trabalhado em todas as representações teatrais da cidade, desde os tempos de D. Alice Pais, diretora do Grupo Escolar Bueno Brandão, até a fase áurea desse grande estabelecimento, com a inolvidável mestra D. Judite Moreira, que dirigiu bonitos espetáculos no Cine Teatro Avenida, todos com Chico Pinto cantando, dançando e dizendo textos, com a classe de um verdadeiro *show-man*.

Grande Otelo saía sempre acompanhado da Tia Silvana, negra forte e sacudida, que gostava de uma “birita”, sempre trazendo um galho de arruda atrás da orelha. Era cozinheira de mão cheia, sempre chamada às casas grã-finas para comandar os grandes banquetes. O Otelo, eu o via sempre cantando e dançando, revirando os olhos de um modo cômico e irresistível. Lá na Pensão da Cobra, bordel movimentado da Rua Cesário Alvim, as raparigas mandavam o engraçado crioulo dançar o *Shimmy* ou o *charleston*, o que ele fazia com propriedade e gestos engraçadíssimos.

Com tão elevada veia artística, Otelo às vezes trabalhava nos circos improvisados lá no Hotel do Comércio, de Dona Sinhá de Abreu, minha mãe de criação, onde ele fazia os papéis mais cômicos no picadeiro de farelo, junto da pequena Zulmira e do seresteiro Babá, que cantava nesses espetáculos com seu vozeirão espantoso. A cidade era ainda São Pedro de Uberabinha.

A cidade vivia mais para os lados do Patrimônio. A diversão era o Cinema São Pedro, do Custódio Pereira, onde meu tio Evaristo assistia a todos os filmes da Vitagrapho. No Largo da Matriz, estava a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, padroeira da cidade. Nas novenas rezadas pelo padre Albino, reunia-se o


povo religioso no templo para depois animar, com compras e vivas festivas, os concorridos leilões ou ficarem admirando os rojões subindo coloridos no céu.

Que zoada é esta, que vem lá do Fundinho, com ressonâncias de instrumentos rítmicos e de sons estranhos? É a congada ou moçambique que vem lá da casa da preta Doca ou da casa da Simplícia. Sempre esses pretos com indumentária de seda cor de rosa ou esverdeada, com chapéus de arminho e espelhos pequenos no centro, vêm cantando pelas ruas afora, com instrumentos típicos que vão do pandeiro, viola, atabaque e até os ressonantes bombos. Trazem um longo mastro com a imagem de Nossa Senhora do Rosário na ponta, de onde descem fitas longas e multicores que os moçambiques vão desenrolando e traçando, ao som de músicas nostálgicas e tristonhas, sempre seguidas de um refrão interminável: “ó Senhora do Rosário”. Dançam em volta do mastro, mexendo nas fitas que se traçam, multicores, enquanto requebram e gesticulam ao som dos bárbaros instrumentos que acompanham a música lenta e sincopada.

A Congada agora sai na festa de Nossa Senhora do Rosário, que foi marcada para o mês de outubro, em que os negros locais também festejam o outro padroeiro da negritude: São Benedito.

As exclusões da globalização: pobres e negros

Milton Santos



Como parte das celebrações do Dia Nacional da Consciência Negra e da imortalidade de Zumbi dos Palmares, o Centro Cultural José Bonifácio, situado na cidade do Rio de Janeiro, promoveu nos dias 17 e 18 de novembro passado a Kilunge – Primeira Feira do Livro Afro-Brasileiro. Além do lançamento de vários títulos de autores afrodescendentes, ou sobre a questão negra, o evento teve ainda a participação da poetisa Elisa Lucinda, que apresentou seu espetáculo “O semelhante”.

A outra atividade do evento foi uma conferência proferida pelo professor Milton Santos, ocasião em que este abordou temas contemporâneos de fundamental importância no processo de organização e avanço da comunidade afro-brasileira. A revista Thoth esteve presente ao aconteci-

mento e reproduz na íntegra a conferência do professor Milton Santos.

Eu estou muito envaidecido por este convite e pela gentileza do diretor do Centro Cultural José Bonifácio. Primeiro pelo prazer de poder conhecer esta casa, que é um exemplo de algo que nós temos que preservar, e depois pelo prazer de falar aqui. Quando o Hilton Cobra me chamou, eu perguntei: “Mas o que é que eu posso dizer?” Porque eu não sou propriamente um especialista na questão negra, não tenho estudos sistemáticos sobre o problema da negritude no Brasil ou em qualquer outro lugar. Então, eu lhe disse: “Não estará sendo um equívoco seu convidar-me a vir falar no seu Centro?” E ele, com a gentileza que lhe é conhecida, insistiu e me convenceu. Então, o que eu vou trazer é mais um depoimento de um negro, que viveu sempre cada vez mais sabendo o que é ser um negro e com uma proposta dissimulada, tímida, de enxergar essa problemática.

Queria dizer, em primeiro lugar, que me considero um intelectual *outsider*, coisa que é rara no Brasil. Não pertenço a nenhum partido, não pertenço a nenhum grupo, inclusive grupo de intelectuais, não respondo a nenhum credo, não participo de nenhuma militância. Queria começar com algumas perguntas: “O que é ser cidadão? O que é ser um indivíduo completo? Ser classe média é ser cidadão? O que é ser cidadão no Brasil?” E finalmente: “Negros são cidadãos?”.

O que é ser cidadão? A cidadania é uma conquista lenta, dura. A cida-

nia é esse conceito produzido na Europa, aperfeiçoado durante séculos e que redundou na produção da democracia e no estabelecimento de cada indivíduo como uma espécie de opositor natural e eficaz do Estado – o cidadão –, dotado pelas leis de um conjunto de direitos inalienáveis. Perdão: a democracia nunca se realizou completamente. O que tivemos até o fim da guerra até 30 anos atrás, foi uma quase democracia, dentro da qual viviam quase cidadãos.

Essa ideia de cidadania surge, curiosamente, ao mesmo tempo em que se gesta na Europa o progresso técnico, facilitando a expansão do capitalismo. Assim, o progresso técnico aparece como uma possibilidade de ameaça à realização completa do indivíduo, ameaça essa que não se cumpre porque, ao mesmo tempo, surgem ideias filosóficas que as transformaram depois em ideias e ações políticas, de um lado e do outro do Atlântico: é a revolução nos Estados Unidos, na Inglaterra e na França.

Países como o nosso, o Brasil, jamais conheceram a figura do cidadão. O que aqui se chama por esse nome é um arremedo de cidadão. Eu gosto de insistir no fato de que no Brasil as classes médias recentemente expandidas jamais fizeram cidadãos. As classes médias sempre desejaram reter privilégios – e o privilégio é inimigo da cidadania –, enquanto os pobres e todas as minorias jamais tiveram direitos. De tal forma que a expansão da classe média no Brasil acabou por ser uma condição para que a cidadania não se estabelecesse. Sobretudo porque essa expansão da



Professor Milton Santos proferindo palestra no Centro Cultural José Bonifácio sobre As Exclusões da Globalização: Pobres e Negros, em 18 de novembro de 1997

classe média vem paralela à explosão do consumo e à substituição da ideia de cidadão pela ideia de consumidor. Nós podemos ver hoje a alegria, o contentamento com que até pessoas aparentemente esclarecidas, louvam o Código do Consumidor. O Código do Consumidor é uma conquista, mas é uma conquista que substitui a noção de cidadania. Ora, o consumo é um emoliente, é algo que amolece as pessoas, que as aprisiona na era antiga das coisas, que as convoca para o gosto pelos objetos, e que glorifica, não propriamente os princípios, mas os resultados.

O que eu quero dizer com isso é que uma história como a brasileira se desenvolve a partir da não existência da cidadania. Quando era possível que essa ideia de cidadania se afirmasse, o que houve foi o contrário, ou seja, a afirmação da ideia de consumo e da vontade de ser consumidor, que é excepcionalmente grande no Brasil. Nos países desenvolvidos as pessoas consomem, a partir, sobretudo, dos anos cinquenta, nos Estados Unidos um pouco antes, mas defendem a posição do cidadão, ao mesmo tempo em que se defendem contra essa invasão do consumo. Eles seriam consumidores menos que perfeitos, porque na busca da defesa contra o consumo, enquanto nós somos consumidores mais que perfeitos, porque não nos defendemos do consumo. E o consumo é, no mundo de hoje, o grande fundamentalismo, certamente o maior deles, pois todos somos reverentes e obedientes ao consumo, muito mais que às religiões. Ele também traz consigo a dificuldade

em relação à libertação do espírito e à ampliação da consciência.

É dessa maneira que dificilmente se criam, em países assim, indivíduos completos, indivíduos fortes. O que é o indivíduo forte? Indivíduo forte é aquele fortalecido dentro de si mesmo, a partir da compreensão do que é o todo e do que é cada um diante do mundo, da ciência de que o mundo é movimento, é devir, é futuro. O indivíduo dentro do mundo deve participar ativamente da produção desse futuro, apontando o destino. Ora, esse indivíduo forte é contrariado na sua produção, pelo fato de mais forte ser a produção do consumidor.

A ausência dessa multiplicação de indivíduos fortes oficialmente seria um dado do trabalho intelectual, pois o indivíduo forte é obrigatoriamente crítico – crítico dele mesmo, crítico do entorno, crítico da história que se está fazendo. Esse indivíduo completo, esse indivíduo forte, tem a condição de produzir a democracia, pois a democracia é a crítica permanente. Mas há uma diferença entre um indivíduo forte e um cidadão. É que eu posso ser um indivíduo forte, como muitos que estão aqui, certamente o foram durante o regime autoritário indivíduos fortes, mas não cidadãos, pois a cidadania necessita de formas jurídicas de leis, de uma constituição que assegure ao indivíduo forte a expansão da sua fortaleza, da sua completude, e que assegure que a sociedade seja feita de indivíduos dotados de direitos que lhes permitam ser ainda mais fortes.

Há uma diferença, pois, entre ser um indivíduo forte e ser um cidadão. Ser um indivíduo forte é uma produção cotidianamente repetida, mas também modificada, pois a história e a vida de cada um de nós se processam num mundo em mudança. Por conseguinte, em seu exercício crítico, esse indivíduo tem de estar cotidianamente atento ao que o mundo é, para poder localizar a frente desse mundo tal como ele é. Eu também tenho de mudar como indivíduo completo, indivíduo forte. E é dessa maneira que as sociedades evoluem e melhoram.

Ora, dentro dessas condições, ser classe média não significa ser cidadão – no caso brasileiro, menos ainda. Creio que uma das razões do atraso político brasileiro, das dificuldades em matéria de partidos políticos e de termos programas políticos coerentes, de produzirmos um projeto nacional, vem também da história do Brasil. Da história do Brasil do consumidor e seu triunfo – enquanto a cidadania era derrotada, o consumo tornava-se vitorioso –, e do fato de que os regimes políticos brasileiros, depois que se quis instalar a democracia, foram regimes comandados pelas classes médias. A tal ponto que a discussão sobre a pobreza no Brasil é uma discussão residual. Os pobres aparecem, inclusive, numa enorme parcela do discurso da esquerda, como um enfeite, como um adereço, como algo decorativo. Não há uma autêntica preocupação central com os pobres, com os oprimidos, com as minorias.

E quem sabe isso tem a ver com o nível da intelectualidade brasileira.

Porque ser intelectual é, em primeiro lugar, preocupar-se com os que estão embaixo. É evidente que ser intelectual significa também uma vontade de ver as coisas como uma totalidade, um conjunto, de tal maneira que tanto o “Bagdá” dos poderosos como o “Bagdá” dos pobres não era da época do intelectual. O intelectual vem da época de se entender a sociedade como um todo, e a partir daí ele toma partido pelos pobres. Mas a defesa dos pobres não pode antecipar o entendimento da sociedade como um todo, porque de outra maneira esse pensamento não seria eficaz. Do ponto de vista político, demarcaria o rompimento geral da sociedade. Minha crítica é baseada no conhecimento do movimento da sociedade como um todo.

Para o Brasil, repito, não há cidadãos, já que aqueles que o poderiam ser, pela sua instrução, não o querem ser. Deve haver na sala algumas pessoas da classe média que certamente não se comportam assim, mas que viram o comportamento dos parentes, e também da classe média como um todo, que aceitam a ideia de se apresentar a uma repartição pública, ou qualquer que seja o lugar da postulação, com uma carta ou um telefonema de apresentação. Quem vai a um hospital, a um posto de saúde, sem antes dizer ao diretor, ao médico, ao funcionário: “Olha o carimbo aí, fulano é meu primo”. Um dos maiores problemas dos negros no Brasil é que os primos dos negros não têm um telefonema útil.

De maneira que os negros ficam lá embaixo, não apenas nesta sociedade como ela se constitui, mas na sociedade como ela pode constituir-se. A partir dessa ideia central, eu quero fazer algumas considerações. Poderia começar com uma listagem de situações da cidadania mutilada dos negros: das oportunidades de emprego, da menor remuneração, do próprio desemprego, das mesmas oportunidades de promoção social, econômica, profissional. Os negros também deslocalizados, colocados em posição inferior na tipologia dos lugares, os negros também diferenciados para baixo na circulação dentro do País e dentro da cidade, não só em função do preço da circulação, mas nas oportunidades de cada localização. Porque a minha localização no País ou na cidade tem a ver com o preço do deslocamento, e os negros, vivendo em lugares criminalizados, têm dificuldades em ascender a lugares que para eles se tornam proibidos.

É curioso ouvir ainda hoje que a educação é uma saída para os negros e para os pobres, quando sabemos que a educação, em sua base mesma, é desigualitária, o sistema educacional é desigualitário. Então, eles nos dizem assim: “Vamos estudar, vamos melhorar”, e apontam: “Olha o Dr. Fulano, ele estudou e melhorou”. Nada disso! Se o Dr. Fulano estudou, ou melhorou, será produto do acaso, ou de uma condição social que lhe permitiu fazê-lo, mas não pelo processo educacional. A questão não está aí. E a saúde? É uma vergonha no Brasil. Uma medicina elitizada, que

tem desprezo pelos homens e que, no caso dos negros, os trata como coisas.

Mas isso já está dito e redito, não sei por que continua sendo um elemento do discurso dos negros. O que eu quero dizer é que esse discurso já não é eficaz. Há que se inventar outros discursos mais imaginativos, mais próximos da história contemporânea, com maior eficácia, com mais força, porque pedir a uma sociedade insensibilizada há séculos – e que se toma cada vez mais insensível com a expansão da ideia de consumo – que seja sensível a uma camada da população considerada naturalmente inferior. Creio que isso é uma perda de tempo, um caminho político equivocado.

Haveria que lembrar, talvez, outras coisas do mundo de hoje, como esses novos direitos que se criam a partir da era da informação, como o direito da imagem e o direito do livre exercício da individualidade. Creio que esse também é um problema, naquilo que muitos veem falta de estima, o que há realmente é a inexistência do direito ao livre exercício da individualidade. Os artistas descobriram isso antes dos formuladores das universidades. Aliás, a universidade é cada vez menos capaz de produzir um pensamento, incompetente para cuidar, seja das minoridades, seja dos pobres. A universidade é cada vez mais repetitiva e pobre. Ela teria de buscar na movimentação espontânea dos de baixo a inspiração para renovar o seu trabalho.

Também não vou dar números, pois estou convencido de que isso vale muito pouco. Assim, eu trouxe séries.

As séries são muito frequentes nas teses de mestrado e doutorado. Não valem para nada, se eu não for capaz de dar valor histórico a cada coluna, e cada coluna se insere uma realidade histórica diferente. Mas eu uso tranquilamente a série nos meus trabalhos – todos nós usamos. É assim que nos promovemos, é assim que conseguimos empregos nas universidades, é assim que nos tomamos conhecidos e, às vezes, famosos. Mas que é que eu posso fazer com uma série de estatísticas, inclusive sobre a questão negra no Brasil, se eu não for capaz de interferir na história concreta, não dos negros separadamente, mas da sociedade brasileira? Não é hora de nos gastarmos extenuadamente no conhecimento exclusivo da condição do negro. A hora é de levar em conta a sua presença frente às outras presenças dentro de um País que se chama Brasil.

Racismo, preconceito, discriminação. Objeto de 40 mil colóquios. Ora, se vou me preocupar com essa discussão gramatical entre o que é preconceito, discriminação ou racismo, e as suas diferenças. Rios de tinta correram e a universidade sorriu contente ao ler essa literatura. O que posso fazer com isso? O que estou querendo é que a gente mude, a começar pela minha casa, que é a universidade, de atitude diante desse problema central do Brasil. O que eu vou propor agora, e que vai ser o centro do que vou dizer depois, é que o que está em questão é a “socialidade”. Isto é: como as pessoas vivem juntas em sociedade, as formas de viverem juntas, a sociabilidade para correr junto dessa

“socialidade”, que também é demarcada pelo território, pelo espaço.

Quando chegamos nessa área, não apenas nos defrontamos com casas que têm uma cara parecida, mas nos indagamos sobre que sociabilidade e que “socialidade” existem nessas casas junto com os homens. Então, eu proporia três dados de base para estudar a nossa questão. Eu disse que não sou especialista, não sou antropólogo, não tenho formação adequada para propor. E o que estou trazendo é fruto da minha experiência, que é também a experiência dos outros, porque ninguém vive isoladamente. Haveria três dados de base que permitem trabalhar a nossa questão. Um dado de base é o que estou chamando de “corporidade”, outro é o que estou chamando de individualidade e o terceiro é o que chamamos de cidadania. O que exatamente buscamos definir na introdução dessas palavras? A “corporidade” é feita de dados objetivos, a individualidade, de dados subjetivos, a cidadania, de dados políticos.

Desculpem evocar o meu caso pessoal. Tenho instrução superior e posso apresentar um documento, imagino que sou uma individualidade forte, mas tenho certeza de que neste País não sou um cidadão completo. Eu não posso ser cidadão se não sou tratado como cidadão, e não sendo tratado como cidadão raramente serei tratado como uma individualidade forte.

Essa categoria de formação social foi proposta de forma incompleta por Marx, aperfeiçoada por Lenin, adormecida pelo Partido Comunista da

União Soviética e renascida a partir dos estudos de marxistas italianos e franceses e de alguns latino-americanos, notadamente do norte da América do Sul. Porque naquele tempo, quando o marxismo era uma doutrina em voga, o México não estava tão potente – e o México fica na América do Norte. E era no México e na Venezuela que havia esses estudiosos. A formação econômico-social é uma categoria que estuda a maneira como cada país se forma a partir do seu território, da sua história econômica, social, cultural – mas sem esquecer as relações internacionais, estudadas em conjunto e tendo a referência do tempo, isto é, o mundo. O mundo datado, não o mundo tomado cegamente. Um mundo datado porque o mundo é que é a razão do que se faz em cada lugar e em cada época.

Ainda assim, fomos prejudicados na análise da realidade brasileira, porque o marxismo brasileiro é um marxismo do modo de produção e não da formação social. O modo de produção é uma realidade histórica, mas não é uma realidade geográfica. A realidade geográfica é a formação econômica e social. As teorias que na América Latina e no Brasil tentaram explicar a realidade latino-americana e brasileira, como a famosa teoria da dependência, para citar apenas esta, são teorias do modo de produção e não da formação social. De modo que a análise deveria ser feita em três tempos: o passado, como herança; o presente, como a situação e o futuro, como perspectiva.

A herança nos traz, num País como o Brasil, um modelo cívico subalterno ao modelo econômico. Sempre foi assim. Em todos os tempos, o modelo econômico subordina O modelo cívico, basta ver agora as crises da economia brasileira e a palavra de ordem, dita de cima, segundo a qual quem não está de acordo está contra o Brasil, e a frase, dita até nas oposições, segundo a qual temos que ajudar o modelo. Isso está ligado a esse peso do modelo econômico em oposição ao modelo cívico. Creio que a história dos negros teria muito a lucrar se fosse reescrita a partir de uma visão que propusesse uma nova escrita com base na questão do modelo cívico.

A subalternidade do modelo cívico atrofiou, por exemplo, o debate da previdência no Brasil, assim como atrofia o debate da questão da função pública. Esse debate se empobreceu no Brasil porque se pede aos velhos que cuidem de si próprios, e a sociedade aceita essa demanda hedionda, facilitando a instalação entre nós do projeto segundo o qual os brasileiros assistirão tranquilamente ao genocídio da população – porque é isso que se está preparando. O abandono programado dos velhos, o abandono programado dos pobres, o abandono programado dos negros são três genocídios que estão inscritos no processo político atual e para o qual as vozes dos partidos de oposição são praticamente nulas, porque aceitam o debate nos termos em que está colocado.

É por isso que se torna pobre a discussão, a respeito dos pobres, das minoridades, dos negros. Eu já não falo das mulheres, porque as mulheres fazem a sua luta de dentro da classe social dominante. Não é o caso dos negros. Não aceito essa comparação entre as duas coisas. As mulheres tiveram enormes progressos, todos merecidos. Mas a luta que fazem é de dentro da classe dominante. Os negros sequer têm os meios de fazer a sua luta, e a fazem fora da classe dominante. Depois a imprensa e certo tipo de intelectual vêm nos falar de minorias. Não existe isso. Há diferentes minorias que devem ser estudadas à luz da história.

Tudo isso se agrava hoje com a democracia de mercado. Esta traz a ameaça de que todas essas diferenças se ampliem. Por conseguinte, os negros não têm de esperar uma possível volta ao crescimento no Brasil. Se o Brasil voltar a crescer, os negros estarão numa posição ainda pior: de um lado, porque não têm o famoso telefone, e esse é um dado central na sociedade brasileira; pior ainda, porque não têm acesso às fontes de educação que preparam para o mundo que se está instalando; e pior, sobretudo, porque o mundo que se está instalando não se preocupa com a difusão do bem-estar da sociedade como um todo, mas prefere concentrá-lo em certas partes da sociedade e convidar as demais a aceitar o peso da propaganda.

Falarei agora de outro elemento que é central na sociedade brasileira, que, aliás, é um fato comum no mundo inteiro, mas que no Brasil, pelas razões

que mencionei, adquire enorme importância. Falo da morte da política. Hoje em dia, não são os governos que fazem política, ela é feita pelas grandes empresas. Estas decidem sobre os orçamentos públicos, como são escritos e como são utilizados. Em todos os níveis: no nível da federação, no nível dos estados e no nível dos municípios. Basta ver essa batalha entre os municípios para atrair empresas de grande porte e que vem desorganizar a vida em cada um deles. Desorganizar em todos os sentidos. Primeiro, porque elas chegam exigindo concessões para se instalar e, quando se instalam, mudam a natureza da “socialidade”, a partir de uma equação de emprego que lhes é peculiar, mas que esmaga as outras equações de emprego que têm base na cultura local, no território local, na história local. Buscam uma ordem indispensável à sua prosperidade e introduzem um fermento de desordem em tudo mais. É por isso que o Brasil se tornou um país ingovernável. É por isso que as nossas cidades não são mais governadas. Essa ingovernabilidade veio exatamente do fato de a política não ser mais um dado dos políticos, nem do Estado, mas é um dado das grandes empresas.

Felizmente, há outro lugar onde também se faz política no Brasil. Não é em nosso lugar da classe média que se faz política, pois estamos buscando todos os dias um pouco mais para o nosso conforto, esquecidos ainda que retoricamente digamos o contrário – de preocupações coletivas. A política é feita pelos pobres. Os pobres fazem política todos os dias, e essa é a grande sorte do Brasil,

que será ampliada quando os intelectuais descobrirem que devem preocupar-se com os pobres deste País.

Essa morte da política se mostra claramente pelo fato de as eleições não serem um exercício democrático, mas um lugar do consumo eleitoral. De tal maneira que os candidatos que têm dinheiro para fazer o fazem. É o *marketing*, mas não projeto. De modo que a pólis aparece como mercado e a ágora é desprovida de projeto. Isso é um fenômeno geral no mundo inteiro, mas agudizado em países como o Brasil. Isso é agravado pelo fato de a geopolítica ter deixado de ser um dado dos generais e de diplomatas, passando a ser confiada a economistas e publicitários. É dessa maneira que se fragiliza o indivíduo nessa atmosfera mercantil. E a recessão, que aparece como um remédio indicado para a solução das crises, é por natureza um lugar de gravação das desigualdades, em que os mais fracos são colocados em posição ainda mais frágil.

Eu ando pensando que, no mundo atual, o progresso na produção da consciência vai se dar mediante a ampliação das organizações, mas também a partir das manifestações desorganizadas. Essas organizações, de uma forma ou de outra, são limitantes de qualquer movimento. As organizações são, por definição, um freio às inovações, pois a organização começa por eleger seus líderes, cujo comportamento um dia ou outro se distingue do comportamento dos liderados. De tal maneira que eu imagino – e esta é uma proposta de conversa com os

negros do Brasil – se não haveria razão para, ao mesmo tempo, estimular as organizações, pois é indispensável fazer isso, mas também classificá-las, porque o comportamento das organizações está muito ligado à maneira como elas são. E por outro lado ver como os negros, ademais dos movimentos negros, que não são a mesma coisa, se movem, ou gostariam de mover-se. Evidente que as respostas serão diferentes em cidades como Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, mas creio que isso é importante.

Quero lembrar também que uma boa parcela das organizações negras no Brasil é atrelada ao aparelho de Estado, o que é uma dificuldade no seu manejo, enquanto outras são atreladas a instituições que têm uma visão global do mundo. Eu me refiro de forma clara, não vou esconder, a todas as organizações que são subsidiadas pela Fundação Ford e que têm unidade de movimento. Estou fazendo uma análise e não vou me referir particularmente a nenhuma delas, sobretudo porque não as conheço bem.

Quero referir-me também a um certo pendor de uma certa liderança a buscar as formas de sua inclusão como indivíduo nas classes médias, isto é, sua inclusão numa parcela da sociedade que, por definição, não está preocupada com a produção da sua própria consciência e que, por conseguinte, manifesta uma diversão em relação aos objetivos centrais. Estou dizendo isso para insistir sobre a necessidade de incorporar ao nosso trabalho intelectual, que é o úni-

co que eu posso fazer – e gostaria que esse trabalho fosse feito por mais gente ainda –, o entendimento do que é o Brasil e do que é o negro no Brasil. Não acredito que as comparações, agora tão fortemente estimuladas, em relação a outros países antinegros, tenham o valor que lhes é atribuído. Que lição tenho eu da África do Sul? Que lição tenho eu dos Estados Unidos? Sem dúvida me inquieto do ponto de vista histórico, e me enriqueceria se o resultado dessa análise pudesse ser orientado na condução da política. Mas a política só pode ser feita a partir da realidade brasileira, porque somos, antes de tudo, brasileiros. A África é uma referência, mas não somos africanos. A América do Norte é uma referência, mas não vamos repetir a sua história. A história na qual nos incluímos e que vamos refazer, é a história do Brasil.

Creio que o convite a fazermos de maneira diferente é um convite diversionista, isto é, reduz os itens do conhecimento da problemática e produz mais alguns autores, aos quais são pagas viagens para comparecer a esses famosos congressos internacionais tão caros, quanto inúteis. É a razão pela qual não aceitei estar aqui nesse encontro que reuniu tantos dos nossos camaradas, e antes havia me recusado a participar como membro importante do comitê dessa organização que há um ano se criou nos Estados Unidos, reunindo figuras eminentes do Brasil, da África do Sul, dos Estados Unidos, para produzir mais um livro. [Referência ao Seminário Superando o Racismo – Brasil, África do Sul e Estados Uni-

dos no Século XXI, realizado no Rio de Janeiro de 2 a 4 de setembro de 1997. (N.E.)]

Trata-se de um processo de água de flor que conhecemos dentro do País e que agora se completa fora dele. Eu entendo que as pessoas aceitem participar dessas coisas, porque lhes aparece uma oportunidade de contribuir, de conhecer melhor a problemática global, mas não se deve ter nenhuma ilusão. Quando me convidaram para fazer parte disso, eu lhes disse: “Ora, eu conheço como funcionam hoje e as relações internacionais. Eu sei perfeitamente como é que se organizam coisas no nível internacional, sobretudo no período pós-moderno, em que convidam para falar o sujeito que pensa diferente. Ele vem e fala. Mas os que estão ali são a grande maioria que quer outra coisa, mas que assim mesmo bate palmas, porque faz parte da pós-modernidade, enquanto os recursos vão para as organizações que reproduzem o que a inteligência central decide”. Então eu lhes disse: “Vocês me dariam meios para eu poder conversar com os movimentos negros? Teria eu alguma participação na organização da reunião que vai se fazer no Brasil em setembro?” “Isso não! Queremos você calado. No máximo, publicamos um artigo seu...” Não preciso mais disso. Mas esse é um problema dessa chamada globalização da luta negra brasileira. Há uma globalização da luta negra, sim, mas a nossa questão central é a questão política, e tudo que fizermos tem que ser feito na direção da política, porque aí estão as soluções. O indivíduo forte, dotado de consciência para ser cidadão, necessita

da política. Ele é forte dentro de si, mas ser forte em face da sociedade se faz por meio da política, da produção de leis que garantem a sua força.

Pois bem, eu vou parar aqui. Agradeço a Milton Cobra ter me convidado, faz muito tempo que eu queria ter essa conversa. Sei que ela desagradou a todo mundo, numa coisa ou em outra, mas não tem a menor importância, esse é o meu papel. O intelectual não é um artista de *vaudeville*, não vim aqui para mostrar as minhas pernas, mas para mostrar as minhas ideias e defendê-las. Mas tampouco quero estar certo. Não estou certo de estar certo, mas tenho o dever de exprimir aquilo em que acredito, custe o que custar. Esta é uma oportunidade que eu desejava há muito tempo, essa é a minha forma de engajamento. Estou aqui hoje, e estarei outras vezes para discutir questões como esta. Muito obrigado.

OPINIÕES DO PROFESSOR MILTON SANTOS

Sobre a contribuição da classe média para a democracia:

Nas condições atuais, creio que o atraso na construção da democracia se deve ao fato da construção dessa classe média urbana. Ao mesmo tempo em que tínhamos a expansão do consumo, a expansão do crédito, tínhamos o regime autoritário que não acabou, pois estamos vivendo ainda numa situação auto-

ritária. Eu creio que a classe média tem tido um papel negativo, por enquanto, na construção da democracia, mas não na construção da democracia de mercado, nessa ela teve um papel central. Refiro-me à democracia vista de outra forma.

Sobre os negros aceitarem a cristalização da condição de inferior:

Eu não estou certo de que os negros aceitam essa condição. É um equívoco! Não aceitam! Eles sabem das dificuldades de exprimir a sua incomformidade. Acho que é preciso mudar o discurso. O discurso da lamúria eu não aguento mais, é insuportável. Outra coisa: o papel do discurso na produção da história é extraordinário. A história nos últimos seis séculos se fez em torno do discurso, e agora ela se faz em torno desse discurso único, o discurso do mercado. Então, eu jamais vou dizer que os negros aceitam... É aquela velha história, os outros trabalham e o negro é preguiçoso, indolente.

Sobre o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra:

Não sei por que vocês tiveram tanta esperança nesse GTI. O que eu vou dizer não tem nada de pessoal, por favor.


Na primeira grande manifestação pública desse grupo – formado por pessoas agradáveis, que a gente gosta de tomar café com elas –, o Presidente da República vem tranquilamente e diz, num discurso que não preparou (e um homem de Estado que vem falar de uma coletividade sem preparar o discurso não tem respeito por essa coletividade): “Virem-se. Espero que vocês tenham imaginação”. Ora, o presidente foi lá dizer “não contem comigo, contem com

vocês mesmos”. E a prova está aí, faz dois anos. (...) Então, creio que falta seriedade, falta respeito à comunidade negra. Agora, eu não entendo por que vocês vão a essa reunião. Francamente, não entendo! Estou seguro de que os líderes e intelectuais dos Estados Unidos não iriam.

- *Palestra do professor Milton Santos proferida no Centro Cultural José Bonifácio, em novembro de 1997.*

O legado de Osíris*

Elisa Larkin Nascimento



O processo de ocultamento e distanciamento da morte na modernidade ocidental, como assinala Aries (1977), marca sua evolução desde a época medieval, em que a morte fazia parte da vida familiar e comunal, e as pessoas, enquanto membros de famílias e comunidades, tinham oportunidade de viver e expressar seus processos de luto. A imagem é de uma “morte domada”, figura que realça a possibilidade, não de dominar, mas de elaborar formas de convivência com essa realidade inerente à vida humana que é a morte.

Para a ciência moderna, com seu objetivo de dominar o universo por meio de métodos precisos de cálculo e controle, a morte se ergueu como marco da falta de onipotência dessa mesma ciência, pois a cada descoberta de novas técnicas e tecnologias ela verifica que sobre a morte

não consegue vitória¹. Significando fracasso e vergonha, a morte foi de forma progressiva expulsa da realidade vivida socialmente². Deixando-a escondida nos recantos das instituições, passamos a tentar ignorá-la e a reprimir a elaboração do luto e da dor.

Esse fato nos lembra o processo identificado pela fenomenologia em que tudo aquilo a que não se atribui a grandeza e dignidade da relevância pública está sujeito a ser posto à margem da vida coletiva cotidiana e, por esta, desrealizado: “criar-se uma verdade para essas situações (...) que permite a todos, sem culpa, banir tais acontecimentos ou fenômenos para fora da esfera da vida pública” (Critelli, 1996: 85).

Implica um dilema sério tal movimento em relação à morte, pois, banida ou não, com ela convivemos inexoravelmente³. Essa situação nos leva a uma série de reflexões sobre o significado da morte e nos remete, no esforço de identificar possíveis alternativas para a construção de novas formas de lidar com a morte, ao estudo daquelas elaboradas em outras sociedades.

Nesse sentido, nos propomos indagar a utilidade de considerar a figura

da morte no contexto da matriz civilizatória africana. De início, vale observar que, no contexto das discussões e leituras sobre o tema, pouco se refere a essa matriz⁴, as referências sendo geralmente às mitologias “primitivas” como categoria mais ou menos genérica.

Nesse como em outros contextos, os autores tendem a não se dar conta da existência de uma matriz africana (fala-se apenas em civilização ocidental ou oriental), pois se trata de mais um fenômeno relegado à margem da realidade, banido para fora da esfera pública por meio de processos há séculos deflagrados e ainda em movimento. A escravatura mercantilista europeia realizada na África trouxe consequências trágicas imediatas e de longa duração⁵. Nestas, estampava-se a tentativa, magistralmente demonstrada por Cheikh Anta Diop, de apagar do mapa da humanidade a herança civilizatória milenar de todo um continente⁶.

Prole de tal processo, as comunidades de origem africana nas Américas, e, sobretudo na América Latina, sofrem até hoje a falta da referência que lhes permita construir uma auto-

1 A Aids nos aparece como exemplo contundente, bem como a evolução de mutações de microorganismos, possibilitando sua resistência aos medicamentos e antibióticos.

2 Ziegler (1977) aponta, com exemplos contundentes, uma “tanatocracia” presidida pelos médicos, que exercem um poder quase absoluto sobre o processo da morte, o moribundo e sua família.

3 Ver os ensaios reunidos por Maria Kovács (1992,1996).

4 Chamado Livro Egípcio dos Mortos merece menção esporádica, e Ziegler (1977) dedica urna parte de seu livro à entusiasmada exposição de suas impressões sobre o culto aos eguns e o axexé no Brasil.

5 Centenas de milhões de almas assassinadas e torturadas, em condições das mais hediondas conhecidas pela história humana.

6 Além das obras de Diop, ver as de Chancellor Williams, Martm Bernal e Molefi Asante.

-imagem digna de respeito e auto-estima⁷. Tentando fundamentar tal imagem na chama “identidade negra”, definida de modo geral pelas desgastadas categorias do ritmo, esporte, vestuário e culinária, verificam que o papel dessa “cultura negra” limita-se à esfera do lúdico. Não figura como atributo próprio a essa identidade o protagonismo na área intelectual, científica, política, econômica, técnica e tecnológica, ou a cultura chamada erudita. Veicula-se constantemente, por meio do sistema de ensino, da mídia e das noções popularmente difundidas, a imagem do africano selvagem incapaz de engendrar uma civilização humana: o eterno escravo construído à base da distorção do registro histórico.

Poderíamos dizer que esse processo de inferiorização constitui, na acepção coletiva, uma forma de morte em vida imposta, que traz consequências bastante sérias para o desenvolvimento humano de indivíduos e comunidades. Não apenas os afro-descendentes sofrem os prejuízos dessa distorção. Todos saem prejudicados, na medida em

que ela, a distorção, afeta a visão que uma nação constrói de si mesma, de sua gente e de sua cultura. Na formação do Brasil, por exemplo, a origem africana sobressai em quase todos os sentidos: demográfico, histórico, econômico, cultural, linguístico, e na própria personalidade, o *ethos* nacional. A inferiorização do grupo étnico que durante três quartos de sua existência constituiu a grande maioria de sua população, e ainda hoje continua majoritário não apenas no sentido demográfico⁸, mas como dimensão específica da cultura brasileira⁹, gera um complexo de inferioridade que contribui para a persistência de um certo sentimento de frustração com o perene debate, sempre problemático, à procura de uma identidade nacional.

O resgate das tradições intelectuais dos povos africanos em contextos como a discussão atual sobre o tema da morte ajuda a reconstruir a história de sua participação digna e ativa em todas as dimensões da experiência humana, algo fundamental para a compreensão equilibrada das heranças civilizatórias

7 O mesmo vale para os povos indígenas e ex-colonizados em todo o mundo. Julgamos, entretanto, entre as mais nocivas formas de discriminação eurocentrista a tendência a tratar todos juntos, sem distinção, agregando-os numa categoria só, sem rosto e sem identidade, como a de “não-brancos”.

8 Embora as estatísticas oficiais falam em 45% de afro-descendentes no Brasil (“pretos” e “pardos”, segundo as classificações desse Instituto), é notória a distorção desses dados, dada a tendência à sua minimização resultante da preferência das pessoas pardas em se identificarem como brancas. Esse fato resulta da ideologia de embranquecimento, que valoriza os grupos étnicos de acordo com as gradações de sua cor, com preferência para a mais clara. (Mortara, 1970; Nascimento, 1978, 1980).

9 A observação atenta daquilo que compõe a cultura brasileira, na sua especificidade, revelará a imensa amplidão de seus aspectos que têm matrizes nas religiões e tradições seculares de origem africana; a ampla e profunda presença africana na formação da língua brasileira passeia por seu vocabulário, sintaxe e expressão verbal (Sodré, 1988, 1988a; Luz, 1995; Lopes, 1988, 1992, 1996).

que compõem as sociedades e culturas das Américas, em particular do Brasil.

Neste pequeno ensaio, pretendemos apenas contribuir para um início de reflexão nesse sentido, pois as limitações de espaço não permitem a elaboração do vasto tema da morte nas filosofias e culturas africanas. Partindo, então, da referência à civilização africana clássica do Egito (Kemet), e de algumas práticas relativas à morte identificadas em diferentes tradições da África, pretendemos realçar três temas relevantes: a força vital (axé), o princípio fundador edinamizador da linguagem (Exu) e o sacrifício como elo entre as diferentes ordens do cosmo (ebó)¹⁰.

O grande número e variedade dos povos e culturas encontrados no continente africano induzem frequentemente à noção de que não existem matrizes culturais em comum compondo um *ethos* cultural especificamente africano, mas apenas tribos isoladas com suas culturas específicas. Ademais, foi construído todo um elenco de teorias separando o Egito (Kemet) do restante da África, localizando-o no Oriente Médio e creditando sua avançada civilização à obra de povos imigrantes,

semitas ou asiáticos, e não africanos. Diante da persistência desse tipo de noção, cumpre observar que o trabalho de Cheikh Anta Diop, Théophile Obenga, Molefi K. Asante e Ivan van Sertima, entre outros, estabelece alguns pontos, historicamente comprovados, que norteiam o presente trabalho. Primeiro: a civilização antiga do Egito (Kemet) foi construída por africanos e seus antecedentes encontram-se na África Central. Segundo: a identidade negro-africana dos construtores dessa civilização, além de comprovada cientificamente, está registrada no seu nome Kemet, que significa “terra dos negros”. Terceiro: as posteriores civilizações africanas, donas de tradições tecnológicas e intelectuais altamente avançadas, tinham seu esteio original em Kemet, da mesma forma que a civilização ocidental tem suas raízes nas antigas Grécia e Roma. Aliás, este último exemplo ilustra que a pluralidade de culturas não impede a existência de uma matriz africana, pois a diversidade de etnias e nações entre Sérvia e Suécia, Grécia e Grã-Bretanha, Alemanha e França nunca desmentiu a existência de uma civilização ocidental europeia.

10 Utilizamos, na ortografia brasileira, os termos derivadas do iorubá, linguagem litúrgica das religiões afro-brasileiras, para designar fenômenos comuns a muitas tradições africanas. Não os italicizamos por entender que fazem parte, como tantos outros vocábulos africanos, da língua brasileira.

1. Osíris e o Livro Egípcio dos Mortos

Uma das divindades mais antigas da África, Osíris tem sua origem perdida nas culturas pré-dinásticas de tempos remotos. Sua história é o mito fundador da morte, ressurreição e vida eterna não só das tradições africanas, mas de várias religiões ocidentais e orientais; o cristianismo e o budismo indiano têm raízes nos ecos de sua influência no mundo antigo¹¹. Em Kemet, Osíris era a divindade mais destacada durante milênios, e o Livro dos Mortos comprova que sua figura presidia atos rituais e liturgias comuns a faraós e plebeus, rainhas e servas. Mais que o rei do submundo ou dos mortos, Osíris era também um deus solar, assemelhando-se a Rá chegando, entre a VI e a XVIII dinastias, a se fundir com esse deus do sol (Budge, 1969: 148).

Assassinado por Set, seu irmão, Osíris teve corpo retalhado em inúmeros pedaços, e estes espalhados quatro cantos do mundo¹². Sua irmã e esposa Ísis recolheu os pedaços, reconstruiu o corpo de Osíris e, instruída pelo deus Thoth (dono do sopro divino e do dom da palavra e do intelecto), insuflou-lhe de novo a vida, ressuscitando-o por meio de preces e cantos.

Uma vez ressuscitado, Osíris passou a presidir os caminhos da passagem dos mortos para o mundo do além. O Livro dos Mortos reúne hinos, preces e procedimentos acumulados ao longo de milênios, no esforço dos egípcios de cumprir corretamente essa passagem e alcançar a vida eterna. Em parte, as ações indicadas visam reconstruir o corpo do falecido, como fez Ísis com o de Osíris.

Osíris preside o julgamento do falecido, verificando se viveu de acordo com os princípios de Ma'at, a filosofia de justiça, verdade e direito da qual Osíris era guardião e que fundamentava a matriz ética da nação. Posto o coração na balança divina com a pena de Ma'at, e verificado o peso igual, o dono ganhava vida eterna na terra dos deuses e seguia viagem no barco divino; caso contrário, sua morte seria definitiva nos dois mundos. O Livro dos Mortos traz invocações e hinos em que os vivos podem suplicar a Osíris, pedindo o julgamento favorável. Não havia a figura do castigo eterno, nem do inferno; apenas era vedado o acesso do falecido à vida no além. Esse além não se localizava abaixo nem acima da terra¹³. Parece mais uma espécie de extensão dela, e (...) a vida aqui levada pelo falecido sugere que a concepção de todo o local partiu

11 O conjunto de estudos que estabelecem esse fato reúne todo um elenco de classicistas europeus do século passado com pesquisadores mais recentes (Van Sertima, 1985; Van Sertima e Rashidi, 1985), estabelecendo inúmeros paralelos, por demais detalhados para serem atribuídos à mera coincidência. Para uma breve referência em português, ver Larkin Nascimento, 1994.

12 Como todos os mitos, há diversas versões em que os detalhes diferem.

13 Parece que era localizado ao norte do país, talvez em Busíris, onde se processou a reconstituição do corpo desmembrado de Osíris, e onde era executada todos os anos a cerimônia solene da montagem da coluna vertebral desse deus. Budge, 1993: 38.

de uma nação de agricultores; ele ceifa o trigo, tange os bois, colhe cereais, ara a terra. Ou seja, o além reproduzia exatamente a vida terrestre. O morto lá vivia como os deuses: “comia a mesma comida, bebia a mesma bebida, vestia as mesmas roupas e vivia como eles”; não havia hierarquia entre seres eternos (Budge, 1993: 39,40).

A viagem do morto reproduz, de forma alegórica e metafórica, o ciclo do sol no seu morrer e nascer. O morto, identificado ao deus Osíris, embarca e viaja na noite de sua morte, e é louvado¹⁴ no momento em que surge no horizonte oriental, saudando a luz do dia e sua chegada ao reino eterno. Por isso, o título correto do conjunto dos principais textos é “Capítulos do sair à luz do dia”.

O ciclo da morte e vida eterna reproduzia, então, o ciclo do dia terrestre: o morto se punha com o sol, viajava na noite e se levantava no outro horizonte, ao nascer do dia, junto aos deuses. Incorporando o ciclo agrícola, em que a morte alicerça e alimenta a vida nova que surge e, por sua vez, alimenta, a vida eterna dos egípcios espelhava a imortalidade inerente à natureza. As gerações cedem lugar, por meio da morte, a novas

vidas, assim garantindo a continuidade da espécie.

Entretanto, se a espécie humana atinge essa imortalidade na sua continuidade biológica, atravessando as gerações, o indivíduo humano tem uma história de vida confinada à progressão do espaço do tempo entre seu nascimento e sua morte, o que gera um movimento linear, recortando o movimento circular da vida da espécie. “A mortalidade é isto: deslocar-se numa linha retilínea num universo em que tudo, se é que se move de alguma forma, se move numa ordem cíclica”

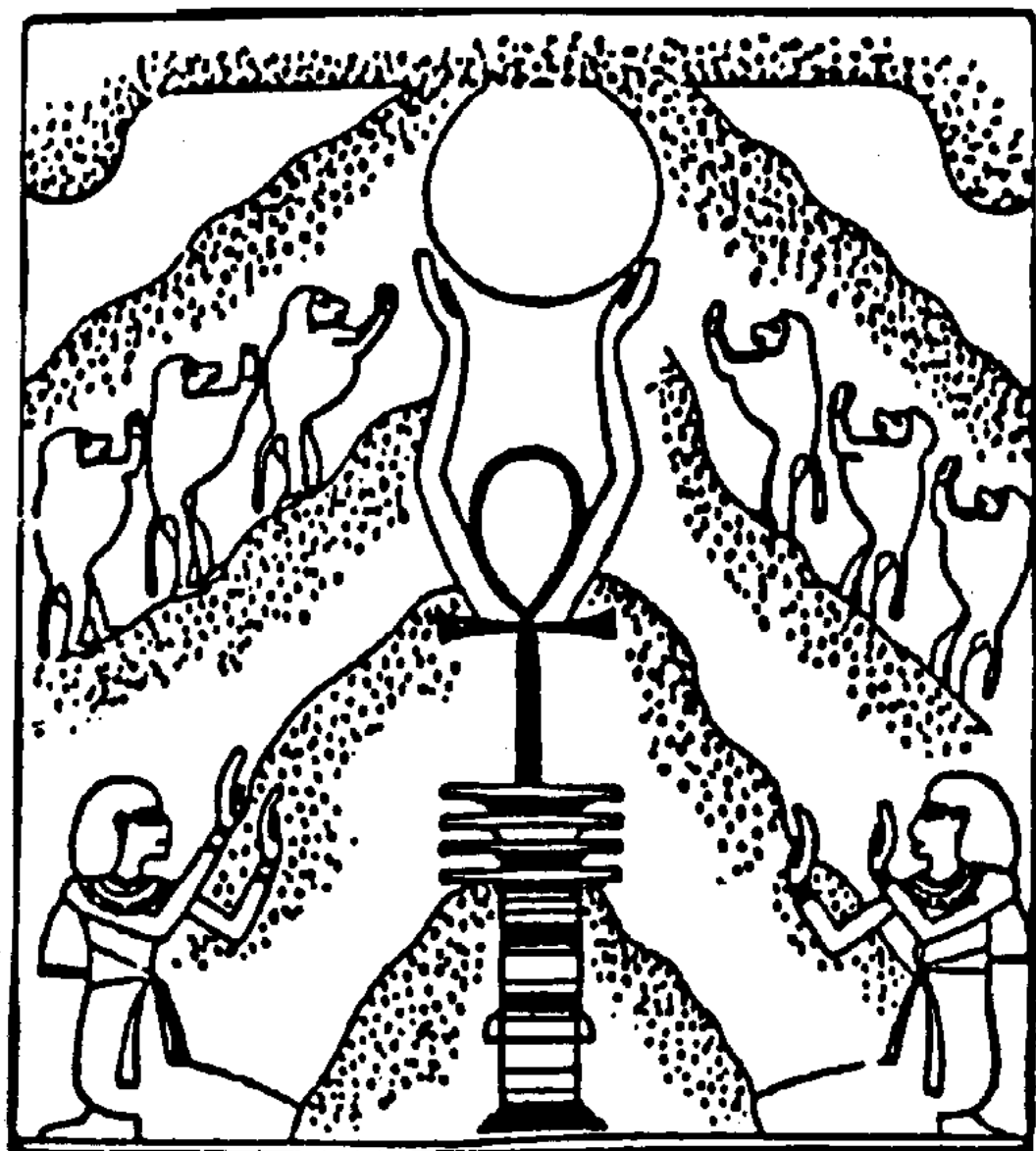
(Arendt, 1958: 19).

O sacrifício, a morte e a ressurreição de Osíris¹⁵ vieram garantir ao ser humano a possibilidade de superar essa mortalidade, assim como a morte biológica dos indivíduos garante a imortalidade da espécie no movimento cíclico da natureza.

A imagem do nascer do sol nas vinhetas dos papiros constitui uma eloquente expressão desse fato de se erguer a imortalidade – a luz do dia – sobre a base da morte. Do Tet, tronco de árvore que encerra o corpo do defunto Osíris, procede o *ankh*, símbolo da vida, cujos braços sustentam o Disco do Sol.

14 “Os mortos se levantam para ver-te, respiram o ar e olham para o teu rosto quando o Disco se ergue no horizonte; seus corações estão em paz, visto que te contemplam, ó tu, que és Eternidade e Perpetuidade.” In Budge, 1993: 32.

15 Da mesma forma que Krishna, Buda e Cristo milênios depois. Ver acima, no 14.



O NASCER DO SOL. O Tet, ou tronco de árvore, que encerrava o corpo de Osíris, postado entre Ísis e Néftis, ajoelhadas em postura de adoração, uma de cada lado. Do Tet procede o emblema da vida, cujos braços sustentam o Disco do Sol. Os seis macacos representam os espíritos da aurora. (Esta ceba é di Papiro de Ani, estampa 2) (Budge, 1993: 166).

2. Ideias e práticas relativas à morte na África

Nas tradições africanas, existem muitos aspectos que lembram o mito de Osíris, a começar pela universalidade da ideia da vida após a morte. Para expressar o morrer, as línguas¹⁶ africanas usam palavras ou frases que conotam uma ação ou um evento, não uma destruição total (partir, atender ao chamado, desaparecer, afundar, perder a batalha, juntar-se aos ancestrais) (Mbiti, 1975: 113); trata-se de uma mudança de plano de existência, e nunca da extinção ou aniquilamento da pessoa (Santos, 1977: 221).

Longe de se reduzir essa ideia a uma crença primitiva, ela expressa um princípio fundador da filosofia africana: axé, a força vital que potencializa toda a dinâmica do cosmo. Tal força, concebida de forma extremamente complexa¹⁷, está em todos os aspectos da vida cósmica, compondo-se esta de seus fluxos e intercâmbios a manter o equilíbrio essencial que permite o balanço eterno do universo.

Quando morre uma pessoa, seu axé de pessoa física termina, mas sua força vital continua no além, onde o falecido mantém o seu axé, já transmutado, podendo dividi-lo com os que

deixaram atrás, fortalecendo-os. O ancestral preocupa-se com seus familiares vivos, é consultado em momentos difíceis e é sempre lembrado, sua presença mantida próxima durante três ou quatro gerações, inclusive na forma de convivência direta em visitas realizadas mediante cerimônias e festivais como o dos egungun iorubá¹⁸. A oratura da libação, cerimônia de homenagem em que se derrama um pouco de bebida, ou se reserva um pouco de comida para os ancestrais, constitui uma das mais ricas fontes da tradição intelectual africana (Asante e Abany, 1996).

Mbiti observa que a terra do além, para onde vão os ancestrais, reproduz o mundo dos vivos, como no modelo kemético acima mencionado. Esse fato corresponde ao conceito de dois mundos, o visível e o invisível, que se complementam e interagem entre si, juntos compondo um cosmo povoado de seres portadores de axé: no mundo terrestre, as criaturas vivas e, no invisível, as divindades e os ancestrais. Expressão nítida disso está no universo iorubá, onde o orun (mundo invisível) espelha, no plano espiritual, a existência física no aiyê (universo físico concreto)¹⁹. Não nos cabe enveredar pelos detalhes

16 No Brasil é preciso, ainda, chamar atenção para o fato de que na África se falam línguas, pois é impressionante a ubiquidade do hábito de se referir aos “dialetos” africanos.

17 O que aqui tratamos como conceito do axé envolve, para Santos (1976), três aspectos: iwà (princípio da existência), axé (princípio da realização) e àbà (“princípio que induz, que permite às coisas terem orientação, terem direção ou terem objetivo num sentido preciso). Jahn (1975) aponta, no contexto banto, para o *buzima* (princípio da vida biológica) e o *magara* (princípio da vida espiritual), dentro de um sistema de quatro conceitos básicos de classificação linguística: *muntu*, *kintu*, *hantu* e *kuntu*.

18 No Brasil, o culto aos egungun é presidido pelo Alaapini Deoscóredes Maximiliano dos Santos, o Mestre Didi.

19 O orun “é o *doble* abstrato de todo o aiyê” (Santos, 1977: 56). Nele habitam os orixás, divindades ligadas às forças da natureza, e os ancestrais.

desse processo dinâmico de duplicidade da existência física e espiritual, com suas diversas categorias de ser (emi, ese, ori, oriinu, ipori, oke-ipori, egun-ipori, bara, bara-orun, exu-bara); mas cumpre assinalar a semelhança, no espelhamento dos dois mundos e na complexidade de sua interação, entre a visão iorubá e a kemética, que também possui diversas categorias de duplicidade do ser (Khat, Ka, ba ab, Khaibit, khu, sekhem, ren, sahu) (Budge, 1993: 34-16).

Ainda de acordo com Mbiti, em apenas duas culturas africanas²⁰ existe o julgamento do falecido, não se encontrando na religião africana, em geral nem o castigo eterno nem a figura do inferno. Isso não significa, entretanto, que a morte seja encarada como algo normal ou natural. Em quase todos os mitos de fundação africanos, o ser humano foi criado imortal, ou capaz de eterna ressurreição, e só foi conhecer a morte após algumas gerações, em consequência de um evento envolvendo um desentendimento ou ofensa a Deus²¹ (Mbiti, 1975: 110; Griaule, 1965). O festejo após os ritos fúnebres, comumente associada à ideia de que os africanos aceitam a morte como algo natural, é reservado para aqueles que viveram plenamente suas vidas terrestres, cumprindo seu destino e chegando a uma idade avançada. No caso de morte prematura, supõe-se que

há uma causa externa, uma intervenção divina ou humana, provocada por alguma transgressão do falecido ou por agressão contra ele (Mbiti, 1975: 111-12). Grande parte dos rituais africanos tem como objetivo evitar essa morte prematura, garantindo o pleno cumprimento do destino do indivíduo (Santos, 1977: 221-2).

Existem em todas as culturas africanas exigências rituais em relação ao morto, no sentido de garantir sua definitiva separação do mundo terrestre, pois não há nenhuma confusão entre os dois mundos, e nenhum vestígio deve ficar daquele que partiu. Uma vez cumpridos esses ritos, o falecido se toma ancestral e pertence ao mundo invisível. A partir desse momento, ao interagir com os vivos por meio de libações, preces e oferendas, ele passa a encarnar um segundo princípio fundamental da cosmogonia africana, o da interação e intermediação entre os dois mundos. A esse princípio denominamos Exu, pois no cosmo iorubá ele é o portador do axé, o princípio dinâmico da individuação e o dono do poder da comunicação (Santos, 1977: cap. VII).

No princípio de Exu está implícito o poder da linguagem e o papel fundador da palavra, agente da própria criação. Thoth, o deus de Kemet que sopra o hálito da vida, é também o senhor da

20 Localizadas na Nigéria e em Gana, mas não identificadas no texto. Ribeiro (1996: 122) menciona os conceitos de orun rere e orun apaadi no contexto iorubá, que deve constituir uma dessas exceções.

21 Todas as religiões africanas contêm a figura do Deus criador, uno e imortal. As divindades e os ancestrais são intermediários entre Deus e o ser humano.

palavra, da comunicação e da inteligência. O Nommo dos dogon, força vital e agente da criação, é ao mesmo tempo água, hálito, palavra e inteligência. A fala não só potencializa as ações do homem, dos orixás e dos ancestrais na interação entre os dois mundos, como comunaliza a realização e o sentido da vida²².

3. A dinâmica de ebó no princípio de vida

O terceiro princípio, ebó, nos remete ao início de nossas reflexões: o sacrifício de Osíris indicando a morte como base e sustento da própria vida. Ebó é o princípio do sacrifício ritual, que assegura a harmonia cósmica e o equilíbrio de axé entre os domínios e elementos do cosmo. Universal às tradições africanas, o sacrifício faz parte de muitos mitos de fundação²³ e constitui o mecanismo de interação entre o plano visível e o universo invisível, potencializado pelo princípio de Exu.

Griaule (1965: 131) observa que, “em todas as suas diversas formas, seja de consagração, expiação, adivinhação, purificação, sustentação do invisível ou de assegurar a própria salvação, o sacrifício para os dogon tinha um efeito imutável: a redistribuição da força vital.

Mas não era simplesmente um problema de pegar a força vital da vítima e colocá-la em outro lugar, nem de aumentar a força vital de algum outro ser, visível ou invisível”.

Juana Elbein dos Santos (1977) avança na exposição desse movimento, recorrendo à história da criação: a lama da qual foram moldadas as criaturas vivas constitui no orun uma massa genérica de força vital. A criação de um ser vivo no mundo terrestre implica a utilização de uma porção dessa massa, que se concretiza no aiyê, adquirindo uma forma individualizada. Deixa-se, assim, um vazio na massa genérica, impondo-se a necessidade de sua reposição. Retoma, então, um ser vivo à primordial condição de partícipe daquela lama, princípio genérico de vida.

Iku, a morte, personagem masculina na cosmogonia iorubá, aparece intimamente associado à gênese da vida no seguinte relato (Santos, 1977: 107, apud Ribeiro, 1996: 158), fragmento de uma das versões do mito iorubá da criação:

Quando Olorum procurava matéria apropriada para criar o ser humano [o homem], todos os ebora²⁴ partiram em busca da tal matéria. Trouxeram diferentes coisas: mas nenhuma era adequada. Eles foram buscar lama,

22 Assim, diz o sábio Ogotommêli: “A palavra é para todos neste mundo; ela deve ser intercambiada, para que vá e volte, pois é bom dar e receber as forças da vida” (apud Jahn, 1961: 124).

23 Na tradição dos dogon, em que a morte de um dos primeiros ancestrais (o sétimo) possibilita o domínio da tecnologia do ferro, esse ancestral, ressuscitado, é obrigado a sacrificar outro, Lébé, para que este, imbuído do axé do outro mundo, possa ensinar aos homens o conhecimento da Terceira Palavra legada por Deus. Griaule, 1965.

24 Orixás genitores associados à terra e às suas águas (lama, rios, fontes e lagos).

mas ela chorou e derramou lágrimas. Nenhum eбора quis tomar de menor parcela, mas Iku apareceu, apanhou um pouco de lama e não teve misericórdia de seu pranto. Levou-o a Olodumaré, que pediu a Orisalá e a Olugama que o modelassem, e foi Ele mesmo quem lhe insuflou seu hálito. Mas Olodumaré determinou a Iku que, por ter sido ele a apanhar a porção de lama, deveria recolocá-la em seu lugar a qualquer momento, e é por isso que Iku sempre nos leva de volta para a lama.

Esse relato nos mostra como os africanos, mesmo entendendo a morte na sua dimensão cósmica, não deixam de senti-la como um implacável pesar. Iku não tem misericórdia, e a vida chora, derrama lágrimas. Não precisamos esconder a tristeza diante da perda, primordial e cósmica, provocada pela morte.

A visão simbólica iorubá e a imagem kemética do nascer do sol com o *ankh* – a vida – fíncada no ataúde exibem uma coincidência incontestável com a realidade concreta comprovada cientificamente. O nascimento do universo, e a formação de toda a matéria cósmica, se funda na morte das estrelas (sua compressão para formar os elementos de metais pesados e sua explosão, que espalha esses elementos, tornando-

-os disponíveis para a confecção de matéria e energia nova). Na vida terrestre, a evolução das espécies por meio das mutações genéticas depende da morte, que propicia a sucessão de gerações²⁵. Bowker (1991: 229) comenta o que a ciência nos revela: “(...) não podemos ter vida sem morte; mas onde temos a morte, aí podemos ter vida”.

Conclusão

No Brasil, a prática atual do ebó incomoda a alguns, e as religiões afro-brasileiras sofrem por sua causa, acusações e agressões diversas. Mesmo aqueles que reconhecem o valor simbólico do sacrifício condenam o derramamento de sangue²⁶ no ebó. Tal atitude deriva da distância entre a sociedade moderna, artificial e urbana, e o mundo da natureza, onde a morte está presente a cada passo, alimentando a vida. Se observamos que na sociedade ocidental moderna a morte humana foi afastada, escondida e relegada a um plano de não existência, o mesmo podemos dizer da morte dos animais. Quando levamos à mesa um frango ou um filé *mignon*, não fomos nós que assassinamos o animal cuja carne consumimos; nem vimos esse animal vivo. O que compramos no supermercado não parece um ser que antes viveu, mas um objeto inânime qualquer.

25 Parece que a condição final da lei da entropia descreve a massa genérica de força vital: “A entropia é a medida da desordem crescente num sistema isolado, apontando para uma condição final de equilíbrio termodinâmico, em que partículas ainda têm energia, mas não podem interagir”. A massa genérica é o princípio de força vital sem interação entre os componentes de seu sistema, que não têm individualização.

26 Para uma belíssima análise da função e do significado simbólicos do sangue, ver Santos, 1977.

O abate de animais para consumo está escondido nos matadouros, instituições obscuras e desconhecidas. Não só matamos diariamente animais, como criamos populações artificialmente infladas, sustentadas à base de hormônios artificiais e rações químicas, com o objetivo único de assassiná-las friamente, em condições de absoluta covardia. O imenso volume desses massacres não tem comparação com o número de animais sacrificados em comunidades-terreiro. Em ambos os casos, o destino do animal é o consumo humano, seja na mesa doméstica ou na mesa do terreiro, onde depois do ritual se faz uma refeição coletiva com a carne do animal sacrificado.

Vista desse ângulo, a polêmica sobre o ebó ganha novos contornos. A oposição ao sacrifício integra o movimento geral de nosso distanciamento dos fluxos naturais e do ciclo da vida, ou seja, o mesmo movimento que afastou a morte, confinando-a em instituições distantes e criam sérios dilemas para o ser humano.

O sacrifício torna sagrada a morte, na sua inevitabilidade, fazendo reconhecer nela o seu valor inerente. Esse

reconhecimento se contrapõe à imagem negativa e desvalorizada da morte como fracasso e como aniquilamento final do ser, realçando não só seu valor simbólico como possibilidade de regeneração, mas, sobretudo seu papel de propiciar essa regeneração na vida real. A cosmovisão africana se destaca pela concretude de suas imagens: a vida no além como espelho do nosso mundo, o processo de reconstrução do corpo, a vida sustentada pela morte, a interação entre os dois mundos por meio dos ancestrais, a reposição de energia vital para a lama genérica primordial, o pranto da lama ao ceder à exigência da criação: são cenas que nos transmitem nitidamente a função da morte como parteira no renascimento físico da vida.

Nesse sentido, o princípio de ebó pode contribuir para o esforço de dar uma resposta aos dilemas postos pela visão da morte no contexto ocidental contemporâneo. Assim, a matriz africana, tão viva no Brasil, porém tão desconhecida de uma sociedade convencional que se quer branca e ocidental, oferece uma perspectiva de esperança e uma luz no contexto dessa discussão de grande relevância atual.

Referências bibliográficas

- Arendt, Hannah. *The human condition*. Chicago e Londres: University of Chicago Press, 1958.
- Ariès, Philippe. *A história da morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- Assante, Molefi Kete. *Kemet, Afrocentricity and knowledge*. Trenton (EUA): Africa World Press, 1990.
- *Afrocentricity*, 2ª edição. Trenton (EUA): Africa World Press, 1989.
- *The Afrocentric idea*. Filadélfia: Temple University Press, 1987.
- Assante, Molefi K. e Abarry, Abu S., orgs. *African intelectual heritage: a book sources*. Filadélfia: Temple University Press, 1996.
- Bernal, Martin. *Black Athena: the Afro-asiatic roots of classical civilization*, 1º de 3vs. New Brunswick (EUA): Rutgers University Press, 1987.
- Bowker, John. *The meanings of death*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- Budge, E. A. Waillis. *O livro egípcio dos mortos*, 9a ed. São Paulo: Pensamento, 1993.
- *The gods of the Egyptians*, vol. 1. Nova York: Dover Publications, 1969.
- Diop, Cheikh Anta. *Nations nègres et culture*. Paris: Présence Africaine, 1955.
- *Anteriorité africain par l'image* –, edição especial de *Notes Africaines*, 145-146 (janeiro-abril). Dacar: IFAN/Nouvelles Editions Africaines, 1975.
- The cultural unity of black Africa* –, Paris: Présence Africaine, 1963; 2ª edição, Chicago: Third World Press, 1978.
- *The African origin of civilization: myth or reality*. Westport: Lawrence Hill, 1974.
- Griaule, Marcel. *Conversations with Ogotemmêli: an introduction to Dogon religious ideas*. Londres: Oxford University Press, 1965.
- Jahn, Janheinz. *Muntu: the new African culture*. Nova York: Evergreen, 1961.
- Kovács, Maria Júlia (org.). *Vida e morte: laços de existência*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.
- *Morte e desenvolvimento humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.
- Larkin Nascimento, Elisa. *Sankofa: resgate da cultura afro-brasileira*, 2 vols. Rio de Janeiro: Seafro, 1994.
- Lopes, Nei. *Bantos, malês e identidade negra*. Rio de Janeiro: Pallas, 1992.
- *O negro no Rio de Janeiro e sua tradição musical*. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 1992.
- Dicionário banto do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Cultural José Bonifácio, 1996.
- João Baptista M. Vargens. *Islamismo e negritude* (Estudos Arabes I). Rio de Janeiro: UFRJ/ Faculdade de Letras/ Setor de Estudos Árabes, 1983.

- Luz, Marco Aurélio. *Agadá: dinâmica da civilização africano-brasileira*. Salvador: Secneb e UFBA, 1995.
- *Cultura negra e ideologia do recalcado*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- Mbiti, John S. *Introduction to African religion*. Londres: Heinemann Educational Books, 1975.
- Mortara, Giorgio. “O desenvolvimento da população preta e parda no Brasil”, in *Contribuições para o estudo da demografia no Brasil*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1970.
- Nascimento, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- *Quilombismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.
- Obenga, Théophile. *Pour une nouvelle histoire*. Paris: Présence Africaine, 1980.
- Ribeiro, Ronilda. *Alma africana no Brasil: os iorubás*. São Paulo: Odu-duwa, 1996.
- Sodré, Muniz. *A verdade seduzida*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- O terreiro e a cidade*. Petrópolis: Vozes, 1988a.
- Van Sertima, Ivan (org.). *Blacks in science, ancient and moderno* New Brunswick (EUA) e Oxford (RU): Transaction Books, 1985.
- “Nile valley civilizations”. *New Brunswick: Journal of African civilizations*, 1985A.
- *Black women in antiquity*. New Brunswick/Londres: Transaction Books, 1985b.
- e Runoko Rashidi (orgs). *African presence in early Asia*. New Bruswick e Oxford: Transaction Books, 1985.
- Williams, Chancellor. *The destruction of black civilization*. Chicago: Third Word Press, 1974.
- Ziegler, Jean. *Os vivos e a morte*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- *Texto submetido à Professora Dra Maria Júlia Kovác, como cumprimento parcial das exigências para a disciplina A Morte no Desenvolvimento Humano, PSA 5790, Departamento de Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento Humano, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2o Semestre de 1996.*

Projeto Odô-Yá:

Uma experiência de educação e prevenção da epidemia de HIV/Aids nas comunidades de terreiro

José Marmo

Este texto é dedicado a Marco Antônio Guimarães, Jane Galvão, Milton Quintino, Robson Rogério Cruz e Mariza Carvalho Soares, companheiros e amigos que deram respaldo teórico e prático para que a campanha Aids e Religiões Afro-Brasileiras se tornasse realidade. Gostaria também de agradecer as ialorixás Beata de Iemanjá, Meninazinha da Oxum, Bida de Iemanjá, Stella de Oxóssi e aos babalorixás Nílson de Ossãe (in memoriam), Joaquim de Omulu e Laércio do Terreiro de Jauá pelas intervenções, discussões e questionamentos que nos propiciaram escrever este artigo.

Seria injusto de minha parte não mencionar o nome de Laércio Zaniqueli, babalorixá e dirigente do Centro de Convivência Infantil Filhos de Oxum, na cidade de São Paulo, com quem tive a oportunidade de experimentar e vivenciar o carinho no tratamento de crianças soropositivas.

Dofona é a primeira pessoa de um barco de iaô, mas é também o nome pela qual a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA/AIDS) ficou conhecida entre os adeptos do candomblé. A partir do termo *dofona*, tentaremos iniciar uma discussão em função das experiências e desafios de uma campanha de educação/prevenção da Aids, específica para a tradição religiosa afro-brasileira, iniciada, em 1991, pelo Apoio Religioso e Cultural Aids (ARCA) do Instituto de Estudos das Religiões (ISER) e que foi lançada publicamente com o nome de Projeto Odô-Yá.

O projeto Odô-Yá surgiu com a proposta de sensibilizar o povo de santo no combate à epidemia de HIV/Aids, por meio da elaboração de um material atracente que levasse em consideração a “linuagem do terreiro”, com os símbolos e códigos dessa tradição religiosa. Elaborar um material de tal especificidade, dando conta das reais necessidades das comunidades-terreiro no que diz respeito à manutenção da saúde e preservação de valores tradicionais, foi um dos grandes desafios do Arca, principalmente porque abordaríamos práticas ligadas ao ritual.

O Arca contou com o apoio de ialorixás e babalorixás do Rio de Janeiro, mediante encontros e consultorias em que sacerdotes, profissionais de saúde e a equipe do programa Arca trocaram ensinamentos, resultando dessa interação o nascimento do referido projeto. Se de um lado a equipe do Arca tinha o conhecimento técnico-científico para ser utilizado frente à epidemia de HIV/Aids, por outro lado os zeladores de orixá tinham

em seu poder o saber da tradição, capaz de viabilizar o trabalho a ser feito nas comunidades em relação à doença.

Odô-Yá é uma saudação ao orixá Iemanjá que significa “salve a mãe do rio”, e a sua escolha para dar nome ao projeto deveu-se a aspectos relacionados à maternagem e à solidariedade, características dessa deusa da mitologia iorubana cultuada em vários terreiros por todo o país.

Conta-nos a lenda que Nanã, orixá relacionada aos primórdios da criação, grande mãe ancestral, teve três filhos: Obaluaiê, Oxumarê e Ossãe. Obaluaiê, o mais velho, nasceu todo deformado, com o corpo coberto de chagas purulentas e de aspecto medonho.

Ao ver aquela criança, Nanã tomou pavor de seu próprio filho e abandonou-o à sua própria sorte. Iemanjá, a mãe do mundo, vendo aquilo, se apiedou da pobre criança, resolveu criá-la e assim o fez. Cuidou dela, tratou de suas feridas e Obaluaiê cresceu sob os cuidados de Iemanjá, tornando-se um grande orixá. Por ter passado por essa experiência, Obaluaiê é o dono das doenças, especialmente das febre, moléstias de pele, da lepra e de todas as grandes pestes.

Obaluaiê, por ter vencido todas as doenças, se tornou também o dono da vida e da morte.

As lendas da tradição religiosa afro-brasileira encerram

importantes ensinamentos que são repassados para todos os integrantes das comunidades de terreiro. No caso dessa lenda específica, podemos verificar alguns elementos que permitem uma reflexão sobre a epidemia de Aids junto ao povo de santo, termo pelo qual são conhecidos os praticantes e adeptos do candomblé e da umbanda:

A vida de Obaluaiê não foi muito diferente da vida de muitas pessoas que, por motivo de doenças, foram abandonadas pela família e pelos amigos, ficando entregues à própria sorte.

Melhor que qualquer outro orixá, Obaluaiê pode entender o sofrimento dos doentes porque viveu também a experiência da morte próxima.

Obaluaiê não se curou sozinho, precisou da ajuda de Iemanjá.

Com sua atitude, Iemanjá nos dá um exemplo de dedicação, mostrando que não devemos abandonar as pessoas doentes.

No início da campanha Aids e religiões Afro-Brasileiras, a relação entre o termo *dofona* e a epidemia não era nitidamente percebida pela equipe do projeto Odo-Yá, mas o trabalho de campo, de observação e posterior avaliação junto às roças sobre as possibilidades de desdobramentos do projeto fez com que ficássemos atentos à utilização da palavra *dofona* e a seu significado simbólico para os participantes da tradição dos orixás.

A substituição da palavra Aids pela palavra *dofona*, pelos iniciados do candomblé, não deve ser vista apenas como mera substituição de palavras, mas sim como um acordo simbólico em que culturas diferentes se interpenetram, criando uma trama de relações, em que uma não anula a outra. Que a Aids existe é uma verdade para o povo de santo, mas, como ela veio de uma outra cultura, criou-se um termo adequado para designá-la, uma expressão dentro desse novo contexto cultural ao qual ela agora passa também a pertencer, na medida em que se tornam visíveis casos da doença entre os adeptos.

Em nossos primeiros contatos com o povo de santo na tentativa de abordagem da epidemia, ficamos impressionados com o respeito demonstrado pela maioria dos praticantes do candomblé ao pronunciar a palavra Aids. Naquela época, todos achavam que a doença era contagiosa, podendo ser transmitida por um simples contato, e as pessoas se referiam a uma bactéria, a um vírus ou a uma situação específica que causava a morte.

Histórias como: “Eu sei que na casa do pai de santo fulano de tal existe uma pessoa com a maldita, mas na minha casa, graças a Deus, não.” “Eu cuidei de uma pessoa que tinha a doença, mas não era meu filho de santo. Ajudei no que pude, mas a pessoa morreu.” “No meu terreiro, isso nunca aconteceu.” Foram alguns dos depoimentos de pais e mães de santo registrados pela equipe do Arca em suas visitas aos terreiros. Nas comunidades, os filhos de santo rejeitavam to-

car no assunto, enquanto outros não pronunciavam o nome da doença, fazendo a substituição pelo termo *dofona*.

Em função do que foi exposto anteriormente, pensamos na hipótese de que, em resposta ao medo de infecção pelo vírus HIV/Aids, utilizava-se uma estratégia que pudesse expressar a mesma situação sem correr riscos, mediante a substituição de palavras, suavizando dessa forma a carga negativa que o termo Aids trazia consigo. Esse fato é importante se levarmos em conta que no candomblé a palavra é sagrada, contém magia, pelo que devemos tomar cuidados ao pronunciá-la. A palavra possui encantamento, sendo capaz de ativar o poder de realização.

Os adeptos do candomblé aprendem a utilizar a palavra, assim como também aprendem a se calar em determinados momentos em sinal de respeito. Um bom exemplo do que estamos falando pode ser vivenciado por meio do orixá Baba Ibonã, cujo nome, por ser ele o dono da doença, das pestes e das epidemias, deve-se evitar pronunciar. Um outro exemplo é o relacionado às Iyá-mi, grandes mães feiticeiras, terríveis e ameaçadoras, capazes de trazer o infortúnio aos homens, podendo mesmo causar-lhes a morte; nesse sentido, é recomendado não pronunciar o seu nome e somente invocá-las para lhes apaziguar a fúria.

Ao longo do percurso da epidemia de Aids, aconteceram fatos de extrema importância para se entender o impacto dessa doença na tradição religiosa afro-brasileira e perceber como a

Aids é vivenciada pelo povo de santo. Sendo a Aids uma doença que ainda não tem cura, podendo deixar sequelas em sua evolução ou mesmo determinar a morte de alguns indivíduos, criaram nas comunidades de terreiro algumas expectativas e medos que originaram várias discussões norteadas pela visão negro-brasileira, contribuindo de maneira qualitativa no que diz respeito à epidemia de Aids em nosso País, até então influenciada por um discurso biomédico, acadêmico e judaico-cristão.

A maneira pela qual é encarada a sexualidade nas comunidades de terreiro, o papel do corpo nessa tradição religiosa, assim como as relações entre axé, saúde e medicina tradicional, foram pouco a pouco servindo de base para nossas futuras intervenções nesse mundo em que as doenças muitas vezes são um legado ou manifestação do orixá. Um exemplo do que estamos falando pode ser observado pelo grande número de pessoas que, após a iniciação no candomblé ou na umbanda, recuperam seu equilíbrio orgânico, não apresentando mais sinais ou sintomas de determinadas doenças; segundo os iniciados, esses sinais e sintomas caracterizam umas das formas pelas quais o orixá se comunica com a pessoa, possibilitando sua feitura, ou seja, sua iniciação.

A Aids trouxe mudanças e especulações em torno das comunidades de terreiro, principalmente no início da epidemia, na década de 80, em que foram detectados casos de infecção pelo vírus HIV entre homossexuais masculinos e a doença chegou mesmo a ser denomina-

da de Peste Gay ou Câncer Gay pelos jornais da época.

Os jornais também traziam notícias sobre um grande número de homossexuais no candomblé, estabelecendo relação direta da epidemia com essa tradição religiosa, o que provocou certo desconforto em algumas casas de santo que tinham um grande contingente de homens iniciados. Se isso por um lado foi desconcertante, por outro fez com que vários pais e mães de santo saíssem em defesa de suas comunidades, alegando que o candomblé, em sua forma de ser, aceita todos os tipos de práticas sexuais; com isso queriam dizer que a homossexualidade e a bissexualidade são encaradas normalmente, não são consideradas pecado e nem denotam formas desviantes – o mais importante é o orixá que a pessoa carrega em sua cabeça.

O sexo para a tradição religiosa afro-brasileira é considerado fonte de vida, de prazer, e não apenas algo que serve para a reprodução e perpetuação da espécie. O sexo é tão importante nessa tradição religiosa que existe um itan (lenda) contando sobre o local mais apropriado para se colocar, no ser humano, o órgão genital feminino (iamapô) e o masculino (okani). Outra informação importante para evidenciar a questão da sexualidade nessa religião é que o sêmen e a secreção vaginal, assim como todos os líquidos do corpo, são portadores de axé, ou seja, da energia vital. Isso sem falar em Exu, que simbolicamente está relacionado à sexualidade e é representado por um falo.

A epidemia de Aids trouxe alterações à vida do povo de santo que, anteriormente discriminado por sua condição de afro-brasileiros, herdeiros de uma religião trazida por negros escravizados, agora sofria nova discriminação por ter em seu meio homossexuais, os quais, além de serem considerados marginais em nossa sociedade, eram também quem trazia consigo o risco de contaminar as pessoas com o vírus HIV.

A Aids ainda não tem cura e se apresenta como um enigma a ser decifrado por todos nós. Qual a melhor forma de tratá-la? Que fazer diante dessa epidemia? Quando será descoberta a cura? É difícil entender que, apesar do avanço científico e tecnológico, não se conseguiu até o presente momento descobrir um remédio para a cura da Aids, e que isso talvez ainda demore algum tempo. Essa mesma situação é vivenciada nas comunidades de terreiro, mobilizando todos os seus adeptos ou simpatizantes que, não obtendo respostas a seus questionamentos, procuram na religião e na prática da fé um meio pelo qual se possam sentir seguros e aptos a enfrentar essa nova etapa que estamos passando frente a uma epidemia que ganha espaço a cada dia que passa, não poupando pessoas, independentemente de cor, religião ou sexo.

A falta de cuidados da família e de acesso a tratamentos médico por pessoas soropositivas de baixa renda fez com que várias delas partissem em busca do auxílio de pais e mães de santo na perspectiva de se verem livres da doença, trazendo algumas implicações

para tais sacerdotes, que muitas vezes, sabendo que não poderiam curar essas pessoas, preferiam não lidar com a doença, com o medo da perda de credibilidade, o que acarretaria também perda de poder. Outros sacerdotes propunham a cura por meio da magia, mas até os dias de hoje não se comprovou a eficácia desses tratamentos.

O fato de muitos pais de santo terem morrido em função de doenças oportunistas causadas pela Aids trouxe uma série de situações de descontentamento para os participantes dessa tradição religiosa, pois, em função dessas experiências, foram obrigados a ver a doença de perto e a conviver lado a lado com uma epidemia que levava seus entes queridos. A proximidade da epidemia de Aids fez com que o povo de santo não mais negasse a sua presença, o que vinha acontecendo anteriormente, como na época em que iniciamos nosso trabalho, em 1991. É nessa fase do processo que vão ocorrer mudanças que determinam cuidados especiais em relação a determinadas práticas rituais, principalmente no que diz respeito ao uso da navalha.

O candomblé utiliza a navalha em seus rituais de iniciação e de cura, ou seja, de fechamento do corpo. As incisões são feitas em determinadas partes do corpo do iniciado, por ocasião da feitura do iaô. Muitas vezes são recolhidas várias pessoas que serão consideradas irmãos de barco e que passam juntas o momento de iniciação; uma das características que lhes conferem a categoria de irmãos, de participarem da mesma

família de santo, é terem passado pelas mãos do mesmo pai ou mãe de santo, ou, como dizem os mais antigos, terem “passados pela mesma navalha”.

O uso da mesma navalha levanta uma polêmica em tempos de Aids, pois todos nós sabemos que uma das formas de transmissão do vírus HIV é por meio do sangue de uma pessoa infectada para outra. Em nossa pesquisa com sacerdotes da tradição religiosa afro-brasileira, observamos uma variação em relação ao tema e dividimos as opiniões em três grupos, facilitando dessa forma nosso trabalho.

Grupo I – zeladores que utilizam a mesma navalha, mas não fazem a esterilização desta. A navalha é mergulhada apenas em uma solução de *abô* (mistura de vários elementos portadores de axé). O *abô* é considerado por eles um elemento mágico capaz de remover qualquer mal ou doença que por acaso tenha passado para a navalha.

Grupo II – zeladores que utilizam a mesma navalha, mas fazem a esterilização, pois não acreditam que o *abô* seja capaz de deter o vírus HIV.

Grupo III – zeladores que utilizam várias navalhas, ou seja, cada filho de santo tem a sua própria navalha.

A partir desses grupos, podemos observar, mediante encontros realizados no ISER (Instituto de Estudos da Religião) e em alguns terreiros, elos que nos permitiram aprofundar reflexões sobre a epidemia nas casas de santo.

O grupo I, que utilizava o *abô* na navalha, acreditava que o orixá era ca-

paz de impedir que uma pessoa pegasse vírus, enquanto os grupos II e III têm opiniões diversas, preferindo esterilizar a navalha ou utilizar navalhas diferentes. O grupo I nega a existência da Aids e geralmente procura não tocar no assunto, enquanto os grupos II e III participam de atividades específicas de educação e prevenção da doença, ou pelo menos estão sensibilizados para tocar no assunto. O grupo I apresenta dificuldades para mudanças frente à epidemia, enquanto os grupos II e III aceitam as possíveis mudanças, desde que sejam importantes para a resolução de seus problemas.

Para finalizar, os últimos anos têm sido marcados por uma tomada de posição em relação à epidemia de Aids, e o candomblé a acompanhou de forma significativa. Uma das transformações

ocorridas dentro da tradição religiosa afro-brasileira foi ter-se deixado de negar a doença, o que facilitou bastante os trabalhos de educação e prevenção desenvolvidos até o presente momento. Outro aspecto importante é a sensibilização dos pais e mães de santo verificado pela busca de informações sobre o funcionamento da doença e sobre como tratá-la, possibilitando esclarecimentos para toda a comunidade de terreiro e incrementando maneiras ou procedimentos frente aos portadores de HIV.

A utilização da medicina tradicional no combate às infecções oportunistas foi resgatada nas comunidades de terreiro e o uso de folhas, ervas, raízes, ebós e garrafadas passou novamente a fazer parte do cotidiano dessas comunidades.

Yara*, uma arte fora da baixa cultura

Éle Semog

Quando conheci Yara (ela prefere com “Y”), tive a sensação animadora de estar lidando com uma pessoa singular, dessas com gente dentro, que contêm pulsão de vida e estão a serviço da existência. Nesse mesmo dia em que nos conhecemos, soube também que foi ela que teceu, às pressas, o famoso casaco do Senador Abdias, quando ele teve de embarcar, exilado, para o frio terrível dos Estados Unidos. Eles eram amigos de consciência racial, de fraternidade e, fundamentalmente, de identidade na construção e expansão da arte e da cultura negra. Nisto vão quase 30 anos, ou mais, no sorriso de Yara, que se nega a dizer a que século ou a que milênio pertence.

Enquanto o povo estava preso na euforia salutar do lançamento do primeiro número do *Sankofa* e da revista *Thoth*, na livraria da UFF em Niterói, namoramos letras, conceitos e ironias em torno da modernidade, do racismo, da arte que

embala o dia a dia nesse tempo de escassez. Ficamos ali cúmplices e felizes com toda aquela cultura negra em evidência, com a qual Yara fazia planos dar continuidade à derrubada da xenofobia das elites.

Yara de Oliveira Rosa nasceu em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, em 15 de abril de 1933. O avô paterno (Benedito de Oliveira Rosa, morto aos 114 anos) veio de Angola, chegando ao Rio de Janeiro como escravo, num navio negreiro que fazia a rota entre o Estado do Maranhão e um ponto clandestino na praia da Raza, na cidade de Búzios. Embora o tráfico de escravos estivesse proibido e as lutas pela abolição da escravatura se espalhassem por todo o País, o destino daqueles negros transplantados da África e desembarcados em Búzios naquele período era o de servir como mão de obra na rica região canavieira de Campos dos Goitacazes. Com o fim da escravidão, a família conseguiu comprar um pequeno sítio num lugarejo chamado Pendotiba, próximo de Niterói.

A cultura e a identidade africanas sempre estiveram presentes na vida de Yara. Os casos contados sobre o período da escravidão, as cantigas, as conversas nas rodas de família permearam-lhe toda a infância e adolescência, o que mais tarde viria a se refletir no mosaico colorido da sua obra por meio de uma africanidade singela e marcante. A presença do pai, traduzida pela firmeza e pela certeza, que por momentos pareciam obsessivas, de que a educação era o único caminho para uma família

de negros e pobres, garantiu que ela e os irmãos se formassem e estimulou a que outros parentes seguissem o mesmo caminho.

Como professora, Yara lecionou durante muitos anos em municípios próximos a Niterói. Foi no exercício do magistério que ficou amiga do então prefeito do Município de Rio Bonito, Wilson Abreu, e passou a lecionar arte para crianças portadoras de deficiência mental. Essa experiência resultou num intercâmbio com artistas do Rio de Janeiro que foram explicar “arte moderna para aquela gente do interior” por meio de uma série de palestras e aulas práticas. Emocionada, Yara diz ter sido essa uma coisa extraordinária, pois hoje em dia, quando encontra gente daquela época, fica sabendo que muitos têm quadros em casa, que alguns continuam pintando, inclusive alunos que hoje já estão casados: “A semente foi muito boa”.

Além da formação no magistério, Yara estudou piano durante 15 anos, o que explica o requinte da sua discoteca, onde convivem, numa harmonia nada ortodoxa, alguns dos principais autores clássicos europeus, muito de música popular brasileira e uma coleção, rara por estas bandas, da *História da música jamaicana*. Os primeiros traços surgiram, e depois se firmaram como estilo, a partir do contato com um amigo pintor chamado Romani. “Você é *naif*, primitiva, mas eu não vou mudar o seu estilo, só vou orientá-la sobre algumas técnicas e o manejo das cores”. Yara lembra que



Yara, *Via Crucis*, detalhe, entalhe sobre madeira e tinta a óleo, 1990

Romani tinha uma tristeza interior que passava para a tela de forma angustiada e dolorida, em tonalidades que brotavam lembranças dos tempos da Segunda Guerra, quando ele recolhia cadáveres nos campos de batalha na Itália. “Ele se empolgava e apreciava o jogo de cores das minhas pinturas. Foi o primeiro amigo com um conhecimento mais aprimorado a me dar uma força”.

A oportunidade para a primeira exposição individual, em 1964, surgiu depois de alguns contatos e foi concretizada na Galeria do Teatro Santa Rosa, que pertencia a Gláucio Gil, Hélio Bloch e Léo Juzzi. Todos os quadros foram vendidos num curto espaço de tempo, o que foi ótimo para uma estreada, e ela ainda destaca o fato de seu primeiro comprador ter sido o diplomata Guilherme de Figueiredo, então adido cultural em Paris. Hélio Bloch percebeu no desenho, na pintura e no manejo de cores de Yara um enorme potencial para o desenvolvimento da tapeçaria, arte que ela abraçou de imediato (foi uma coisa que eu fiz para experimentar – diz), passando a construir com linhas e agulhas um discurso de cores, cenários e arranjos tão amplos quanto o que a pintura lhe permitia. E foi com a terapia que ela ganhou seu primeiro prêmio no Salão Fluminense de Artes Plásticas.

Para os ocidentais, uma mulher com mais de 30 e menos de 40 anos é, culturalmente, classificada como balzaquiana. Vai nessa classificação com certeza, à revelia de Honoré de Balzac – boa dose de ignorância de alguns que dão seu romance *A mulher de trinta*

anos um sentido lúdico-pejorativo. Mas as mulheres afrodescendentes não têm nada de balzaquianas; pelo contrário, é exatamente nesse período que a mulher negra consolida a sua maturidade e se dispõe à vida com uma capacidade construtiva muito distante do idílio romanesco, e, sem deixar de ser romântica, potencializa em realizações toda a sua capacidade de criar, de educar, de amar, de se ver e de traduzir os seus sentimentos, a sua energia e a sua percepção nas diversas formas de arte que a cultura africana permite. Foi assim, com muitos e tão poucos 30 anos de vida, que Yara, só por curiosidade, começou a trabalhar com entalhes em madeira.

As obras em madeira entalhada foram definidas por um cliente francês, que comprou tudo que Yara produziu durante dez anos seguidos, como sendo “pintura sobre madeira trabalhada”. Durante um largo período de tempo, ela produziu painéis, portas e balcões que se espalharam pelo mundo, em coleções particulares e na decoração de lojas e hotéis. Numa segunda etapa do trabalho, ela decidiu trabalhar a técnica de entalhe somente com colunas de madeira de até um metro e meio de altura, retratando cenas do cotidiano do povo, das festas folclóricas e da história do Brasil, como é o caso da peça sobre a Guerra dos Canudos, em que ela descreve nas quatro faces da coluna com uma incrível riqueza de detalhes, a pregação de Antônio Conselheiro, as rezas e promessas, a luta contra o Exército Brasileiro e a destruição de Canudos.

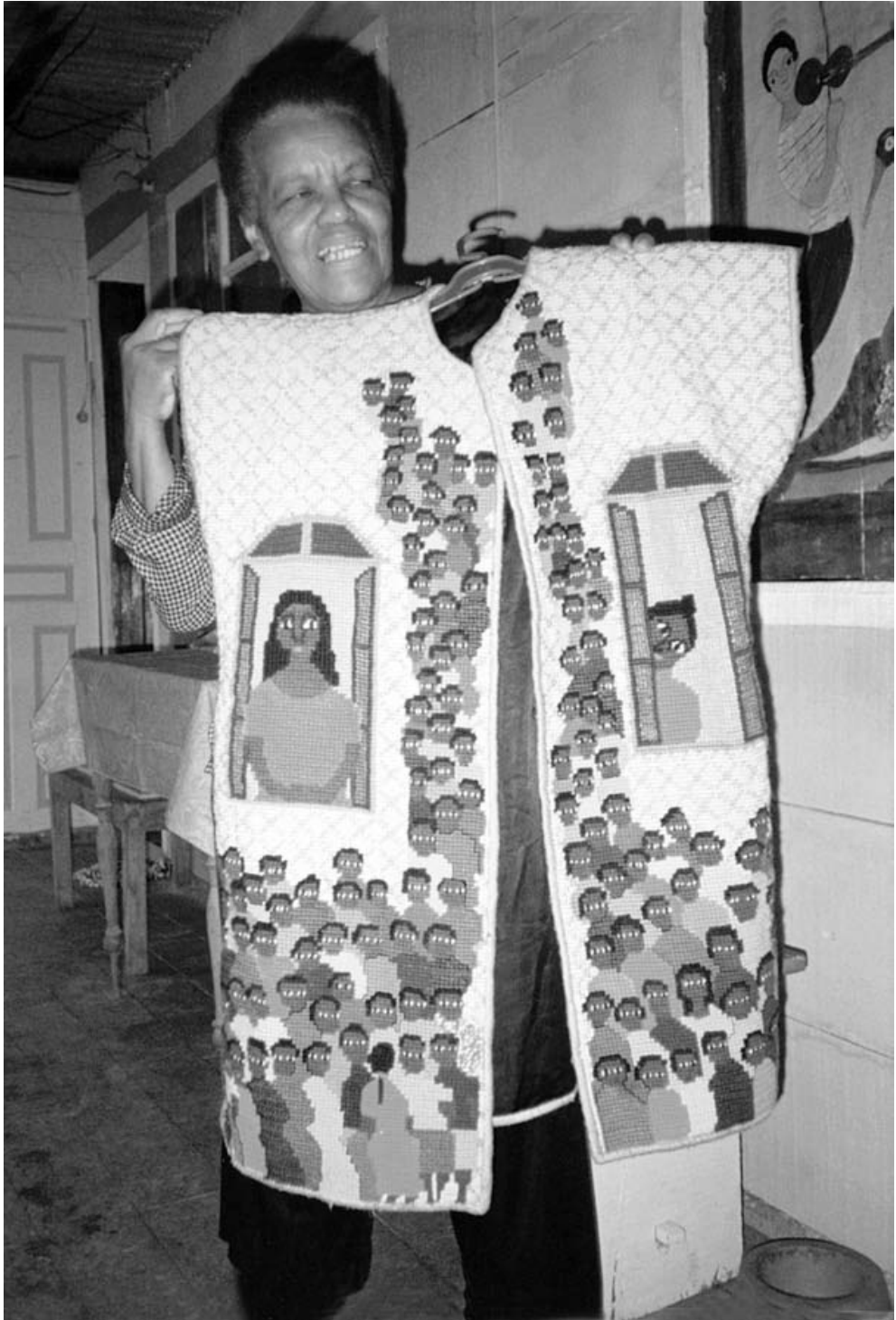
Numa ocasião, apareceu na casa de Yara um sujeito de São Paulo, com um carrão daqueles pomposos, com mulher, cachorro, criança e babá vestida de uniforme e toquinha na cabeça, dizendo que soubera que ela era artista, e que ele estava viajando pelas praias e comprando obras de todos os artistas que encontrava, e que estava ali para comprar um quadro dela. Deixou um endereço de Cabo Frio e ordenou que, assim que ela acabasse de concluir o quadro que estava no cavalete, fosse entregá-lo na casa dele, pois ele estava prestes a viajar. Como ela não levou, o comprador voltou ao seu estúdio dizendo que viera buscar o quadro. Deu-se então um diálogo estranho, pois Yara respondeu que vendera o quadro para outro cliente. “Mas como a senhora vendeu o meu quadro?”, indagou o homem. “Como o seu quadro? O senhor não pagou”, respondeu Yara.

Yara já estava trabalhando em outro quadro e o homem decidiu ficar esperando que ela o concluísse, pois não sairia dali sem levar um trabalho dela. E o homem não desistiu; mandou a esposa e as outras pessoas para a praia, e ficou conversando a tarde inteira. A certa altura, ele comentou por uma analfabeta, ela falava muito bem e conhecia muito pintores. Yara quem a conhece sabe que ela não perde uma dessas – respondeu que ela e os pais eram analfabetos e que todos em sua família só nasciam de parteiras. Por fim, disse que era muito esperta, pois seu marido tinha 2.500 livros e lhe contava alguma coisa. A essa altura, o comprador perguntou se ela não se interessava em aprender a escrita e a lei-

tura, ao que ela respondeu que já sabia pintar. Por fim, o homem disse que tinha um livro em que estavam os nomes de todos os artistas brasileiros importantes. O final dessa história está no romance que Yara deve concluir até fins de março de 1998.

A pintura é uma atividade contínua na vida de Yara, embora por alguns períodos ela seja menos intensa, em função de sua dedicação ao trabalho com madeira e à tapeçaria. Sobre a tapeçaria, ela nos diz: “É um trabalho que envolve uma equipe, eu defino os elementos e a equipe vai fazendo os vãos. Tenho que fazer os elementos por causa dos meus figurativos, principalmente esses que têm olhos, nariz, essa gente com o movimento que eu quero dar... ninguém pode fazer isso, só eu posso dar o meu toque, é o meu estilo”.

O toque e o estilo na tapeçaria de Yara retratam um universo negro com figuras de uma vivacidade e delicadeza que parecem ter vida própria sobre o tecido, causando a impressão de que estão em movimento, embora sejam personagens de um plano unidimensional, como é o caso dos casacos *Os puteiros de Salvador* e *As favelas do Rio de Janeiro*. Ela afirma que a presença permanente e contínua de personagens negras em sua tapeçaria é um aspecto puramente artístico, porque a cor dessas pessoas na tapeçaria é linda. Pessoas de outras cores não causariam o efeito pictórico desejado de fazer a obra crescer e evoluir com energia própria. Certa vez, em São Paulo, Yara foi chamada de racista por só usar figuras negras em seu trabalho,



Yara e o casaco *Os puteiros de Salvador*, 1996

mas ela afirma que não existe esse negócio de racismo contra branco, contra ninguém, e que até gosta das pessoas azuis, só não pode é colocar uma mulher branca na sua tapeçaria porque ela se perderia, não teria sentido.

Morando em Búzios há mais de 20 anos, Yara participa ativamente da vida cívica da cidade por meio da associação de moradores e de outros movimentos. Em 1990, junto a outras pessoas, organizou e participou da primeira grande ação ecológica da cidade, salvando do corte uma árvore, um pau-d'arco com mais de 390 anos que um engenheiro austríaco queria derrubar. Ele chegou a chamar os bombeiros durante uma madrugada para derrubar a árvore, alegando que esta poderia cair sobre umas casas próximas. A questão é que a árvore estava firme e não existiam casas por perto. “O engenheiro austríaco disse que ia cortar aquela merda de árvore de qualquer jeito, eu disse uns bons desaforos para ele e escrevi um artigo num jornal local, que naquele momento tinha interesse em estar do nosso lado naquela briga”. A pressão da comunidade foi tão grande que chegou a envolver as autoridades locais num jogo de força entre os interesses comerciais e os interesses ecológicos. Até que um dia um dos interessados em cortar a árvore passou montado numa moto pelo meu marido e gritou: “Filho da puta!” Isso foi o suficiente para o Alex chegar em casa sabendo que não iriam cortar a árvore. O melhor dessa história é que todos na cidade sabem que os responsáveis pelo local onde a árvore está não podem nem

deixá-la morrer, porque iriam para a cadeia e têm a obrigação de protegê-la.

Depois de algum tempo Yara encontrou-se com uma pessoa que alugou um terreno, onde existem três palmeiras imperiais, para a construção de um depósito de bebidas. O depósito foi construído e o proprietário teve a preocupação de fazer os telhados com um buraco em torno dos caules das palmeiras. A justificativa que ele deu, quando Yara elogiou a sua preocupação em proteger as plantas, foi à seguinte: “Deus me livre, eu soube que tem uma dona aqui que é terrível com esse negócio de cortar árvores, eu quero é distância dela”. Não sabia que a tal dona era Yara...

Por algum tempo depois do incidente da árvore, ao andar pelas ruas da cidade em certas ocasiões, um carro passava e alguém gritava alguma coisa que ela nunca entendia, mas sentia ter um tom cheio de agressividade. Até que certo dia o tal sujeito gritou “Macaca!”, mas teve de reduzir a velocidade por causa de um quebra-molas. Yara reconheceu o tal sujeito, que era o dono do terreno onde está a árvore que queriam cortar. Não teve dúvidas: foi até sua casa, redigiu um termo de acusação e o entregou na delegacia. Uma mulher negra que presenciou o fato ficou, a princípio indignada e se comprometeu a testemunhar, mas na hora de comparecer à delegacia o marido a aconselhou a não se meter com os ricos. Sem testemunha, não foi possível levar o caso à frente, mas de qualquer forma o racista foi chamado à delegacia e recebeu uma boa repreensão por desrespeitar uma

“pobre senhora com mais de 60 anos, mas o mais importante foi que ele saiu de lá educado e hoje evita até olhar para a minha cara”.

Casada há 28 anos com Alex, arquiteto e também pintor, especializado em projetos de jardins, Yara vive numa casa bucólica e singela, cujo terreno é completamente tomado por plantas e árvores as mais diversas, inclusive algumas espécies que praticamente desapareceram da mata Atlântica. São bromélias, girassóis, ipês-verdes, ipês-brancos, ipês-amarelos, ipês-roxos, pauferro, jacarés, flamboyants, espinheiros de Maricá. Cada árvore tem o nome de um amigo, de um parente, de alguém querido. Mãe de cinco filhos, dois dos quais com Alex, Yara viveu uma situação inusitada quando nasceu a primeira filha do casal. Nessa época, eles moravam no bairro de Laranjeiras e um vizinho veio lhe dar os parabéns porque ela tivera uma filha branca, ao que Alex, entre irritado e espirituoso, disse que a criança era um xadrezinho, com uns pedacinhos brancos e outros pretos.

Como não podia deixar de ser, Yara também faz suas incursões pela literatura. Primeiro, uns escritos de adolescente, poesias de amor, de solidão, coisas mais intimistas, como ela mesma define. Foi por essa época que ela participou de um concurso na Rádio Ministério da Educação, e como prêmio pelo primeiro lugar teve o conto radiofonizado e deveria receber três livros de autores famosos, que nunca foram entregues. Dez anos atrás, vol-

tou a escrever contos e peças de teatro. Uma dessas peças, um drama sobre a escravidão, escrita em 1988, não lhe fez bem, deixou-a incomodada, cansada e triste, com uma sensação que ela não gosta de lembrar.

Atualmente, Yara está concluindo um romance intitulado *Santana da Armação*, que se passa em qualquer lugar que tenha praia, que tenha sido um lugarejo pacato e de repente se veja às voltas com a invasão de uma gente rica e predatória. São histórias de amantes alucinados, de negros com mais de 100 anos que viriam tudo acontecer e de suas famílias, que vão perdendo a terra de forma inocente diante da voracidade e da usura do turismo e da especulação imobiliária. A partir da euforia do verão e da beleza das águas, são relatados crimes jamais resolvidos, de viúvas que enterram caixões vazios, de maridos que mandam cartas do além controlando os lucros dos negócios, de milionários que aparecem fazendo a cidade cair em letargia por mais de um ano e, quando retornam, tudo volta ao normal.

Parece um pouco o que acontece em Búzios, mas Yara jura que não tem nada a ver. O lento desaparecimento das comunidades de pescadores, a entrada dessas pessoas no mercado de serviços como caseiros e faxineiros, a perda progressiva do espaço de moradia em troca de uns míseros trocados que se diluem num fluxo para a miséria, a presença dos *hippies*, ou a turma do pão-com-mariola, depois os iates, em breve os carros e a turma que se dava bem nas bolsas de valores, e finalmente a pobreza de

espírito humana. Só parece, mas, como poderemos constatar em breve, não há endereço, nome ou telefone para identificar as personagens como moradores ou visitantes de Búzios.

A próxima parada de Yara será na Jamaica, no segundo semestre, aonde ela pretende ir para se encontrar com

o filho. Leva na bagagem a vontade de conhecer aquele povo, um cavaquinho para dar um tom brasileiro àquela música maravilhosa e muitas ideias que se soltaram em cores e movimentos dos seus formões, das suas espátulas e pincéis, das suas agulhas e linhas e da sua máquina de escrever.

* Yara de Oliveira Rosa (Iara) – Pintura, tapeçaria e pintura sobre madeira trabalhada. Nascida em Niterói – RJ, realizou várias exposições individuais e coletivas no Rio de Janeiro, São Paulo, Campo Grande, Curitiba, Santos e Búzios, tendo participado do XIV e XV Salões Nacionais de Arte Moderna, da I Bienal Nacional da Bahia e do XXI Salão Fluminense de Belas-Artes, em que obteve medalha de Prata. Professora, organizou várias turmas de pintura com crianças excepcionais, e também, com o Grupo Diálogo, a I Semana de Arte no Interior do Estado (Rio Bonito – RJ). Dedicou-se à proteção ecológica em Búzios, fundando a Sociedade Ecológica, em defesa das árvores centenárias locais. Organizou, com as crianças de Búzios, a Sociedade Mirim de Ecologia, onde as ensinava a proteger a natureza.

Em 1996, publicou pela Litteris Editora seus primeiros trabalhos literários, participando com outros autores dos best-sellers: O melhor da literatura, Anuário de escritores e Contos de verão, tendo recebido o Prêmio de Edição. Prepara atualmente um romance que deverá ser publicado ainda este ano. É verbete do Dicionário das artes plásticas no Brasil, de Roberto Pontual, e tem obras com colecionadores na Europa, Estados Unidos e vários países da América Latina.

Pan-africanismo e pedagogia*

Manthia Diawaramo



No semestre da primavera do ano acadêmico de 1994-5, eu acrescentei o livro *Orfeu negro*, de Jean-Paul Sartre, à lista de leituras de meu curso Introdução ao Pan-Africanismo. Como eu pretendesse enfatizar os movimentos da Negritude e da Renascença do Harlem como componentes culturais e políticos do pan-africanismo, parecia-me que a longa introdução de Sartre à arte e filosofia do Movimento da Negritude, tal como o manifesto de Alain Locke no início de seu livro *The new negro* (O novo negro), ajudaria a estabelecer o terreno para futuras discussões sobre a problemática de raça e sua relação com a cultura e o universalismo.

O curso começou com *The world and Africa* (O mundo e a África), de W. E. B. Du Bois, que refuta a tese racista, basicamente associada a historiadores eurocêntricos, de que, entre todos os con-

tinentes, a África não deu contribuição alguma à história e à civilização mundiais. Os principais objetivos de Du Bois nesse livro, tal como em seu clássico *Souls of black folk* (Almas do povo negro), eram três: escrever sobre a história e a cultura do povo da África e de ascendência africana; possibilitar que os afro-americanos se identificassem com a África como fonte de uma identidade dignificada e orgulhosa que pudesse colocar-se em pé de igualdade com a Europa, a Ásia e a América do Norte; e postular o humanismo africano e a rica herança daquele continente como argumentos irrefutáveis contra o racismo e o colonialismo. Du Bois acreditava que a liberdade era uma totalidade indivisível e que os negros da América não estariam plenamente livres até que a África estivesse libertada e emancipada na modernidade. Seu pan-africanismo provinha da consciência da liberdade como meta comum aos povos negros e morenos.

Naquela primeira semana, a reação da turma a *The world and Africa* foi agressiva. Um estudante africano objetou à própria ideia de pan-africanismo, advertindo-nos que, da Nigéria à Etiópia, os africanos eram muito diferentes, e que os afro-americanos, tal como os brancos americanos, eram ignorantes quanto à complexidade da África. Outro acusou Du Bois e outros pan-africanistas de terem as mesmas intenções coloniais dos brancos, e acrescentou que a raça não deveria ser usada para justificar o paternalismo e o elitismo dos afro-americanos e dos caribenhos em relação à África. Uma mulher também levantou uma questão com respeito à ligação en-

tre o pan-africanismo e o sexismo. Mas a maioria tendeu a se concentrar sobre a tentativa de Du Bois de elevar o nível de consciência quanto à exploração dos povos negros e morenos pelos povos de ascendência européia, e sobre sua busca da liberdade.

Eu sabia que o curso não seria fácil. Precisava encontrar alguns textos escritos por mulheres e por autores afrocêntricos para acrescentar à lista de leituras. Mas, alguém pode indagar, por que *Orfeu negro*, um texto de um falecido escritor branco francês? Porque as ideias de Du Bois sobre unidade racial se tornam mais interessantes quando estudadas simultaneamente com outras teorias raciais no tempo e no espaço – tais como o nacionalismo do movimento da Negritude, o movimento afrocêntrico e as teses de Sartre a respeito do racismo antirracista como base para se combater o colonialismo e o paternalismo – e com elas confrontadas. Eu queria saber o que aconteceria ao cerne da ideia do pan-africanismo se este fosse estudado como uma história de ideias frequentemente contraditórias, e não como uma cronologia de eventos e figuras históricas. Quais eram, por exemplo, os laços comuns entre a afirmação de Du Bois de que o problema do século XX era problema da linha da cor e a teoria de Diop, ou afrocêntrica, da unidade cultural dos povos de ascendência africana; e, por extensão, quais eram as relações intertextuais entre o pan-africanismo de Du Bois e a apropriação, por C. L. R. James, dos temas centrais da Revolução Francesa para os movimentos negros de libertação e sua reavaliação da revolta

haitiana como o primeiro paradigma da unidade racial entre negros e morenos no mundo moderno; ou entre o pan-africanismo de Du Bois e o apelo de Sartre, no *Orfeu negro*, a um racismo antirracista como razão de unidade entre os povos negros contra o racismo e o colonialismo? Sartre é importante para mim nesse debate não apenas em função de seu papel como líder intelectual envolvido em diversos movimentos revolucionários na França das décadas de quarenta e cinquenta, inclusive o da negritude – adiante falarei mais a respeito disso –, mas também pelas similaridades entre sua posição quanto ao racismo antirracista e a essencialização da raça por Diop.

Orfeu negro foi escrito como introdução à *Anthologie de la nouvelle poésie negre et malgache de langue française* (1948), organizada por Léopold Sédar Senghor. É o mais famoso ensaio sobre o Movimento da Negritude, servindo, por um lado, para definir esse conceito para o público ocidental e, por outro, para encorajar alguns de seus poetas e escritores a abraçar o marxismo em suas busca de um caminho universal para além da cor da pele. Para Sartre, a Negritude é uma separação e uma negação no sentido existencial; ela valoriza um termo até então feio e sujo na linguagem francesa. Um dicionário francês,

Le nouveau petit Robert, atribui à palavra *nègre*, da qual deriva negritude, os seguintes significados: um *nègre* é uma pessoa da raça negra, um escravo; trabalhar como um *nègre* é trabalhar duro sem direito a descanso; ser um *nègre* no mundo literário é servir de *ghost-writer* para autores famosos; falar *petit nègre* é expressar-se num francês pobre e limitado. Em outras palavras, um *nègre* é uma pessoa sem mente nem alma; uma pessoa suja; o oposto de uma pessoa branca, de um ser humano. Para Sartre, a Negritude deriva sua autenticidade do fato de remover da palavra *nègre* essas conotações tradicionais na língua francesa; da desestabilização dos significados embebidos nas raízes do conceito; e de sua revelação de que “(...) há uma negritude secreta no branco, uma brancura secreta no negro, um vívido bruxulear de “ser” e “não ser” (...)”¹.

Sartre define a negritude como um operativo poder de negação, um racismo antirracista, que une os negros na luta para reivindicar sua humanidade. Na poesia de Aimé Césaire, Senghor, Léon Gontran Dumas e tantos outros autores do Caribe francês e da África francófona, ele encontra um autêntico élan orientado por um novo significado de negritude; uma afirmação existencialista libertada de conotações fixas e atávicas do imaginário francês; e uma

1 Jean-Paul Sartre, “Black Orpheus”, trad. de John MacCombie, in “*What is literature*” and other essays (Cambridge, MA: Harvard University Press), 306; todas as referências subseqüentes estão incorporadas no texto.

energia obsessiva impulsionando os poetas negros na busca de sua negritude. Sartre lembra-se de Orfeu descendo ao inferno para resgatar Euridice. O poeta negro, também, não deixará pedra sobre pedra, reverterá o significado de cada palavra francesa que tenha contribuído para sua subjugação e resgatará a negritude com valores positivos. Sartre vê outra analogia na maneira como os poetas da negritude desfamiliarizam a língua francesa: a de Prometeu roubando o fogo, símbolo do conhecimento, de Zeus. Isso leva o mestre francês a declarar a negritude uma *poésie engagée*, “a única grande poesia revolucionária” em francês naquela época.

A princípio, a celebração por Sartre do essencialismo racial da negritude não parece deixar espaço para críticas. Tal como os poetas, ele canta a proximidade dos africanos com a natureza. Fala do africano sintético em oposição ao europeu analítico, da capacidade dos negros de demonstrar emoção em oposição à fria racionalidade dos brancos, e do imaculado papel dos africanos no moderno catálogo histórico do genocídio, do fascismo e do racismo. Para Sartre, o trabalhador branco é incapaz de produzir boa poesia por ter sido contaminado pelo seu ambiente objetivo e técnico. O homem negro, por outro lado, é subjetivo e, portanto, autêntico. Sua poesia é evangélica. O homem negro, como Sartre o coloca, “continua sendo o grande macho da terra, o esperma do mundo” (316). A Negritude que Sartre aqui descreve parece-se com a de Cheikh Anta Diop e Léopold Sédar Senghor, os quais acreditavam que os negros vivem numa

relação simbiótica com a natureza, diferentemente dos brancos, que dominam e destroem seu meio ambiente.

Mas Sartre não se contenta em definir a Negritude apenas como um racismo antirracista unindo pessoas em torno da consciência de raça para combater o colonialismo, o paternalismo e o imperialismo franceses. Ele também vê a Negritude como um “vir-a-ser”, uma transcendência de si mesma num futuro universalismo. Para Sartre, há duas formas de construir conceitos raciais, uma interna e outra externa. Os que internalizam sua negritude e dela fazem uma diferença irreduzível são mobilizados pelo desejo de constituir uma história singular e escudar-se da contaminação externa. São os tradicionalistas. Ao mesmo tempo, há uma vanguarda que deplora a negritude como racismo antirracista, ou usa a conscientização racial como movimento social, pois “deseja a abolição de todos os tipos de privilégios étnicos; a solidariedade com os oprimidos de todas as cores (326). Aqui, Sartre antecipa a negritude de C. L. R. James, o qual descobriu que a unidade negra coincidia com a busca de liberdade, fraternidade e igualdade, temas centrais da Revolução Francesa que Toussaint L’Ouverture apropriou para o Haiti; de Aimé Césaire, que escreveu o Discurso *Sobre o colonialismo*; e de Frantz Fanon, para quem “uma nação que assume a luta de libertação raramente perdoa o racismo”.

Sartre também vê na Negritude os ideais da Revolução Francesa. A contribuição negra à evolução da Humanidade não é mais aroma, gosto, ritmo,

autenticidade, um buquê de instintos primitivos; é um empreendimento datado, uma construção longamente sofrida e também um futuro. Anteriormente, o homem negro reclamava seu lugar ao sol em nome de qualidades étnicas; agora, ele estabelece seu direito à vida em sua missão; e essa missão, como a do proletariado, vem a ele a partir de sua posição histórica: como sofreu pela exploração capitalista mais do que quaisquer outros, ele adquiriu, mais que os outros, um sentido de revolta e um amor à liberdade. E, como é o mais oprimido, ao trabalhar por sua própria redenção está necessariamente buscando a libertação de todos (325).

Orfeu negro fez com que aflorassem as divisões ideológicas em minha turma. Houve os que se sentiram revigorados com o apelo de Sartre a uma luta comum em prol de um humanismo universal. Eles concordavam com Sartre em que a Negritude dizia respeito à luta de classes, em que o racismo e o colonialismo eram eles próprios condições do antagonismo de classes. Outros acreditavam que esse movimento em direção ao universal impedia a luta negra de definir sua própria agenda para a liberdade e o reconhecimento; acreditavam que Sartre estava diluindo o significado da Negritude.

Pedi à turma para pensar seriamente sobre a passagem supracitada, e para colocar entre aspas, no sentido husserliano, as palavras “é um empreendimento datado, uma construção paciente, um futuro”. Com essas palavras, percebi que Sartre havia historicizado a Negri-

tude numa narrativa grandiosa e lhe atribuído a mesma missão do marxismo ou do cristianismo, dois dos mais importantes movimentos sociais teleológicos da história moderna.

A utopia da Negritude clama por uma sociedade sem racismo nem divisões de classe. Sartre colocou essa esperança na Negritude, que ele acreditava poder criar a sociedade que a Europa fracassara em concretizar ao fim da Segunda Guerra Mundial. Richard Wright também acreditava que os europeus haviam abandonado o espírito da modernidade ao se recusarem a deixar de lado o racismo e a xenofobia. Que povo melhor que os negros, portanto, que conheceram o racismo e o sofrimento, para receber como encargo a missão de pôr um fim aos males da humanidade e encerrar a narrativa grandiosa? A Negritude contém as ideias românticas de que os oprimidos não perseguiriam seus irmãos e irmãs, pois conheciam o gosto de ser oprimido; de que os excluídos conheceriam o significado do ostracismo; e de que os que haviam sofrido os *pogroms* ensinariam o mundo a amar. Confiantes em que a descolonização era a mais importante revolução da segunda metade do século XX, os poetas da Negritude se identificariam com o sofrimento, como Cristo o fizera, de modo a pôr fim a todo sofrimento.

Creio valer a pena seguir essa visão sartreana a fim de entender o pan-africanismo. Ela universaliza a luta negra ao afirmar a África e outros continentes envolvidos no embate contra racismo e o colonialismo como consti-

tuindo o futuro do mundo. A Negritude e outros movimentos de descolonização, antes de serem cooptados pela Guerra Fria e forçados a se alinhar com a Otan ou com o bloco soviético, continham a promessa de uma renovação mundial: os povos negros e morenos teriam o direito de moldar seus próprios destinos; e os povos brancos se livrariam da culpa acumulada durante séculos de racismo e de paternalismo. A modernidade estaria finalmente cumprindo sua verdadeira missão no sentido que Habermas atribuiu a esse termo: ir além da diferença visível de cor da pele e salvar a humanidade do obscurantismo e da opressão.

De repente, essa visão transforma o objetivo da Negritude em algo mais amplo do que os poetas negros que a haviam inventado. A Negritude não seria limitada à África nem voltada para dentro numa contemplação narcisista de si mesma, tampouco se firmaria como um ofuscante determinismo da cor da pele. Seus poetas confiscariam o fermento da vida daqueles que odeiam e exploram, a fim de fornecer energia aos necessitados de liberdade e emancipação. A missão da Negritude é agora a liberdade universal, que compreende não apenas os súditos coloniais da África e do Caribe, mas também as exploradas classes trabalhadoras da Europa, América e Ásia. Evidentemente, a luta pelos direitos dos negros na Negritude coincide com a análise marxista, por Sartre, da condição da classe trabalhadora na França e

com o movimento dos direitos civis nos Estados Unidos. O papel do poeta negro, tal como o de um demiurgo, é o de criar um novo homem e uma nova mulher num mundo novo, e não o de apriornar a musa num gueto. Fanon, um jovem escritor oriundo do movimento da Negritude, foi o primeiro a concordar com Sartre e a denunciar, em seu pioneiro livro *Os condenados da terra*, as armadilhas da identificação racial: “A afirmação incondicional da cultura africana sucedeu a afirmação condicional da cultura europeia”².

Eu queria que meus alunos soubessem o que isso significou para alguns de nós que cresceram na África dos anos cinquenta e sessenta. A ideia de que a Negritude era maior que a própria África, de que fazíamos parte de um movimento internacional que continha a promessa de emancipação universal e de que nosso destino coincidia com a liberdade universal dos trabalhadores e dos povos colonizados de todo o mundo nos dava uma identidade maior e mais importante do que aquelas que nos eram até então disponíveis por meio do parentesco, da etnicidade e da raça. Era bom estar em sintonia não apenas com o próprio Sartre, mas com revolucionários de renome internacional como Karl Marx, Leon Trotsky, Albert Camus, André Malraux, Fidel Castro, Angela Davis, Mao Tse-tung, Martin Luther King, Nelson Mandela e Frantz Fanon. A consciência de nossa nova missão his-

2 Frantz Fanon, *The wretched of earth*. trad. de Constance Fanington (Nova York: Grove, 1968),212-3.

tórica libertava-nos do que então pensávamos serem as identidades arcaicas de nossos pais e suas armadilhas religiosas, libertava-nos também da raça e nos livrava do temor à brancura da identidade francesa. Seremos agora rotulados de salvadores da humanidade, quando ainda ontem éramos colonizados e desprezados pelo mundo, dava-nos um novo sentimento de integridade que alimentava o desdém pelo capitalismo, pelo tribalismo e pelo racismo de qualquer origem. Com efeito, o universalismo proposto por Sartre tornou-se para alguns de nós uma nova maneira de ser radicalmente chique e de assumir uma nova identidade para não ter de lidar com a raça, que não era mencionada senão em discussões sobre racismo. Somente em meados dos anos sessenta, quando nos tornamos suficientemente imersos na cultura popular negra americana, é que a raça reapareceu como elemento importante da cultura.

Ironicamente, essa consciência de uma luta comum, de uma demanda de âmbito mundial aos supremacistas e capitalistas brancos por direitos humanos, parece afastar a pretensão inicial de autenticidade e singularidade da Negritude. Como apontaram alguns alunos da turma, pode não ser possível conduzir todo o mundo na direção em que Sartre leva a Negritude. O desejo de parecer universal pode fazer a Negritude esquecer ou ignorar alguns de seus elementos constituintes, e desse modo desintegrar-se. Os alunos pareceram preocupados pelo fato de Sartre, um homem branco, estabelecer a agenda dos poetas da Negritude, dizendo-lhes o que e como

fazer, e portanto diluindo as ideias radicais do movimento.

Nesse sentido, é verdade que a Negritude é basicamente uma poesia de negros sobre negros. Também é verdade que todo movimento tem sua própria coerência interna que permanece viva pelo modo específico como ela coloca seus elementos em ação e mantém entre eles uma relação específica. Essa autonomia consigna a um movimento como a Negritude a sua singularidade, que lhe permite brilhar entre outros movimentos e até ser admirada e imitada por eles. Enfatizar com demasiada rapidez as similaridades entre a Negritude e os movimentos proletários que têm lugar pelo mundo encerra o risco de tornar invisíveis essas partes constitutivas.

No entanto, perguntei à turma, será que o movimento em direção ao particular é necessariamente um movimento para longe do universal? Ou, colocando de outra maneira, será que o movimento em direção ao universal constitui uma traição à cultura negra? Minha própria resposta, em ambos os casos, é “não”. Quando o particular é bem-sucedido, seus temas centrais começam a iluminar nossas lutas e projetos criativos. Inversamente, quando o universal é verdadeiramente universal, ele retira do particular a necessidade de resistência e guetização e libera os elementos que constituíam esse particular. Isso é o que Sartre vê na Negritude, um movimento que ele pensa ser capaz de lançar uma nova luz sobre os significados de liberdade, amor e beleza universal. A luz proveniente da África e dos

poetas negros, suficientemente visível para influenciar as lutas de libertação travadas alhures e liberar energias em outras partes do mundo contra o racismo e a exploração, é o que constitui a universalidade da Negritude. Assim, é importante distinguir a Negritude de suas emanções. A universalidade de uma coisa não é a coisa em si; é o que a coisa revela ou ensina a outros; é externa à coisa em si. Sartre enfatiza o que é externo à Negritude: o presente que o poeta negro dá ao mundo; em outras palavras, a lição da liberdade.

Alguns de meus alunos disseram que o universalismo de Sartre era eurocêntrico; suas fontes – Orfeu, Prometeu, a Bíblia, o proletariado – eram todas de uma tradição escolástica europeia, não fontes egípcias ou da África Subsaariana. Tal universalismo não proporcionava tempo suficiente aos poetas da Negritude para digerirem o que esta significava para eles e o que eles pretendiam fazer com ela. E no entanto a Negritude, como parte da descolonização, era importante porque, pela primeira vez, permitia aos negros da França afirmar-se nas esferas política, psicológica e artística. Isso mais tarde levaria à independência de vários países africanos com escritores da Negritude entre os chefes de Estado. A Negritude permitiu que, pela primeira vez, africanos e caribenhos colocassem sua negrura como um conceito positivo de modernização: tenham orgulho de sua ancestralidade, descubram a beleza da Negritude e deixem que esta os unifique contra o colonialismo. Foi por se voltarem para dentro de si mesmos a fim se tornarem conscientes de sua própria

situação histórica que os poetas da Negritude descobriram uma verdade maior que eles mesmos; foi por terem cantado sua canção de amor a partir do interior de sua especificidade que ela iluminou e inspirou outras canções de libertação.

Era então o momento de eu expor meu argumento por meio de algumas definições etnocêntricas de universalismo. Expliquei à turma que eu compreendia a necessidade de celebrar a Negritude com base no particularismo. Eu próprio talvez não estivesse ali como o professor deles não fosse o nacionalismo dos poetas da Negritude. Minha geração fora atraída para a Negritude pela promessa desta de nos tornar iguais aos brancos, de nos erguer acima da tribo e do clã, e de nos fornecer nossas próprias nações. Muitos dos filhos de minha geração, desprezados pelo sistema colonial, só foram para a escola e aprenderam a ler e escrever por causa da Negritude e da independência. É nesse sentido que nós dizemos que a Negritude nos inventou, nos ensinou a pensar de maneira particularmente moderna e nos colocou dentro da história. É mais fácil pedir aos que teriam conhecido a modernidade sem a Negritude que a esqueçam do que exigir de nós que lhe devemos a modernidade que a abandonemos pelo universal. Como disse o próprio Sartre, “ao homem de cor – e só a ele – se pode pedir que renuncie ao orgulho de sua cor” (329). A tendência universalista traz consigo – e contra a tendência separatista – uma ameaça de destruição da identidade, uma mudança de prioridade, uma atitude agressiva que

faz o separatista sentir ansiedade por ter sido posto de lado e negligenciado.

É importante lembrar uma vez mais que o universal é sempre um presente ou uma revelação que se dá ao mundo. Os modos de concretização desse presente conduzem, sob certas condições sociais, ao controle, à resistência ou à desautorização. Em primeiro lugar, o universal pode assumir traços particularistas ou racistas quando quer que pessoas, a fim de controlá-lo, escolham uma forma seletiva de disseminação. Aimé Césaire estava certo ao chamar a experiência colonial na África de sistema de dádivas controlado, porque objetivava apenas educar seletivamente e cristianizar parcialmente os africanos nativos, jamais se interessando em deixar as pessoas obterem plena vantagem do potencial universal da educação e do cristianismo. Mas uma dádiva deve ser total para que possa ter uma significação cultural positiva.

Hoje em dia, as pessoas ainda doam seletivamente, e permanece uma tendência essencialista que liga a brancura a práticas universais como a pesquisa científica ou a música clássica. Por exemplo, a relutância em aceitar as coisas tal como elas são leva alguns intelectuais a continuarem se referindo ao romance como apenas uma forma de narrativa ocidental, e não como uma forma inventada na Europa num momento particular da história. Evidentemente, para se escrever um romance hoje em dia não se precisa ser europeu nem concordar com um modo de vida europeu. Um avarento sistema de doa-

ções tinge hoje nossa visão dos próprios Estados Unidos, cuja civilização é dita “ocidental”. Mas, não obstante a presença de norte-americanos de ascendência europeia e o desenvolvimento de certas ideias e práticas originadas na Europa, permanece o fato de que as identidades dos norte-americanos derivam tanto da fuga da Europa e de suas culturas monarquistas, vitorianas e religiosas quanto da África e da Ásia; a América não culturalmente intercambiável com a Europa, do mesmo modo como não o pode ser com a África e a Ásia.

Curiosamente, a referência à identidade ocidental dos Estados Unidos nada mais é que o desejo dos euro-americanos de se inserirem permanentemente na própria imagem da norte-americanidade e de manterem o poder de se reproduzirem a si mesmos como os norte-americanos ideais e universais. Esse tipo de essencialismo permanece sendo um problema na medida em que as pessoas continuam a reivindicar certos elementos universais descobertos por seus ancestrais num período particular da história; obviamente, estou sofrendo uma ansiedade de separação. O tratamento equivocado da perda de um país de origem e a cisão psicológica provocada pela fuga da Europa para a América conduzem à negação das novas identidades americanas, à permanente percepção errônea dessas identidades como puramente ocidentais e, conseqüentemente, ao racismo e à xenofobia.

O desejo de controlar o elemento universal da Negritude, ou de doar seletivamente, também assombra alguns

negros da África e da Diáspora. Nesse caso, porém, os agentes sociais enfrentam um problema diferente, pois, diversamente dos euro-americanos, que possuem os meios de disseminar o que é universal e de exercer o controle sobre seu desenvolvimento, eles não possuem um mecanismo para distribuir sua Negritude na esfera pública e, portanto, são incapazes de controlar sua definição de maneira universal. Confrontados com a carência de recursos políticos, culturais e científicos com os quais poderiam obter plateias para a sua categoria de universal, os negros, que não podem estimular nem impor uma realidade por meio de suas representações, recorrem a euromodernismos como o marxismo ou o cristianismo para definir sua Negritude ou então se refugiam na resistência e no particularismo estreitos. Por exemplo, os afrocentristas recorrem a uma oposição binária e esquemática ao euromodernismo, que se congela num eterno antagonismo negro e branco, bom e mal, sedentário e nômade, povo do sol e povo do gelo, como forma de definir sua Negritude. Os defensores da etnofilosofia na África, por outro lado, postulam as religiões tribais, as tradições orais e a tamborologia como a base para a formação da identidade e para a racionalização de sua Negritude. Evidentemente, os agentes sociais podem ser forçados a se refugiar na zona confortável da identidade política em razão: da falta de acesso aos instrumentos necessários para a disseminação de ideias e objetos universais; da ampla disseminação comercial daquilo que outros percebem como sua cultura; ou da permanente

ausência de suas imagens naquilo que se percebe como universal. Mas tal movimento de resistência corre o risco de se desviar da própria modernidade que se revelou a eles na luta dos poetas da Negritude por libertação.

Nos debates contemporâneos sobre universalismo, é fácil perceber que as pessoas que recusam a existência de raças do ponto de vista biológico e cultural estão entre os mesmos grupos que negam à ampla maioria dos negros o acesso a meios políticos, econômicos e culturais que lhes possibilitariam movimentar-se para além do simples determinismo da cor. É cada vez mais fácil apontar a homofobia, o sexismo e a xenofobia em grupos que esposam o particularismo, e mais difícil para os intelectuais públicos tentar fornecer a esses grupos o acesso a meios políticos que façam os homens brancos tornarem-se menos xenofóbicos, homofóbicos e sexistas. Atualmente, o controle pelos homens brancos da definição do que é universal, belo e racional também exclui os particularistas dos espaços discursivos. O escritor e crítico Ishmael Reed está correto quando se refere aos departamentos de língua inglesa como sendo de estudos étnicos brancos porque, tal como os departamentos de estudos negros e chicanos, os departamentos de língua inglesa se recusam a democratizar os critérios estéticos que dão a outras literaturas o acesso a suas listas de grandes livros. Não se pode continuar defendendo a reivindicação à universalidade da arte enquanto ao mesmo tempo se resiste à universalização do acesso

às condições sociais e econômicas que produzem o gosto pela arte.

No último dia de aula, apresentei novamente o *Orfeu negro* de Sartre e perguntei aos alunos se acreditavam que essa obra teria lugar numa aula sobre pan-africanismo. O debate foi tão aceso quanto no primeiro dia de aula. A maioria dos alunos não se havia afastado de suas posições originais. Mas desta vez se mostravam mais amigáveis. Não me surpreendi. Como professor, vejo meu papel como o de um facilitador; em outras palavras, desejava fornecer-lhes argumentos suficientes para defenderem qualquer posição que desejassem assumir. Houve para mim um momento luminoso em tudo isso. Uma aluna con-

fessou que escolhera o curso por causa do som autêntico de meu nome africano. Todos os cursos sobre negros e África eram dados por professores brancos. Ela não confiava neles. Queria estudar com um verdadeiro africano e ver como era isso. “E daí?”, perguntei com impaciência. “Ah! Agora eu sei que nem todos os brancos são iguais, da mesma forma que nem todos os negros são iguais. Com mais professores negros como o senhor, não me sinto mais desconfiada dos professores brancos e do conhecimento deles sobre a África. E estou satisfeita de o senhor nos ter feito ler Sartre.”

Publicado originalmente na revista Renaissance Noire (Nova York), Vol. I nº 1, 1996. Tradução de Carlos Alberto Medeiros.




SANKOFA: Memória e Resgate



Teatro Negro Brasileiro no Festac 77: uma notável ausência*

Abdias Nascimento



Parece que os textos do teatro afro-brasileiro, assim como sua interpretação por atores e atrizes negros do Brasil, estão destinados a nunca serem vistos pelo público nos Festivais de Arte Negra. No primeiro festival, realizado em Dacar, em 1966, esse importante ramo artístico da cultura negra do Brasil estava ausente; tanto quanto posso saber enquanto escrevo estas linhas, o mesmo ocorrerá este ano no segundo festival. Essa ausência é realmente lamentável por várias razões.

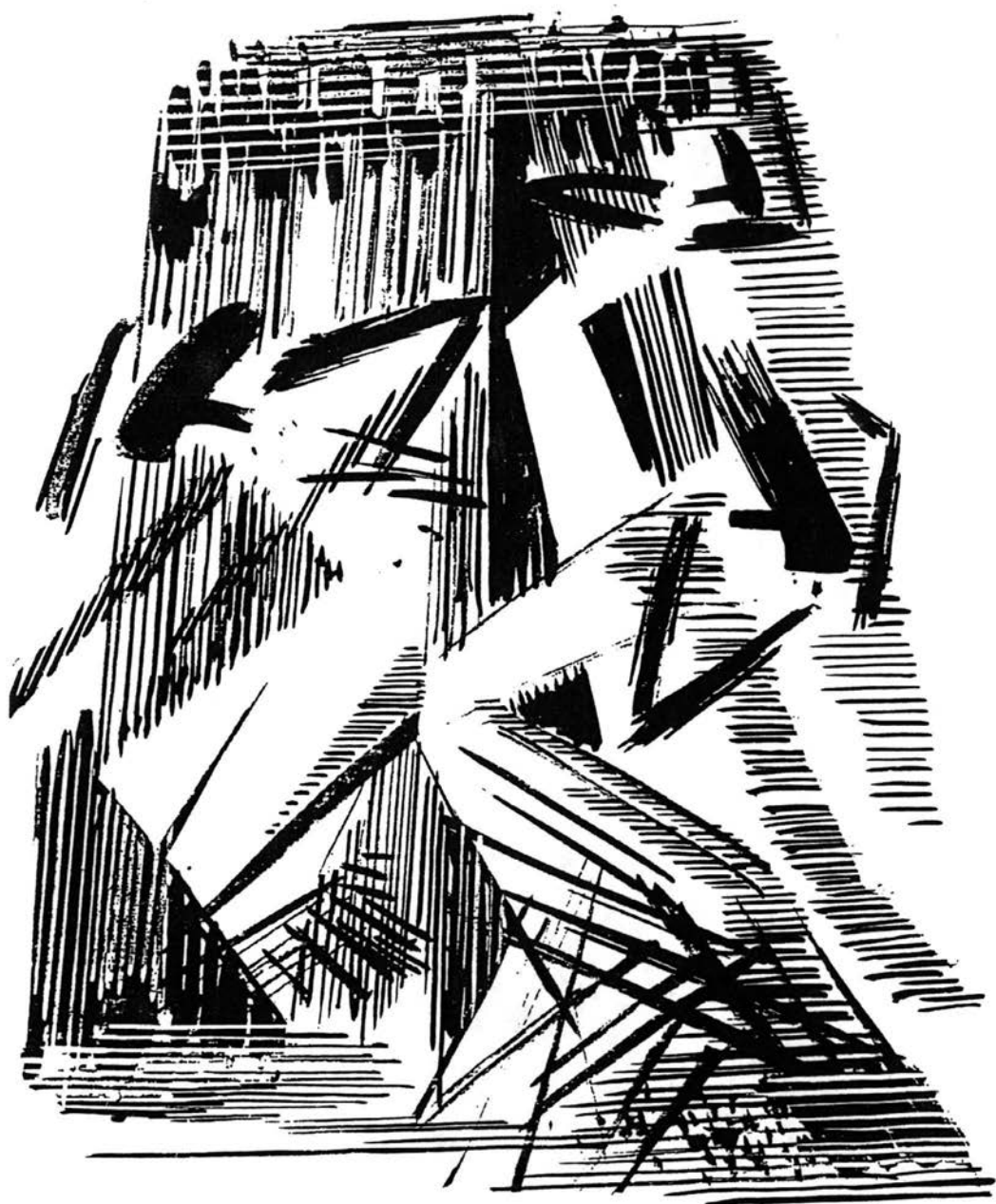
Inicialmente, devo dizer que não me refiro à apresentação de danças exóticas ou folclóricas. Estou falando do teatro dramático em seu verdadeiro sentido artístico: usar os recursos verbais e visuais do teatro para articular problemas, ideias, crenças, experiências; propor alternativas de mudança, iluminando os mais profundos aspectos do ser humano e revelando-o nas regiões mais profundas de sua história.

É nesse campo de criação que os negros brasileiros têm mantido uma luta árdua e tenaz. Qualquer um que tenha familiaridade com o teatro brasileiro ou que tenha acompanhado sua evolução recordará o papel de divisor de águas desempenhado pelo Teatro Experimental do Negro – TEN, fundado por este autor no Rio de Janeiro em 1944, com o falecido Aguinaldo Camargo, o melhor ator – branco ou negro – que o Brasil já conheceu, e muitas outras pessoas de igual coragem, vitalidade e excelência. Nós não éramos um grupo que simplesmente desejasse apresentar algumas peças nos palcos dos teatros brasileiros, então reservados exclusivamente aos artistas brancos. As peças apresentadas naqueles palcos refletiam exclusivamente a vida, os costumes, a estética, as ideias, em suma, todo o meio social e cultural de uma sociedade dominante que era branca; como se metade da população do País, que é de origem africana, não existisse. Quando um ator ou atriz de origem africana tinha a oportunidade de subir ao palco, era invariavelmente para desempenhar um papel exótico, grotesco ou subalterno – um dos muitos estereótipos dos negros, destituídos de humanidade, tal como o das sorridentes e belas empregadas domésticas facilmente acessíveis em termos sexuais; o dos moleques mostrando os dentes, com um limitado e previsível repertório de momices e palhaçadas; a Preta Velha em seus lamentos ou gargalhadas, ou então o domesticado Pai Tomás.

Quando o papel de um personagem negro exigia qualidade dramática do ator – quer dizer, quando o papel do

negro consistia em algo mais do que fazer palhaçada ou dar cor local – a “norma artística” era pintar de preto o rosto de um ator branco. Uma caricatura dos negros como crioulos – este era o teatro brasileiro antes do TEN. A literatura dramática ignorava a tremenda força lírica dos africanos do Brasil, ignorava o potencial dramático cultivado em séculos de sofrimento e de trabalho criativo. Séculos também de insurreição e revolta em busca da liberdade, que inscreveram na vastidão territorial do país uma indelével cartografia de heroísmo e lenda; com os seus líderes da estatura de um rei Zumbi, cuja República Africana dos Palmares (Alagoas-Pernambuco, 1630-94) resistiu às forças militares de Portugal como também às da Holanda durante 64 anos; ou Chico Rei, o soberano africano que, sob as dores do cativo, comprou a liberdade de sua tribo escravizada, que então fundou uma próspera comunidade cooperativa de mineração (Minas Gerais, século XVIII); ou a baiana Luísa Mahin e seu filho Luís Gama, em São Paulo; Karocango, no Estado do Rio de Janeiro; e muitos outros corajosos heróis afro-brasileiros e seus feitos, todos eles esperando, em seus nichos históricos, pelos dramaturgos e escritores que levarão suas lendas para o palco, assim elevando qualitativamente a consciência dos africanos e dos povos negros do mundo...

Mas esse tratamento dos descendentes de africanos no teatro – estereótipos e caras pretas – não era um fenômeno isolado restrito aos palcos. Muito pelo contrário, era somente uma



Desenho de Lívio Abramo para o TEN

das muitas facetas do contexto mais amplo da sociedade brasileira, da qual os afro-brasileiros não participavam – e não participam – com igualdade de oportunidades ou de condições, juntamente com outros grupos de diferentes origens étnicas ou raciais. Se o mundo do teatro reflete o mundo como um todo, o monopólio branco dos palcos brasileiros não é exceção; reflete o monopólio – da terra do Brasil; de seus meios de produção; de sua direção política e econômica (doméstica e externa); de sua formação cultural (educação, imprensa, *mass media*, etc.) – tão seguramente mantido nos punhos apertados da classe dominante branca europeia. Todos os órgãos e instrumentos de decisão permanecem zelosamente guardados naquelas mãos, enquanto o descendente do escravo africano, o trabalhador solitário que arduamente se exauriu para construir o País, só tem lugar nos mais baixos níveis de emprego e subemprego, de subeducação e de deploráveis condições de vida; em resumo, os mais baixos níveis de existência. Sua cultura e religião de origem africana sofreram e sofrem todas as agressões que se possa imaginar; desde as agressões sutis, como as técnicas de aculturação, de assimilação, de folclorização, de objetificação sexual, até a proibição e a tentativa de extermínio das religiões africanas, que resultou em uma força-da “sincretização”, descrita por Roger Bastide como “uma máscara cobrindo os deuses negros em benefício do homem branco”, chegando à agressão armada da polícia e suas prisões.

Mas a mais insidiosa forma de tal agressão é a política de embranquecer o País física e culturalmente, mediante o encorajamento da maciça imigração branca e da miscigenação, para citar apenas duas dentre as várias políticas que constituem para os afro-brasileiros (nas palavras de Roger Bastide) uma “ideologia que os força a cometer suicídio como negros, a fim de existirem como brasileiros”.

Omissões notáveis

Tentando contrapor-se a essas forças por meio da ação e reflexão, o Teatro Experimental do Negro – TEN formou um corpo de atores e atrizes dramáticos negros, o primeiro a existir fora dos estereótipos anteriormente mencionados. Ao mesmo tempo, estimulou a criação de textos dramáticos nos quais a experiência negra era refletida, em que o artista negro podia pesquisar e explorar, com respeito e dignidade, sua personalidade humana e humanística. Um teatro que reconheceria sua dignidade como ser humano e como negro – e não aquele que Bastide descreveu como:

(...) confinando-o esteticamente ao único papel que o homem branco lhe havia destinado: o de entreter o público.

O TEN, em suma, foi um protesto ativo contra uma sociedade que aspira a ser latina, branca, europeia, e que pretende apagar o verdadeiro caráter

cultural e étnico de metade de sua população: os descendentes da África. O sociólogo Guerreiro Ramos escreveu com rigor científico um ensaio ironicamente intitulado *A palologia social dos brancos brasileiros*, denunciando o mórbido anseio de se tornar branco instilado na população pelas elites do País. O contra-ataque de Guerreiro Ramos e do TEN:

Revelar a negritude em seu valor intrínseco, dissipar com o seu foco de luz a escuridão de que resultou nossa posse total pela brancura – eis uma das tarefas históricas de nossa época.

É com o TEN que, nas palavras de Roger Bastide, “o homem negro sobe ao palco, como um ator, com os seus próprios valores”.

É, por conseguinte, muito triste que este segundo festival não tenha a oportunidade de vir a conhecer a força e a pureza de uma atriz como Léa Garcia, internacionalmente conhecida por sua atuação como uma das protagonistas do filme *Orfeu negro*; ou de travar contato com Ruth de Souza, famosa nos palcos, no cinema e na televisão; ou de ver em ação o reconhecido e premiado Milton Gonçalves, ou Zeni Pereira, Clementino Kelé, Cléa Simões e tantos outros artistas valorosos que poderiam ter enriquecido as atividades desse festival com sua presença e/ou com seu trabalho.

Outra notável ausência da delegação brasileira é a falta de textos significativos do teatro brasileiro, como *Auto da noiva*, de Rosário Fusco, *Castigo de Oxalá*, de Romeu Crusoé, ou alguma peça de Ironides Rodrigues ou Milton Gonçalves. Há também textos de drama-

turgos não-negros que tratam de aspectos da vida dos negros: Antônio Callado: *Pedro Mico*; Nelson Rodrigues: *O anjo negro*; Augusto Boal: *Arena conta Zumbi*; Zora Seljan: *História de Oxalá*; Agostinho Olavo: *Além do Rio: (Medeia)*; Fernando C. Campos: *Um caso de Kelé*; Joaquim Ribeiro: *Aruanda*; Tasso da Silveira: *O emparedado*; Lúcio Cardoso: *O filho pródigo*; José de Moraes Pinho: *Filhos de santo*.

Escrevendo uma introdução à edição em inglês de minha antologia do teatro afro-brasileiro intitulada *Dramas para negros e prólogo para brancos*, Roger Bastide, em um estudo das peças que aparecem naquele volume, diz que elas “fogem do arquétipo universal para especificar uma raça ou cultura”, oferecendo-nos depois rápidas impressões dessas obras, tais como:

(...) *O anjo negro*, de Nelson Rodrigues, é, entre todas as obras escritas por brancos, a única que penetra profundamente na denúncia dessa ideologia [de branqueamento], que criticamos, por ser nada menos que uma forma hipócrita de genocídio.(...)

(...) *Auto da noiva*, [de Rosário Fusco] retoma a ideologia do branqueamento, mas, por intermédio de uma sábia estratégia humorística, ele a coloca contra o branco, que a criou no seu próprio interesse, depois da supressão do trabalho servil (...). É a mais bela inversão do branqueamento que conheço. (...) Rosário Fusco cria, a partir da política sistemática do



Desenho de Enrico Bianco para a capa do programa da peça *Sortilégio: mistério negro*, de Abdias Nascimento. Rio de Janeiro, 1957

branco, um bumerangue que se põe contra seu criador para abençoar sua morte.

(...) *Aruanda* (Joaquim Ribeiro) é um mito banto-caboclo que apresenta homens de hoje, dominados pelos deuses africanos, os senhores de seus destinos.

A história de Oxalá (Zora Seljan) é um mito nagô que se preservou no Brasil, no interior dos candomblés.

(...) *Sortilégio*, de Abdias Nascimento, (...) ocupa na literatura brasileira exatamente o mesmo lugar que ocupa *O filho nativo* na literatura afro-norte-americana. Certas frases ecoam, de um hemisfério para o outro, de Richard Wright para Abdias Nascimento, demonstrando a unidade fundamental das Américas negras além da diversificação de ideologias, situações políticas e das estratégias variáveis do branco (...) uma lâmina rotativa nascida do medo, que estabelece o crime como expressão da revolta, da libertação (...).

A desculpa do idioma

Estou ciente de certas dificuldades, mas não da absoluta impossibilidade de uma peça ser apresentada em português para uma audiência composta principalmente de pessoas de fala inglesa ou francesa. Não deveríamos esquecer, contudo, que restringir os eventos

a essas duas línguas seria, com efeito, excluir da participação muitos milhões de africanos e negros que falam português, como é o caso do Brasil (50 a 60 milhões de afro-brasileiros), Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Isso sem mencionar os afro-americanos do Caribe e da América do Sul (Porto Rico, Cuba, Colômbia, Venezuela, etc.), que falam espanhol. Mesmo que se concretizasse a ideia proposta pela União dos Escritores Africanos, em sua reunião de junho de 1975, realizada em Accra, estabelecendo uma língua única em comum para toda a África, as línguas dos descendentes de africanos na Diáspora não deveriam ser de modo algum excluídas dos eventos culturais: tal situação se tornaria verdadeiramente trágica para os africanos e seus descendentes em todo o mundo. As línguas dos colonizadores nos separaram no passado. Não vamos permitir que continuem fazendo o mesmo no presente.

Em 1970, para ilustrar o meu ponto de vista, a peça afro-brasileira *Auto da noiva* foi apresentada em português por estudantes da Universidade de Indiana (Bloomington), nos Estados Unidos, para uma plateia exclusivamente de língua inglesa. Com uma sinopse do texto em inglês distribuída antes de começar o espetáculo, o público foi perfeitamente capaz de seguir o desenvolvimento do enredo, apreciando criticamente tudo o que acontecia no palco. Companhias de teatro inglesas, francesas, gregas viajam por todo o mundo apresentando seus trabalhos em diferentes idiomas e conseguem lotar teatros em todos os países.

Entrementes, estou convencido de que seria impossível para a representação brasileira, por motivos completamente diferentes, a presença dos textos e dos artistas do Teatro Negro atualmente em atividade. As decisões sobre quem vem e quem não vem ao Festival são tomadas por brancos politicamente poderosos, e não por artistas negros. A maioria dos responsáveis pela seleção é de funcionários do Ministério das Relações Exteriores, órgão notoriamente racista, que, por exemplo, não tem nenhum diplomata negro em seus quadros.

Por que o processo e o poder de tomada de decisão sobre essa matéria não estão nas mãos capazes dos negros ativamente envolvidos na afirmação da cultura afro-brasileira e na criação de obras artísticas afro-brasileiras? Onde está, por exemplo, nesse processo de tomada de decisão, o baiano Guerreiro Ramos, sociólogo e pensador negro internacionalmente renomado que tem focalizado e iluminado com lucidez e audácia os problemas da estética afro-brasileira? Onde está um Dr. Milton Santos, ilustre professor negro que a Bahia deu ao mundo? Ou o poeta negro Osvaldo Camargo, de São Paulo? Ou Eduardo de Oliveira, autor de *Gestas líricas da negritude*? Onde, nas posições de poder, está um homem como o romancista e dramaturgo carioca Romeu Crusoé, autor de *A maldição de Canaã* e *Castigo de Oxalá*? Ou Fernando Goes, crítico e escritor paulista? Ou Eduardo Oliveira e Oliveira, sociólogo paulista? Ou Ruth Guimarães, romancista e intelectual negra? ...

Com a finalidade de mascarar a verdadeira fonte e foco de controle sobre a participação brasileira no Festac, esses grupos poderosos incluíram outras pessoas, ajustadas a esse tipo de comportamento que o eufemismo brasileiro denomina “democracia racial”. Eles chegam ao ponto de selecionar como representante permanente junto ao Segundo Festival Mundial de Artes e Cultura Negras e Africanas um psiquiatra que admite abertamente desconhecer o desenvolvimento da arte e da cultura afro-brasileiras; um homem que afirma de si mesmo e de sua escolha para essa posição:

Não sou crítico, nem poeta, nem artista. Sou simplesmente um psiquiatra perdido num imenso mar de experiências clínicas (...). É verdade que sou o representante permanente do Governo brasileiro junto ao Segundo Festival Mundial de Arte e Cultura Negras, que se realizará na Nigéria. Minha escolha, contudo, se deve mais ao fato de eu descender diretamente de uma tradicional família nigeriana, com a qual sempre mantive contato (...).

Tais pessoas podem ser totalmente sinceras em seus motivos, assim como figuras ilustres em seus campos de especialização. Isso não altera, entretanto, os critérios adotados para sua seleção, que claramente têm pouco ou nada a ver com sua participação, conhecimento ou criação em matéria de cultura afro-brasileira. Na verdade, se esses são os critérios adotados para selecionar



Abdias e Lea Garcia na peça *Sortilégio: mistério negro* (Teatro Municipal, Rio de Janeiro, 1957)

a representação brasileira a um Festival de Arte e Cultura Negra, então que nos permitam também lançar mão de artistas para nos representarem em congressos de Medicina e Psiquiatria...

Frustração minha?

Sei muito bem que serei maliciosamente acusado, em várias frentes, de duas coisas: primeiro, de vingança pessoal contra determinados representantes escolhidos; segundo, de fazer essas afirmações em consequência de frustração por não estar participando pessoalmente dos eventos do Festac. Essas foram, de fato, as acusações que apareceram em resposta à minha Carta Aberta ao Primeiro Festival, realizado em Dacar, em 1966. Por conseguinte, devo declarar, de forma clara e decisiva, que meu propósito aqui é expor e denunciar um critério, um processo e um poder na seleção de artistas de todos os campos de criação. O critério deveria ser a promoção dos artistas e criadores negros de acordo com suas vinculações e contribuições à cultura afro-brasileira. O processo e o poder de decisão deveriam estar exclusivamente nas mãos dos próprios artistas e criadores negros da cultura afro-brasileira. Em caso de permanecer alguma dúvida sobre a disponibilidade de artistas e criadores negros capazes de tal trabalho, posso citar: Mercedes Batista, coreógrafa negra que conhece de dentro o processo, o desenvolvimento e as formas da dança afro-brasileira em função de sua dedicação e de seu

trabalho incansável; José Correia Leite, símbolo histórico da luta pela afirmação da existência social e cultural dos afro-brasileiros; Sebastião Rodrigues Alves, autor de *A ecologia do grupo afro-brasileiro*, há muito tempo um líder dos negros brasileiros. Barros, o Mulato, pintor, escritor, crítico e pensador gaúcho; Celestino, do Rio de Janeiro, pintor, jornalista e crítico de arte.

Meu propósito não é apontar nenhum indivíduo pessoalmente, apenas ilustrar esse critério, esse processo e esse poder. Estou ciente de que há muitos artistas brasileiros de qualidade participando do Festac. Estou ciente também da antiga estratégia de dominação, usada desde o início dos tempos coloniais, de dividir os conquistados e colocá-los uns contra os outros. Embora seja o último a defender ou participar de tal divisionismo, não posso, ao mesmo tempo, deixar de caracterizar outras estratégias de dominação utilizadas pelo colonizador.

Ademais, não tenho a menor necessidade ou intenção de reivindicar minha participação pessoal nos eventos do Festac – como pintor, ator ou dramaturgo. Ao contrário, estou pessoalmente muitíssimo honrado e mais do que satisfeito por estar pintando, escrevendo e produzindo como professor aqui em Ile-Ifé, o berço e o lar da civilização de meus ancestrais. Na verdade, o próprio lugar em que Oxalá desceu, em seu cordão dourado, para criar o mundo e a raça humana. Para mim, é mais do que suficiente saber que minha peça *Sortilégio* será apresentada em inglês aqui, em

sua verdadeira terra natal, produzida por meu irmão e colega Wole Soyinka.

Meu interesse na participação do Teatro Negro Brasileiro não é, por conseguinte, pessoal: é um interesse na participação dos muitos artistas e autores negros de teatro que hoje atuam no Brasil, os quais merecem, por sua história de luta e afirmação da cultura negra, enriquecer o Festac com seu talento e competência, e compartilhar a experiên-

cia e sabedoria de outros teatros negros e africanos.

Gostaria apenas que meus colegas afro-brasileiros que vivem no Brasil pudessem ter oportunidade semelhante à minha: retornar à terra e ao ambiente tradicional dos quais quase todos nós, afro-brasileiros, somos descendentes.

- Publicado originariamente em inglês na revista *Afriscopes* v. 7: nº 1 (1977). Tradução de Carlos Alberto Medeiros.



MOVIMENTO NEGRO HOJE






Lélia González, Abdias Nascimento, Eduardo de Oliveira e Antonio Leite, no ato público de fundação do MNU. São Paulo, 1978

Padre Glyn Jemott: lutando pelos direitos dos afro-mexicanos*

Lula Strickland



O padre Glyn Jemott, 51 anos, parece muito surpreso com a atenção que seu trabalho com populações negras e indígenas do México lhe tem atraído. Afinal, ele é o sacerdote dessas pessoas. E, tendo vivido e trabalhado com elas na costa mexicana do Pacífico (*Costa Chica*) por 13 anos, ele vê o seu papel de coordenador da primeira conferência negra ali organizada como apenas uma parte de seu compromisso.

Nascido em Trinidad, padre Glyn teve um rude despertar para esse problema anos atrás, quando chegou à aldeia afro-mexicana de El Ciruelo.

– Vim para rezar uma missa nessa aldeia em 1984 – recorda ele com desconforto – e fui convidado para jantar na casa de uma jovem que estava comemorando seu aniversário. – Logo se aproximou dele um convidado bêbado que desejava saber quem ele era. Ante a resposta de que se tratava do novo pároco, o homem tocou-lhe o cabelo lanudo e disse que isso era impossível, pois os negros não eram suficientemente bons para assumir uma posição dessas. – Ele continuou por vinte

minutos me contando que eles nunca tinham visto antes um padre negro, e depois disse uma coisa muito importante que, espero, nunca vou esquecer. Disse que nós negros somos gente comum, medíocre, que não pode ter altas pretensões, e não penso que ele percebesse o que estava dizendo – relembrou o padre.

Em sua maioria, os moradores de El Ciruelo e dos 24 povoados vizinhos sentiam a mesma coisa sobre si mesmos, descobriu ele, e foi então que resolveu ajudar os negros e indígenas a se livrarem dessa deplorável disposição mental.

– Essa atitude negativa ficou na minha cabeça por muitos anos – diz o padre Glyn. – Na verdade, ela me deu um sentido de missão. Não me considero a pessoa destinada a fazer mudanças, mas estava feliz em sentir que minha presença aqui poderia, de alguma forma, ajudar outras pessoas a mudarem de sintaxe para “nós somos capazes”. Com os anos, tenho visto muita gente se sentir dessa maneira, como jovens, crianças e adultos mais velhos. Quando me tornei próximo delas, elas me contaram que este povoado e outros ao redor sempre estiveram sob os pés de uns poucos mexicanos mais claros e bem-sucedidos, e você percebe que isso é o México.

Mas em 1991 uma nova autoimagem começou a emergir. Afro-mexicanos progressistas ligados à Igreja, grupos de jovens e outros decidiram que era hora de mudar. Era preciso que os povoados negros se unissem para, segundo o

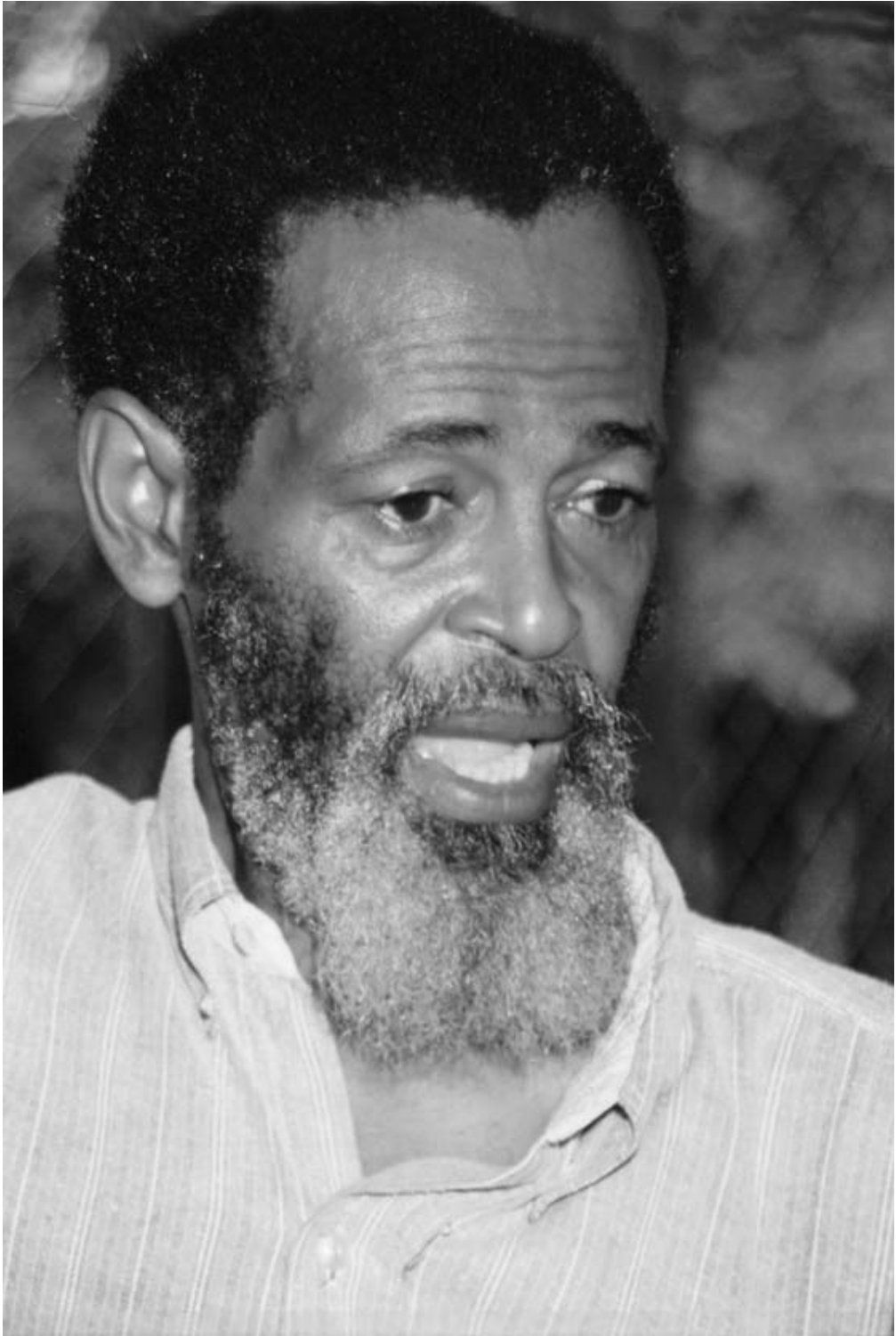
padre, descobrir um ao outro e encontrar sua identidade cultural.

– Essa percepção foi crescendo, crescendo, até que, uns cinco anos atrás, resolvemos convocar um encontro dos povoados para avaliar a situação. Umás cinquenta e tantas pessoas apareceram! – O padre ri com a lembrança. – Ficamos agradavelmente surpresos com essa resposta.

A busca da autoidentidade continuou e em 1996 o padre Glyn, juntamente com líderes apontados pelos moradores dos povoados, reiniciou as conversas. A partir desses encontros e do crescente contato com pessoas como antropólogos que iam estudar na região, e com a guerra sendo desencadeada pelos indígenas em Chiapas, percebeu-se uma urgência em se promover a unidade.

Assim, depois de muito planejamento estratégico, foi realizada em El Ciruelo, na primavera de 1997, a primeira Convenção dos Povoados Negros. “Mais de 300 pessoas”, representando 24 comunidades, compareceram ao histórico evento, que durou três dias. O povo de El Ciruelo e de outros povoados reuniu-se e ergueu, expressamente para a ocasião, um amplo barracão coberto com palhas de coqueiro – uma honraria geralmente reservada a casamentos e outras reuniões sociais.

– Houve uma sessão preparatória para ajudar a preparar o encontro e envolver as pessoas – explica o padre. Elaboramos um questionário com quatro perguntas. A primeira era: qual é a



Padre Glyn Jemott, El Ciruelo, México

origem, qual é a história do seu povoado? A segunda: quais são as principais comemorações em seu povoado? Como se preparam essas comemorações e como se participa delas? A terceira: como o seu povoado, e você mesmo em particular, sente e comemora a identidade negra? E a quarta pergunta: como é que os negros tratam a si mesmos e a outros grupos raciais, como índios e caboclos? Nem todos os povoados puderam apresentar respostas claras – relembra Glyn–, mas acho que as perguntas atingiram seu objetivo porque ajudaram a condicionar as pessoas, a lhes dar a oportunidade de se questionarem sobre algo que provavelmente não estavam acostumadas a considerar, e também lhes deram algo para compartilhar. Tínhamos uma semente comum – avalia ele.

Na primeira parte do encontro, os participantes discutiram o questionário, que, ao que foi dito, conduzia a uma “clareza de propósitos”. Nessa fase, as pessoas expuseram suas opiniões sobre problemas comunitários e puderam aprender mais sobre as outras. A partir dessa conversa, os líderes pegaram diferentes áreas e trabalharam para “ampliar” esses temas, desenvolver o que fora discutido.

Especialmente profunda foi a parte da conferência voltada ao esclarecimento das pessoas a respeito de sua herança negra e sobre como seus ancestrais foram parar no México. Historiador e conferencista, o professor Kande, originário do Congo, foi convidado a falar aos participantes sobre suas raí-

zes africanas. Ele informou-lhes que, embora seus ancestrais tivessem chegado ao México escravizados, outros africanos também haviam visitado a região, nos tempos antigos, na qualidade de exploradores. Os negros da costa de Oaxaca, no Pacífico, em que reside a maioria dos afro-mexicanos, foram levados para lá no século XVI pelos colonizadores/escravagistas espanhóis para trabalhar nas minas e nas fazendas de cana-de-açúcar.

Para avançar na explicação de suas origens, o padre Glyn diz que cartões postais com réplicas de navios negreiros, doados pelo Centro Cultural de Watts, de Los Angeles, Califórnia, foram postos nas mãos das pessoas.

– Pedimos que elas olhassem os cartões e refletissem sobre eles – diz o padre. – O que ele parece e o que ele lhe diz? Depois dissemos: foi assim que trouxeram você para cá.

Houve um silêncio, as pessoas ficaram olhando umas para outras embasbacadas. “Foi assim mesmo que nós viemos?”, queriam saber.

Depois dessa extraordinária sessão, as pessoas se abriram e começaram a falar.

– Um papo muito franco teve início – diz o padre, com entusiasmo. – Houve uma discussão aberta. Foi um momento muito interessante do encontro. As pessoas começaram a se questionar, a questionar as outras e a criticar. – Chegaram até a tirar conclusões sobre as percepções negativas de algumas delas contra sua própria raça,

e a dizer coisa como: “Isso aconteceu porque eles (os opressores) nos trataram dessa forma!”

Apesar da presença de militares e de agentes do Serviço Secreto, as pessoas falaram livremente sobre soluções para os seus problemas sociais. A necessidade de educação foi um tópico fortemente debatido, tanto quanto o modo de usá-la para ajudar as pessoas a entender melhor a economia. Discutiu-se quais eram os mais qualificados para agir como líderes comunitários, assim como a forma de alguém se tornar mais consciente de sua herança negra. E também maneiras de unificar os vários povoados.

– As pessoas realmente demonstraram serem sérias e maduras relembra o pároco.

Desde a convenção, representantes dos povoados, ao lado de Glyn e de outros membros da Igreja, organizaram quatro encontros para avaliar seu progresso. Um outro foi planejado para abril de 1997, mas, devido às tempestades provocadas pelo furacão Paulina, acabou sendo adiado *sine die*. A segunda Convenção dos Povoados Negros está sendo marcada para março de 1998.

Quais foram os efeitos desse primeiro e histórico encontro? O padre compara a experiência a um provérbio africano: depois da festa, os músicos têm de carregar seus instrumentos.

– Nós nos reunimos e passamos bons momentos. Mas a questão é: vocês estão preparados para fazer um trabalho

sério? – perguntou Glyn aos cabeças da convenção. – As pessoas disseram que sim, mas é fácil dizer sim.

A estratégia para o futuro inclui a convocação de um encontro de todos os representantes, alguns sociólogos, antropólogos e historiadores a fim de se elaborar uma “agenda forte” para a próxima convenção. O padre admite que a primeira careceu de uma estrutura firme, embora houvesse grande satisfação nas pessoas por se reunirem pela primeira vez para expressar seus sentimentos e esperanças.

Mas o evento planejado para 1998 será, espera-se, “um aprofundamento e uma expansão”, com o fortalecimento da unidade dos povoados como alta prioridade, ao lado do estabelecimento de um órgão poderoso para a comunicação entre eles.

– Esperamos que a próxima convenção nos encontre mais organizados, mais unidos e com alguns projetos já em andamento. Por exemplo, um jornal dirigido e um fundo de bolsas de estudo para enviarmos mais crianças à escola – diz o padre.

São muitas as necessidades em sua lista:

– Há dois tipos de estatística no México sobre a população negra – conclui ele. – Uma avaliação por alto e uma avaliação por baixo. A avaliação por baixo é de que os negros são 1% da população, a avaliação por alto diz que somos 9%. Mas mesmo dentro do 1% somos apenas uma gota no oceano, de modo que, a partir disso, podemos con-



Jovem afro-mexicano do Estado de Oaxaca, México, 1977



OXUM EM ÊXTASE

Óleo e acrílico s/ tela - 153 x 102 cm, de Abdias Nascimento, Buffalo, USA, 1975